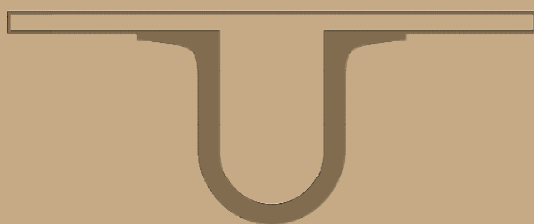




UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Carla Margarida Figueiredo Rosa

A ALMA DA BATALHA

A VIVÊNCIA DA GUERRA NO PORTUGAL MEDIEVAL

Dissertação de Mestrado em História Militar, orientada pelo Professor Doutor João Gouveia Monteiro, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

fevereiro 2019

FACULDADE DE LETRAS

A ALMA DA BATALHA

A VIVÊNCIA DA GUERRA NO PORTUGAL MEDIEVAL

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	A Alma da Batalha
Subtítulo	A vivência da guerra no Portugal Medieval
Autor/a	Carla Margarida Figueiredo Rosa
Orientador/a(s)	Doutor João Manuel Filipe Gouveia Monteiro
Júri	Presidente: Doutora Maria Alegria Fernandes Marques Vogais: 1. Doutor Miguel António Gomes Martins 2. Doutor João Manuel Filipe Gouveia Monteiro
Identificação do Curso	2º Ciclo em História Militar
Área científica	História
Data da defesa	20-02-2019
Classificação	18 valores



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Agradecimentos

Este foi um trabalho que me deu muito gosto realizar. Um projeto ambicioso e ao qual dediquei grande parte dos meus últimos três anos. Não foi um percurso fácil, mas beneficiei de muitos aliados que me ampararam a marcha. A eles dedico as próximas palavras.

Começo pelo Doutor João Gouveia Monteiro. Mestre e orientador, proporcionou-me os ensinamentos e a orientação necessários à execução deste projeto. A ele agradeço, reconhecida, a orientação, a paciência e a resposta pronta, as críticas e o encorajamento para avançar. Ao amigo quero deixar uma palavra de gratidão pelo apoio e pelo carinho em todos os momentos deste processo, sobretudo, naqueles menos bons que em nada se ligavam com o trabalho. Muito obrigada por tudo!

Para as amigas e os amigos uma palavra de agradecimento pelo apoio, a motivação, a paciência, as palavras (e olhares) de incentivo e as ofertas de ajuda, que muito me sensibilizaram. Fisicamente mais perto ou mais distantes, ter-vos na minha vida tornou tudo bem mais fácil.

Aos meus pais, ao meu irmão e à minha cunhada, agradeço a coragem que me inculcaram, o apoio que representaram e a compreensão pelas minhas ausências. A vocês tudo devo.

Ao Gustavo agradeço a energia, a alegria e o mimo que me proporcionou, essenciais para avançar com a tranquilidade necessária. Muito obrigada!

A todos quero dizer como a canção: «I wish I was the verb ‘to trust’ and never let you down» (Pearl Jam, Whislist).

RESUMO

A Alma da Batalha. A vivência da guerra no Portugal Medieval.

No Portugal Medieval, a guerra marcou presença assídua na vida das populações, fosse porque afetava dramaticamente as suas propriedades, fosse porque nela participavam ativamente por via do recrutamento (régio ou senhorial). Perceber como as gentes eram afetadas pelo fenómeno bélico é o objetivo do presente trabalho, em especial no que ao combatente diz respeito. Participar nas campanhas militares (por regra) não foi uma opção voluntária nem significou uma melhoria das condições de vida, antes pelo contrário, configurou uma obrigação que se era compelido a cumprir e que agravava uma existência já de si ingrata.

Neste trabalho, acompanhamos o combatente medieval inserido na sua hoste; vê-lo-emos avançando de campanha em campanha, a tentar ultrapassar os muitos obstáculos que se lhe oferecem. O ânimo alterna entre o medo e a expectativa, e procura-se afastar da mente a violência e os cenários de derrota, de cativeiro, de ferimentos graves ou até de morte. Vê-lo-emos também a comemorar vitórias, a humilhar os inimigos derrotados e a participar na organização do saque e da guarda dos prisioneiros. Identificaremos, ainda, as motivações e os apoios que lhe permitiam continuar, bem como os subterfúgios que encontrava para lidar com a brutalidade intrínseca da guerra.

O medo (uma constante), de quando em vez, cede o lugar à coragem. E a fé mistura-se com a magia no apoio emocional ao soldado.

Por fim, o regresso. Psicologicamente e/ou fisicamente afetado, o combatente regressa a uma existência aleatória, num lugar incerto, pois a guerra desestrutura não apenas o homem e a sua família, mas também o território.

Palavras-chave: Combatente; Guerra Medieval; Medo; Morte; Violência.

ABSTRACT

The Soul of the Battle. The war experience in Medieval Portugal.

In Medieval Portugal, war was frequently present in people's lives, either because it affected dramatically their properties or because they actively participated in it through recruitment (royal or seigniorial). The main goal of the present work is to understand how people were affected by the war phenomenon, especially in the case of warriors. Participation in military campaigns (as a rule) was not a voluntary choice and it did not mean an improvement on living conditions; rather, it set up an obligation that one was compelled to fulfill and which aggravated an already very hard existence.

In this work, we follow the medieval warrior inside his unit; we will see his progress from campaign to campaign as he tries to overcome the many obstacles he has to face. His mood changes between fear and expectation. He tries to keep his mind away from violence and defeat scenarios, from captivity, from serious wounds or, ultimately, from death. We will also see him as he celebrates victories, humiliates defeated enemies, and participates in the organization of looting and custody of prisoners. Likewise, we will identify his motivations and supports that enabled him to carry on, as well as the subterfuges he needed in order to deal with the intrinsic brutality of war.

Fear (a constant), from time to time, gives way to courage. And faith mingles with magic in emotional support for the soldier.

Finally, the return. Psychologically and/or physically affected, the warrior returns to a random existence, in an uncertain place, because war deconstructs not only the man and his family, but also the territory.

Keywords: Warrior; Medieval War; Fear; Death; Violence.

ÍNDICE

	Página
Introdução.	1
1. A guerra em Portugal.	15
1.1. A prática da guerra.	15
1.2. A hoste.	20
1.3. Os inimigos a combater.	24
1.4. A guerra justa.	26
2. A caminho da guerra em Portugal.	28
2.1. Partir para a guerra.	28
2.2. A hoste em trânsito.	31
2.3. Mentalização dos homens.	35
3. A guerra nos Portugueses.	37
3.1. Medo(s).	37
3.2. Coragem.	44
3.3. Violência e sofrimento.	53
3.4. Guerra psicológica.	65
3.5. Morte.	71
3.6. Motivação e apoio.	79
4. Os Portugueses e Portugal no rescaldo da guerra.	94
4.1. Vitória <i>versus</i> derrota.	94
4.2. Prisioneiros de guerra.	101
4.3. A saúde na guerra.	107
4.4. Regresso à normalidade?	114
Conclusão.	120
Bibliografia.	122
Anexos.	130
Tabela de recolha de informação.	131

Lista de Abreviaturas

AVL	<i>Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV.</i>
C7PR/I-AH	<i>Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal – D. Afonso Henriques, de autor anónimo.</i>
C7PR/I-AII	<i>Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal – D. Afonso II, de autor anónimo.</i>
C7PR/I-AIII	<i>Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal – D. Afonso III, de autor anónimo.</i>
C7PR/II-AIV	<i>Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal – D. Afonso IV, de autor anónimo.</i>
C7PR/II-D	<i>Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal – D. Dinis, de autor anónimo.</i>
C7PR/I-SI	<i>Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal – D. Sancho I, de autor anónimo.</i>
C7PR/I-SII	<i>Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal – D. Sancho II, de autor anónimo.</i>
CC	<i>Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira, de autor anónimo.</i>
CDAH	<i>Crónica de D. Afonso Henriques, de Duarte Galvão.</i>
CDAV	<i>Crónica de D. Afonso V, de Rui de Pina.</i>
CDD	<i>Crónica de D. Duarte, de Rui de Pina.</i>
CDF	<i>Crónica de D. Fernando, de Fernão Lopes.</i>
CDJI-I	<i>Crónica de D. João I. Parte Primeira, de Fernão Lopes.</i>
CDJI-II	<i>Crónica de D. João I. Parte Segunda, de Fernão Lopes.</i>
CDP	<i>Crónica de D. Pedro, de Fernão Lopes.</i>
CDPM-I	<i>Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses [livro I], de Gomes Eanes de Zurara.</i>
CJF	<i>Duas passagens relativas a Aljubarrota, de Jean Froissart.</i>
CLM-RC	<i>A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um Cruzado</i>
CMP-AS	<i>As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490) - V Secção: Capítulos Gerais das Cortes celebradas entre 1385 e 1490, de Armindo de Sousa.</i>
CP-AV	<i>Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso V.</i>
CP-F	<i>Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383).</i>

- CTC** *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes de Zurara.
- RG** *Ordenações Afonsinas. Livro I*. [Regimento da Guerra].
- Silves-CA** *A cidade de Silves num itinerário naval do século II por um Cruzado*
Anónimo.
- Veg-CAM/III** *Compêndio de Arte Militar. Livro III*, de Vegécio.

Introdução

Permanecendo a guerra uma constante ao longo de toda a história da Humanidade, a História Militar não colheu grande interesse por parte dos historiadores até às últimas décadas do século passado, sendo até então considerada sobretudo um assunto de militares. O fenómeno bélico era estudado como parte integrante de outras análises e em ligação com a política, muito raramente de forma autónoma. A este distanciamento não serão alheias as duas terríveis guerras mundiais da primeira metade do século XX, que provocaram um sentimento de repúdio pela temática bélica, bem como a influência das opções historiográficas veiculadas pela escola dos *Analles* e pela *Nouvelle Histoire*, que tendiam a reduzir a História Militar à chamada ‘história-batalha’. Em Portugal, como no resto da Europa, esta tendência começou a inverter-se nas duas últimas décadas do século passado, detetando-se uma mudança clara de paradigma. Sobretudo a partir dos anos 1990, a História Militar começou a desenvolver-se e a impor-se na cena historiográfica nacional, abandonando o seu lugar marginal (muito ligado à história política e à descrição de batalhas) e conquistando um papel de relevo. Ganhou, assim, muitos adeptos e, simultaneamente, conheceu um alargamento considerável dos seus temas de estudo. Podemos dizer que se verificou uma verdadeira renovação historiográfica, com temas, questionários e análises mais diversificadas e com metodologias pluridisciplinares. Passou a estudar-se a guerra *per se* e na sua relação com a política, mas também com a economia, com a sociedade, com as finanças, com o direito e com as mentalidades. Ultrapassou-se a mera narração dos factos e acontecimentos e efetuaram-se análises muito mais abrangentes e pormenorizadas. Inseriu-se a guerra no seu contexto, no seu tempo, na sua conjuntura. Os historiadores não mais circunscreveram o seu olhar ao campo de batalha e passaram a vislumbrar toda uma imensidão de temas aliciantes para o trabalho científico: o recrutamento, o abastecimento, a logística, as operações militares, a composição das hostes, o armamento, a castelologia, as comunicações, e tanto mais. Na verdade, a visão que atualmente temos da guerra medieval (para nos reportarmos especificamente à cronologia deste estudo) é muitíssimo mais completa do que a que tínhamos no início do século XX.

O tema que nos propusemos estudar e que originou a dissertação que agora se apresenta insere-se nesta nova forma de ‘olhar’ a História Militar, em especial a guerra medieval. Respondendo ao desafio que o Doutor João Gouveia Monteiro nos fez, procurámos, na senda da obra *O Rosto da Batalha*, de John Keegan, efetuar um estudo da guerra medieval na sua perspetiva mais humana, ‘vê-la por dentro’, perceber como seria o rosto da guerra medieval,

na mesma medida em que Keegan procurou «entrever o rosto da batalha»¹. Assim, o objetivo foi embrenhar-nos nas longas fileiras da hoste medieval e apresentar o combatente que nela seguia, esse ator e testemunha de um espetáculo brutal de destruição e sofrimento, apenas com uma leve e remota esperança de enriquecimento e melhoria de vida. O trabalho insere-se, assim, sobretudo na vertente da história das mentalidades, procurando perceber de que maneira o combatente medieval percecionava a guerra, se preparava (ou não) para lutar, avançava para o combate e lidava com as respetivas consequências. Numa palavra, a vivência da guerra por aqueles que a combatiam.

Com esta dissertação procurámos contribuir para uma área ainda não muito desenvolvida em Portugal: a da história social da guerra medieval. Não sendo um trabalho absolutamente pioneiro (João Gouveia Monteiro², Miguel Gomes Martins³ e Luís Miguel Duarte⁴, por exemplo, têm alguns estudos onde abordam estas temáticas, ainda que, na maioria dos casos, de forma marginal), penso que em muito contribuirá para colmatar parte de uma ausência na historiografia portuguesa notada por Maria Helena da Cruz Coelho em 2009, quando referiu que «as perturbações na memória, na mentalidade e psicologia dos homens, a nível individual e coletivo, são ainda campo a desbravar, no longo e variado rasto da guerra»⁵.

Perfeitamente conscientes e assumindo as lacunas e dificuldades que um tema desta natureza obviamente suscita, seja pela escassez de fontes, seja pela subjetividade de muitos aspetos, procurámos contrariar os anacronismos e as retroprojeções de conceitos, de atitudes, de comportamentos e de valores⁶.

¹ KEEGAN, John – *O Rosto da Batalha*. Lisboa: Fragmentos, 1987. Coleção “Fragmentos Mais” n.º 1 (edição original: 1976), p. 58.

² MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da idade média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998; MONTEIRO, João Gouveia e SILVA, Vasco Jorge Rosa da – “A vivência da guerra no Outono da Idade Média”. In BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 5. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004, pp. 12-44; MONTEIRO, João Gouveia e MARTINS, Miguel Gomes – *As Cicatrizes da Guerra no Espaço Fronteiriço Português (1250-1450)*. Coimbra: CHSC – Centro de História da Sociedade e da Cultura e Palimage, 2010; entre outros trabalhos.

³ MARTINS, Miguel Gomes – *A arte da guerra em Portugal – 1245 a 1367*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0696-5>; *Idem* – *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011; *Idem* – *A vitória do Quarto Cavaleiro. O Cerco de Lisboa de 1384*. Lisboa: Prefácio, 2006; entre outros.

⁴ DUARTE, Luís Miguel – “A marinha de guerra portuguesa”. In BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 1. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004, pp. 290-346.

⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz – “No rasto da guerra – o antes e o depois”. In *Actas da VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. A guerra e a sociedade na Idade Média*. 6 a 8 de novembro de 2008. Campo Militar de S. Jorge (CIBA) – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha. Vol I, 2009, p. 306.

⁶ Num tema como o que aqui analisamos, todo o cuidado é pouco pois, sendo a guerra um assunto tão atual, a perceção da maioria dos conceitos é completamente diferente. Por exemplo, a distinção entre civil e soldado praticamente não existia; a paz e a guerra não eram conceitos tão estanques como hoje os entendemos, por vezes os momentos de paz serviam, apenas, para, conscientemente, preparar a próxima ação militar; os alvos civis que agora se protegem (ou se tentam proteger) a todo o custo, condenando o seu ataque, na Idade Média eram deliberadamente atingidos pois representavam fontes de recrutamento e de financiamento para a guerra, sendo, por isso, alvos a abater para debilitar o poder adversário.

A cronologia que trabalhámos compreende o período situado entre a batalha de Ourique⁷, travada em julho de 1139, e a batalha de Alfarrobeira⁸, que teve lugar a 20 de maio de 1449. Ou seja, considerámos praticamente toda a Idade Média portuguesa.

Decidido o tema e a cronologia, e sempre em conjunto com o Doutor João Gouveia Monteiro, procedemos à escolha das fontes e da bibliografia a utilizar. No que respeita às fontes, e tendo em atenção o período e a geografia em estudo, optámos por privilegiar a cronística quatrocentista portuguesa. De forma complementar, levámos a cabo uma ou outra incursão pela documentação oficial das reuniões de Cortes e das Vereações dos concelhos, bem como por alguns relatos de determinadas operações militares. A bibliografia resultou numa lista extensa que a limitação de tempo reduziu à que aqui indicamos.

Passemos então a uma breve apresentação das fontes. Para captar a vivência do combatente medieval, entendemos que teríamos de procurar reminiscências do seu viver e do seu sentir nos vestígios que da Idade Média nos chegaram. Cedo se tornou claro que as principais fontes a utilizar seriam as de carácter narrativo, mormente as crónicas quatrocentistas portuguesas. Dessas, e considerando o arco temporal do trabalho, optámos inevitavelmente pelas crónicas régias (incluindo aqui o relato da conquista de Ceuta) e duas crónicas senhoriais que biografam dois comandantes com papéis relevantes na história militar de Portugal. São estas as fontes que passaremos a apresentar.

A utilização deste tipo de fontes carece de uma série de cuidados e atenções, desde logo pelo comprometimento dos seus autores com os reis/senhores que lhes encomendavam os trabalhos. Os cronistas não foram politicamente inocentes (aliás, muitas vezes escreveram com um objetivo marcadamente político) e o seu trabalho foi obviamente influenciado pelo ambiente conjuntural em que viveram e trabalharam. A leitura destes documentos deve, assim, ser crítica, feita com a consciência das múltiplas influências a que terão estado sujeitos os seus autores e tendo presente a distância temporal entre a sua redação e os factos/acontecimentos que narram. Uma outra questão a considerar é o objetivo com que foram preparados. Não obstante todos estes constrangimentos, o certo é que as crónicas são fontes preciosas e insubstituíveis num estudo como o que aqui apresentamos: apesar dos exageros e da parcialidade que caracterizam os respetivos relatos, elas refletem a realidade que pretendemos estudar. São testemunhos privilegiados e que nos descrevem os combates e

⁷ No decurso desta batalha D. Afonso Henriques foi aclamado primeiro monarca do novo reino que assim se constituía.

⁸ Esta batalha, travada entre as forças do rei D. Afonso V e do seu tio, o ex-regente infante D. Pedro, que nela pereceu, como nos diz João Gouveia Monteiro, «encerra, entre nós, o ciclo da “guerra medieval”, entendida esta no sentido mais restrito da expressão» (MONTEIRO, João Gouveia, *A guerra em Portugal... op. cit.*, p. 20). Depois deste confronto, pouco ficou como antes: as armas de fogo impuseram-se nos campos de batalha e a arquitetura militar e o equipamento defensivo evoluíram em conformidade, da mesma forma que se assistiu a uma gradual profissionalização do exército.

os combatentes, destacando diversos aspetos políticos e militares. Transmitem uma visão verosímil do período, tanto mais que se destinavam a ser lidas perante um público coevo, boa parte dele familiarizado com a temática em apreço. Claramente se empolava o papel e as características da personagem principal (o rei ou o senhor), mas a descrição das formas de combater, de atuar e de sentir e viver a guerra seria bastante próxima da realmente vivida e, por isso, é bastante credível. Outro aspeto a valorizar é o facto de, no seu todo, as crónicas corresponderem a um conjunto relativamente coerente, caracterizado pela continuidade e proporcionando uma visão diacrónica importante e útil da realidade militar medieval.

Passamos a apresentar os textos utilizados e, de seguida, os respetivos autores. Iniciamos pela cronística régia (espaço em que integraremos a narração da tomada de Ceuta) e apresentaremos depois os dois textos de carácter senhorial. Seguimos uma sequência cronológica por reinado e temática⁹.

A *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*¹⁰ (ou *Crónica de Portugal de 1419*), terá sido composta a partir de 1419. Iniciando com algumas referências ao conde D. Henrique de Borgonha, apresenta-nos o relato dos reinados dos sete primeiros reis de Portugal: D. Afonso Henriques (1143-1185), D. Sancho I (1185-1211), D. Afonso II (1211-1223), D. Sancho II (1223-1248), D. Afonso III (1249-1279), D. Dinis (1279-1325) e D. Afonso IV (1325-1357). Não sendo conhecido o seu autor, Filipe Alves Moreira (cuja tese de doutoramento versa sobre esta Crónica) considera plausível a possibilidade de ter sido escrita por iniciativa do infante D. Duarte. Indicando, conforme já L. Krus havia referido, a possibilidade de a realização do trabalho ter estado a cargo de Fernão Lopes – atendendo à coincidência da sua nomeação, em 1418, para guarda-mor das escrituras da Torre do Tombo, cargo que acumulou com o de escrivão dos livros do infante D. Duarte¹¹.

Escrita por Duarte Galvão, a pedido de D. Manuel I, a *Crónica de D. Afonso Henriques*¹² relata os acontecimentos deste reinado, dando relevo à ação militar do filho e herdeiro do monarca, o infante D. Sancho. Redigida a partir de 1505, é notória a correspondência do seu texto com a parte correspondente a este rei constante da *Crónica dos Sete Primeiros Reis de*

⁹ No caso em que dois textos respeitam ao mesmo reinado, considerou-se a data de produção.

¹⁰ *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*. Edição crítica pelo Académico de Número Carlos da Silva Tarouca, S. J. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1952-1953. 3 volumes. A partir de agora citada por *C7PR*.

¹¹ MOREIRA, Filipe Alves – *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posteridade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013, pp. 50-51.

¹² *Crónica de el-Rei D. Afonso Henriques de Duarte Galvão*. [Lisboa]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995. A partir de agora citada por *CDAH*.

Portugal que acabámos de evocar. Como nos diz Albano Figueiredo, percebe-se «uma clara tendência para manter a lição original, apenas introduzindo pequenas alterações»¹³.

O primeiro dos textos da trilogia composta por Fernão Lopes, a *Crónica de D. Pedro*¹⁴, relata os acontecimentos relativos aos dez anos de reinado d' *O Justiceiro* (1357-1367), período de paz e de alguma prosperidade. Provavelmente escrita na década de 40 do século XV, é composta por 44 capítulos, metade dos quais respeitantes a Castela, designadamente, à guerra entre D. Pedro, *O Cruel*, e o seu meio-irmão, Henrique de Trastâmara. O segundo volume da referida trilogia corresponde à *Crónica de D. Fernando*¹⁵; composta antes de 1443, evoca, ao longo de 178 capítulos, os acontecimentos ocorridos entre os anos de 1367 e 1383. Trata-se do relato de um reinado atormentado pelas sérias dificuldades resultantes da “Crise do Século XIV”, que assolou toda a Europa, e pelo envolvimento (armado) de Portugal nos assuntos políticos de Castela. Esta obra dedica uma especial atenção às três guerras contra Castela (designadas por “guerras fernandinas”: 1369-1371, 1372-1373 e 1381-1382), sendo por isso um testemunho muito rico em termos militares. Ao longo dos seus capítulos percebemos um reconhecimento do esforço de administração interna por parte de D. Fernando, destacando-se as reformas militares que este monarca empreendeu e a construção e/ou reparação de fortalezas e/ou muralhas importantes (mormente a poderosa cerca de Lisboa). No entanto, a crónica recorda em tom fortemente crítico (por vezes impiedoso) diversos aspetos do reinado d' *O Formoso*: a fraqueza do rei; o ambiente hostil, marcado por guerras sucessivas e inglorias; o casamento com D. Leonor Teles, «mulher tão sedutoramente bela e empreendedora quanto ardilosa e desleal»¹⁶, e suas supostas infidelidades; o caminho diplomático que Portugal seguiu e que desembocou no acordo de Salvaterra de Magos, assinado poucos meses antes da morte do rei¹⁷; entre outros aspetos. A última peça do tríptico de Fernão Lopes corresponde à *Crónica de D. João I*, escrita em duas partes, relacionadas entre si e cronologicamente sequenciais. A primeira, composta por 193 capítulos, respeita ao período de 1383-1385; a segunda, com 204 capítulos, corresponde ao reinado de D. João I (1385-1433), até cerca de 1411; esta obra deve ter sido redigida nas décadas de 40 e 50 do

¹³ FIGUEIREDO, Albano António Cabral – *A crónica medieval portuguesa: génese e evolução de um género (sécs. XIV-XV) – a dimensão estética e a expressividade literária*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005. Tese de Doutoramento em Literatura Portuguesa, p. 537.

¹⁴ *Crónica de D. Pedro. Fernão Lopes*. Edição crítica, introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi. 2.ª edição revista. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007. A partir de agora citada por *CDP*.

¹⁵ *Crónica de D. Fernando. Fernão Lopes*. Edição crítica, introdução e índices de Giuliano Macchi. 2.ª edição revista. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004. A partir de agora citada por *CDF*.

¹⁶ FIGUEIREDO, Albano António Cabral, *A crónica medieval portuguesa... op. cit.*, p. 377.

¹⁷ AMADO, Teresa, “Crónica de D. Fernando”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa: Editorial Caminho, 1993, p. 179.

século XV. A *Primeira Parte*¹⁸ corresponde aos 16 meses que medeiam entre o assassinato do conde João Fernandes Andeiro (a 6 de dezembro de 1383) e a eleição do Mestre de Avis como rei de Portugal, nas Cortes de Coimbra, a 6 de abril de 1385. Sendo um período curto, foi verdadeiramente torrencial em acontecimentos políticos e militares. Pela simultaneidade dos factos narrados, os capítulos foram agrupados em blocos, conforme o tema e a ordem cronológica possível. Cada bloco apresenta uma coerência interna que facilita a sua inteligibilidade, no particular e no seu todo¹⁹. A *Segunda Parte da Crónica de D. João I*²⁰ respeita ao período compreendido entre abril de 1385 e finais de outubro de 1411, momento da assinatura do tratado de paz entre Portugal e Castela. Apresenta o historial do conflito que opôs Portugal e Castela, desde as Cortes de Coimbra até à assinatura do tratado de paz de Ayllón-Segóvia. Neste caso, a distribuição dos acontecimentos permitiu traçar uma sequência cronológica, apresentando-se descrições mais longas e que se estendem por vários capítulos²¹.

A *Crónica da Tomada de Ceuta*²² é da autoria de Gomes Eanes de Zurara, que a escreveu por encomenda do rei D. Afonso V. Este texto pode ser entendido como a finalização da *Crónica de D. João I*, interrompida pela muita idade e pouca saúde de Fernão Lopes. Começou a ser escrita em 1449 e foi terminada a 25 de março de 1450, na cidade de Silves. Elaborada cerca de 30 anos após o acontecimento que relata, beneficiou de testemunhos de participantes, destacando-se o do infante D. Henrique. A crónica centra-se na preparação da expedição (a mais aparatosa e mais longamente preparada expedição militar medieval portuguesa) e na tomada da praça norte-africana; recorda os motivos do avanço para o Norte de África e a primeira conquista aos Mouros no seu próprio território.

Da pena de Rui de Pina chegam-nos a *Crónica de D. Duarte* e a *Crónica de D. Afonso V*²³. A *Crónica de D. Duarte*, com 44 capítulos, tem como principal assunto a malograda expedição a Tânger, desde a sua programação até ao malogro final. O cronista transmite-nos a ideia de que, nos cinco anos de reinado d'O *Eloquente*, nada mais aconteceu que fosse, verdadeiramente, digno de nota. Como nos diz Luís Miguel Duarte, biógrafo deste monarca, é

¹⁸ *Crónica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo. Parte Primeira escrita por Fernão Lopes*. Reprodução facsimilada da edição do Arquivo Histórico Português (1915) preparada por Anselmo Braamcamp Freire. Prefácio por Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973. A partir de agora citada por *CDJI-I*.

¹⁹ AMADO, Teresa, “Crónica de D. João I”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa... op. cit.*, p. 182.

²⁰ *Crónica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo. Parte Segunda escrita por Fernão Lopes*. Preparada por William J. Entwistle. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977. A partir de agora citada por *CDJI-II*.

²¹ AMADO, Teresa, “Crónica de D. João I”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa... op. cit.*, p. 182.

²² *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I composta por Gomes Eanes de Zurara*. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915. A partir de agora citada por *CTC*.

²³ *Crónicas de Rui de Pina* [«Chronica do Senhor Rey D. Duarte» e «Chronica do Senhor Rey D. Affonso V»]. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Série Tesouros da Literatura e da História. Porto: Lello e Irmão, 1977, pp. 477-881. A partir de agora citadas por *CDD* e *CDAV*, respetivamente.

consensual entre os historiadores que, com a sua crónica, Rui Pina foi o precursor «desta verdadeira ‘lenda negra’ que se abateu sobre D. Duarte e que o deixou para a posteridade como um rei fraco e infeliz, marcado por um destino adverso»²⁴. Por sua vez, a *Crónica de D. Afonso V*, composta por 213 capítulos, dá-nos uma imagem do reinado deste monarca, do qual o cronista foi contemporâneo. Desta feita, Rui de Pina teve o privilégio de testemunhar muitos dos acontecimentos que relatou. Nesta crónica, «a narração [mostra-se] mais cuidadosa e documentada, opondo-se à concisão e modéstia literária»²⁵ da anteriormente referida.

Marcadamente senhorial, a *Crónica do Condestrabre*²⁶, de autoria anónima, oferece-nos uma biografia de Nuno Álvares Pereira. Composta por 80 capítulos, centra-se sobretudo na carreira militar do biografado, com poucas referências à sua vida pessoal, exceção feita à enfermidade de que padeceu e, mesmo no final, às suas obras piedosas, assuntos que mereceram alguma atenção por parte do cronista. João Gouveia Monteiro, na biografia do Condestável que publicou em 2017, diz-nos que é razoável crer que esta obra tenha sido composta entre 1431 e 1436/1437²⁷ e considera como provável a hipótese de ser da autoria de Gil Aires, escrivão da puridade de Nuno Álvares Pereira²⁸. Seja como for, certo é que o autor do texto transmite uma imagem do protagonista como herói e santo e, no relato que faz das ações militares, utiliza uma terminologia adequada, mostrando bom conhecimento das operações militares, do armamento e do equipamento utilizados. Fernão Lopes, nas suas crónicas de D. Fernando e D. João I, recorre grandemente a esta Crónica, nalguns casos fazendo cópias quase integrais de alguns dos respetivos capítulos.

Por fim, a *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*²⁹, escrita entre 1458 e 1463, por Gomes Eanes de Zurara, constitui uma biografia senhorial do primeiro capitão de Ceuta. Dividida em dois livros, o *Livro I* assenta nos assuntos da guerra e o *Livro II* faz um relato mais pessoal e familiar da vida do governador. Apresenta o relato da ação do homem que, colocando-se ao serviço do rei e do reino, ficou à frente dos destinos da «flor daquela terra d’Africa»³⁰. Na qualidade de primeiro capitão cristão de Ceuta e de África, D. Pedro de

²⁴ DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte. Requiem por um rei triste*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2007, p. 22.

²⁵ GOMES, Rita Costa, “Rui de Pina”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa... op. cit.*, p. 597.

²⁶ *Estoria de Dom Nuno Alvez Pereira*. Edição crítica da «Coronica do Condestabre» com introdução, nota e glossário de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1991. A partir de agora citada por CC.

²⁷ MONTEIRO, João Gouveia – *Nuno Álvares Pereira. Guerreiro, Senhor Feudal, Santo. Os Três Rostos do Condestável*. Lisboa: Manuscrito, 2017, pp. 38-39.

²⁸ *Idem, ibidem*, p. 50.

²⁹ *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses de Gomes de Eanes de Zurara*. Apresentação de J.A. de Freitas Carvalho, Porto: Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, 1988. A partir de agora citada por CDPM.

³⁰ *Idem*, Nota prévia, p. VII.

Meneses, oriundo de uma família que se opusera ao Mestre de Avis na Crise de 1383-1385³¹, enfrentou e conteve inúmeros ataques e levou a cabo outras tantas investidas, tendo resistido com sucesso a pelo menos dois grandes cercos muçulmanos, por mar e por terra.

Olhemos agora para os autores, os cronistas, os biógrafos; homens do seu tempo a escrever sobre outros tempos. Começamos pelo que é, justamente, considerado o maior cronista português e talvez dos melhores da Europa, da primeira metade do século XV: Fernão Lopes. Desconhecem-se as datas e os locais de nascimento, mas supõe-se que terá nascido entre 1380 e 1390 e falecido, já idoso, depois de 1459³². Desde muito cedo morou em Lisboa, pertencendo, provavelmente, a uma família modesta. Percebe-se uma progressiva ascensão social e económica, devido à sua boa formação cultural e perfeito domínio da escrita, tendo-se transformado num alto funcionário público e numa importante figura da Corte³³. A primeira notícia que dele dispomos é de 1418, quando substituiu Gonçalo Gonçalves como Guarda das Escrituras do Tombo, iniciando, desta forma, uma longa carreira profissional. Ainda em 1418 foi nomeado Escrivão dos Livros do infante D. Duarte e em 1419 tornou-se Escrivão dos Livros de D. João I. Desde 1421 (ou 1422) desempenhou o cargo de Escrivão da Puridade do infante D. Fernando, de quem redigiu o testamento, em 1437. Ainda no início da década de 1430, atingiu o topo da hierarquia burocrática ao tornar-se Tabelião Geral do reino. Em 1433, já era vassalo do rei e, em 19 de março de 1434, por carta régia emitida em Santarém, foi encarregado, por D. Duarte, de escrever as crónicas dos antigos reis de Portugal e a dos feitos de D. João I. Pela nomeação para Cronista-mor do reino foi-lhe atribuída uma valiosa tença de 14.000 reais. O final do seu percurso profissional deve ter sido marcado negativamente pela morte do ex-regente D. Pedro (de quem foi bastante próximo) na batalha de Alfarrobeira (em maio de 1449). Logo em 1450 foi substituído por Gomes Eanes de Zurara como Cronista-mor e, em 1454 foi, oficialmente, reformado do Tombo do Castelo de Lisboa, por estar demasiado velho e doente; também neste cargo Zurara o substituiu. Foi, assim, Cronista oficial da corte e Guarda da Torre do Tombo nos reinados de D. João I e D. Duarte e ainda durante a regência de D. Pedro. Da sua vida pessoal não se conhece muito. Sabe-se que casou com Mor Lourenço, mulher de família mesteiral, de quem teve um filho chamado Martinho. Este seu filho estudou Medicina e tornou-se físico do infante D. Fernando, que acompanhou no cativeiro de Fez, até à morte de ambos. É autor da trilogia composta pelas

³¹ CAMPOS, Nuno Silva – *D. Pedro de Meneses. O primeiro capitão de Ceuta*. Lisboa: Sete Caminhos, 2008, pp. 41-50.

³² Data da última referência documentada sobre Fernão Lopes e que respeita a uma decisão sobre um litígio que o opôs a um neto, ao qual «negava legitimidade e o direito de herdar os seus bens» (AMADO, Teresa, “Fernão Lopes”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa... op. cit.*, p. 271).

³³ AMADO, Teresa, “Fernão Lopes”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa... op. cit.*, p. 271.

crónicas de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I, que terá escrito entre 1434, quando assumiu o cargo de Cronista-mor, em 1449. Na sua obra tem um especial cuidado com a fidedignidade dos relatos, afirmando que o seu «desejo foi em esta obra escprever verdade, sem outra mestura»³⁴, tendo, para isso, recorrido a vários tipos de fontes: «Oo! com quanto cuidado e diligemça vimos grandes vollumes de livros, de desvairadas languageës e terra; e isso meesmo pubricas escrituras de muitos cartarios e outros logares»³⁵. Num discurso coerente, caloroso, afável e até humorado, no qual se reconhece alguma cultura literária (recorre a autores clássicos, padres da Igreja e escritores medievais), o cronista procurou claramente justificar a nova dinastia através da História, preparando o leitor desde o primeiro livro para a ‘apoteose final’: a eleição de D. João I e a grande vitória real em Aljubarrota. É um cronista comprometido com a Coroa, sob encomenda da qual escreveu os seus belíssimos relatos. Como nos diz João Gouveia Monteiro, não deve ser visto como o ‘cronista do povo’ que muitas vezes se pretendeu que fosse; a sua ‘arraia-miúda’, ou os ‘ventre ao sol’, servem apenas como «pano de fundo, necessário ao cronista para descrever os nobres feitos que entronizaram em Portugal uma nova realeza»³⁶.

O cronista seguinte, Gomes Eanes de Zurara, terá nascido na década de 1410 e falecido entre dezembro de 1473 e abril de 1474. Filho ilegítimo de um cónego das Sés de Coimbra e de Évora, João Eanes de Zurara, foi criado na casa de D. Afonso V, que em 1454 lhe atribuiu o cargo de Guarda das Escrituras da Torre do Tombo, com todos os direitos e proventos que pertenciam ao lugar, em substituição de Fernão Lopes. No entanto, é de crer que ainda antes desta data tenha prestado alguns serviços na Livraria e no Cartório, onde pode ter sido ajudante de Fernão Lopes. Aliás, «é opinião generalizada ... que Zurara elaborou a sua *Crónica da Tomada de Ceuta* a partir de elementos (possivelmente, até, capítulos inteiros) já preparados pelo seu antecessor»³⁷, Fernão Lopes. Em 1449-1450, a pedido de D. Afonso V, escreveu a *Crónica da Tomada de Ceuta*, num momento bastante conturbado da história portuguesa, na sequência da guerra civil que culminou na morte do infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira. Em 1451, recebeu daquele monarca uma tença anual de 6.000 reais brancos, sendo nomeado Cavaleiro da Casa Real. Nesse mesmo ano tornou-se Guarda e Conservador da Livraria-Real, substituindo em 1454 Fernão Lopes na Torre do Tombo, como já referimos. Em 1460, já tinha também escrito a *Crónica dos Feitos da Guiné*, estando a preparar a *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, que concluiria em junho de 1463. Entre

³⁴ CDJI-I, Prologo, p. 2.

³⁵ *Idem*, Prologo, p. 2.

³⁶ MONTEIRO, João Gouveia – *Fernão Lopes: texto e contexto*. Coimbra: Livraria Minerva, 1988, p. 128.

³⁷ *Idem, Ibidem*, p. 81.

1464 e 1468 compôs a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. A escassa informação sobre a sua vida pessoal não nos elucida sobre se chegou a casar, sendo certo que deixou um filho e duas filhas, nascidos de Inês Gonçalves, mulher solteira, legitimados durante o reinado de D. João II. Foi um cronista equilibrado, que privilegiou a combinação entre fontes escritas e testemunhos orais, tendo-se deslocado ao Norte de África para poder escrever com conhecimento de causa algumas das crónicas. Podemos dividir os textos que nos deixou em dois grupos: o primeiro corresponde à sua colaboração na “Crónica Geral do Reino”, constituindo-se como uma continuação da *Crónica de João I* – referimo-nos à *Crónica da Tomada de Ceuta* –; o segundo corresponde a três textos cujo objetivo consiste no relato de factos mais próximos do seu tempo; nas palavras do autor «daar comta, e razaõ das cousas, que pasam nos tempos de minha hydade, ou daquellas, que passaram tam a cerca, de que eu posso aver verdadeiro conhecimento»³⁸, ou seja, a *Crónica dos Feitos da Guiné I*, a *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses* e a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*³⁹.

Rui de Pina, natural da Guarda, nasceu por volta de 1440; era, provavelmente, o terceiro filho de Lopo Fernandez de Pina e de Leonor Gonçalves, tendo morrido antes de 22 de novembro de 1522. Serviu fiel e dedicadamente D. João II e D. Manuel I, ao serviço dos quais desempenhou várias missões diplomáticas. Em 1481 era escrivão da Câmara do príncipe D. João e, em 1490, já trabalhava nas Crónicas. No início do reinado de D. Manuel foi nomeado Escrivão das Confirmações e, a 24 de junho de 1497, o mesmo monarca nomeou-o Guarda-Mor da Torre do Tombo e da Livraria e Cronista-mor, cargos que ocupou por renúncia do já extremamente idoso Vasco Fernandes de Lucena. Rui de Pina, entre 1490 e 1521-1522, «retomou e recapitulou a história dos reis de Portugal, de forma a inserir as venturas manuelinas na tradição do um reino e de uma realza eleitos»⁴⁰. Organizou o seu trabalho da seguinte forma: iniciou a escrita pela *Crónica de D. Afonso V* e pela *Crónica de D. João II*, que já teria prontas em 1504; completou-as depois com a *Crónica de D. Duarte*; e, recorrendo à *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, escreveu ainda as crónicas relativas aos reinados de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho III, D. Dinis e D. Afonso IV. Pouco antes de falecer, em 1522, estaria a trabalhar numa Crónica de D. Manuel (que não chegou até nós)⁴¹. No que respeita à sua vida pessoal, sabemos que casou com Catarina Vaz de Gouveia, de quem teve duas filhas e um filho. Este último, de nome Fernão de Pina, substituiu-o nos

³⁸ CDPM-I, cap. I, p. 9.

³⁹ GOMES, Rita Costa, “Zurara, Gomes Eanes de “ in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa... op. cit.*, p. 687.

⁴⁰ KRUS, Luís, “Crónica”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa... op. cit.*, p. 175.

⁴¹ *Idem, Ibidem.*

vários cargos que exercia. Uma derradeira nota para o facto de ter sido sob a orientação de Rui de Pina que se iniciou a preparação dos códices da “Leitura Nova”⁴².

Por fim, cabe-nos apresentar Duarte Galvão. Nasceu provavelmente em Évora, em 1445, e veio a falecer em 1517, na ilha de Comorão, durante uma missão diplomática⁴³. Filho do cortesão Rui Galvão e de Branca Gonçalves, exerceu o cargo de Secretário de D. Afonso V (neste caso, ainda em muito jovem), de D. João II (de quem também foi Conselheiro) e de D. Manuel I, a pedido do qual desempenhou várias missões diplomáticas⁴⁴. Não sendo cronista oficial (esse cargo foi ocupado por Rui de Pina desde 1497), a sua obra mais conhecida é a *Crónica de D. Afonso Henriques*, escrita por encomenda de D. Manuel I.

Apresentadas as fontes e os seus autores, levantemos o véu sobre o trabalho realizado. A dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro, *A guerra em Portugal*, descrevemos a prática da guerra no Portugal Medieval: a forma como se praticava, quem a travava e contra quem se lutava. Por fim, destacámos a preocupação que desde tempos remotos existiu de justificar/legitimar a prática da guerra. O capítulo segundo, *A caminho da guerra em Portugal*, tem como objetivo mostrar, de um ponto de vista pessoal e humano, o que representava partir para a guerra. Tratamos aspetos como as implicações que essa partida trazia à vida dos combatentes; como se deslocava a hoste e quais os problemas que enfrentava; e como eram preparados os homens para participar numa operação militar. Nestes dois primeiros capítulos é feita uma abordagem mais generalizada da guerra e da hoste.

Nos dois capítulos seguintes, misturámo-nos com as longas fileiras de combatentes, focando neles a nossa atenção. O terceiro capítulo, *A guerra nos Portugueses*, pretende ser uma viagem pela mente do combatente, procurando identificar aspetos como: o(s) medo(s); a coragem; a violência e o sofrimento; a guerra psicológica; a morte e as motivações de toda a ordem, como os apoios que se procuravam na religiosidade ou em crenças e superstições que se alimentavam. Por fim, no quarto capítulo, *Os portugueses e Portugal no rescaldo da guerra*, refletimos sobre o final da guerra e as suas consequências: vitória ou derrota; os prisioneiros de guerra; e a questão dos cuidados médicos. Procurámos, também, perceber o que significava regressar à normalidade, discutindo o que isso podia realmente representar.

Para a elaboração do nosso trabalho procurámos recorrer a uma bibliografia diversificada, na ânsia de recolher o máximo de informação possível, conhecer o que já havia sido estudado

⁴² GOMES, Rita Costa, “Rui de Pina”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa... op. cit.*, p. 597.

⁴³ Incumbido por D. Manuel de se deslocar à Abissínia para visitar o Preste João, morreu durante uma viagem em que partiu de Goa, a caminho da Abissínia.

⁴⁴ MATTOSO, José, “Duarte Galvão”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa... op. cit.*, p. 225.

sobre o tema e perceber como poderíamos contribuir para o seu aprofundamento. Naturalmente as leituras ficaram aquém do que desejávamos...

Começamos por destacar as contribuições de Philippe Contamine⁴⁵ e de J. F. Verbruggen⁴⁶, numa perspetiva mais geral e abrangente sobre a guerra medieval, a forma como esta era executada, as estratégias e táticas utilizadas, a importância da guerra de desgaste e a motivação dos exércitos. No que respeita à guerra em Portugal na Idade Média, e também de uma forma abrangente, destacamos: *A arte da guerra em Portugal*, de Miguel Gomes Martins, para os séculos XIII e XIV⁴⁷; e *A guerra em Portugal nos finais da idade média*, de João Gouveia Monteiro, para os séculos XIV e XV⁴⁸. Nestas duas obras encontramos uma panorâmica sobre o que foi a guerra medieval nas suas mais variadas facetas. Sobre a guerra naval em Portugal, realçamos o capítulo que Luís Miguel Duarte escreveu para a “Nova História Militar de Portugal”, intitulado *A marinha de guerra portuguesa*⁴⁹. Para a temática específica que nos propusemos a trabalhar, destacaremos uma vez mais a obra *O Rosto da Batalha*, de John Keegan⁵⁰, verdadeira fonte de inspiração para o trabalho que aqui se apresenta. Nesse livro, como o próprio título sugere, o autor procura apresentar-nos a fisionomia humana de uma batalha; faz uma análise diacrónica do que representava para o combatente participar numa operação militar, estudando três batalhas em três períodos e contextos diferentes⁵¹. Com objetivos semelhantes, destacaremos ainda a obra *Soldiers Lives Through History – The Middle Ages*, de Clifford Rogers⁵², na qual se caracteriza o soldado medieval em Inglaterra; pelo seu lado, em *Rapine, assedi, battaglie. La guerra nel Medioevo*, Aldo Settia⁵³ apresenta-nos o mesmo tipo de análise mas, desta feita, para os exércitos da Península Itálica; para o caso português, temos a síntese apresentada por João Gouveia Monteiro e Vasco Silva na “Nova História Militar de Portugal”, sob o título *A vivência da guerra no Outono da Idade Média*⁵⁴; pela sua parte, Francisco García Fitz aborda

⁴⁵ CONTAMINE, Philippe – *La Guerra en la Edad Media*. Barcelona: Editorial Labor, 1984.

⁴⁶ VERBRUGGEN, J.F. – *The art of Warfare in Western Europe during the Middle Ages*. Woodbridge: The Boydell Press, 1998.

⁴⁷ MARTINS, Miguel Gomes, *A arte da guerra em Portugal... op. cit.*

⁴⁸ MONTEIRO, João Gouveia, *A guerra em Portugal... op. cit.*

⁴⁹ DUARTE, Luís Miguel, *A marinha de guerra portuguesa... op. cit.*

⁵⁰ KEEGAN, John, *O Rosto da Batalha... op. cit.*

⁵¹ A batalha de Agincourt, travada a 25 de outubro de 1415, no âmbito da guerra dos Cem Anos; a batalha de Waterloo, ocorrida em 18 de junho de 1815, na tentativa de conter o avanço de Napoleão, regressado do exílio; e a batalha do Somme, que teve lugar em 1916, durante a «Grande Guerra».

⁵² ROGERS, Clifford J. – *Soldiers Lives Through History – The Middle Ages*. Westport: Greenwood Press, 2007.

⁵³ SETTIA, Aldo A. – *Rapine, assedi, battaglie. La guerra nel Medioevo*. Roma-Bari: Gius. Laterza & Figli Spa, 2003.

⁵⁴ MONTEIRO, João Gouveia e SILVA, Vasco Jorge Rosa da, *A vivência da guerra... op. cit.*

também esta temática, ainda que não de uma forma tão direta, no seu texto *Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media Europea*⁵⁵.

A estas obras juntámos um conjunto de contribuições com um carácter mais “especializado”, que passamos a indicar. No que respeita às justificações para a guerra, salientamos os estudos de Francisco García Fitz⁵⁶ e de Sean McGlynn⁵⁷, onde encontramos uma teorização sobre a guerra e as justificações que para ela se foram construindo, seja por via do conceito de “guerra justa” seja pelo de “guerra santa”. Falar sobre o(s) medo(s) levou-nos à consulta da obra que Jean Delumeau dedicou a este tema fascinante⁵⁸; trata-se de uma história do medo e da forma como este sentimento foi vivido e experienciado pelos homens em diferentes épocas históricas. Estudar a coragem nos exércitos medievais implicou, necessariamente, analisar em detalhe o capítulo que Phillipe Contamine lhe dedicou no seu estudo clássico⁵⁹ e que configurou uma primeira aproximação ao tema. Recorremos ainda ao texto de Claude Gaier⁶⁰ sobre a relação entre a coragem e a temeridade cavaleiresca, assim como à obra do recentemente falecido Jean Flori sobre a cavalaria⁶¹, que nos guiou, sobretudo, na relação entre a coragem e o ideal de cavalaria. Para o ponto sobre a violência e o sofrimento foram extremamente importantes as obras de Sean McGlynn⁶² (mais centrada na Idade Média) e de Randall Collins⁶³. Falar sobre a morte medieval exigiu a leitura de duas obras imprescindíveis: *O homem perante a morte*, de Philippe Ariès⁶⁴; e a obra coletiva, coordenada por José Mattoso, *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*⁶⁵. Neste dois textos evoca-se a vivência da morte pelo homem medieval, não só numa perspetiva individual mas também coletiva. Destacamos ainda a contribuição de Christopher Allmand⁶⁶ sobre a

⁵⁵ GARCÍA FITZ, Francisco – *Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media Europea*. Madrid: ArcoLibros, 1998. Coleção "Cuadernos de Historia", n.º 50.

⁵⁶ GARCÍA FITZ, Francisco – “¿De Exterminandis Sarracenis”? El trato dado al enemigo musulmán en el reino de Castilla-León durante la Plena Edad Media”. In FIERRO, Maribel, GARCÍA FITZ, Francisco (eds.) – *El cuerpo derrotado: Cómo trataban musulmanes y cristianos a los enemigos vencidos (Península Ibérica, ss. VIII-XIII)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Estudios Árabes e Islámicos. Monografías 15. 2008, pp. 113-166; *Idem – La Edad Media: Guerra e ideología: Justificaciones religiosas y jurídicas*. Madrid: SilexEdiciones, 2003.

⁵⁷ MCGLYNN, Sean – *A hierro e y fuego. Las atrocidades de la guerra en la Edad Media*. Barcelona: Crítica, 2009.

⁵⁸ DELUMEAU, Jean – *História do medo no Ocidente. 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009, pp. 11-221.

⁵⁹ CONTAMINE, Philippe – *La Guerra en la Edad Media... op. cit.*, pp. 316-328.

⁶⁰ GAIER, Claude – “Temerite et bravade chevaleresques: une composant tactique embarrassante”. *Revista de História das Ideias*. Vol. 30 (2009), pp. 119-136.

⁶¹ FLORI, Jean – *Caballeros Y Caballería en la Edad Media*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2001.

⁶² MCGLYNN, Sean – *A hierro e y fuego... op. cit.*

⁶³ COLLINS, Randall – “Three Faces of Cruelty: Towards a Comparative Sociology of Violence”. *Theory and Society*. ISSN: 0304-2421 – Print; 1573-783 – online. Vol. I, Issue 4, Winter (1974), pp. 415-440.

⁶⁴ ARIÈS, Philippe – *O homem perante a morte – I*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1988.

⁶⁵ MATTOSO, José (dir.), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995.

⁶⁶ ALLMAND, Christopher – “War and the non-combatant in the Middle Ages”. In KEEN, Maurice H. (ed.), *Medieval Warfare – a History*. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 253-272.

questão dos não-combatentes. Pela forma como a guerra era combatida, pela inexistência de uma distinção (clara) entre civil e soldado e pela precariedade da vida da maioria da população, averiguar e perceber quais as consequências da guerra para os não-combatentes é essencial num estudo da natureza do que aqui propomos.

A guerra marcava a sociedade e marcava o território. Para uma visão destas duas perspectivas foram bastante úteis os contributos de João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins, na sua obra conjunta *As cicatrizes da Guerra*⁶⁷. Sobre a prática da guerra e as operações militares, destacamos ainda o apoio que colhemos no livro lindíssimo que Georges Duby consagrou à batalha de Bouvines⁶⁸. Da mesma forma, foram-nos muito úteis os trabalhos que Miguel Gomes Martins dedicou a uma série de operações militares no período *De Ourique a Aljubarrota*⁶⁹, assim como as várias descrições de eventos bélicos que João Gouveia Monteiro escolheu para inclusão na recentíssima *História Militar de Portugal* coordenada por Nuno Severiano Teixeira⁷⁰.

Todos estes textos, bem como os restantes que elencamos na bibliografia final, garantiram-nos o suporte teórico indispensável à preparação deste trabalho. Nas fontes, procurámos os vestígios que nos permitiram ir mais longe e, ao mesmo tempo, abonar as afirmações que fomos expondo ao longo do trabalho.

Munida da teoria, passemos à prática. A informação que recolhemos das fontes foi sistematizada numa tabela que preparámos e que se encontra reunida no Anexo. O registo foi sendo efetuado de acordo com os campos: obra; capítulo/página; contexto breve; transcrição; contexto na dissertação. Este foi um trabalho moroso e minucioso, mas extremamente útil para a elaboração da dissertação. A recolha original resultou em 1390 entradas, das quais apresentamos as que efetivamente foram utilizadas nas páginas que se seguem.

Uma última nota para indicar que todas as traduções que se encontram ao longo do texto são da nossa autoria e, portanto, da nossa inteira responsabilidade.

⁶⁷ MONTEIRO, João Gouveia e MARTINS, Miguel Gomes, *As Cicatrizes da Guerra... op. cit.*

⁶⁸ DUBY, Georges – *Uma Batalha na Idade Média. Bouvines, 27 de Junho de 1214*. Tradução Portuguesa. Lisboa: Terramar, 2005.

⁶⁹ MARTINS, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota... op. cit.*

⁷⁰ MONTEIRO, João Gouveia – “Parte I (1096-1495)”. In TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *História Militar de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017, pp. 15-206.

1. A guerra em Portugal

Ontem como hoje, a guerra marca uma sociedade, transforma a sua fisionomia, fere-a nos seus recursos, aprisiona esperanças, rasga cicatrizes profundas no território e nas pessoas. Ontem como hoje, não é possível ficar imune a uma guerra, passar por ela indiferente.

Comecemos por perceber como foi a guerra no Portugal Medieval: como se praticava; quem combateu, como era composta a hoste e qual o processo de recrutamento; contra quem se lutou e quais os motivos; quais as justificações para combater.

1.1. A prática da guerra

Na Idade Média a guerra foi uma constante, quando não se combatia preparava-se a próxima operação militar, construíam-se fortificações ou refaziam-se os muros destruídos. Era uma sociedade moldada pela guerra, organizada em função da guerra, pois vivia em tensão permanente e a guerra era a forma privilegiada de reposição da ordem, na ausência de mecanismos diplomáticos sofisticados e em tempo de fragilidade dos poderes centrais. Contudo, na Idade Média ainda não existiam exércitos permanentes e a mobilização das hostes era efetuada à medida das necessidades, dispersando-se a hoste no final de cada campanha. Aliás, não era clara a distinção entre civil e militar – por norma, a maioria dos combatentes que integravam os exércitos eram civis chamados à hoste por uma qualquer obrigação. A sociedade trifuncional que caracterizava o pensamento da época, com as suas três ordens bem definidas – *oratores*, *bellatores* e *laboratores* – tinha uma aplicabilidade relativa, no que à guerra (*bellum*) diz respeito. Basta olhar para as longas fileiras de um exército para perceber que a pé seguem os *laboratores*, provando que o exclusivo da guerra não pertencia aos *bellatores*, esses (supostos) guerreiros por natureza, definição e função.

A guerra em Portugal na Idade Média seguiu o modelo proposto por Claude Gaier, caracterizando-se por «uma sucessão de devastações, assédios frequentes e, raras vezes, alguma batalha»⁷¹. Praticada sobretudo na primavera e no verão, quando o clima era propício à deslocação dos exércitos e à realização das operações, foi sobretudo uma guerra de desgaste e de devastação, com campanhas de curta duração, num raio de ação limitado e deixando um rasto de destruição significativo: destruição de casas, de colheitas, de terras e meios de produção; traumas nas populações; despovoamento; fomes; quebra demográfica; caos!

Tendo em conta o arco temporal deste trabalho, para a análise da guerra que se praticava em Portugal podemos distinguir dois períodos: i) até meados do século XIV, entre 1139 e

⁷¹ Apud GARCÍA FITZ, Francisco, *Ejércitos y actividades guerreras... op. cit.*, p. 45.

1367⁷², caracterizado pela reconquista, pela estabilização da fronteira e pela (re)organização do território num clima de crescente centralização do poder régio; ii) e a partir de meados do século XIV, entre 1367 e 1449⁷³, um período marcado pelas sérias dificuldades resultantes da “Crise do Século XIV”, pelas lutas decorrentes das pretensões de Portugal ao trono de Castela e *vice-versa*, pelo nascimento e consolidação de uma nova dinastia, pelo início da expansão ultramarina e por guerras civis de ordem e motivação várias.

Até meados do século XIV, não obstante a predominância da cavalaria pesada, assiste-se já à crescente valorização da infantaria e, no seu seio, sobressaem os destacamentos de atiradores (besteiros e arqueiros). Prevaecem os raides fronteiriços, as cavalgadas e os fossados. A guerra naval começa a ser valorizada, sobretudo, depois da contratação por D. Dinis do almirante genovês Manuel Pessanha, em 1317.

De meados do século XIV em diante, torna-se clara a superioridade da defesa em relação ao ataque e as estratégias e táticas são pensadas em conformidade, destacando-se a preocupação com a construção e o restauro de fortificações e de muralhas urbanas. Num período no qual se procura o controlo do território e a afirmação do poder da Coroa, aumentam as expedições lideradas pelo rei e é óbvia a preocupação com o domínio das fortalezas. Claro que temos várias batalhas, a maior de todas a “batalha real” de Aljubarrota, mas são casos excepcionais ou de último recurso. Em finais do século XIV, difundiram-se em Portugal as armas de fogo, mas estas eram sobretudo utilizadas em operações de cerco. A guerra naval, essa, foi merecendo cada vez mais atenção.

Olhemos agora com um pouco mais de atenção para os principais tipos de ações militares levadas a cabo em Portugal, na Idade Média: cavalgadas e fossados, guerra de cerco, batalhas campais e guerra naval.

As cavalgadas⁷⁴ e os fossados⁷⁵ eram incursões de devastação em território inimigo. Estas operações apresentavam inúmeras vantagens: necessitavam de pouca gente, pouco tempo e pouco financiamento. De uma maneira geral, as cavalgadas e os fossados implicavam sempre destruição do território, dos bens e dos corpos do adversário; como nos diz Francisco García Fitz, «a incursão destrutiva não só acabava com as colheitas que estavam a ponto de serem colhidas, dizimava o gado, destruía as infraestruturas agrícolas e arruinava a economia da

⁷² Para uma caracterização mais completa deste período, essencialmente entre os anos 1245 a 1367, ver: MARTINS, Miguel Gomes, *A arte da guerra em Portugal... op. cit.*

⁷³ Sobre este período veja-se MONTEIRO, João Gouveia, *A guerra em Portugal... op. cit.*

⁷⁴ Como exemplo, veja-se a campanha de D. Dinis em Castela (1295-1297), no âmbito da crise de sucessão de Sancho IV, designadamente as várias cavalgadas levadas a cabo por ambas as partes em confronto (C7PR/II-D, cap. IX-X, pp. 36-38).

⁷⁵ Tome-se como exemplo o designado Fossado de Triana, levado a cabo pelo infante Sancho, que, saindo de Coimbra em maio de 1178, rumou a Sevilha, que na época representava o centro do poder almóada na Península Ibérica (C7PR/I-AH, cap. XXXII-XXXIV, pp. 107-124).

cidade ou a comarca que se pretendia conquistar, mas também se prendia ou massacrava a população não combatente para ‘convencer’ os sobreviventes de que a rendição era a melhor das saídas possíveis perante tanta desgraça acumulada»⁷⁶.

Independentemente do objetivo, as consequências para as populações atingidas eram terríveis: empobrecimento; desmoralização; sensação de impotência e de falta de proteção; fome; desgaste psicológico pela destruição de colheitas e meios de produção; corte de árvores; fogo; morte de muitos dos seus parentes e amigos e iminência do seu próprio decesso.

Com a consciência de que o domínio do território implicava o controlo dos seus pontos fortes – como os castelos, as cidades ou as vilas amuralhadas – os ataques a estes redutos tornaram-se frequentes⁷⁷. Sem dúvida que, no período anterior à generalização das armas de fogo, quem defendia estava em vantagem, representando um ataque a uma fortificação uma operação demorada e arriscada, conquanto muito praticada na Idade Média portuguesa. O ataque podia ser levado a cabo através de uma ou várias das seguintes opções: escalada dos muros, recorrendo a escadas encostadas às muralhas; construção de torres móveis – transportadas até à muralha, com os besteiros no topo a tentar limpar o adarve, enquanto era descida uma plataforma para a passagem das muitas tropas que seguiam no seu interior; utilização de aríetes para britar os muros e/ou nas portas (era comum seguirem no fundo das torres móveis); escavação de minas com vista à destruição das bases dos muros, ou mesmo para tentar entrar dentro da fortaleza; atear fogo às portas; e utilização de trabucos para arremesso de pedras, procurando a destruição das muralhas por via aérea. Não conseguindo tomar a fortaleza, bloqueava-se a praça, continuando as operações agora com um novo objetivo: fazer capitular os sitiados pela fome, pela sede, pelas doenças ou pelo desespero. Em síntese, desgastar os inimigos até à rendição ou à morte. Para o exército sitiador, era bastante trabalhoso e dispendioso, para além de provocar muitas baixas e de se viver sempre sob a ameaça do aparecimento de um exército de socorro. Para quem defendia, não era menos difícil. Era necessário defender a praça a todo o custo, através dos mais variados expedientes: revirar as escadas que eram apoiadas às muralhas e dar combate àqueles que conseguissem subir; do cimo da muralha, atirar todo o tipo de materiais na expectativa de conter o ataque – pedras (os famoso “cantos” das crónicas), líquidos a ferver, colmeias, etc.; reconstruir os troços dos muros que fossem sendo destruídos pelas máquinas de cerco; destruir as diferentes máquinas utilizadas pelos sitiados; enviar pedidos de ajuda a eventuais aliados... Depois de

⁷⁶ GARCÍA FITZ, Francisco, *¿"De Exterminandis Sarracenis"? ...*, op. cit., pp. 126-127.

⁷⁷ Pense-se no cerco de Lisboa levado a cabo por Henrique II de *Trastámara*, a partir de fevereiro de 1373, no decurso da segunda guerra fernandina (CDF, cap. LXXIII-LXXXIII, pp. 257-291).

instalado o cerco a um castelo ou praça-forte, era ainda necessário resistir à fome, à sede, às doenças e ao medo.

Sitiadores e sitiados sofriam com a guerra de cerco. Com uma muralha de permeio, a certa altura, as dificuldades assemelhavam-se. Em ambos os casos, era imprescindível um elevado grau de organização, bem como garantir ao máximo o abastecimento do arraial e da praça. Nos dois casos, manter os ânimos em alta era uma tarefa prioritária. Em princípio, só no caso dos sitiadores o tempo poderia ser um aliado, mas nem sempre, já que os alimentos em volta também se iam esgotando, as doenças espreitavam e a espera dinamitava a paciência dos combatentes (em especial dos nobres, que apreciavam muito pouco este tipo de operações).

Por fim, o desfecho de um cerco assumia variadas formas: rendição; acordo negociado (“preitesia”); desistência dos sitiadores; traição por um dos elementos da praça (que podia, por exemplo, abrir discretamente uma porta); ou tomada pela força (variante que era, em geral, acompanhada por uma carnificina sangrenta e por um saque impiedoso).

As batalhas campais⁷⁸ foram acontecimentos raros, na Baixa Idade Média, sendo conscientemente evitadas pelos comandantes sempre que possível. Já Vegécio aconselhava que, havendo alternativa, a batalha era de evitar. Na verdade, nos séculos XII a XV, muitas batalhas campais aconteceram em desespero de causa: «quando uma força invadia ou quando se tentava deter uma invasão; ou para fazer face a rebeliões. Foram raros os líderes que lutaram em mais do que uma grande batalha»⁷⁹. Esta cautela dos comandantes fundamentava-se em diversos fatores: na imprevisibilidade do combate; nas dificuldades de transmissão de ordens; na confusão que se gerava durante a luta; no pânico que se podia instalar a qualquer momento; na incerteza do seu final, muitas vezes ditado por acontecimentos fortuitos; nos riscos humanos elevadíssimos para quem participava (e, por norma, eram muitos os participantes); em questões táticas, como a inferioridade numérica, uma posição desvantajosa, o moral em baixo, a falta de disciplina, ou problemas de fidelidade. Ainda assim, as batalhas tiveram lugar no Portugal dos finais da Idade Média, fosse na sequência de cavalgadas inimigas (como em Trancoso, em maio de 1385⁸⁰), fosse por falta de alternativa de uma das

⁷⁸ Veja-se a batalha de Aljubarrota que colocou frente a frente, no final do dia 14 de agosto de 1385, os exércitos de D. João I de Portugal e de D. Juan I de Castela (CDJI-II, cap. XXIX-XLVII, pp. 58-113).

⁷⁹ DeVRIES, Kelly – “Medieval Warfare and the Value of a Human Life”. In Christie, Niall e Yazigi, Maya (eds.), *Noble Ideals and Bloody Realities. Warfare in the Middle Ages*. Leiden/Boston: Brill (col. History of Warfare. Vol. 37), 2006, p. 32.

⁸⁰ A batalha de Trancoso teve lugar no dia 29 de maio de 1385, pouco depois da eleição do mestre de Avis como rei de Portugal, nas Cortes de Coimbra de 6 de abril de 1385. A refrega representou uma vitória portuguesa frente a uma força castelhana, que havia entrado pela Beira e avançado até Viseu, roubando e destruindo tudo quanto encontrou pelo caminho. Foi já no regresso, que a longa coluna castelhana, carregada de um enorme saque, foi surpreendida, na chamada Veiga de Trancoso, por uma força portuguesa, organizada por alguns fidalgos beirões (Gonçalo Vasques Coutinho, Martim Vasques da Cunha, Gil Vasques da Cunha, João Fernandes Pacheco e Egas Coelho). Do confronto, travado a pé, resultou o desbarato da força castelhana com perdas elevadíssimas.

partes (caso de Aljubarrota, em agosto 1385⁸¹), no decurso de outras operações, que não tinham como objetivo dar batalha (como sucedeu em Valverde, em outubro de 1385⁸²), ou ainda de guerras civis (tal como sucedeu em Alfarrobeira, em maio de 1449⁸³).

Participar numa batalha campal terá sido um acontecimento relevante na vida de um combatente, tanto pela emoção do momento em si, como pela comoção que a brutalidade pode causar. A sua vida ficou certamente marcada por tudo o que experienciou naquele campo, inserido na sua hoste, frente a um outro exército, cujo objetivo final era (no limite) a morte dos respetivos opositores.

⁸¹ Depois de vários desaires na tentativa de vingar o insucesso castelhano no cerco de Lisboa de 1384, D. Juan I de Castela decidiu convocar um grande exército para Cidade Rodrigo e avançou para Portugal, com o objetivo de colocar um novo e definitivo cerco a Lisboa, considerada a chave militar do reino. Assim, na segunda semana de julho, os castelhanos entraram em Portugal, na zona da Beira, e avançaram para sul, chegando a Soure no início de agosto. O monarca português, atento a esta invasão, instalou o seu quartel-general em Abrantes e, consciente das intenções castelhanas, convocou o seu conselho de guerra para decidir que posição tomar. Não existiu unanimidade no conselho, e à sugestão de um ataque à Andaluzia, Nuno Álvares Pereira contrapôs um ataque musculado ao exército castelhano, barrando-lhe o caminho e obrigando-o a uma decisiva batalha campal. A convicção do Condestável nesta solução levou-o a avançar apenas com os homens do seu pequeno exército, disposto a enfrentar o inimigo, o que forçou o rei a segui-lo. Assim, a 8 de agosto, a hoste régia reuniu-se em Tomar e avançou para preparar a batalha. Depois das hesitações dos castelhanos, do realinhamento da marcha, procurando evitar a batalha que se previa, e do avanço português, escolhendo e preparando o terreno, por forma a convencer o inimigo a aceitar dar batalha, os dois exércitos rivais colocam-se em posição de combate, numa segunda feira, dia 14 de agosto de 1385. A iniciativa partiu da força franco-castelhana, com o avanço da vanguarda montada francesa que, deparando-se com as ‘armadilhas’ (fossos, covas de lobo e abatizes) com que a hoste anglo-portuguesa fortificou o terreno, combinadas com a pressão dos arqueiros, foi completamente trucidada. Sem consciência do desbarato da vanguarda, o batalhão real castelhano avançou e, se num momento inicial, ainda conseguiu penetrar na vanguarda portuguesa, comandada pelo Condestável, foi rapidamente controlada e desbaratada. A superioridade numérica castelhana perdeu-se na impossibilidade do avanço das alas (pelos constrangimentos naturais do terreno – linhas de água e ravinas) e nas fortificações acessórias construídas no terreno. O pânico instalou-se na hoste castelhana que, ao ver a bandeira real derrubada e a fuga de D. Juan I, se precipitou numa fuga desesperada a que os portugueses responderam numa perseguição impiedosa. Na refrega terão morrido três a quatro mil franceses e castelhanos, mas outros tantos terão sucumbido na perseguição que se seguiu (mortos pelos combatentes mas também pelos muitos civis que se lhe juntaram nesta fase final da perseguição). Esta batalha representou a resolução definitiva da chamada Crise de 1383-1385, consolidando a posição de D. João I como rei de Portugal e afastando D. Juan I da pretensão ao trono português. O monarca português assume, por sua vez, uma posição ofensiva mantendo o seu inimigo, agora com o exército bastante debilitado, sob uma forte pressão militar. Sobre esta batalha ver MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*. Batalhas de Portugal. Lisboa: Tribuna da História, 2007.

⁸² Na batalha de Valverde (Mérida) Nuno Álvares Pereira derrotou uma força castelhana que lhe cortou o caminho quando regressava de uma cavalgada – partindo de Estremoz, durante cerca de duas semanas, Nuno Álvares e os seus homens correram mais de trinta léguas na região de Badajoz. O combate ter-se-à dado entre os dias 5 e 7 de agosto de 1385. A hoste portuguesa, que tentava cruzar o rio Guadiana, foi interceptada por um exército chefiado pelos mestres de Santiago, de Alcântara e de Calatrava, com o qual teve que encetar um arriscado combate. O condestável português foi obrigado a uma série de manobras para conseguir conter o ataque castelhano e a batalha foi decidida, sobretudo, graças à morte do mestre de Santiago que originou a debandada dos castelhanos.

⁸³ Terminada a regência de D. Pedro, em julho de 1448, a proliferação das intrigas levaram ao seu afastamento da Corte. No verão daquele ano, o infante retirou-se para o seu ducado de Coimbra, ficando o Conselho Régio nas mãos dos seus opositores. Em 1449, ao hesitar na entrega de armamento depositado em Coimbra, adensou o clima de tensão e, quando o duque de Bragança (D. Afonso, meio-irmão do ex-regente), em resposta à chamada de D. Afonso V, tenta fazer o seu caminho em direção a Lisboa pelas terras do ducado de Coimbra, o ex-regente proíbe-lhe a passagem, considerando que se tratava de uma provocação. O ambiente torna-se explosivo. O ex-regente, depois de ter obrigado o meio-irmão a um enorme desvio, reuniu o conselho ducal e organizou uma hoste com a qual marchou ao encontro do sobrinho, o rei D. Afonso V. Depois de, desiludido, perceber que Lisboa (onde contava obter apoios) se encontrava sob o domínio do monarca, e que este vinha já no seu encalço, o infante preparou-se para a batalha no local onde permanecia, nas imediações de Alverca, junto à ribeira de Alfarrobeira. A desproporção numérica entre as duas forças ditou o resultado da batalha: o desbarato das forças do infante e a sua morte no campo da batalha, naquele dia 20 de maio de 1449.

A guerra naval foi-se também desenvolvendo. Desde, pelo menos, o reinado de D. Afonso Henriques, encontramos galés em atividades bélicas: para transporte (de homens, animais e/ou mantimentos); em apoio a cercos; em (escassos) embates navais. Mas foi, sobretudo, com D. Dinis que a guerra naval conheceu um grande impulso, com a criação da marinha de guerra e a contratação do genovês Manuel Pessanha, em 1317, para almirante-mor da frota real portuguesa. Com ele vieram «vinte genoveses conhecedores do mar e qualificados»⁸⁴ valorizando, assim, a marinha portuguesa com a sua experiência, sabedoria e aptidão. Para o período em apeço, o navio de combate mais utilizado foi a galé – um barco tipicamente mediterrânico e que praticamente não sofreu alterações a partir do século XII. O seu casco era muito esguio e movia-se essencialmente a remos, podendo também fazê-lo à vela ou de forma combinada. A sua arma mais temível era o esporão, à proa, ao nível da água⁸⁵. Não dispondo de muito espaço para armazenamento, uma vez que os remadores ocupavam grande parte do espaço disponível, era um navio com uma autonomia muito limitada, sendo necessárias escalas constantes para reabastecimento. Nos confrontos navais, o navio é a arma principal e com o ataque procurava-se «inutilizar a embarcação inimiga através de um ou mais golpes de esporão que a esventravam um pouco abaixo da linha de flutuação»⁸⁶. Quando os navios se aproximavam, surgia uma nuvem de projéteis arremessados de uma(s) embarcação(ões) para a(s) outra(s). Encostadas as embarcações, a luta decorria como se travada em terra.

Integrar uma operação militar naval terá representado um momento extremamente desgastante, não só pela difícil vida no mar (de que mais adiante falaremos) como também pelos perigos acrescidos de uma guerra marítima: no mar, o perigo chega não só pela mão do inimigo, mas também (e, muitas vezes, sobretudo) pela água e pelo vento!

1.2. A hoste

Não existindo exércitos permanentes, a hoste constituía-se pelo somatório de uma série parcelas procedentes do recrutamento feudal, obrigatório ou remunerado. Podemos distinguir os seguintes contributos: da guarda pessoal do rei; da nobreza e dos seus séquitos; dos concelhos; das Ordens Militares. A estes juntam-se os mercenários; os homiziados e degredados; os voluntários; e contingentes estrangeiros (por exemplo, cruzados e forças estrangeiras aliadas). Vejamos um pouco melhor cada uma destas partes.

⁸⁴ DUARTE, Luís Miguel, *A marinha de guerra portuguesa... op. cit.*, p. 300.

⁸⁵ *Idem, Ibidem*, p. 305.

⁸⁶ *Idem, Ibidem*, p. 324.

A guarda pessoal do rei corresponde a um pequeno grupo de homens cuja função era a proteção do monarca, em troca de um pagamento. Poderiam desempenhar outras funções, designadamente, integrar a hoste quando esta era mobilizada. É possível afirmar que D. Afonso Henriques já teria uma guarda pessoal ao seu dispor, seguindo o exemplo de seu pai⁸⁷.

A nobreza identifica-se invariavelmente com a guerra, eram estes os *bellatores* cuja «obrigação era com as suas espadas, imposição da justiça, proteção dos fracos e defesa do clero e da ‘pátria’»⁸⁸. Recrutados entre os grandes senhores, vassallos e respetivos séquitos, era deste grupo que saíam os cavaleiros dos exércitos medievais e «era com eles que a monarquia contava, em primeira instância, para a constituição das hostes régias»⁸⁹. Até 1287, o recrutamento era efetuado, sobretudo, junto dos detentores da tenência das terras, cujo serviço se inseria no âmbito das obrigações feudo-vassálicas. Porém, chegados aos finais do século XIII, é perceptível o desagrado da nobreza na prestação deste serviço (aliás, percebem-se sinais deste descontentamento já desde os inícios do século), negligenciando claramente esta sua obrigação. Na tentativa de obviar este problema, alterou-se o modelo, valorizando-se alternativas remuneratórias bem mais aliciantes. D. Afonso III fomentou o sistema das soldadas vassálicas, «sob a forma da atribuição de um rendimento fixo ou de uma quantia em numerário»⁹⁰. D. Dinis, em 1287, extinguiu a tenência das terras e adotou o modelo das “contias”⁹¹. Com D. Fernando, além das “contias”, era pago mensalmente um soldo de campanha. Com D. João I, o sistema mantém-se e reorganiza-se, culminando na criação, em inícios de Quatrocentos, da “ordenança certa” (Fernão Lopes) de 3200 lanças sempre a postos para servir o rei: «500 dos ‘capitães’ (certamente as ‘lanças’ dos vassallos principais), 2360 ‘descudeiros de huma lança’ (quer dizer, de pequenos vassallos, da pequena nobreza, ou nem isso) e 340 das Ordens Militares»⁹². A partir de 1415, para Ceuta, recorreu-se ao pagamento de estipêndios para garantir e incentivar o serviço no Norte de África.

Os contingentes assegurados pela nobreza eram bastante heterogéneos, constituídos por familiares diretos e membros da respetiva linhagem, vassallos, elementos contratados para uma ou outra campanha e habitantes dos senhorios, constringidos em função das suas obrigações militares para com o respetivo senhor. Os séquitos dos senhores, normalmente,

⁸⁷ MARTINS, Miguel Gomes, *A arte da guerra em Portugal... op. cit.*, pp. 210-211.

⁸⁸ KEEN, Maurice – “Introduction: Warfare and The Middle Ages”. In KEEN, Maurice H. (ed.), *Medieval Warfare – a History*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 4.

⁸⁹ MARTINS, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota... op. cit.*, p. 16.

⁹⁰ MONTEIRO, João Gouveia, *Parte I (1096-1495)... op. cit.*, pp. 103-104.

⁹¹ O monarca outorga «um rendimento anual aos seus vassallos, [pelo qual] estes eram obrigados a servir na guerra com um número certo de lanças, ou seja, de combatentes devidamente equipados» (COELHO, Maria Helena da Cruz, *No rasto da guerra – o antes e o depois... op. cit.*, p. 292).

⁹² MONTEIRO, João Gouveia, *A guerra em Portugal... op. cit.*, pp. 41-42.

eram compostos principalmente por quatro categorias fortemente relacionadas: família de sangue, parentela artificial (casados com família de sangue ou compadrio), vassalos e amigos pessoais. Um séquito assim formado assegurava uma certa solidariedade orgânica e coesão, coisa que nos exércitos modernos tem que ser construída artificialmente⁹³.

Os concelhos forneciam vários tipos de contingentes, recrutados na população do concelho e nos territórios sob a sua jurisdição. No século XII encontramos os cavaleiros-vilãos, combatentes pertencentes aos mais elevados estratos do concelho e que tinham como obrigação possuir cavalo e armas para servir o rei. Foram essenciais nas zonas fronteiriças no período da Reconquista. Com a estabilização da fronteira, a necessidade de defesa contínua foi diminuindo e o sistema evoluiu para o aparecimento, ao tempo de D. Dinis, dos aquantiados, com a definição de uma relação entre a fortuna pessoal e a obrigação de possuir um determinado equipamento militar (e, no caso dos mais ricos, também um cavalo) para servir o rei. Regularmente, eram feitas avaliações dos bens próprios de cada um, os chamados “alardos”⁹⁴. Os aquantiados recebiam soldo de campanha e usufruíam de uma série de isenções e de privilégios. Eram homens que se dedicavam à lavoura, mas que tinham alguma especialização no manejo das armas.

Um dos principais contributos dos concelhos provinha dos contingentes de besteiros do conto, recrutados junto dos mesteirais jovens, casados ou com casa própria e que combatiam utilizando a besta. Reconhecendo a importância destes atiradores, D. Dinis, na expectativa da sua rentabilização, atribuiu-lhes um enquadramento legal próprio, convertendo-os numa milícia com um quantitativo fixo – um ‘conto’ –, previamente definido pela Coroa para cada povoação. Aos seus elementos exigia-se um elevado grau de adestramento no manejo da besta, a sua arma de eleição. Estavam obrigados a treino semanal e a manter as armas em bom estado e prontas a servir. O seu comandante era o anadel (que respondia perante o anadel-mor do rei) e usufruíam de muitos privilégios⁹⁵.

Em 1392, D. João I criou ainda os besteiros de cavalo, um grupo de 500 homens, elevados à condição de vassalos e que combatiam com besta e, como o nome indica, a cavalo⁹⁶.

⁹³ ROGERS, Clifford J., *Soldiers Lives Through History... op. cit.*, pp. 39-42.

⁹⁴ Inicialmente a cargo das autoridades locais, mas depois, ao tempo de D. Afonso IV, pelos corregedores das comarcas e, a partir do reinado de D. Fernando, pelos coudéis, que eram oficiais de nomeação régia.

⁹⁵ FERREIRA, Leandro Filipe Ribeiro – *De homens comuns a força de elite: os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1385-1438)*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015. Disponível em: http://www.academia.edu/5302716/De_homens-comuns_a_for%C3%A7a_de_elite_os_besteiros_do_conto_em_Portugal_na_Idade_M%C3%A9dia_1385-1438_ (consultado a 28/12/2018), pp. 38-46; e MARTINS, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota... op. cit.*, p. 26.

⁹⁶ Sobre a milícia dos besteiros de cavalo, ver MONTEIRO, João Gouveia, *A guerra em Portugal... op. cit.*, pp. 72-76.

Numa hoste tardo-medieval, claro que o contingente mais numeroso era formado pelos peões, que compunham a infantaria. Na maioria dos casos, estes homens seguiam impreparados, insuficientemente armados e mal protegidos.

Era igualmente nos concelhos que se recrutavam os homens que prestavam serviço no mar. A mobilização era feita campanha a campanha, conforme as necessidades, no universo masculino com idade superior a 12 anos, preferencialmente habituados às fainas marítimas ou fluviais⁹⁷. No entanto, também muita gente que em nada se relacionava com o mar era apurada e forçada a embarcar. Por ser um serviço penoso, mal pago e muito difícil gerou muitas reclamações. Todos os que conseguiam, evitavam realizá-lo. A partir do século XV, com as campanhas no Norte de África e a necessidade de manter guarnições nas praças conquistadas, o recrutamento foi cada vez mais intenso e alargado.

As Ordens Militares forneciam contingentes reduzidos, mas essenciais pela sua capacidade bélica. Bem armados, disciplinados, disponíveis e adestrados na guerra, estes homens compensavam a sua pouca quantidade com a sua grande qualidade. Foram essenciais em todo o período, mas deve salientar-se a sua prestação na época da Reconquista, tanto pela participação nas operações militares como pela manutenção e proteção da fronteira⁹⁸.

A urgência de homens para a guerra levou ao recurso a mercenários, combatentes contratados, a quem era pago um soldo e que lutavam em função do contrato que os seus líderes negociavam com a Coroa. Como explicou Georges Duby, reportando-se à situação em França e em Inglaterra no século XIII, combatendo «a pé ... eles atiram ao arco e disparam bestas, atingindo de longe o adversário sorradeira e vergonhosamente, sem terem de lutar corpo a corpo ... Estritamente unidos, ombro a ombro – eles só são vulneráveis fora do bando ou durante as lentas caminhadas»⁹⁹. E estes são bandos que não se desfazem, mantêm-se unidos até à próxima campanha. Eram muito úteis em termos de eficácia, mas problemáticos quanto a fiabilidade e convivência, tanto com os restantes combatentes como (e sobretudo) com as populações; suscitavam também problemas de manutenção da ordem pública, na hora de se concentrarem nos locais de reunião da hoste, no início ou no final de uma campanha.

Na hoste régia podiam também ser incluídos homiziados, isto é, homens a contas com a justiça e que aceitavam engrossar as fileiras do exército a troco de um perdão (total ou

⁹⁷ DUARTE, Luís Miguel, *A marinha de guerra portuguesa... op. cit.*, p. 316.

⁹⁸ Para uma panorâmica sobre as Ordens Militares em Portugal, na Península Ibérica e na Europa, na Idade Média, veja-se, NOVOA PORTELA, Feliciano, AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (coord.) – *As Ordens Militares na Europa Medieval*. Lisboa: Chaves Ferreira Publicações, 2005. João Gouveia Monteiro sintetiza a contribuição das Ordens Militares para as hostes régias medievais em MONTEIRO, João Gouveia – “Arcaísmo ou modernidade no Exército Português”. In *Ordens Militares. Guerra, religião, poder e cultura*. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, 22 a 25 de Janeiro de 1998. Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 269-275.

⁹⁹ DUBY, Georges, *Uma Batalha na Idade Média... op. cit.*, p. 91.

parcial) para os seus crimes. Este era também um grupo problemático, causando receio e até terror nas restantes gentes.

Por fim, encontramos alguns voluntários, que procuravam prestígio social, influência, glória e proveito ou riqueza, através do saque; bem como contingentes estrangeiros – por exemplo os cruzados a caminho da Terra Santa, que foram vitais na conquista de Lisboa, em 1147, ou na tomada de Silves, em 1189; ou várias forças estrangeiras aliadas, como por exemplo, a hoste do duque de Lencastre que em 1387 acompanhou a hoste portuguesa numa invasão conjunta a Castela.

Era assim que se compunha uma hoste portuguesa na Idade Média e, tal como o exército de Filipe Augusto em Bouvines (1214), apresentava uma «extrema disparidade»¹⁰⁰, padecendo de falta de treino, de identidade e de cadeias de comando estabilizadas. Os combatentes traziam o armamento de casa, nem sempre conservado nas melhores condições. As dificuldades eram de monta: desde logo, na resposta às convocatórias; depois, de financiamento, uma vez que este não era assegurado regularmente, sendo necessário acautelá-lo campanha a campanha; por fim, dificuldades decorrentes da falta de coesão do sistema.

A acompanhar a hoste encontramos alguns membros do clero. Como a lei canónica proibía que os clérigos pegassem em armas, em complemento à sua função de capelães do exército e de conselheiros espirituais da hoste podiam ser-lhes atribuídas tarefas administrativas¹⁰¹.

1.3. Os inimigos a combater

Apresentada a hoste, vejamos quem eram os inimigos contra os quais se lutava.

Num primeiro olhar podemos distinguir entre “o semelhante” e o “outro”, ou seja, entre os que aos Portugueses eram semelhantes em termos de cultura, religião, língua e até fisionomia, e os outros, cuja cultura desconheciam, que praticavam uma religião diferente, que falavam uma outra língua e que podiam apresentar uma fisionomia distinta.

Como “semelhantes” podemos identificar: portugueses em lados opostos das várias guerras civis que pautaram este período¹⁰²; os “maus portugueses” que integravam hostes estrangeiras, com especial destaque, pelo seu protagonismo, para os “chamorros” que

¹⁰⁰ *Idem, Ibidem*, p. 24.

¹⁰¹ BELL, Adrian R., CURRY, Anne, KING, Andy & SIMPKIN, David – *The Soldier in Later Medieval England*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 204.

¹⁰² Como exemplo: a guerra civil que opôs D. Sancho II ao irmão D. Afonso, conde de Bolonha, em 1245-1248; a guerra civil de 1319-1324, que opôs D. Dinis ao infante herdeiro D. Afonso e à nobreza descontente; a ebulição em que entrou o país depois da morte de Inês de Castro, em 1355, com o infante D. Pedro a enfrentar o pai, D. Afonso IV, com toda a violência; a guerra civil que opôs os partidários do regente D. Pedro a D. Afonso V e que desembocou na batalha de Alfarrobeira (maio de 1449).

acompanharam D. Juan I durante a crise de 1383-1385; e os Castelhanos, nos vários conflitos entre Portugal e Castela. Neste grupo incluem-se, ainda, alguns dos contingentes de mercenários enviados pela Coroa inglesa ao nosso território, como aliados, mas que muitas vezes agiam como verdadeiros inimigos, destruindo e semeando o medo pelos locais por onde passavam¹⁰³. Na verdade, tal como Georges Duby indica para Bouvines, também em Portugal, neste período, «quase todos os guerreiros reconhecem, no grupo que lhes faz frente, as cores de um pai, de um cunhado, de um irmão, de um primo, ou então de um homem que, em tempos, eles reconheciam como sendo o senhor do seu feudo, tudo pessoas que eles deveriam servir e amar, por direito natural, ou, pelo menos, evitar ferir»¹⁰⁴. É de crer que esta proximidade relativamente ao inimigo acrescentasse mais um elemento de tensão num momento crítico, como o de um cerco, uma batalha, uma escaramuça, ou mesmo uma cavalgada. Por outro lado, essa mesma proximidade terá levado a alguma contenção, moderação e mesmo reserva no tratamento mútuo entre oponentes. É bem mais difícil lutar contra quem nos é próximo!

Os “outros”, por sua vez, são identificados com os muçulmanos, os mouros, os infiéis «quase sempre diminuídos pelos cronistas como ‘homens de pouca verdade’, ‘excomungada gente’, entre [outro tipo de] adjetivos negativos»¹⁰⁵. Neste caso, devemos considerar dois momentos e contextos distintos: a Reconquista ibérica e os avanços para o Norte de África, a partir de 1415. Estes “outros” sempre causaram grande receio aos Portugueses, pois tinham formas de viver diferentes, praticavam uma outra religião e eram apresentados como impiedosos no tratamento que davam aos cristãos cativos. Apostavam na velocidade de movimentos, nas ciladas e em atemorizar/desestabilizar o inimigo antes mesmo do contacto, fazendo muito barulho e confusão. Podemos supor o receio, o medo, ou mesmo o pânico, dos vulgares portugueses, que talvez nunca tivessem saído da sua aldeia, frente a um numeroso contingente de homens mais escuros, semblante mais carregado, extremamente barulhentos e rápidos nos seus movimentos de ataque. Mais difícil seria quando a guerra se passou a fazer no Norte de África, o seu *habitat* natural, e onde surgiam muitas vezes exércitos muçulmanos a perder de vista. É de crer que, com o decorrer do tempo, o olho se tenha habituado à fisionomia diferente mas, inicialmente, se por um lado se tornava mais fácil lutar/matar

¹⁰³ Pense-se nos ingleses que intervieram na terceira guerra fernandina, em 1381-1382, e que tantos distúrbios provocaram no Alentejo (CDF, cap. CXXIX-CXXXII, pp. 455-467).

¹⁰⁴ DUBY, Georges, *Uma Batalha na Idade Média... op. cit.*, p. 138.

¹⁰⁵ BERTOLI, André Luiz – *Guerra, Violência e Cavalaria em Portugal, 1367-1481*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016. Tese de Doutoramento em História Medieval, p. 112.

alguém que nos é completamente estranho, por outro, não deve ter deixado de impressionar e causar apreensão a visão destas multidões de homens.

1.4. A guerra justa

Desde cedo se procuraram justificações para a guerra e já Platão e Aristóteles mencionaram a problemática da justificação da guerra¹⁰⁶, mas foram as sociedades medievais da Europa Ocidental que desenvolveram «desde muito cedo um conjunto de princípios jurídicos, morais e religiosos tendentes a justificar a guerra, a legitimá-la, a dirigi-la, com objetivos considerados aceitáveis e, finalmente, a sacralizá-la»¹⁰⁷. Assim, desenvolveu-se a partir do século XIII a teoria da “guerra justa”, grosso modo, procurou-se um conjunto de regras que permitissem justificar a prática da guerra. Cumprindo esses preceitos, a guerra era considerada justa e, logo, justificada. Aliviavam-se consciências e enquadrava-se legal, moral e religiosamente uma atividade violenta, mortal e pecaminosa. A guerra era considerada justa quando desencadeada por uma autoridade legítima, com vista à recuperação de algo perdido (incluindo direitos), ou com o objetivo de repelir os invasores¹⁰⁸. Desta feita, era necessária uma entidade com autoridade para declarar a guerra e tinha que existir um objetivo ou uma causa que justificassem a ação militar. Por exemplo, para o caso português, Fernão Lopes, nas suas crónicas, veicula a ideia de que os Portugueses travavam uma guerra defensiva contra o invasor castelhano, ou seja, uma guerra justa. Contudo, o problema da teoria era a prática, uma vez que quem declarava a guerra o fazia (sempre) mediante uma justificação que, para si, era válida... Assim, todas as guerras se poderiam considerar justas e os beligerantes tinham sempre a razão do seu lado, podendo iniciar um conflito sempre que entendessem oportuno¹⁰⁹.

A teoria da guerra justa procurou ainda limitar a violência, condenando algumas condutas, como a matança indiscriminada ou as agressões gratuitas, e censurando a violência contra quem não combatia. Na linha desta ideologia, podemos identificar outros movimentos com o objetivo de mitigar os efeitos da guerra, como a “Paz de Deus” ou as “Tréguas de Deus”, através dos quais se procurou «restringir o exercício das armas a determinados dias da semana e a certos períodos do ano. Proibia-se a luta aos domingos (o dia do Senhor), às quintas-feiras (quando Deus instituiu a Eucaristia), às sextas-feiras (quando Ele morreu) e aos sábados

¹⁰⁶ ANTUNES, Luísa Marinho – “Álvaro Pais, *Espelho de Reis e Cartas*”. In AMADO, Teresa (coord.), *A Guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994, p. 198.

¹⁰⁷ GARCÍA FITZ, Francisco, *La Edad Media... op. cit.*, p. 17.

¹⁰⁸ ROGERS, Clifford J., *Soldiers' Lives Through History... op. cit.*, pp. 167-168.

¹⁰⁹ McGLYNN, Sean, *A hierro e y fuego... op. cit.*, p. 132.

(quando Ele foi sepultado)»¹¹⁰. Confinava-se assim a prática da guerra a três dias – segunda, terça e quarta. A proibição do exercício das armas estendia-se às semanas do Advento e da Quaresma, tal como a um elevado número de dias festivos, todos de inspiração religiosa.

Para os combatentes, o facto de participarem numa guerra justa fazia toda a diferença: a justiça da sua causa permitia que os seus atos fossem moral e legalmente justificados; as suas consciências ficavam em paz; e, em última análise, os seus pecados eram perdoados. Há uma clara intenção de condicionar a guerra a uma série de princípios. No limite, pretendia-se a paz, mas, não sendo possível alcançá-la, procurava-se pelo menos controlar os efeitos da guerra.

A acompanhar o desenvolvimento do conceito de guerra justa encontramos o de “guerra santa”, nos termos do qual se buscavam justificações religiosas para a guerra. Incentivava-se a guerra contra os inimigos da fé e condenava-se a guerra entre os cristãos, não deixando de acautelar uma série de justificações e possibilidades para quando esta tivesse lugar. A aceitação pela Igreja da inevitabilidade da guerra levou ao surgimento do conceito de guerra santa, numa tentativa de minimizar os seus efeitos nefastos (violência, destruição e morte). A justiça da causa era, neste caso, complementada com uma justificação do foro do sagrado, a luta contra os infiéis e os inimigos da fé cristã¹¹¹. As expedições estavam sob a alçada de Deus, que as protegia; multiplicavam-se os rituais religiosos no decurso das operações; as relíquias sagradas serviam como instigadores de vontades; a luta contra os Infiéis e os inimigos da Fé era encarada como obrigação cristã; e a morte em campanha era vista como um caminho para a salvação¹¹². Apesar de tudo isto, a guerra santa continuava a ser travada apenas pelos leigos, uma vez que para aos clérigos persistia o interdito de pegar em armas.

A expressão máxima da guerra santa traduz-se nas Cruzadas, levadas a cabo na Terra Santa: verdadeiras peregrinações em armas, de carácter supranacional e impulsionadas pelas autoridades religiosas ao mais alto nível. Na Península Ibérica, o processo de Reconquista cristã reveste-se do mesmo espírito de cruzada, contudo num contexto diferenciado.

¹¹⁰ ALLMAND, Christopher, *War and the non-combatant... op. cit.*, p. 255.

¹¹¹ MONTEIRO, João Gouveia Monteiro – “Guerra”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. C-I. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp. 318-319.

¹¹² GARCÍA FITZ, Francisco, *La Edad Media... op. cit.*, p. 130.

2. A caminho da guerra em Portugal

Ontem como hoje, a guerra marca quem nela participa. Vencedor mas, sobretudo, vencido, é sempre afetado psicologicamente; muitas vezes fisicamente; e, no limite, pode ser morto. É toda uma nova realidade, uma nova consciência de si que desperta, a da sua finitude, do seu medo, da sua coragem, da morte dos seus, da euforia da vitória, dos perigos, da miséria, da fome e da sede... e de tanto mais!

Neste capítulo, mostrar-se-á o que representava abalar para a guerra: quais as implicações na vida dos combatentes decorrentes da partida para a campanha; reunida a hoste, como se deslocava e quais os problemas que enfrentava; como eram ‘convencidos’ os combatentes a lutar, como eram preparados/mentalizados para participar numa operação militar.

2.1. Partir para a guerra

Não obstante a guerra estar imbricada na vida do homem medieval, ela era indesejada pela maioria da população. Na verdade, representava um fardo pesadíssimo, desorganizando a vida de todos e de cada um. Este desagrado é notório nos vários pedidos que os povos fizeram em Cortes para que fossem ouvidos sobre o fazer (ou não) a guerra. Nas Cortes de Lisboa de 1371, os procuradores pedem ao monarca que daí «en deante nom [fizessem] guerra nem moeda nem outros autos nehuũs de que se posa seguir dapno aa nosa terra Saluo com conselho dos nosos cidadãos e naturaes»¹¹³. Em Coimbra, nas Cortes de 1385, «os representantes do povo lamentaram-se ao novo monarca (D. João I, 1385-1433) de nunca terem sido ouvidos para feitos grandes, tais como o casamento do rei ou a eclosão de uma guerra, sendo no entanto sempre convocados quando se tratava de pagar as respectivas contas»¹¹⁴, pedindo para que «a guerra e a paz, a cunhagem da moeda e o casamento do monarca sejam aprovados pelos Concelhos»¹¹⁵. E na reunião de Cortes de 1433, que decorreu em Leiria e Santarém, rogam os povos «que o rei evite meter-se em guerras à custa do povo; se desejar fazê-lo e isso implicar a utilização dos haveres e corpos dos súbditos, convoque as cortes e obtenha delas o consentimento»¹¹⁶.

¹¹³ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*. Vol. I. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, art. 1.º, p. 16. A partir de agora citada por CP-F.

¹¹⁴ MONTEIRO, João Gouveia e MARTINS, Miguel Gomes, *As Cicatrizes da Guerra... op. cit.*, p. 17.

¹¹⁵ SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. Volume II. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, 1990, n.º 7, p. 225. A partir de agora citada por CMP-AS.

¹¹⁶ *Idem*, n.º 141, p. 316.

A obrigatoriedade de partir para a guerra, durante várias semanas ou mesmo meses, refletia-se na desorganização do quotidiano individual e coletivo. O abandono dos campos e dos mesteres, uma consequência das convocatórias, colocava em causa a produção alimentar e de bens, acarretando problemas graves de subsistência. Nas reuniões de Cortes alerta-se para este flagelo, solicitando cautelas no recrutamento: são vários os capítulos gerais com pedidos para que os lavradores não sejam constrangidos a servir na guerra; nas Cortes de 1389, em Lisboa, pede-se que os lavradores «sejam isentos do serviço militar»¹¹⁷, o rei acede salientando que se os restantes não forem suficientes para suprir as necessidades de homens, os lavradores não se poderiam escusar. O espectro da fome estava sempre presente e tornava-se mais forte nestes momentos em que, para responder à convocatória da hoste, se deixava para trás o cultivo e/ou a colheita. Podemos inferir esta preocupação na ata da Vereação de Loulé relativa à segunda sessão de 6 de fevereiro de 1385, onde se lê que são «muito aficados em muitos negociios pello aazo da guerra ... porque nom colherom seus novos e se colherom alguuns nom os venderom como deviam»¹¹⁸.

Numa outra perspetiva, os riscos inerentes à vida militar eram bastantes para dissuadir (quase) qualquer um: os ferimentos, o aprisionamento, as muitas privações da viagem, o combate e, no limite, a morte, tolhiam o ânimo e incentivavam o recurso a todo o tipo de desculpas para não partir. E são muitos os testemunhos de fugas e subterfúgios para fugir à convocatória: por exemplo, respondendo às muitas falhas e atrasos em comparecer ao chamado, a coroa aprisionava as mulheres e filhos/as até que o convocado se apresentasse¹¹⁹; e nas Cortes de Coimbra de 1394¹²⁰ diz-se que alguns entram na terceira Ordem de São Francisco para saírem da jurisdição do rei e não terem cavalos nem armas nem servirem o rei – pensamos que será uma forma de fugir (também) à guerra.

A manutenção do armamento e do equipamento com que se havia de servir era da responsabilidade do combatente e um encargo elevado. Numa época em que as condições de armazenamento e conservação eram mínimas, facilmente os materiais se deterioravam e tinham de se substituir. Por outro lado, as armas que se perdiam nas campanhas tinham que ser repostas. Participar na guerra era não só indesejável como dispendioso. Nas Cortes de 1389, que tiveram lugar em Lisboa¹²¹, foi feita uma alusão a este problema em termos de

¹¹⁷ *Idem*, n.º 22, p. 231.

¹¹⁸ *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, coordenação de Manuel Pedro Serra, leitura paleográfica e transcrição de Luís Miguel Duarte, João Alberto Machado e Maria Cristina Cunha. Loulé: Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal, 1999/2000. Separata da Revista *Al-Ulyã*, n.º 7, 06/02/1385 - 2.ª, pp. 32-33. A partir de agora citada por *AVL*.

¹¹⁹ CP-F, art. 80.º, p. 53.

¹²⁰ CMP-AS, n.º 22, p. 249.

¹²¹ *Idem*, n.º 30, p. 232.

atualização dos róis dos acontiadados em armas. Eram considerados róis antigos e muitas das armas já se tinham perdido na guerra não tendo sido possível a sua reposição.

Não nos esqueçamos também de que, por norma, cabia ao combatente acautelar as suas provisões para a campanha. Nas Cortes de Leiria/Santarém, de 1433, pedem os procuradores «que o povo não seja constringido a prover de biscoitos feitos com seu pão as armadas, mas que sejam feitos com as farinhas dos celeiros reais»¹²².

Neste contexto, eram muitas as queixas relativas à prestação do serviço militar, apresentadas tanto pelos membros da nobreza como dos concelhos. Era dispendioso; os pagamentos ou se atrasavam ou, no limite, não aconteciam; eram constantes os abusos no recrutamento, salientando-se neste caso o recrutamento de homens para as operações navais e para a defesa de Ceuta, uma praça longínqua, onde muitas vezes se era obrigado a permanecer mesmo para além do tempo devido, com os muçulmanos sempre a ameaçar. Nas Cortes de Leiria/Santarém de 1433, nos Capítulos Gerais do Povo, há um artigo em que se solicita que «seja guardado e não ultrapassado o tempo estabelecido para o serviço militar de Ceuta»¹²³, alegando que a serventia é aborrecida e que os homens se sentem desterrados sempre que são constringidos a seguir para o Norte de África. A tudo isto junta-se o risco de servir em certos pontos mais perigosos, como na fronteira alentejana de Elvas-Badajoz, muito exposta e perigosa e na qual o rei de Castela mandava dar todos os anos «certa peensom a cento de caualllo que continoadamente esteuessem na cidade de badalhouçe»¹²⁴, prontos para fazer a guerra aos Portugueses. Acresce a desestabilização das relações sociais aquando das tomadas de posição e do alinhamento com um dos dois (ou mais) contendores, provocando fraturas familiares, sociais e políticas¹²⁵; o medo de integrar uma hoste lado a lado com homens a contas com a justiça (os homiziados); a vontade de ficar para assistir ao nascimento de um filho, cuidar de um familiar doente ou mesmo aguardar a morte de um ente querido.

A relutância em partir para a guerra era enorme. Existiam, no entanto, incentivos que, em determinado momento, tornavam apetecível anuir à convocatória. A perspectiva de enriquecimento através do saque aligeirava as dificuldades e atenuava as resistências

¹²² *Idem*, n.º 118, p. 311.

¹²³ *Idem*, n.º 152, p. 318.

¹²⁴ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso V (Cortes de 1439)*. Edição preparada por João José Alves Dias e Pedro Pinto. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2016, 1439/Lisboa – artigo especial: Elvas / cap. n.º 34, p. 251. A partir de agora citada por *CP-AV*.

¹²⁵ Neste contexto, não eram despidiendas as juras de vingança sobre aqueles que tomavam o partido oposto. Por exemplo, seguindo a primeira parte da *Crónica de D. João I*, no conturbado período inicial da crise de 1383-1385, quando D. Leonor Teles pede a D. Juan I que venha a Portugal com D. Beatriz assumir a regência do reino, terá tido em mente «que depois que elRei de Castella chegasse, que faria aas gentes com seu gram poder que lhe obedeeçessem, e que a vimgaria de todos, espeçiallmente dos homões e molheres de Lixboa de que ella dezia, que numca avia de seer vimgada, ataa que tevesse huñ tonell cheo das linguas dellas» (CDJI-I, cap. LXI, p. 105).

expressas acima. E a possibilidade de ascensão social tornava mais apetecível a participação nestas operações militares, possíveis palcos de atos heróicos e de obtenção de honra e de privilégios junto dos grandes senhores e do rei. De salientar ainda, como forma de apaziguar os constrangimentos da guerra, o facto de, com a partida para integrar a hoste, ficarem pendentes situações desagradáveis, como dívidas, ou seja, haveria possibilidade de cartas régias de adiamento (e quiçá perdão) do pagamento de dívidas até ao final da guerra; por exemplo, nas Cortes de Coimbra de 1390¹²⁶, há uma alusão a esta questão, solicitando que as cartas deixassem de ter efeito nas tréguas e que os devedores pagassem a dívida. Além disso, integrar uma hoste proporcionava aos combatentes usufruir de alguns privilégios e isenções, como a isenção de anúduva¹²⁷ por um determinado período de tempo.

Em síntese, o saldo pendia francamente para o lado negativo da balança, no que às consequências da participação na guerra dizia respeito, mas não deixavam de existir alguns pontos de incentivo e de motivação. Para o bem ou para o mal, é notória uma alteração no quotidiano destes combatentes, que, se por um lado, poderiam ficar entusiasmados por sair da rotina e com a possibilidade de enriquecer; por outro, receavam colocar em causa não só a sua subsistência, mas, sobretudo, a sua integridade física e até a sua sobrevivência, dado que na guerra o risco de morte era uma constante.

2.2. A hoste em trânsito

Ultrapassadas as hesitações e os receios, os combatentes avançavam para o local de reunião, posto o que se iniciava a marcha rumo ao objetivo definido. A reunião da hoste era o culminar de semanas ou meses de preparação. Contudo, um exército em trânsito estava sujeito a inumeráveis constrangimentos e problemas, que analisaremos de seguida.

A guerra medieval praticava-se predominantemente na primavera e no verão, sobretudo por razões logísticas mas também estratégicas. Todavia, encontramos exemplos de operações militares levadas a cabo no inverno: o cerco a Chaves, que durou de meados de janeiro a finais de abril de 1386, é um exemplo da dificuldade de levar a cabo operações militares no inverno: «foi um assédio que implicou uma mobilização muito vasta ... meios aparatosos ... e onde foi visível a dificuldade de abastecimento nos meses de inverno, em que era ainda mais

¹²⁶ CMP-AS, n.º 8, p. 236.

¹²⁷ A anúduva consistia na obrigação de servir pessoalmente nos trabalhos de reparação dos castelos e das muralhas, onde a população se poderia acolher em caso de perigo. Com o passar do tempo, foi sendo substituída pelo pagamento de uma taxa.

perigoso ir ‘às forragens’»¹²⁸. Segundo Fernão Lopes, para obterem mantimentos em quantidade suficiente, foi necessário entrar

«per Galliza a oito e dez legoas ... e boons capitaães em guarda das azemellas, que sempre hiam bem duas mjll, e as vezes mais; e uinham caregadas de pam e de carnes e de castanhas e nozes e doutros mantimentos, e dalguum pouco de uinho, ca nom he terra em que aja muyto»¹²⁹.

Em termos logísticos, e uma vez que o abastecimento era feito, essencialmente, no terreno, era mais propícia a época das colheitas e o momento em que se dispunha de pasto abundante para os cavalos. Na primavera e no verão também era mais fácil a locomoção/deslocação, muito dificultada (quando não impossibilitada) pelas chuvas, pela lama, pelos caminhos alagados e pelo aumento do caudal dos rios, elementos característicos do inverno. Pernoitar ao frio e à chuva não representava um incentivo para os combatentes, que, em muitos casos, já seguiam contrariados. Em termos estratégicos, e considerando que a guerra medieval era sobretudo de desgaste e de devastação, procurando a destruição dos recursos económicos e produtivos dos adversários, esta seria mais eficaz no momento que mais estrago fazia, ou seja, no final do ciclo agrícola, quando se podiam arruinar as poucas reservas do ano anterior e a colheita do ano em curso, renunciando assim a fome num futuro próximo.

Ao analisar um exército medieval em movimento, é de relevar a topografia e os riscos que a aventura implicava. Não esqueçamos que os caminhos eram bastante irregulares, pedregosos e poeirentos, pelo que é de crer que se tentasse optar pela deslocação pelas antigas calçadas romanas que, mesmo deterioradas, permitiriam um avanço mais fácil. A travessia de rios podia representar grandes desafios ao avanço militar, como nos diz o cronista anónimo ao falar na campanha do Minho¹³⁰: «o ryo [Minho] hya muy cheo que o nom podiam passar»¹³¹.

O transporte por mar suscitava uma série de preocupações: a falta de familiaridade com a navegação de muitos dos recrutados para este serviço, aliada ao tipo de embarcações utilizadas, pequenas e muito instáveis, causava mau-estar, receio e muitos enjoos aos combatentes¹³², que ficavam fisicamente debilitados e incapacitados de combater por longos períodos. Ser remador numa galé, que era o destino de muitos dos recrutados para as operações marítimas, era extremamente penoso e difícil. Os homens viam-se num navio acanhado e estreito, que reunia na zona da “chusma” (designação dada ao conjunto dos

¹²⁸ MONTEIRO, João Gouveia, *Nuno Álvares Pereira... op. cit.*, p. 118.

¹²⁹ CDJI-II, cap. LXIII, pp. 155-156.

¹³⁰ Campanha levada a cabo por D. João I e por Nuno Álvares Pereira logo após a eleição do novo rei nas Cortes de Coimbra, a 6 de abril de 1385. As operações tiveram lugar entre abril e maio deste ano.

¹³¹ CC, cap. XLVI, p. 105.

¹³² O próprio D. João I padecia destes males pois assim como «na terra era forte, enfraqueçia no maar, ca soamente em passar de Lixboa pera Couna enjooua per tal guisa, que nam sabia de si parte» (CTC, cap. LX, p. 177).

remadores) entre 90 a 240 corpos distribuídos por 25 bancos (no mínimo) de cada lado da coxia central. Os remos, com 9 a 12 metros de comprimento e até 130 quilos de peso, eram manobrados em grupos de 2 a 5 remadores¹³³. Este era um trabalho extenuante e que exigia grande perícia e concertação de movimentos. Nos momentos críticos (que, por norma, aconteciam à entrada ou saída dos portos, na dobragem de cabos difíceis, nas perseguições e nos combates navais), toda a chusma participava; «a remada é breve ... e a cadência ... rápida e de cortar a respiração: até 25 movimentos por minuto»¹³⁴. Fora destes cenários, a navegação era efetuada por turnos – enquanto uns remam os outros descansam – e mais lenta. Em cadência acelerada, os remadores não aguentavam mais do que uma hora a remar; já numa cadência mais leve, era possível que a galé avançasse por mais de dez horas¹³⁵. Era um trabalho extremamente difícil e a galé como que se transformava numa «masmorra flutuante ... [um] estranho navio cuja tripulação, do mais nobre dos alcaides ao mais desgraçado dos forçados, se torna fortemente solidária porque – aqui a expressão pode ser levada à letra – ‘estão todos no mesmo barco’»¹³⁶. Além disso, era necessário esperar por ventos propícios para viajar, o que podia representar grande alvoroço e tensão entre mareantes improvisados.

As marchas, propriamente ditas, estavam condicionadas por uma série de problemas que era necessário acautelar. O ritmo era marcado pela infantaria, mas «os exércitos medievais não marchavam a passo, e nenhum exército moderno o teria feito em tal terreno – a ‘marcha cadenciada’ seguiu-se ao endurecimento e ao alisamento da superfície das estradas»¹³⁷. Assim, as distâncias eram percorridas ao ritmo que o corpo humano permitia. Para exércitos apeados, a marcha era extremamente cansativa e desgastante. Considerando que a locomoção humana se limita a 5 ou 6 km por hora, avançar 20 ou 30 km por dia representava um esforço considerável¹³⁸. Se as circunstâncias o exigissem, por exemplo para uma movimentação rápida ou com a intenção de causar surpresa, realizava-se uma marcha noturna ou iniciava-se a marcha durante a noite, em vez de ao amanhecer¹³⁹. Iniciar uma marcha implicava uma série de precauções; «uma longa tradição, avalizada pela experiência, defendia que existia mais perigo nas marchas do que na própria linha de batalha, porque na batalha todos estavam armados, viam o inimigo de frente e iam com o ânimo preparado para a luta, enquanto, durante a marcha, os homens estavam menos armados e mais descuidados, de modo que se

¹³³ DUARTE, Luís Miguel, *A marinha de guerra portuguesa... op. cit.*, pp. 305-306.

¹³⁴ *Idem, Ibidem*, p. 306.

¹³⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 306-308.

¹³⁶ *Idem, Ibidem*, p. 309.

¹³⁷ KEEGAN, John, *O Rosto da Batalha... op. cit.*, p. 68.

¹³⁸ MONTEIRO, João Gouveia e SILVA, Vasco Jorge Rosa da, *A vivência da guerra... op. cit.*, p. 32.

¹³⁹ ROGERS, Clifford J., *Soldiers Lives Through History... op. cit.*, p. 78.

ofuscavam se eram atacados de surpresa ou caíam numa emboscada»¹⁴⁰. Assim, era necessário manter a hoste numa formação coesa, sem alongar as distâncias entre os vários contingentes, colocar vigias ao longo da coluna e recorrer a guias para escolher os caminhos mais seguros. Se um grande exército se concentrasse numa única estrada, a deslocação era lenta, podendo a cabeça da coluna chegar ao novo ponto de paragem ao mesmo tempo que a cauda deixava o anterior¹⁴¹, tal como aconteceu com a hoste castelhana em Aljubarrota – a batalha começou sem que tivesse chegado todo o exército ao planalto de S. Jorge¹⁴².

A boa condição física dos combatentes e o seu moral eram essenciais para o sucesso de uma deslocação. Por exemplo, devia acautelar-se a alimentação dos combatentes, para que se mantivessem em forma e evitassem a desidratação. Deviam efetuar-se paragens (“altos”) para descansar, para prevenir a exaustão dos homens. Por outro lado, era essencial evitar quebras de ânimo entre os homens, tentando controlar-lhes a ansiedade, o nervosismo e o medo. A distância entre a cabeça e a cauda da coluna podia provocar situações de stresse; imagine-se a espera dos últimos para avançar e, por sua vez, a espera dos primeiros que chegavam e que tinham que aguardar pela cauda da coluna, onde muitas vezes vinham os alimentos.

Outro aspeto a relevar é, como já se percebeu, a relação com as populações, mais concretamente, os problemas com estas, seja no local de reunião da hoste, nos locais de passagem ou no lugar escolhido para estacionar. Eram sempre momentos de grande tensão para as populações, quer se tratasse de exércitos inimigos, quer fossem hostes aliadas. Os abusos eram constantes sobretudo para a obtenção de alimentos e nas questões da aposentadoria. Eram comuns os roubos, a destruição de alfaias agrícolas, a utilização de edifícios (lagares, celeiros, adegas, fornos) para albergar homens e animais, violências e, por vezes, a morte. É demonstrativo dos desmandos dos exércitos o discurso que Nuno Álvares Pereira fez aos seus homens aquando da campanha no Minho, em 1385; diz ele:

«rogo-uos muyto e emcomendo que em quamto andardes pello reyno, nom feiraaes nem matees nenhuuns lauradores, nem os pinguees nem façaes outro tormenteo por uos darem o que teem. Ca elles nom ssom senhores das villas e castellos, nem teem nenhumas fortellezas de que a el-Rey meu Senhor façam guerra, ante lhe despraz muyto della, mas nom podem majs fazer. Quanto he dos mantijmentos, tomaae aquelles que se escusar nom poderem, e das beestas per huu as achardes, tantas de que uos emcaualgues»¹⁴³.

¹⁴⁰ GARCÍA FITZ, Francisco – *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI al XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1998, p. 150.

¹⁴¹ ROGERS, Clifford J., *Soldiers Lives Through History... op. cit.*, p. 79.

¹⁴² MONTEIRO, João Gouveia, *Aljubarrota 1385... op. cit.*, p. 113.

¹⁴³ CDJI-II, cap. V, p. 13.

Não sabemos o lugar que os vários contingentes ocupavam na coluna, mas é possível que elementos com a mesma procedência e a mesma função tática (atiradores, infantaria comum, etc.) se mantivessem juntos.

2.3. Mentalização dos homens

A preocupação com o moral dos combatentes persistia e os comandantes procuravam injetar confiança nos seus homens, dar-lhes ânimo e motivá-los para avançar, numa guerra que não era propriamente a sua. Os comandantes da hoste discursavam aos exércitos em formação, mostrando-lhes a justiça da sua causa e realçando as perspectivas de vitória, de glória e de lucro¹⁴⁴; a função do líder perante a sua hoste era, pois, em primeiro lugar, «como principal oficiante, falar, levantar os ânimos com arengas sucessivas, apontar o adversário como o mal encarnado, referindo o desrespeito, o sacrilégio»¹⁴⁵.

Utilizavam-se vários argumentos para estimular os combatentes a enfrentar a incerteza de uma operação militar: desvalorizava-se a força inimiga e valorizava-se o poderio militar próprio; apontavam-se ou lembravam-se as atrocidades cometidas pelo adversário; apelava-se ao cumprimento do dever; acenava-se com a possibilidade de enriquecimento, através do saque; recorria-se à exaltação da fé cristã e à obrigação de a levar aos infieis. Era vital estimular a coragem e a vontade de todos quantos compunham a hoste.

Dar a conhecer o adversário podia representar uma mais-valia, fazendo com que não se estranhasse o inimigo no momento da peleja¹⁴⁶. Outro recurso para tranquilizar o exército e tornar os homens mais recetivos à ideia de combater era a utilização de uma cidade ou fortaleza próxima para aliviar a «pressão psicológica dos combatentes antes da batalha»¹⁴⁷.

Considerando o exposto, percebe-se a importância que o exemplo do comandante representava, em termos de confiança e iniciativa e são inúmeros os exemplos de discursos de incentivo às hostes. Veja-se, na hora da largada da armada portuguesa do Algarve em direção a Ceuta (1415), a fala do Frei João de Xira, membro da Ordem dos Frades Menores e a quem coube falar aos combatentes que partiam, dizendo:

¹⁴⁴ ROGERS, Clifford J., *Soldiers Lives Through History... op. cit.*, p. 81.

¹⁴⁵ DUBY, Georges – *Guilherme, o Marechal: o melhor cavaleiro do mundo*. Lisboa: Gradiva, 1986, p. 132.

¹⁴⁶ Segundo Vegécio, é natural que os homens fiquem perturbados quando chegam ao combate com o inimigo, «no entanto, pode reduzir-se o medo por meio deste remédio: se antes de se combater, tu dispuseres frequentemente o teu exército em lugares mais seguros, de onde os soldados se possam habituar a ver e a conhecer o inimigo. De vez em quando, que se atrevam a algo, de acordo com as oportunidades: que afugentem ou que matem os inimigos; que reconheçam os hábitos dos adversários, as suas armas, os seus cavalos ... aquilo que nos é familiar pela prática não é temido» (*Vegécio. Compêndio da Arte Militar*. Tradução de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga; estudo introdutório, comentários e notas de João Gouveia Monteiro. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, cap. XII, pp. 295-297. A partir de agora citada *VEG-CAM/III*).

¹⁴⁷ GARCÍA FITZ, Francisco, *Castilla y León... op. cit.*, nt. 245, p. 368.

«husamdo de meu offiçio, uos rrequero e rrogo a todos qumtos aqui presentes sooes, que comsirees bem em uossas comçiêmçias quaaesquer peccados, malles, ou erros, que tenhaes cometidos, e que peçaes ao Senhor Deos perdam delles com todo coração e uoomtade, e façaes delles penitêmçia, auemdo firme proposito de uos guardar de pecar daqui em diante. Polla quall cousa serees assolltos de culpa e pena, per uirtude de huã letera que o samto Padre outorgou a elRey nosso senhor ueemdo seu samto deseio. A quall letera logo alli de presente o meestre pruuicou, em fim da quall fez a assolluçom a todos»¹⁴⁸.

Continuou ainda, acicatando a fé de cada um:

«se nos teuermos em [Deus] comprida esperamça, he de creer que nos ajudara comtra toda esta maa geeraçom, que por çerto nom sera a nos pequena gloria e homrra, amtre todollos pouoos que forom em esta Espanha, seermos os primeiros que passamos em Affrica, e começamos de poer o jugo da ffe sobre os pesçoos dos jmfiees. E assy teeremos dous muy grandes proueytos, o primeiro he a saluaçom que sabemos çertamente que rreçeberemos pera nossas almas, e o segumdo homrra muy grande amtre todos nossos uizinhos, e memoria perdurauell que fiquara pera todo sempre, em quanto hi ouuer homeês que possam fallar»¹⁴⁹.

Partir para uma cavalgada, estacionar defronte de uma fortaleza para um cerco ou alinhar-se em posição frente a um exército inimigo para uma batalha, implicavam um enorme grau de resignação e de coragem. Muitas vezes, colocados nessa situação, não por opção mas por falta dela, era necessário aos homens manterem-se firmes e não entrar em pânico, não fugir, não se deixarem petrificar. E muitas vezes isso terá acontecido. Os comandantes desempenhavam um papel fundamental na mentalização e persuasão destes homens, colocados perante situações limite e que, por via de regra, ofereciam uma escolha entre matar ou morrer.

¹⁴⁸ CTC, cap. LIII, p. 161.

¹⁴⁹ *Idem*, cap. LIII, p. 162.

3. A guerra nos Portugueses

Ontem como hoje, a guerra provoca todo o tipo de emoções em quem nela participa. O medo é uma constante, aqui e ali percebem-se verdadeiros atos de coragem e a violência impressiona. Ao corpo ferido junta-se a mente debilitada. Consciente ou inconscientemente, recorre-se a estratégias próprias de uma guerra psicológica visando afetar o ânimo e a força do adversário. Mas é a morte que mais impressiona e que mais receio causa nestes cenários de guerra. Da morte se foge e com a morte se vive. É uma vivência desoladora e triste para a qual se procura apoio e refúgio das mais variadas formas, seja junto à religião, seja mesmo na bebida ou em qualquer outra forma de alienação.

Aqui, vamos ensaiar uma incursão pela mente do combatente, procurando identificar e caracterizar aspetos como: o(s) medo(s); a coragem; a violência e o sofrimento; a guerra psicológica; a morte; o que mantinha os guerreiros em campo, isto é, o que os fazia aceitar combater e continuar a lutar: quer fossem motivações (e obrigações) de toda a ordem, quer apoios que procuravam na sua religiosidade ou em crenças e superstições que alimentavam.

3.1. Medo(s)

A guerra implica um permanente estado de alerta, de vigilância, psicologicamente desgastante. O medo está sempre presente, influenciando e (des)orientando comportamentos. Sendo uma emoção natural, em ambientes de guerra o medo carece de controlo e de direção, caso contrário, instala-se o pânico entre os homens e, nestas circunstâncias, dificilmente se terá sucesso numa campanha. Exércitos atemorizados são imprevisíveis e incontroláveis; como recomenda Vegécio, «deve-se ter cuidado para nunca levar para uma batalha campal um exército hesitante e aterrorizado»¹⁵⁰. É que o medo, sentido individualmente, facilmente se torna contagioso e, no caso vertente, um exército tomado coletivamente pelo medo transforma-se numa massa descontrolada, numa multidão desgovernada, capaz de comportamentos aberrantes e extremamente violentos. Dominada pelo pânico, a hoste torna-se muito mais suscetível de ser derrotada. Cabia aos dirigentes perceber o estado de espírito dos seus homens, tentando que o medo de uns poucos não contagiasse os restantes e procurando afastar ou desconstruir as razões que afligiam os combatentes. Já o tratadista romano aconselhava que o general averiguasse «cuidadosamente o que sentem os soldados no

¹⁵⁰ VEG-CAM/III, cap. IX, p. 287.

próprio dia em que vão combater ... a confiança ou o medo distinguem-se a partir da expressão do rosto, das palavras, da forma de andar e dos gestos»¹⁵¹.

Eram muitos os medos com que estes homens conviviam: medo do desconhecido, da batalha, de serem feitos prisioneiros, de serem feridos, medo dos sofrimentos físicos, das mutilações, dos cercos, da fome e da sede, das doenças... da morte! Para responder a esta aflição apelavam às entidades divinas, recorriam a todo o tipo de crenças e devoções, ou viravam as costas ao combate, em fugas que muitas vezes se tornavam mais letais do que a própria refrega. O desespero e o espírito de sobrevivência falavam mais alto do que a prudência e a cautela. O «recurso a ‘azes’ ... com duas ou três fileiras de profundidade não é de forma alguma estranho à intenção de cobrir ou compensar qualquer estremecimento dos companheiros mais adiantados e, portanto, mais exposto»¹⁵².

Sendo irracional, o medo representa uma defesa “automática” perante um suposto perigo e pode bloquear e paralisar. No limite «pode-se morrer de medo, ou ao menos ficar paralisado por ele»¹⁵³. Talvez Fernão Lopes se refira a um episódio deste género quando nos diz que, numa escaramuça com os Castelhanos¹⁵⁴...

«... (foy) (a)quell juntamento assy pellejado que ouue hij feridos dhuuma parte e doutra e alguuns mortos. E tornaram-sse os castellaños pera a villa e os portugueses pera o arreall. E huum caualleiro de sua companha, quando vio tamta gente da uilla e os portugueses emuorilhados com elles tomou tam gram medo que fogio pera o arreall, damdo nouas que todos ficauom mortos. E porque tal cousa sayo mentirosa e lho desdeziam todos, tomou tam gram nojo que tresualiou o miollo; e se lhe deziam: *Esforçar com Deus*, assy dezia elle: *Esforçar com Deus*; e assy de quaaesquer cousas que lhe fallauom. E durou com aquella maginaçom tres dias, e logo moreo»¹⁵⁵.

O medo é um «emoção-choque»¹⁵⁶, por norma desencadeada pela surpresa perante a percepção de um perigo iminente, ou de uma ameaça: «colocado em estado de alerta, o hipotálamo reage mediante [a] mobilização global do organismo, que desencadeia diversos tipos de comportamentos somáticos e provoca sobretudo modificações endócrinas»¹⁵⁷. Sendo

¹⁵¹ *Idem*, cap. XII, p. 295.

¹⁵² MONTEIRO, João Gouveia e SILVA, Vasco Jorge Rosa da, *A vivência da guerra... op. cit.*, p. 30.

¹⁵³ DELUMEAU, Jean, *História do medo no Ocidente... op. cit.*, p. 24.

¹⁵⁴ Em 1386, o duque de Lencastre, João de Gaunt, e D. João I estabeleceram um acordo com vista à invasão conjunta de Castela. O primeiro reclamava o trono de Castela para a sua mulher, D. Constança, filha de D. Pedro I, *O Cruel*, e o segundo procurava manter os castelhanos afastados do seu território. Em finais de março de 1387, a hoste anglo-portuguesa entra em Castela, na região de Bragança, e regressa poucos meses depois, em junho, sem alcançar vitórias de relevo. É no decurso desta incursão que se dá o episódio aqui referido, mais concretamente, uma cavalgada a Valdeiras (que tinha sido abandonada por via da política da “terra queimada” levada a cabo por Castela) durante o assédio ao castelo de Roales.

¹⁵⁵ CDJI-II, cap. CV, p. 221.

¹⁵⁶ DELUMEAU, Jean, *História do medo no Ocidente... op. cit.*, p. 30.

¹⁵⁷ *Idem, Ibidem*, p. 30.

uma emoção, o medo pode provocar efeitos diferentes consoante os indivíduos e as circunstâncias. Fisicamente, pode sentir-se a aceleração ou a diminuição dos batimentos cardíacos; a respiração dispara ou diminui; contração ou dilatação dos vasos sanguíneos; hiper ou hipossecreção das glândulas; diarreia ou obstipação; poliúria ou anúria; paralisação que, em casos-limite, pode chegar a uma pseudoparalisia diante do perigo (estados catalépticos)¹⁵⁸.

O certo é que «ao abordarmos o terror que experienciavam os soldados medievais ao enfrentar um perigo mortal, não devemos considerá-lo menos real do que aquele que sentiriam hoje»¹⁵⁹. Devemos, sim, ter algumas cautelas com os relatos dos cronistas: muitas vezes se exacerbou o medo de uns para, em contraponto, se exaltar o heroísmo de outros. Ainda assim, não devemos duvidar de que o medo esteve sempre presente, nem devemos menosprezar os ensinamentos que destes relatos podemos retirar. Para concretizar e perceber os medos que se apossavam destes homens, sigamos os testemunhos das fontes.

Percebemos o medo logo no momento de reunir o exército: os concelhos debatiam-se com grandes dificuldades de recrutamento, pois eram muitas as deserções causadas pelo receio que se sentia relativamente às campanhas e à incerteza do que se enfrentaria. Demonstrativo disto é a queixa dos procuradores do povo, nas Cortes de Lisboa de 1371, de que se prendiam as mulheres e os filhos daqueles que, por medo de passarem mal, demoravam a responder ao chamamento do almirante, dos corregedores ou dos coudéis. E porque muitas vezes os homens não se deixavam comover, aquelas mulheres e os seus filhos permaneciam longos períodos em prisão, sem nada terem feito para o merecer. Contudo, para aqueles procuradores, a resistência destes homens em responder ao chamamento régio é justificada, pois «he pequena maraujlha ca nom podem hjr cantando donde os outros ueem chorando» e pedem que, dali em diante, não se prendam as mulheres e os respetivos filhos, ao que o rei acede¹⁶⁰.

Por outro lado, o inimigo sempre causou temor, mormente o Mouro, esse adversário diferente, estranho, barulhento e, muitas vezes, incompreensível, pois falava uma outra língua; ele surge geralmente integrado em multidões colossais, atemorizando quem já não possuía muita confiança. Pouco antes da conquista de Palmela (1147)¹⁶¹, D. Afonso Henriques «vio o medo e rreço dos seus pella grande multidam dos mouros»¹⁶²; e, no

¹⁵⁸ *Idem, Ibidem*, p. 30.

¹⁵⁹ McGLYNN, Sean, *A hierro e y fuego... op. cit.*, p. 29.

¹⁶⁰ CP-F, capítulos gerais do Povo, art. 80.º, p. 53.

¹⁶¹ Na sequência da conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques em 1147, Palmela é abandonada pela guarnição muçulmana que a defendia, sendo de imediato ocupada por um pequeno destacamento português.

¹⁶² CDAH, cap. XLIII, p. 146.

reinado de D. Afonso II, aquando da conquista de Alcácer (1217)¹⁶³, o arraial cristão foi surpreendido por um ataque muçulmano, no qual os mouros «vyerom todos juntos, e erom tantos que estromdiom a terra com tantos brados e alarjdos e aroydo de tronbetas, que não avya coração de homem que não fose toruado e fizesem aver medo ... E leuaron os Mouros a mjlhor deles daquela vez»¹⁶⁴. Outro episódio permite-nos perceber o pavor relativamente à vida em cativeiro: feitos prisioneiros em terra de Mouros, em Algeciras, apanhadas que foram por uma tempestade as frotas portuguesa e castelhana¹⁶⁵, os cristãos que não se afogaram e...

«... ficaram vyvos, foram tomados e leuados catyvos a Alljazyra. E destes allgums que heram fracos de coraçõis e pouco firmes na fee, vyeram amte Alyboaçem, que com promesas e grandes esperanças os exortava pera tomarem a ley de Maffamede ... muytos que avyam mor medo a morte e tromentos dos corpos, que ha perda das allmas, escolheram por sua comdenaçam sua çeyta errada e se tornaram Mouros»¹⁶⁶.

Na verdade, estes cristãos tiveram mais medo dos tormentos a que poderiam ser sujeitos, ou da morte, do que da própria salvação da alma, num período no qual a religiosidade era vivida de uma forma muito acentuada.

Também os inimigos mais próximos dos Portugueses causavam receios. Nas crises internas, nas quais Portugueses contra Portugueses lutavam, o receio que uns sentiam dos outros não é de menosprezar. Veja-se, por exemplo, o que nos diz Fernão Lopes, para o período da crise de 1383-1385, sobre os partidários do Mestre e de D. Beatriz:

¹⁶³ A conquista de Alcácer do Sal representou o único acontecimento militarmente significativo do reinado de D. Afonso II. O domínio daquela praça era essencial para garantir segurança de Lisboa, que sofria com os muitos ataques navais que dali partiam. A operação, que teve o bispo de Lisboa, D. Soeiro Viegas, como protagonista, contou com o apoio de um contingente de soldados a caminho da Terra Santa, no âmbito da Quinta Cruzada. Nos últimos dias de junho de 1217, as forças aliadas partem em direção a Alcácer, parte do exército seguiu por mar e a outra parte (nomeadamente as forças de cavalaria) por terra. No dia 3 de agosto reuniram-se as forças frente ao objetivo. O alcaide da praça, alertado da aproximação da armada cristã, enviou mensagens solicitando apoios. Instalou-se o cerco e iniciaram-se as hostilidades. Os cristãos recorreram a todo um arsenal de engenhos (escadas, mantas, arietes, trabucos e duas torres de assalto, provavelmente, construídos no local, recorrendo à madeira de muitas árvores derrubadas e de oito navios desmantelados, de onde se obteram também ferro e pregos); a tentativas de assalto pelos muros; e a minas. Entretanto, o surgimento de uma frota cristã no Sado e de um exército muçulmano de socorro tornaram inevitável uma batalha campal. A refrega teve lugar junto à ribeira de Sítimos, cerca de 10 km a nordeste de Alcácer, no dia 11 de setembro de 1217, e foi favorável aos cristãos que, desbaratado o exército inimigo, puderam continuar o cerco com o ânimo redobrado. Os sitiados foram respondendo com sucesso às várias investidas cristãs contudo, a aproximação das duas altas torres às muralhas, terá feito vacilar a guarnição almóada que procurou uma solução negociada. Assim, a 20 de outubro de 1217, Alcácer do Sal entregou-se aos cristãos, dois meses e meio após o início do assédio. Sobre esta operação veja-se MARTINS, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota... op. cit.*, pp. 125-145.

¹⁶⁴ C7PR/I-AII, cap. V, p. 191.

¹⁶⁵ Reportamo-nos ao período antecedente à Batalha do Salado, travada a 30 de outubro de 1340. As frotas portuguesa e castelhana referidas protegiam o Estreito, tentando evitar que do Norte de África passassem homens e mantimentos de apoio para o exército do sultão Abu-I-Hassan, que cercava Tarifa.

¹⁶⁶ C7PR/II-AIV, cap. LVII, pp. 319-320.

«tomarom <voz> os poboos meudos [em nome do Mestre de Avis] muitos castellos aos Alcaides delles ... E nom guardavom divido nẽ amizade a nehuũ que sua teemçom nõ tevesse; mas quamtos eram da parte da Rainha, todos amdavom aa espada ... e isto era espeçialmente contra os melhores e mais homrrados que avia nos logares; dos quaaes muitos foram postos em grande cajom de morte, e rroubados de quanto aviam. E delles com medo fugiam pera as villas que tiinhã voz por elRei de Castella; outros se hiã pera fora do rregno, leixamdo seus beës e todo quanto aviam ... e os meudos corriam apos elles, e buscavom nos e premdiam nos tam de voomtade, que parecia que lidavom polla Fe»¹⁶⁷.

Rui de Pina conta-nos que, a caminho de Lisboa, tendo o infante D. Pedro instalado o arraial em Alcoentre, tem lugar uma escaramuça entre as suas gentes, que andavam à lenha, e batedores que seguiam o seu avanço a mando do rei D. Afonso V¹⁶⁸. Os homens do infante levaram a melhor sobre os seus opositores e apresentaram os prisioneiros ao seu senhor que, como castigo, ordenou a respetiva execução.

«Com a morte destes homens nom foy menos atorvaçam e desmayo no arrayal do Ifante, do que foy alvoroço e indinaçam contra elle em toda a Corte d'ElRey ... porque a mais da jente do Yfante vendo tamanha crueza, julgaramna por craro rompymento contra ElRey, e temendo a pena da culpa em que por ysso encorryam, pungidos da lealdade que nom podyam encobrir, mostravam em suas caras huma pubryca tristeza, que de seus coraçõs dava muy certos synaes de fraqueza com que muyta jente, especialmente de pée, logo aquella noyte fogiram do arrayal, e per serras e veredas como melhor podiam se tornaram a suas casas, a que o Doutor Alvaro Afonso com huma pubryca fala que a todos sobr'ysso fez, quisera remedear mas nom aproveitava»¹⁶⁹.

Neste caso, o medo instalou-se no arraial do infante e não só se temia a retaliação do rei como se temia o próprio infante, dada a crueldade destas mortes, que a todos indignou.

Receava-se o castelhano, o inimigo vizinho, e os maus portugueses que com ele andavam, pois muitas eram as atrocidades que se cometiam. Pouco antes de instalar o cerco a Lisboa, D. Juan I «foisse a Arruda; e alguũs do logar com medo, meteromsse em huã lapa, cuidamdosse a deffemder ou escapar alli; e souberomno os Castellaãos, e poseromlhe o fogo, e queimarom em ella bem quarenta pessoas»¹⁷⁰. Não foi em vão que os Portugueses recearam a vinda dos Castelhanos visto que com ela encontraram uma morte terrível.

Alongado que ia o cerco de Lisboa (1384)¹⁷¹, os seus habitantes cada vez mais temiam a sua sorte, as represálias e a vingança a que estariam sujeitos depois de tanto padecimento.

¹⁶⁷ CDJI-I, cap. XLVI, p. 82.

¹⁶⁸ A 16 de maio de 1449, imediatamente antes da batalha de Alfarrobeira, travada no dia 20 de maio.

¹⁶⁹ CDAV, cap. CXVIII, p. 743.

¹⁷⁰ CDJI-I, cap. LXXXVI, p. 144.

¹⁷¹ Em finais de maio de 1384, no âmbito da crise de 1383-1385, D. Juan I de Castela, colocou cerco à cidade de Lisboa, por mar e por terra. Cerca de quinze a vinte mil homens de armas cercaram a cidade que contava aproximadamente com 35 mil habitantes e muitos outros refugiados. A tenaz resistência lisboeta deveu-se, sobretudo, à extensa muralha fernandina,

Podemos reconhecer nos receios da população cercada de Lisboa as palavras de John Keegan relativamente a «alguns dos medos mais profundos do ser humano: medo dos ferimentos, medo da morte, medo de pôr em perigo as vidas das pessoas por cujo bem-estar somos responsáveis»¹⁷², quando os...

«... padres e madres viiam estallar de fame os filhos que muito amavam, rrompiã as faças e peitos sobrelles, nom teemdo com que lhe acorrer, senom plamto e espargimento de lagrimas; e sobre todo isto, medo gramde da cruell vingamça que emtemdiam que elRei de Castella delles avia de tomar; assi que elles padeçiam duas gramdes guerras, hũa dos emmiigos que os çercados tiinham, e outra dos mantiimentos que lhes mingavom, de guisa que eram postos em cuidado de sse deffemder da morte per duas guisas»¹⁷³.

O campo de batalha atemorizava os combatentes. A visão das linhas do inimigo impressionava as primeiras linhas que se encarregavam de transmitir todo o tipo de informação, credível ou não, para as linhas mais recuadas, que pouco ou nada viam além das costas dos companheiros. Naqueles instantes que antecedia o início do combate, ambas as hostes deviam ensaiar leves movimentações em função da perceção do adversário e na tentativa de melhor o ver, os homens nas filas da frente «teriam uma visão nítida do inimigo, os das filas atrás apenas esporadicamente podiam espreitá-lo»¹⁷⁴. O barulho era ensurcedor: às vozes e gritos juntava-se o ruído dos cavalos, das espadas a bater noutras espadas e nos escudos, do chocalhar metálico das setas e virotões contra as proteções dos combatentes ou do baque seco quando penetravam nos seus corpos, dos uivos de dor dos feridos e do estertor dos moribundos. Segundo Fernão Lopes, na batalha de Trancoso (29 de maio de 1385) os...

«... homeens de pee, lauradores e outros taaes que os portugueses tijnham na costaneira da batalha, quando os virom [aos Castelhanos] daquela guisa corregidos pera pelleiar, começaram de fugir pera a ujlla, e outros per hu melhor pudiam, nom os vendo nem sentijndo os homeens darmas»¹⁷⁵.

Em Atoleiros (6 de abril de 1384)¹⁷⁶, Nuno Álvares Pereira, para prevenir as fugas do campo de batalha, terá dado ordens para matar os que tentassem fugir: «rreçeamosse dos

reforçada por um fosso, setenta e seis torres e uma barbacã que já foi terminada com o cerco iminente; e à ação do Mestre de Avis na superintendência do abastecimento, da defesa dos muros, da vigilância e da motivação dos homens e mulheres cercados. As condições dentro da cidade foram piorando à medida que o cerco se prolongava e D. Juan I mostrava-se irredutível na convicção de tomar aquele ponto estratégico. Mas, se dentro dos muros a fome e a sede ganhavam cada vez mais terreno e a morte cada vez mais vítimas, no arraial castelhano, um surto de peste dizimou grande parte dos homens ameaçando a própria rainha, motivo pelo qual, o monarca castelhano decide levantar o cerco e regressar a Castela. A 4 de setembro de 1384 o cerco é levantado e Lisboa, a custo, respira de alívio.

¹⁷² KEEGAN, John, *O Rosto da Batalha... op. cit.*, pp. 13-14.

¹⁷³ CDJI-I, cap. CXLVIII, p. 271.

¹⁷⁴ KEEGAN, John, *O Rosto da Batalha... op. cit.*, p. 70.

¹⁷⁵ CDJI-II, cap. XXI, p. 43.

homeões de pee, que lhe nom falleçessem por os Castellaãos que eram muitos, pos alguũs homeões darmas com elles dizêdolhe, que sse elles vissem que tornavã atras, que os matassem»¹⁷⁷.

E, se pensarmos em exércitos derrotados, melhor se percebe o pânico e o medo que se instalava entre os homens que se viam numa situação terrível, procurando fugir em busca de salvação. Terminada a batalha de Aljubarrota (1385),...

«... vemdo os castellaãos que seu senhor auja fogido e que a batalha de cada parte se vemçia, perduda toda esperamça, sem vomtade de majs ferir, começaram todos de voltar atras e desemparar o çampo ... Ally vyrees huuns caualgar nas bestas que percalçar podiam, sem pregumtamdo cujas eram, por se trigosamente poer em saluo. Outros se descaregauom das armas que vestidas tinham por mais ligeiramente poder fugir, delles er fugimdo a pee hiamsse desarmando por corer mais leue pera poder escapar. Muitos outros voltauom os jaques, o de demtro por de fora, por nom serem conheçidos; mas depois o fallar da língua mostramdo sua naçom era aazo de seu acabamento. Os que eram mal emcaualgados e outros com muyto camsanço nom podiam fugir aa sua vomtade, e com o grande medo saiam-se das estradas e metiam-sse per esses matos; e porque nom sabiam o caminho amdauom dhuuma parte a outra. E a gemte da terra, que em outro dia acudio muyta, faziam em elles grande matamça»¹⁷⁸.

Nas expedições ao Norte de África, terra longínqua de Mouros e sem grandes perspectivas de socorro, aos cristãos, na maioria dos casos, faltava a coragem e acentuava-se o medo. Exemplificativa foi a resposta à mobilização régia para Tânger (1437), que ficou muito aquém do esperado. Diz-nos Rui de Pina que, no alardo que fez em Ceuta, D. Henrique admitiu que...

«... falleciam oito mil: e a causa de tamanha quebra nom foi huuã, mas muytas; porque a gente do Regno, que foi percebida, ouve esta hida por tam pezada, que a mais quiz encorrer nas penas, de perderem as fazendas, que lhes foy posta, antes que se riscarem de perder com ellas as vidas»¹⁷⁹.

Já no decorrer da expedição, no primeiro dia em que foi cercado o palanque português «alguũs Fidalgos e muytos Cavalleiros e Escudeiros, e delles seus Criados e outros, que

¹⁷⁶ A batalha dos Atoleiros, travada a 6 de abril de 1384, representou o primeiro sucesso militar de Nuno Álvares Pereira contra os castelhanos, como fronteiro da comarca de Entre Tejo e Guadiana (cargo para o qual foi nomeado pelo Mestre de Avis no início da primavera de 1384). Saindo de Lisboa, com a hoste que conseguiu juntar pelo caminho, o novo fronteiro procurou pôr cobro ao cerco castelhano à vila de Fronteira. Depois de uma tentativa falhada de convencer Nuno Álvares a não combater e a aderir ao partido pró-castelhano, os fidalgos de Castela resolveram ir ao seu encontro para lhe travar o caminho. A batalha tem assim lugar num local situado a dois quilómetros de Fronteria. Uma sólida formação de infantaria (portuguesa), munida com lanças compridas apoiadas obliquamente no chão, cujas pontas aguçadas visavam os peitos dos cavalos, impôs uma rápida derrota à cavalaria pesada castelhana, desorganizada perante a chuva de virotões e de dardos inicial e o pânico dos cavalos ao verem as lanças apontadas contra si. O golpe final foi a morte do mestre de Alcântara, acontecimento que apressou a fuga castelhana e a vitória portuguesa.

¹⁷⁷ CDJI-I, cap. XCV, p. 158.

¹⁷⁸ CDJI-II, cap. XLV, p. 106.

¹⁷⁹ CDD, cap. XXII, p. 539.

fariam numero de mill, ... fogirom e se recolhêrom aos Navios»¹⁸⁰. O medo era mais forte, e não é de menosprezar neste ponto o facto de os cristãos terem passado de sitiadores a sitiados, espelhando a clara desproporção de forças neste conflito.

Uma palavra ainda, para alertar que se temiam mesmo os exércitos ‘amigos’, que tantos estragos causavam por onde passavam. E, neste caso, são vários os exemplos dos males que os aliados, que supostamente vinham ao território português para ajudar, provocavam. No decorrer da terceira guerra fernandina¹⁸¹, os Ingleses...

«... foram apousentados em Lixboa, nom como homens que viinham pera ajudar a defender a terra, mas come se fossem chamados pera a destruir e buscar todo mall e desonrra aos moradores d'ella, começaram de sse estender pella cidade e termo matando e rroubando e forçando molheres, mostrando tall senhorio e desprezamento contra todos come se fossem seus mortaaes emmiigos de que sse novamente ouvessem d'asenhorar»¹⁸².

Não há dúvida de que o papel das chefias era essencial no controlo destes medos, procurando acalmar as ansiedades e injetando confiança nos homens, ao valorizar a sua força e minimizar o poder do adversário. Ao mesmo tempo, o comandante devia perceber o estado de espírito dos seus combatentes, para tentar atalhar situações indesejáveis, devia mostrar-lhes confiança não mostrando medo. O medo marcou sempre presença na guerra medieval, evidente ou disfarçado, individual ou coletivo, controlado ou descontrolado.

3.2. Coragem

Na guerra, «a coragem ajuda mais do que o número»¹⁸³. Eis um conselho certo de Vegécio. Como acabámos de afirmar, um exército tomado pelo medo não é garantia de sucesso, antes pelo contrário, tem tudo para inviabilizar uma operação militar. Mas uma hoste confiante e moralizada, cujos homens, na sua maioria, se mostrem com vontade de combater,

¹⁸⁰ *Idem*, cap. XXX, p. 550.

¹⁸¹ A Henrique II de Castela, falecido em maio de 1379, sucedeu D. Juan I. D. Fernando, mantendo a ambição ao trono de Castela, encetou negociações com Inglaterra e concretizou uma nova aliança, planeando uma intervenção militar conjunta em Castela. Tomando conhecimento destes planos, D. Juan I antecipou-se e, em maio de 1381, os mestres de Santiago e de Alcântara, atacaram, em seu nome, o Alentejo (Veiros, Sousel e Cano), dando início à terceira guerra fernandina. A 17 de julho de 1381 tem lugar a batalha naval ao largo de Huelva, com uma pesada derrota portuguesa. Os castelhanos, entretanto, vão atacando a norte (D. Juan I toma Miranda do Douro, Mogadouro, Almeida) e a sul (com o cerco mal sucedido a Elvas pelos mestres de Santiago e de Alcântara). A 18 de julho chega a Lisboa a frota de Edmundo de Cambridge, recebida em festa. Mas os aliados ingleses causaram todo o tipo de distúrbios, gerando inúmeras queixas. Na primavera de 1382 teve lugar um ataque luso-inglês a Lobón e a Cortijo, em resposta a uma ofensiva naval que assolara Xabregas, Vila Nova da Rainha, Frielas, Coína e os arrabaldes de Palmela e de Almada. Em julho de 1382, D. Fernando decidiu-se por um conflito decisivo com o monarca castelhano e avança para Elvas ao encontro do adversário. Durante quinze dias, nas imediações do rio Caia, os dois exércitos adversários acampam frente a frente, sem, no entanto, chegar a acontecer a batalha. A 10 de julho, portugueses e castelhanos estabelecem um acordo de paz (ao que tudo indica, às escondidas dos ingleses).

¹⁸² CDF, cap. CXXXII, p. 465.

¹⁸³ VEG-CAM/III, cap. XXVI, p. 327.

com coragem e valentia, ainda que não garanta a vitória, estará decerto mais preparada para enfrentar a refrega. Veja-se o que aconteceu em Tânger, no primeiro cerco ao palanque: enquanto uns fugiam para os navios, tomados pelo medo dos Mouros, outros avançavam dos navios para o palanque para combater:

«ho que nestes [os que fugiam para os navios] ouve de vituperio e covardice, ouve de coração e louvor em Dom Pedro de Castro que a frota guardava, e d'outros boões que ho acompanharárom: os quaaes, veendo a necessidade dos Christaaões, se lançárom dos Navios, com elles dentro do pallanque, com grande perigo e mais louvor»¹⁸⁴.

Se consultarmos um dicionário de língua portuguesa, coragem tem como definição «bravura face a um perigo», «intrepidez», «ousadia», «força moral ante um sofrimento ou revés». Facilmente reconhecemos estes comportamentos na atuação de um exército medieval. Por exemplo, no cerco de Silves (em 1189)¹⁸⁵, foi necessária bravura, ousadia e intrepidez – numa palavra, coragem – para ultrapassar o revés de uma escada partida, que esteve na origem de uma queda desastrosa e obrigou a uma nova tentativa de escalada:

«elRey, como vyo o murro em terra mamdou loguo a grão presa, que pusesem as escadas. E pela gram trjgança ... nom a puserom e asentaron bem. E jndo a escada chea de gemte, trabalhando cada hum por ser o primeiro, descomçertouse o asentamemto, e cayo com eles, e vyerom todos a tera. E prouue a Deos que nom morerom deles majs que dous. A qual cousa os Mourros vendo, tomarom grande prazer, dando grandes brados e alarjdos e batendo as palmas, fazemdo grande escarneo deles ... Emtom [os Cristãos] tornarom outra vez a coreger a escada, e asentaronna mjlor. E comesarom de sobir por ela com grande vontade, que por ferjdas nem pedradas que os Mourros dejtassem, nom os puderom embargar de sobir a syma. E o que ya diante ... como chegou a syma, loguo matou o primeyro que veyo a ele, e saltou demtrro no murro, e os outrros apos ele. E de tal guysa ferjrom em eles, que per força nem syso que os Mourros ouuesem, nom os podiom sofrer, e tornarom costas aos Christãos, que persegujndoos cobrarom jndo grande parte do murro»¹⁸⁶.

¹⁸⁴ CDD, cap. XXX, pp. 550-551.

¹⁸⁵ O cerco bem-sucedido a Silves, em 1189, foi a primeira grande iniciativa militar de D. Sancho I depois de ter sido coroado. O monarca aproveitou a conjuntura favorável, propiciada por três acontecimentos distintos, para organizar a expedição com o objetivo de conquistar Silves. Referimo-nos, por um lado, à rebelião nas Baleares a que Al-Mansur, o líder almóada, teve que responder; por outro, ao conflito entre os monarcas de Castela (Afonso VIII) e de Leão (Afonso IX); e, por fim, à passagem por Portugal de cruzados a caminho da Terra Santa. Era o momento ideal para avançar. Os cruzados seguiram por mar e a hoste régia por terra e no final de julho de 1189 já os respetivos arraiais estavam instalados, os engenhos armados e o cerco/ataque em curso. A guarnição foi respondendo aos ataques cristãos. Nos primeiros dias de agosto, os cristãos deram prioridade ao ataque à couraça que conseguiram tomar a 11 ou 12 de agosto, cortando o abastecimento de água à cidade. A sede que, rapidamente, se espalhou entre as gentes cercadas, a construção de mais uma mina e os constantes disparos dos engenhos, levaram os muçulmanos à rendição, a 3 de setembro de 1189, mês e meio depois da instalação do cerco. D. Sancho I deliberou que os muçulmanos seriam poupados mas que sairiam da praça apenas com as roupas que tinham no corpo. Os muçulmanos abandonaram a praça macilentos, muitos de gatas, sedentos e esfomeados, num cortejo desolador. Sobre este cerco ver MONTEIRO, João Gouveia, *Parte I (1096-1495)... op. cit.*, pp. 71-76.

¹⁸⁶ C7PR/I-SI, cap. VI, pp. 160-161.

Em Ceuta, no cerco de 1418, foi a coragem que conduziu alguns escudeiros a substituir os besteiros que fugiram quando avistaram os Mouros¹⁸⁷:

«a mayor parte dos Beesteiros ... quando virom os contrarios tam avivados pensárom sua destruição desempinando o lugar, em que estavam assinados com tanto temor, que deixavam as beestas, e almazem que tinham, pero chegarom alli logo Escudeiros, os quaes posto que o nom tevessem por Officio, servirom alli melhor do que os outros covardos fezerom; caa avendo fortaleza em seus corações nom perdiam o posto com temor dos contrarios, o que os primeiros faziam muito pelo contrario; e assy se ouverom aquelles bons homens em seus tiros, que em breve derribárom parte daquelles Mouros»¹⁸⁸.

Numa primeira aproximação ao estudo da coragem nos exércitos medievais, Philippe Contamine distingue as interpretações da literatura moral e psicológica de origem clerical, na qual a coragem surge intimamente ligada à virtude cardinal da *fortaleza*¹⁸⁹, da dos textos literários, que considera mais próximos do vivido, e onde a coragem se relaciona com a «afetividade, o caráter impulsivo, quase o instinto»¹⁹⁰. No presente trabalho, entendemos a coragem como uma espécie de simbiose entre estas duas versões, reconhecendo no conceito de coragem os seguintes ingredientes: audácia, bravura, comportamentos impulsivos e instintivos, reação a algo que inspira medo, iniciativa e sangue-frio.

Georges Duby, no célebre estudo que fez sobre a batalha de Bouvines, relacionou o desenvolvimento da coragem, «essa novidade do século XII»¹⁹¹, com os progressos nos equipamentos defensivos. A coragem de um combatente estava diretamente relacionada com a segurança que lhe transmitia o seu equipamento, ou seja, combatentes mais bem equipados seriam mais propensos a atos de coragem. Esta interpretação faz todo o sentido e assim terá acontecido. No entanto, não deixam de existir exemplos de atos de coragem alheios a essa realidade e diretamente relacionados com questões de honra e de sentido de dever. Deixamos dois exemplos: o primeiro prova a tenacidade de Martim de Freitas por altura do cerco de Coimbra pelo conde de Bolonha, no âmbito da crise de 1245-1248¹⁹², recusando entregar o castelo mesmo quando os seus homens lhe suplicavam que cedesse:

¹⁸⁷ Este episódio deve ser lido com alguma cautela; eventualmente, Zurara pretendeu valorizar o trabalho dos escudeiros, colocando, para isso, os besteiros (“gente popular”) em fuga. Certo é que a fuga de uns e o avanço de outros é perfeitamente normal num enfrentamento deste género, independentemente do grupo social a que pertencem.

¹⁸⁸ CDPM-I, cap. LXIX, p. 238.

¹⁸⁹ «A fortaleza tem ... que ver com o temor (principalmente à morte) e com a audácia; manejada na sua justa medida, “a fortaleza é uma virtude que modera o temor e a audácia em benefício da coisa pública”. Modera o temor, de forma que se pode conservar o sangue frio, e força a atuar com coragem para escapar, se possível, ao perigo. A força confere tanto a intrepidez como a bravura na guerra» (CONTAMINE, Philippe, *La Guerra en la Edad Media... op. cit.*, p. 317).

¹⁹⁰ *Idem, Ibidem*, p. 319.

¹⁹¹ DUBY, Georges, *Uma Batalha na Idade Média... op. cit.*, p. 25.

¹⁹² Os primeiros anos do reinado de D. Sancho II foram marcados pela instabilidade, o banditismo e a agitação social. O descontentamento com o novo monarca era transversal a toda a sociedade, sobretudo, entre a nobreza e o clero. De tal forma

«alguns parentes de D. Martim de Freitas, e todos hos que erom demtrro com ele, vemdo como avya ja grande tempo que erom cercados em que cada dia padeçiom pyor, sem se ver acorro de nemhuma parte, afincauomno todavya, que dese ho lugar ao Comde ... [pois] jamajs não podiom soportar tam grande fome e mal, como aquele. E ele respondeo e dise: ‘... numqua Deos queyra que tam grande mymgoa e vergonha e mal pase por mjm, que eu faça tal trejção, que eu leyxe este castelo, senão aquele que mo emtrregou. Que bem vejo a tribulação que vos e eu padeçemos. Mas se vos amjguos, parardes memtes as grandes fames que ja muytos padeçerom em sendo cerquados de seus jnmjguos, e como muytos tajs padeçerom grande mjmgua de todolas cousas, que taes ouue ja hy, que por mamterem lealdade, se mantiverom com rajzes d ervas ... Porem vos roguo que me ajudes a defender em quanto puderdes ... E se algum de vos ho a por mjngua de molheres, que não tenhaes que vos syruão, ou as desejam em outra gujsa, dygammo, que ex, aquy esta mjnha filha, a que eu mamdarej que vos syrua de boa memte. E ante esto consintirej que ela perqua sua vergimdade e homra, ante que por mjngua de vos outros ser costramgido a fazer trejção, e dar o castelo aquele que mo não deu’ ... E emtão responderom ... que eles numqua o lejaxyom por cousa que lhes aujese, ata morerem todos aly com ele»¹⁹³.

O segundo ocorre na segunda guerra fernandina¹⁹⁴ e diz respeito à bravura e firmeza do escudeiro de Nuno Gonçalves que, aprisionado pelos Castelhanos, se entregou à morte para que o castelo que tinha pelo rei não se perdesse para Pero Rodrigues, que o queria tomar:

«O boom escudeiro de Nuno Gonçallvez que foi preso ... teendo gram sentido do castello de Faria que leixara encomendado a seu filho, cuidou ... que aquelles que o tomarom o levariam ante o logar, e dando-lhe algũus tormentos ou ameaça d'elles, que o filho veendo-o averia piedade d'elle e seeria demovido a lhe dar o castello ... disse a Pero Rrodriguez Sarmiento que o mandasse levar ao castello e que el diria a seu filho que n'eelle ficara que lho entregasse. Pero Rrodriguez foi d'esto mui ledto e mandou que o levassem logo; e elle, chegando ao pee do logar, chamou por o filho, o quall veo a pressa; e elle ... disse ao filho em esta guisa ... ‘te mando, so pena de minha beençom, que o nom ... dees a nêhũa pessoa se nom a el-rrei

que, no início de 1245, com o reino em ebulição, uma delegação constituída por adversários do rei desloca-se a Roma onde reúne com o papa Inocêncio IV, expondo a situação caótica em que se encontrava o reino. Em fevereiro desse ano é declarado nulo o casamento do monarca com a leonesa D. Mécia Lopez de Haro e, a 20 de março, o papa emitiu a bula *Inter alia desiderabilia*, ameaçando o rei com medidas mais drásticas caso não restabelesse a ordem pública no reino. A 24 de julho, o papa, através da bula *Grandi non immerito*, declara D. Sancho II como «rex inutilis», nomeando o seu irmão (exilado em França), o infante D. Afonso, conde de Boulougne, como «curador» do reino. Nos últimos dias de Dezembro de 1245, D. Afonso desembarcou em Lisboa e o país entrou em guerra civil. Os confrontos prolongaram-se até meados de 1247, quando o monarca, percebendo que não conseguiria pôr cobro aos avanços dos revoltosos, abandonou o reino, exilando-se em Toledo, onde morreu no início do ano de 1348. Coimbra resiste a entregar-se, sofrendo um cerco brutal, e só após verificar a morte do seu monarca (numa viagem que empreendeu a Toledo, com autorização do conde), o alcaide daquela cidade, Martim de Freitas, a entrega a D. Afonso. Sobre este conturbado período, veja-se MARTINS, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota... op. cit.*, pp. 147-161.

¹⁹³ C7PR/I-SII, cap. IX, pp. 239-240.

¹⁹⁴ A segunda guerra fernandina inicia-se com a entrada de D. Henrique II em Portugal, tomando Almeida, Pinhel, Celorico da Beira e Viseu, daí avançando para sul em direção a Lisboa, em setembro de 1372. Esta inciativa do rei castelhanos foi motivada pelo conhecimento de uma aliança luso-britânica de oposição aos monarcas castelhanos e aragoneses. D. Henrique instalou o cerco a Lisboa, a 23 de fevereiro de 1373. Mal protegida e mal abastecida, tudo fazia prever que não conseguisse resistir por muito tempo. Mediante esta perspectiva, logo no início de março, o monarca português negociou a paz e, chegando a acordo nas negociações (com condições pesadíssimas para Portugal), a 24 de março foi levantado o cerco. O acordo foi oficialmente selado a 7 de abril de 1373.

meu senhor que mo deu, ca por te perceber d'isto me fize aqui trazer; e por tormentos nem morte que me vejas dar nom ho entregues a outrem, se nom a el-rrei meu senhor, ou a quem to el mandar entregar per seu certo rrecado'. Os que o preso levavom ... teendo-sse por escarnidos, com queixume d'esto, em presença do filho o matarom em essa ora de cruees feridas, e nom cobrarom porém o castello»¹⁹⁵.

Considerando as fontes de que dispomos para o estudo da coragem nos exércitos medievais, devemos afastar-nos dos estereótipos criados em volta da ideia de coragem, nos quais prevalecem o individualismo, os atos heróicos dos nobres, a proeza pessoal. É essencial desconstruir a noção de «que a guerra medieval se reduzia a uma série de desafios e que a dimensão coletiva da coragem estava mais ou menos eclipsada ou era inexistente»¹⁹⁶. Casos desses existiram¹⁹⁷, claro, mas não constituíam a regra. O combatente inseria-se num conjunto que era a hoste e a coragem era vivida e incutida nesse todo. Exemplificativo disso é o facto de, nos discursos que os comandantes pronunciavam «perante as suas hostes antes de qualquer enfrentamento importante e solene, não se evocavam as proezas individuais como forma de conseguir a vitória, mas sim os êxitos coletivos, conseguidos por todo o exército»¹⁹⁸. Não se lembravam feitos individuais mas sim coletivos.

Antes da batalha de Ourique (1139)¹⁹⁹, segundo a crónica, D. Afonso Henriques falou aos seus homens, incentivando-os a lutar e aludindo às vitórias dos antepassados:

«Lembreuos quamtas uezes e em quantos lugares pelleiaram nossos anteçessores com estes emijgos da ffee, e os uemçeram, poucos a mujtos. Pois nam he agora menos poderosa a mão do Senhor Deus pera nos ajudar comtra elRey Ismar, do que foy nos tempos passados pera ajudar a elles' ... Quando os portugueeses ouuiram taaes palauras com tanto e tam confiado esforço do Primçipe, foram assi todos esforçados e animados de huñ coraçam pera servir a Deus e a elle naquella batalha que pareceo seer trespassado em cada huñ, o meesimo esforço que no Primçipe uijam: e rrespomderom todos muj ledos que ... estavam muy prestes pera fazer o que sempre fizeram aquelles domde elles deçemdiam»²⁰⁰.

Sobre os discursos dos comandantes, convém salientar a importância que eles tinham para a moralização dos combatentes, incutindo confiança e apelando à bravura. Conforme Vegécio

¹⁹⁵ CDF, cap. LXXVIII, pp. 273-274.

¹⁹⁶ CONTAMINE, Philippe, *La Guerra en la Edad Media...* op. cit., p. 320.

¹⁹⁷ Veja-se a referência de Fernão Lopes ao episódio que teve lugar logo no início da batalha de Aljubarrota, quando Gonçalo Anes de Castelo de Vide «auamtejou-sse ... [pois] prometeo primeiro ferir de lamça, e foy deribado e acorido e aleuantou-sse» (CDJI-II, cap. XLII, p. 97).

¹⁹⁸ CONTAMINE, Philippe, *La Guerra en la Edad Media...* op. cit., p. 321.

¹⁹⁹ A batalha de Ourique, travada a 24 de julho de 1139, ocorreu na sequência de um fossado organizado e liderado por D. Afonso Henriques em território inimigo, que, provavelmente, o levou próximo de Sevilha. A devastação que a ofensiva provocou, levou os governadores de Córdoba e de Granada a mobilizar um poderoso exército que avançou sobre as forças portuguesas. O confronto tornou-se inevitável. À superioridade numérica almorávida, o exército cristão respondeu com a sua cavalaria pesada e o resultado foi favorável à hoste de D. Afonso Henriques. Sobre esta batalha ver MARTINS, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota...* op. cit., pp. 35-57.

²⁰⁰ CDAH, cap. XIV, pp. 52-55.

afirmou, nos desesperados, a coragem aumenta com a exortação do general e, se lhes parecer que ele nada teme, o seu ânimo cresce²⁰¹; na verdade, «a coragem e o ânimo aumentam ... graças aos conselhos e ao encorajamento do general, especialmente se os soldados receberem uma explicação acerca do combate que se avizinha ... deve mostrar-se a cobardia e os erros dos inimigos e, caso eles tenham sido anteriormente derrotados por nós, deve recordar-se isso. Refira-se também aquilo que possa acender nas mentes dos soldados o ódio, a ira e a indignação para com os adversários»²⁰². Além das palavras, também as ações do comandante influenciavam o comportamento dos seus homens; a acreditar no cronista, Nun'Álvares, no decurso de uma ofensiva naval castelhana²⁰³, não tendo conseguido convencer os seus homens a lutar, avançou sozinho contra os inimigos²⁰⁴; então, «os seus, que estavam a longe oolhando, veendo o gram periigo em que Nuno Alvarez era, costringidos de doo e vergonha, correrom rrijamente cobrando corações, e acorrerom-lhe mais toste que poderom»²⁰⁵.

Muitas vezes, os atos de coragem têm como objetivo a procura de honra ou de glória, mas também de benefícios materiais imediatos e de promoção social, mais difícil de obter. No entanto, outras vezes, refletem atitudes de desespero, como aconteceu aos Castelhanos, na batalha naval do Cabo de São Vicente (21 de julho de 1337)²⁰⁶: «vemdo ... a sua frota que se perdia de todo, cobrarom tão grão coração e pelejarom asy esforçadamente, que toda a frota de Portugall foy vemçada e desbaratada»²⁰⁷, configurando uma humilhante derrota portuguesa. Na batalha de Aljubarrota, quando os Castelhanos atacaram a carriagem portuguesa,

«os peoões daquela parte, ajnda que fugir quisessem, nom o podiam fazer, e assy forçadamente compria de se defemderem; a quall cousa os castellaãos depois emtenderom que lhe fora maa o aujsamento, pois a seus emmigos nom leixauom portall aberto per hu fugir podessem»²⁰⁸.

²⁰¹ VEG-CAM/III, cap. IX, p. 287.

²⁰² *Idem*, cap. XII, p. 295.

²⁰³ Ofensiva naval castelhana que assolou Xabregas, Vila Nova da Rainha, Frielas, Coina e os arrabaldes de Palmela e de Almada, durante a primavera-verão de 1382.

²⁰⁴ Pese embora o exagero manifesto da descrição (em especial dos números que são avançados), admitimos a possibilidade de uma atitude deste género por parte de um comandante militar, na tentativa de convencer os seus homens a lutar.

²⁰⁵ CDF, cap. CXXXVIII, p. 485.

²⁰⁶ A batalha naval travada ao largo do cabo de São Vicente, a 21 de julho de 1337, foi um dos episódios do conflito luso-castelhano entre os anos de 1336 e 1338. Nesta batalha a iniciativa foi portuguesa e, num primeiro momento, tudo fazia crer que o sucesso estava garantido. Após o primeiro ataque nove das embarcações inimigas renderam-se aos portugueses. Contudo, num curto espaço de tempo tudo se alterou. Provavelmente com a chegada de naus castelhanas e/ou pela mudança do vento, as galés portuguesas viram-se atacadas, pressionadas, abalroadas. O caos instalou-se quando foi tomada a embarcação em que seguia Manuel Pessanha e abatido o estandarte real que aí seguia. O pânico disseminou-se pela armada portuguesa, as galés colocaram-se em fuga mas foram perseguidas, muitas aprisionadas e outras afundadas. As galés capturadas foram levadas para Sevilha num humilhante cortejo, com os respetivos pendões a arrastar pela água.

²⁰⁷ C7PR/II-AIV, cap. XXXIX, p. 265.

²⁰⁸ CDJI-II, cap. XLV, p. 105.

Nestas situações, a coragem era a única alternativa viável e, em ambos os casos, evitou a morte aos que não se deixaram cair em desespero e lutaram com valentia.

Ao percorrer as fontes, encontramos relatos de atos de coragem em momentos de conflito que nos chegam dos mais diversos quadrantes e com diferentes protagonistas.

Durante o cerco de D. Juan I a Lisboa, na crise de 1383-1385, todos participavam na defesa da cidade, mostrando iniciativa, espírito de “corpo” e coragem:

«nom soamente os que eram asiinados em cada logar pera deffemssom, mas aimda as outras gemtes da çidade, ouvindo rrepicar na See, e nas outras torres, avivavomsse os coraçoões delles; e os mesteiraaes damdo follgamça a seus offiços, logo todos com armas corriam rrijamente pera hu diziam que os Castellaãos mostravom de viinr. Alli viriees os muros cheos de gemtes, com muitas trombetas e braados e apupos esgremimdo espadas e lamças e semelhantes armas, mostramdo fouteza contra seus emmiigos ... [e] ã sse guardava alli a degratall: «Clerici arma portamtes»; aos quaaes segumdo dereito nom convem de tomar armas, posto que seja pera deffemssom da terra; mas clerigos e frades, espeçiallmente da Trindade, logo eram nos muros, com as melhores que aver podiam»²⁰⁹.

Zurara conta-nos que, na véspera da tomada de Ceuta (a 21 agosto de 1415), os pensamentos dos homens dividiam-se entre o medo da morte iminente em terra estranha e a coragem dos que se viam como precursores da luta contra os mouros no seu próprio território:

«mais nobres pemssamentos tijnham aquelles, a que a natureza guarneçera de uerdadeira fortelleza, os quaaes comsijramdo em este feito, deziã amtre ssy. Bem auemturados somos nos, a que Deos amtre todollos dEspanha outorgou primeiramente graça de cobrar terra nas parte dAffrica, e que auemos primeiramente de despregar nossas bamdeiras sobre a fremosura de tamanha çidade. Vaa com Deos deziã elles, por bem empregado nosso trabalho em semelhante seruiço, pois que o nosso sangue ha de seer espargido por remijmento de nossos peccados»²¹⁰.

Curiosa é a referência à participação de mulheres nas operações militares. Durante o cerco de Lisboa, com a reconstrução do muro e barbacã, andavam «as moças sem nehuã medo, apanhamdo pedra pellas herdades»²¹¹. Falando sobre o cerco de 1418 a Ceuta, Zurara diz:

«como quer que o estado feminil seja daquella flaqueza, que a Deos prouve, que fosse, tanto merece mayor louvor, quanto se esforça com mayor vontade a seguir, o que lhe a natureza repunha: e porem sabe, que as mulheres daquella Cidade se ouverom em aquelles dias, em todo-los trabalhos muito virtuosamente; caa continuadamente andarom alli acarretando pedras, e almazem, com toda-las outras cousas, que aos homens eram necessarias, de guisa que algum delles nom teve causa de se afastar do lugar, que lhe fora assinado, nem os muros nunca perderom companha, que os defendesse: e quando se os

²⁰⁹ CDJI-I, cap. CXV, p. 196.

²¹⁰ CTC, cap. LXVII, p. 192.

²¹¹ CDJI-I, cap. CXV, p. 198.

Mouros chegaram, ellas mudaraõ suas roupas em abitos varõis, e com lanças, e escudos estavam pelos portaes do muro de companhia com os homens, o que aos contrarios nom era conhecido»²¹².

Muitas vezes se condenam atos individuais de coragem pelos riscos em que incorriam os seus protagonistas, ao colocar-se em perigo de forma inglória. Podemos perceber isso nas palavras de Fernão Lopes, quando diz que, no final da batalha de Aljubarrota, tendo D. Juan I fugido do campo de batalha,

«o boom de Vasco Martijnz de Mello, que deuodara prender el-Rey de Castella ou lhe poer as mãos, seguio o encalco açerca de (huma) legoa por ssua promessa fazer verdadeira; e ssoo, sem outrem, em çima dhuum cauallo por chegar a elle, meteo-sse ant(r)e as gentes que o acompanhauom; e sendo conhecido pella cruz de Sam Jorge que era portugues, foy logo morto por sua sages ardileza»²¹³.

É ainda demonstrativo da imprudência em que se incorria em nome da coragem o caso de Afonso Henriques, morto na tentativa de mostrar o seu valor. No decorrer do cerco do Mestre de Avis a Alenquer, em finais de 1384, Afonso Henriques, procurando provar que igualava em coragem e feitos a Aires Gonçalves...

«... foisse logo aa porta da barreira omde começavom de combater; e chegamdo alli, foi mais avamte e deu com a lamça na porta da villa por mostrar ardileza; e as pedras muitas que viinham de çima de sobre as torres da porta, açertou de lhe dar hũa de que caeo em terra morto ... desta guisa morreo Affomssso Amriquez, cometendo ardileza que nom aproveitava»²¹⁴.

Destacamos ainda uma particularidade medieval que em muito se relaciona com a questão da coragem; referimo-nos ao ideal de cavalaria. Entendemos aqui cavalaria num sentido amplo de grupo social privilegiado, cuja função principal era combater a cavalo, regendo-se por um código de conduta / ético muito particular. A ética cavaleiresca preconizava a observância de valores como a honra, a lealdade e a fidelidade²¹⁵; enfatizava-se o valor da palavra dada (a amigos e inimigos)²¹⁶; exaltava-se a coragem; e reprovava-se a cobardia²¹⁷. Ora, na ânsia de mostrar o seu valor e a sua coragem, muitos cavaleiros (sobretudo os mais jovens) empreendiam atos temerários demasiado arriscados. Esta ousadia, se por um lado podia prejudicar uma determinada operação militar (por exemplo, o afastamento da hoste para

²¹² CDPM-I, cap. LXVII, p. 233.

²¹³ CDJI-II, cap. XLIII, pp. 99-100.

²¹⁴ CDJI-I, cap. CLXVII, p. 316.

²¹⁵ Sobre o ideal de cavalaria, veja-se FLORI, Jean, *Caballeros Y Caballería...*, op. cit.. Sobre as consequências dos seus 'excessos', vale a pena consultar GAIER, Claude, *Temerite et bravade chevaleresques...*, op. cit., pp. 119-136.

²¹⁶ FLORI, Jean, *Caballeros Y Caballería...*, op. cit., pp. 170-172 e 261-262.

²¹⁷ GAIER, Claude, *Temerite et bravade chevaleresques...*, op. cit., p. 122.

empreender um combate individual ou a antecipação numa manobra), por outro, podia ser utilizada como trunfo pelo comandante, no momento de incitar os homens a combater.

Em ligação com o que acabámos de expor, mas numa maior amplitude, por vezes esta vontade exacerbada de mostrar e provar a coragem, verificada ao nível das chefias militares, colocou os exércitos em situações de extrema dificuldade. Claude Gaier apresenta-nos uma série de exemplos de operações militares que testemunham esta situação²¹⁸.

Para a nossa cronologia e geografia, podemos dar como exemplo a batalha de Aljubarrota. Antes do confronto, o rei de Castela, que vinha doente, para espiar a hoste portuguesa enviou López de Ayalla, Diogo Fernandez (marechal de Castela) e Diogo Álvares (irmão de Nun'Álvares) para falar com o Condestável. No regresso ao arraial castelhano, reúne-se o Conselho de guerra para os ouvir e para decidir como proceder. Aqueles disseram ao rei que:

«quanto ... ao que perguntaes como vosas gentes deuem de fazer, a nos parece ... que uos deuees de fazer desta guisa: O dia he ja muy baixo, ca he ja cerca dhora de vespera; e as mais das vossas gentes nom ham oje comido nem bebido e estam anojados da quentura e do caminho; dessy mujtos homeens de pee e beesteiros nom som ajnda vindos, ca uem com as caretas e azemallas da hoste ... segumdo estas cousas, nossa temçam he que vossas gentes estem quedas pera veer que faram os emmigos'»²¹⁹.

Estas foram as vozes da prudência e da sensatez. Mas «outros ouue hij caualleiros que disserom a el-Rey o contrairo desto, dizemdo que 'el tinha muytas auamtageens dos portuguesses'»²²⁰, e enumerando uma série delas como o facto de ele se encontrar entre os melhores e maiores reis do mundo e ser casado com a filha do rei D. Fernando, logo com direito ao trono. Depois de uma troca opiniões, falou D. João Afonso de Telo, mostrando-se...

«... 'muyto comtra este comselho [de não lutar] e comtra as razoões que aquestes dizem, e parece-me que quem vos comselha que uos nom pellegees nem ponhaaes a batalha a estes homeens, que nom ama vossa honrra nem seruiço ... se uos jsto nom quiserdes, parece-m(e) que melhor fora estar em Castella que vijnrdes tam longe mostrar couardice'»²²¹.

Em síntese, o conde de Barcelos, questionando a honra de quem aconselhava que não se avançasse e deixando uma denúncia de cobardia no ar²²², claramente apelou ao “ideal de cavalaria” para influenciar a decisão do rei. E, de facto, «El-Rey ... mandou que a pressa se

²¹⁸ *Idem, Ibidem*, pp. 125-134.

²¹⁹ CDJI-II, cap. XXXV, pp. 76-77.

²²⁰ *Idem*, cap. XXXV, p. 77.

²²¹ *Idem*, cap. XXXV, pp. 79-80.

²²² Num contexto em que, para o cavaleiro, era preferível morrer do que ser chamado de cobarde (VERBRUGGEN, J.F., *The art of Warfare ... op. cit.*, p. 54).

fezessem todos prestes e acabassem dordenar a batalha»²²³. Claro que, apesar de serem de opinião contrária ao confronto, decidido que foi dar batalha todos avançaram, todos lutaram e... quase todos morreram.

A coragem, assim como o medo, acompanhava os combatentes na guerra medieval. Nas palavras de Contamine, «as sociedades medievais, na sua condição de sociedades militares, fizeram da coragem em combate um dos seus valores essenciais»²²⁴.

3.3. Violência e sofrimento

A guerra medieval, travada essencialmente a «ferro e fogo»²²⁵, tinha associado um elevado grau de violência: sobre combatentes e não-combatentes; cometida por inimigos e por aliados; atacando o corpo, mas também a mente; visando os bens, as propriedades e a produção de bens, assim como o moral e os símbolos; decorrente dos combates mas também gratuita ou, simplesmente, vingativa. Neste contexto, o sofrimento era uma constante, fosse em resultado das agruras do conflito fosse premeditadamente provocado para debilitar o adversário.

A violência fazia parte do quotidiano, mas em tempo de guerra estava omnipresente e os seus níveis «disparavam de forma exponencial ... não só, como é óbvio, no campo de batalha como também nos locais de passagem das hostes»²²⁶, acarretando consequências demolidoras para os civis e para quem se atravessasse no caminho dos exércitos.

O Regimento da Guerra²²⁷ começa por dizer que a guerra «he cousa, de que se levanta morte, e cativoiro, e aos homens perda, e dampno, e destruímento, e he movimento das cousas quedas, e destruição das compostas»²²⁸. Lendo os cronistas podemos, de facto, identificar todo o tipo de desordens e atrocidades cometidas durante a guerra ou em seu nome. Não obstante ser possível identificar vários tipos de violência, em muitos casos é extremamente difícil “categorizar” um determinado ato, senão vejamos: quando, no âmbito da terceira guerra fernandina, Fernão Lopes nos descreve o comportamento dos Ingleses que, supostamente, vieram a Portugal como aliados, conta o seguinte episódio:

²²³ CDJI-II, cap. XXXV, p. 81.

²²⁴ CONTAMINE, Philippe, *La Guerra en la Edad Media...* op. cit., p. 325.

²²⁵ McGLYNN, Sean, *A hierro e y fuego...* op. cit., p. 147.

²²⁶ *Idem, Ibidem*, p. 78.

²²⁷ Incluído nas *Ordenações Afonsinas* (promulgadas durante o reinado de D. Afonso V), constitui uma compilação de ensinamentos e normas sobre questões práticas da condução e execução da guerra. Em boa verdade, representa uma adaptação, para o contexto militar português, do Título XXIII da *Segunda Partida* de Afonso X.

²²⁸ *Ordenações Afonsinas. Livro I*. Nota de Apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Nota Textológica de Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, [Regimento da Guerra], 1, p. 285. A partir de agora citada por *RG*.

«chegarom algũus d'elles a casa d'hũu homem que chamavom Joham Vicente, jazendo de noite na cama com sua molher e hũu seu filho pequeno que ainda era de mama, e baterom aa porta que lhe abrisse; e ell com temor nom ousou de o fazer, e elles britarom a porta e entrarom dentro e começarom de ferir o marido; a madre com temor d'elles pôs a criança ante ssi polla nom ferirem, e nos braços d'ella a cortarom per meyo com hũua espada»²²⁹.

Ora, neste violentíssimo trecho é possível identificar: a violência cometida por aliados; a destruição de bens; a morte de uma criança inocente. Este crime não foi mais do que uma execução arbitrária; o gesto teria como objetivo a intimidação, mas, acima de tudo, testemunhamos um ato de uma inegável violência, física e psicológica. Com este exemplo justificamos a opção tomada para apresentar este tema: não nos iremos alongar em categorizações teóricas da violência, procuraremos sim evidenciar as diferentes formas que ela assume, de acordo com o relato das fontes.

São inúmeros os casos de violência física decorrente de variadas situações: ferimentos e mortes ocorridos durante as operações militares; execuções levadas a cabo em diferentes contextos; massacres; torturas; abusos sexuais; mutilações e decapitações... As operações militares eram sempre momentos violentos e arriscados para os seus participantes, podendo resultar em ferimentos, ligeiros ou graves, ou mesmo na morte. Consciente desta realidade, é natural que a população hesitasse em responder às convocatórias.

Nas batalhas, a brutalidade que trazia a morte chegava de diferentes formas e em diferentes momentos. Na veiga de Trancoso, em maio de 1385, sabemos que «forom os castellaãos vencidos e mortos todos, de guisa que dos homeens darmas nom escaparom nenhuuns, saluo os genetes e muytos dos pages que estauom nos caualllos e alguuns homeens de pee que fugirom per esses montes»²³⁰. Mas, ainda antes desse final, Fernão Lopes dá-nos conta do desbarato brutal dos peões portugueses às mãos dos «genetes castellaãos, [que] veendo fogir os peões ... matauom nelles aa sua vontade, de gujsa que morryam muytos. E elles, quando esto virom, tornauom-sse com medo a(a) batalha»²³¹. A Aljubarrota vamos buscar um exemplo de impiedade contra os inimigos vencidos, pois, diz o cronista,

«se alguem trabalhaua de dar vida (a) alguum que conheçesse, quer fosse castellaão ou portugues, dos que contra o regno vinham [na hoste de Juan I], nom o podia fazer; ca nas mãos lho matauom per força,

²²⁹ CDF, cap. CXXXII, p. 466.

²³⁰ CDJI-II, cap. XXI, p. 44.

²³¹ *Idem*, cap. XXI, p. 43.

ajmda que nom quisesse, nom soamente a homeens de pequena comdiçam, mas a pessoas de booa comta»²³².

As operações de cerco acarretavam também muitos perigos para os participantes, tanto sitiados como sitiadores. Quando, no âmbito da primeira guerra fernandina, Henrique II de Castela colocou cerco à desprevenida praça de Braga, em agosto de 1369, dos que a tentavam defender morreram «quarenta e oito homens, per mingoa de nom seerem armados»²³³. E, durante o cerco a Campo Maior por D. João I (15 de setembro a 1 de dezembro de 1388), «tendo jaa a caua atupida. E himdo çertos homeens na escalla, mandou-a poer em huma torre, começada de derubar dos enjenhos; e a escalla pera poussar, aconteceu que quebrou, e foram muytos ferydos»²³⁴.

Podemos imaginar a brutalidade dos combates nas ruas de Ceuta, na operação de conquista da cidade no verão de 1415, quando o cronista nos descreve o que se via, à medida que se avançava pela cidade: os mouros mortos,...

«... jazemdo em terra nom podiam dereitamente seer conhecidos ... as caras tam feas, que uerdadeiramente arremedauam a semelhança dos amjos jmfernaaes ... huñs jaziam com os corpos temdudos e as mãos apertadas e os demtes fechados, outros jaziam com os foçinhos sobre a terra, emburilhados no seu sangue meesmo, outros com os corpos embuizados, apertamdo com seus punhos a rroupa que traziam, outros jaziam assy espedaçados, que homem nom poderia dereitamente julgar quall fora primeiramente sua queeda ... alguñs delles nam eram de todo mortos, e tijnhem seus membros cortados, e depois que os leixaua alguñ pouco a door, prouauam de sse leuamtar com as caras cheas de sangue e de poo, com que acreçemtauam mujto mais sua fealldade»²³⁵.

No primeiro ataque a Tânger, em 1437, «morrérom muytos Cavallos e alguns Christaaõs, e sayrom muitos feridos: antre os quaes foy ho Conde d'Arraiolos, de huña séta por huña perna, e o Capitam Alvaro Vaaz, d'outra per huñ braço»²³⁶; na segunda tentativa, quando se procurava escalar os muros para entrar na praça, «das escallas soo a do Marichal chegou e pousou sobre o muro, que dos Mouros, com fogo d'alcatraõ e muyto linho que de cima lançárom, foi logo toda queimada com dâno d'alguñs Christaaõs, que ja per ella sobiam»²³⁷.

No calor do combate, ou no caos de uma revolta, as decisões podem ter sido influenciadas pelo terror do momento. Os casos de execuções no cumprimento de ordens superiores ou levadas a cabo espontaneamente são disso exemplo, representando atos de brutalidade forçada

²³² *Idem*, cap. XLV, p. 106.

²³³ CDF, cap. XXXIII, p. 109.

²³⁴ CDJI-II, cap. CXXXV, p. 282.

²³⁵ CTC, cap. XCII, p. 246.

²³⁶ CDD, cap. XXIV, p. 543.

²³⁷ *Idem*, cap. XXVIII, p. 548.

ou espontânea. Numa das várias escaramuças que tiveram lugar entre cristãos e muçulmanos em Ceuta, nos anos de 1416-1417, Gonçalo Vasques, vendo que os mouros levavam a melhor, «mandou matar todos os presos, e decepar os cavallos, e azemalas, que nom ficou nenhum»²³⁸. Por outro lado, quando em Lisboa, em dezembro de 1383, foi morto o conde João Fernandes Andeiro, a população, inicialmente “instrumentalizada” por Álvaro Pais no apoio ao Mestre de Avis, rapidamente se descontrolou, levando a cabo um sem número de atrocidades, sem outra justificação além de matar quem não compactuasse na defesa e aclamação do Mestre. Foi o que se passou na torre da Sé: como não tocaram os sinos e porque o bispo da capital era castelhano, assumiu-se que ele era partidário da rainha e do conde e «ficou loguo alli gram parte do poboo, açeso com brava sanha, por aver a pressa emtrada a See, e filharem logo do Bispo viimgãça»²³⁹. Chegados à Sé, encontraram as portas fechadas e perceberam que o Bispo estava na torre; então, «ouverõ escaadas e emtraram per huña freesta, [abrindo as portas e] ... a comuñ voz de todos era que fossem açima veer quem estava na torre, e porque nom rrepicara como nas outras egrejas, e sse fosse ho Bispo que o deitassem afumdo»²⁴⁰. Aos que subiram à torre, o bispo apresentou as suas razões; no entanto, a multidão que se acumulou à porta da Sé bradava que o atirassem, começando...

«... todos de jurar, que sse o nom deitavom, e hiam açima, que todos vhessem afumdo com elle. E por quamto todo temor he justo per que homem pode viinr a morte ou açerca della, ouverom disto tam gramde rreço, que logo o Bispo foi morto com feridas e lamçado a pressa afumdo, homde lhe forom dadas outras muitas, como sse gaamçassem perdoamça, que sua carne ja pouco sentia. Alli o desnuaom de toda vestidura, damdolhe pedradas com muitos e feos doestos, ataa que sse emfadarom delle os homões e os cachopos, e foi rroubado de quamto avia»²⁴¹.

O prior de Guimarães e o tabelião, que acompanhavam o bispo, também foram mortos, sendo de realçar que, a acreditar na crónica, o prior foi morto por «huñ Escudeiro que lhe mall queria, [e que] sobimdo açima com os do Comçelho, vio tempo aazado pera o matar, e buscamdoo pella torre, achou ho escomdido e matou ho»²⁴².

Testemunhos de massacres, entendidos aqui como a morte violenta de um grande número de pessoas, abundam nas crónicas e as razões para isso são variáveis, numa amplitude que vai desde a pura vingança ao descontrolo próprio das multidões. Em inúmeros casos, o massacre resultou da tensão acumulada durante uma ofensiva, um cerco por exemplo, durante a qual os

²³⁸ CDPM-I, cap. LVI, p. 190.

²³⁹ CDJI-I, cap. XII, p. 24.

²⁴⁰ *Idem*, cap. XII, pp. 24-25.

²⁴¹ *Idem*, cap. XII, p. 25.

²⁴² *Idem*, cap. XII, pp. 25-26.

contendores estão sujeitos a todo o tipo de contingências. Na mente do combatente, a responsabilidade pelas agruras a que está sujeito é sempre da ‘outra parte’, que não cede à sua causa justa. Ora, terminada a operação, há uma grande probabilidade de os vencedores se insurgirem contra os vencidos, numa matança indiscriminada que é também uma descarga de ódios e medos. Nestes casos, o catalisador pode ser algo tão simples como uma expressão mal interpretada, ou a morte de um camarada. Terá sido isto que aconteceu na ofensiva luso-inglesa a Cortijo, durante a terceira guerra fernandina (primavera de 1382): pela morte de um escudeiro inglês durante os combates, os Ingleses «cobrarom tam gram sanha [que não aceitaram a preitesia que os de dentro propunham e] cada vez se esforçavam mais pera o entrar»²⁴³. O combate foi violento e, ainda que...

«... o muro fosse mui forte, com alta cava e bem deffenssavell, todo nom aproveitou nada ... e rroto o muro entraram dentro per força, e depois pellas portas que forom ardudas, e começaram de matar quantos homens acharom, em guisa que outra nêhũa pessoa nom ficou a vida salvo molheres e moços pequenos; e derribarom todo o logar o mais que poderom e rroubarom-no de quanto em ell acharom e tornarom-sse pera Portugal»²⁴⁴.

Os Ingleses, sedentos de vingança pela morte do seu camarada, não aceitaram a rendição e massacraram tantos quantos encontraram pela frente, exceção feita (neste caso, pois nem sempre assim acontecia) às mulheres e aos moços pequenos.

Mas também encontramos exemplos de massacres levados a cabo por ordem do comandante da hoste. Durante as guerras entre Aragão e Castela, quando D. Pedro de Castela entrou «per força [em] Carinana mandou matar quantos no logar avia, que nom ficou soamente huñ»²⁴⁵. Segundo o cronista...

«... a rrazom por que dizem que os assi mandou todos matar foi porque el teendo-a cercada e nom a podendo tomar, alçou o cerco de sobr'ella; e os da villa, quando os virom assi partir, começaram de braadar do muro dizendo seus doestos e maldiçoões, cada hũu como lhe prazia; e el-rrei ouve disto grande menencoria, e mandou tornar suas gentes sobre o logar, e tam rrijamente lhe deu o combato que a entrou logo per força; e por esto mandou fazer aquella grande mortiindade»²⁴⁶.

Por norma, à violência respondia-se com violência. Na campanha de D. Dinis em Castela (1296), durante a crise de sucessão de Sancho IV²⁴⁷, foram cometidos atos violentos nos

²⁴³ CDF, cap. CXLIX, p. 521.

²⁴⁴ *Idem*, cap. CXLIX, p. 521.

²⁴⁵ CDP, cap. XXXIV, p. 156.

²⁴⁶ *Idem*, cap. XXXIV, p. 156.

²⁴⁷ A morte de D. Sancho IV, rei de Leão e Castela, em 1295, iniciou uma crise sucessória com implicações em Portugal. O rei Afonso X havia nomeado como seu sucessor (após a morte do seu primogénito, Fernando de la Cerda) o seu filho

lugares por onde a hoste portuguesa passava; a este repeito, destacamos o episódio da chegada...

«... ao lugar que chamom Pozall, que he castelo de Medina [onde] quebramtarrom os seus a jgreja e matarrom quantos se a ela acolherom e roubarom quanto em ela acharom, e com toda crueza que matarom e catiuarom, nom perdoando a nenhuma idade, em gujsa que não leyxarom cousa que se destrojir pudese»²⁴⁸.

A fúria da investida, ainda para mais num lugar sagrado, é notória. Em resposta à incursão de D. Dinis em Castela, os Castelhanos «emtrarom em Portugal, destrojndo e quejmando e matando homens e molheres»²⁴⁹. Como diz o cronista, «desta gujsa fizeram os Castelhanos aos Portugueses, e os Portugueses aos Castelhanos»²⁵⁰, nesta ocasião, «muy grandes praguas e cousas asperas de sofrer, se punham as gemtes dambas partes por vingarem sua sanha»²⁵¹.

A violência tomava também a forma de torturas executadas de diferentes maneiras e visando, sobretudo, obter informações. Alcançado o objetivo, não raras vezes o martírio prolongava-se, tanto física como psicologicamente, com castigos e humilhações que, habitualmente, culminavam numa morte atroz. Quando Henrique II de Castela colocou cerco a Lisboa (em 1373, durante a segunda guerra fernandina), espalhou-se pela cidade a ideia de que haveria apoiantes daquele rei entre os moradores e que estes lhe abririam as portas da cidade, para que o primeiro rei trastâmara a pudesse conquistar. Assim,...

«... foi grande alvoroço em-na cidade por esta sospeita, dizendo o poboo contra algũus moradores d'ella que eram da parte d'el-rrei de Castela ... e que a cidade era vendida per elles ... E porque algũus d'elles tiinham chaves de certas portas, foram-lhe logo tomadas, e elles todos presos; e ... foram sem mais deteença todos metidos a tormento, e sem confessando nẽhũua cousa ... hũu homem ... [foi] arrastrado ... pella cidade e o fezerom em postas, e assi morreo. Outro tomarom e poserom-no na funda d'hũu engenho que estava armado ante a porta da See; e quando desfechou, lançou-o em cima d'essa egreja antre duas

segundo, Sancho, e não o neto, Afonso de la Cerda, que nunca aceitou ter sido preterido. Quando o tio morreu, e com o novo monarca ainda menor (Fernando IV, filho de Sancho IV), Afonso revolta-se na tentativa de recuperar o trono. Também o irmão do monarca falecido, D. João, se candidatou ao trono. Ora, este ambiente de conflito foi aproveitado pelas monarquias aragonesa, granadina e portuguesa, numa tentativa de reequilibrar os poderes na península, separando os reinos de Leão e Castela. Em 1296, uma coligação constituída por Jaime II de Aragão, Muhammad II de Granada e D. Dinis iniciou uma campanha militar, cujo objetivo principal era a reposição do equilíbrio de poderes na península e o destino Valladolid, onde se encontravam o monarca e sua mãe. Mas as forças aliadas, depois de vários confrontos, perceberam que não tinham força suficiente para cumprir o objetivo definido e separaram-se. D. Dinis decide regressar a Portugal. No caminho de regresso, as forças portuguesas descarregaram toda a sua fúria e frustração sobre as populações por onde passavam, pilhando, destruindo, queimando e/ou matando tudo e todos com que se cruzavam. Os castelhanos responderam na mesma medida, sobretudo, sobre o Alentejo. Para uma visão mais aprofundada sobre este período e esta investida de D. Dinis, ver MARTINS, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota... op. cit.*, pp. 195-214.

²⁴⁸ C7PR/II-D, cap. IX, p. 36.

²⁴⁹ *Idem*, cap. IX, p. 37.

²⁵⁰ *Idem*, cap. IX, p. 37.

²⁵¹ *Idem*, cap. IX, p. 38.

torres dos sinos que hi há, e quando cahio, acharom-no vivo; e tomarom-no outra vez e poserom-no na funda do engenho, e deitou-ho contra o mar, onde elles desejavom, e assi acabou sua vida»²⁵².

Os abusos sexuais fariam parte deste ambiente de guerra, no entanto, nas fontes compulsadas, não foram encontrados muitos exemplos deste tipo de violência. Fernão Lopes apresenta-nos uma destas situações, ao comentar os desvarios dos Castelhanos para com os seus aposentadores, quando D. Juan de Castela chega a Santarém, no início do ano de 1384. Diz-nos o cronista que, em alguns casos, os...

«... lamçavom fora da casa, e ficavom elles com a molher, e dormiamlhe com ella; e a outros o faziam presentemte seus olhos, mall que lhe pesasse, dizemdo que quamto tiinham todo era seu, e delles nêhuũa cousa, doestamdoos de torpes e maas pallavras, dizemdolhe assaz de desomrras e escatimas; e sse alguñ queria fallar ou rrespomder, logo mostravom que o queriam matar»²⁵³.

Também encontrámos em Froissart uma referência a estes casos de abuso sexual levados a cabo contra a população de Santarém pelos aliados de Juan I de Castela, aí aposentados. Ao marechal de Castela, que ali se desloca para averiguar a situação, queixam-se as gentes de Santarém de que os homens que aí chegaram para servir o monarca castelhano lhes forçavam as mulheres e as filhas²⁵⁴.

Um tipo de violência que não só marcava fisicamente como psicologicamente consistia nas mutilações. Quando não se matavam, marcava-se indelevelmente as pessoas. Estas atrocidades podiam ter todo o tipo de objetivos, destacando-se a intimidação, a retaliação e a vingança. Através da mutilação, castigava-se «não pela morte mas pela vida ao seu mais baixo nível. A amputação de pés ou mãos, ou orelhas ... tinha como objetivo não só o mero castigo, mas o prolongamento da miséria e da humilhação»²⁵⁵. Em junho de 1385, no decorrer do cerco a Elvas, durante uma tentativa fracassada de D. Juan I para tomar a praça...

«... amte que [o rei de Castela] dally partisse, mandou deçepar huum homeem dos da uilla que tinha preso; e mandou-ho deçepado a Gill Fernandez com huum scrito ao pesçoço, em que dizia que el-Rey juraua que quamtos tomasse da uilla dEluas, que assy faria a todos. Gill Fernandez, quamdo esto vio, pesou-lhe muyto daquella crueza, e mandou logo deçepar dous boons escudeiros que tinha presos. E ... como foram deçepados, mandou-os logo ao arreall com senhos scritos ao pesçoço, em que ... prometia e juraua a Deus que, se el-Rey de Castella lhe mais deçepasse, que el tinha oitemta homeens do arreall pressos, e que todos lhos mandaria deçepados. El-Rey nom quis ally mais fazer justiça, e partio-se outro

²⁵² CDF, cap. LXXV, pp. 265-266.

²⁵³ CDJI-I, cap. LXXII, p. 123.

²⁵⁴ Jean Froissart, *Crónicas – Duas passagens relativas a Aljubarrota*. Tradução a partir do francês medieval por Ana Sofia Laranjinha. Notas críticas por Mário Jorge Barroca. Aljubarrota: Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008, Livro III, cap.18, §31, pp. 20-21. A partir de agora citada por *CJF*.

²⁵⁵ COLLINS, Randall, *Three Faces of Cruelty... op. cit.*, p. 419.

dia pella menhaã ... E amte que chegasse a Aromches tomou hij dezasete homeens da uilla e todollos mandou deçepar; e husamdo de taaes crueldades, continuou seu caminho ataa que chegou a Çidade Rodrigo»²⁵⁶.

Estamos perante uma tentativa de intimidação, à qual se retaliou, desencadeando um ato de vingança. Em todos os momentos se percebe a crueldade da violência perpetrada.

Quando se descobriam traições, a fúria contra os traidores ganhava cores de verdadeira selvajaria. Um dos episódios da Crise de 1383-1385 evidencia o tipo de violência que queremos demonstrar neste ponto: falamos do cerco do Mestre de Avis a Torres Vedras, que durou de meados de dezembro de 1384 a meados de fevereiro de 1385, e no qual o futuro rei foi sucessivamente traído. A traição foi descoberta e um dos traidores (Garcia Gonçalves) foi preso, possibilitando o aclarar da conspiração. Conduzido à presença do Mestre...

«... pemssamdo guardar sua vida, escusousse com rrazoões nom bem compostas, as quaaes lhe creer nom quiserom. Emtom [o Mestre] o mamdou meter a tormento daçoutes, e confessou pello mehudo todo ... quaaes pessoas eram em ello culpadas; e como jazemdo elRei de Castella sobre Lixboa, per seu mamdado se lamçara com o Meestre pera ho aver de matar em companhia dos outros. O Meestre ... foi mui irado comtra elle ... e nom o quis mandar matar de simprez e honesta morte, mas cruell de fogo, e grave de sofrer, e mandou que o queimassem»²⁵⁷.

Assim, no dia seguinte, foi-lhe pedido que denunciasse os planos à frente de todos e, depois que o fez, «levaromno ao fogo que ja era prestes; e ataromno a huñ esteo, omde ardemdo, fez maa fim de sua vida»²⁵⁸.

Como acabámos de demonstrar, são muitos os exemplos de violência física bem como dos seus objetivos e motivações. Passemos agora à apresentação de outros tipos de violência bem como à referência ao sofrimento infligido para minar o moral e a vontade do adversário.

Dos testemunhos coevos sobressai o que podemos designar por violência económica: resultante do roubo e destruição da terra, dos bens e das propriedades; arrasando os meios de subsistência e todo o sistema produtivo; foi potenciada pelo tipo de guerra que se praticava – uma guerra sobretudo de desgaste e destruição, assente essencialmente nas cavalgadas e nos fossados, mas levada a cabo também durante os assédios. Destruíam-se (privilegiando o fogo) casas, culturas, árvores de fruto, instrumentos agrícolas e tudo o que fosse deixado para trás na fuga pela vida. Matavam-se os animais e arrasavam-se as colheitas armazenadas.

²⁵⁶ CDJI-II, cap. XXVI, pp. 53-54.

²⁵⁷ CDJI-I, cap. CLXXVII, p. 333.

²⁵⁸ *Idem*, cap. CLXXVII, p. 334.

Durante a guerra luso-castelhana que opôs Afonso IV ao seu genro Afonso XI, entre os anos de 1336 e 1338²⁵⁹, a frota portuguesa atacou uma série de localidades junto à costa da Galiza. Os seus moradores...

«... não lhe podiom defender a terra, pelas gemtes que erom muytas. E desempararom as aldeas hu uyuyom, e acolhyamse aos lugares çercados. E os da frota punhamlhe fogo e cortauomlhe as vinhas e destroyão lhe todalas cousas a que empeçer podiom ... queymaromlhe os arabaldes, e estragarom toda a costa de Galiza, poemdo fogo a muytas barquas e naues, com grandes roubos e muytos catiuos»²⁶⁰.

No mesmo contexto, veio o rei de Castela a Tavira «fazemdolhe muy grande dapno no termo de redor, cortamdolhe muytas figueyras e vinhas que hy auya»²⁶¹.

Durante a terceira guerra fernandina (1381-1382), na ofensiva naval castelhana sobre Lisboa e arredores, os Castelhanos chegaram...

«... aas leziras d'Aalbaçotim e d'Alcoelha, e alli matavom muitos gaados e faziam carnagem e tragiam pera a frota ... E foram em batees pello rrio de Couna acima ... e alli sahirom em terra e foram queimar o arravallde de Palmela, que som d'ali grandes duas legoas; e mais queimarom o arravallde d'Almadã e muitas casas e quintãas per aquella comarqua»²⁶².

Claro que os que viam os seus bens destruídos e roubados «estavam, sem dúvida, em muito boa situação quando comparados com os que eram vítimas de violências físicas, cometidas tanto por amigos como por inimigos, e acima de tudo com os que eram capturados e conduzidos pelo inimigo para o cativeiro, o que, muitas vezes, na impossibilidade de serem resgatados, significava a morte»²⁶³.

²⁵⁹ A guerra luso castelhana de 1336-1338 resultou do envolvimento do monarca português, D. Afonso IV, nos problemas castelhanos, apoiando abertamente a nobreza que se opunha ao seu genro, Afonso XI, especialmente os poderosos D. Juan Manuel e João Nuñez de Lara. O pretexto para a intervenção de D. Afonso IV terá sido o infeliz casamento da sua filha Maria com o rei Afonso XI de Castela, que a desprezava em benefício de Leonor de Guzmán, com quem mantinha uma relação amorosa. Além do apoio político e militar, o monarca português, acertou o casamento do seu filho e herdeiro D. Pedro com D. Constança Manuel, filha de um dos seus poderosos aliados castelhanos. Neste contexto, D. Afonso XI impede a partida de D. Constança para Portugal e toda a tensão acumulada resultou na declaração de guerra de Portugal a Castela, em 1336. Foram vários os episódios que marcaram este período de guerra aberta, destacando-se a entrada da hoste régia portuguesa em Castela no verão de 1336, o cerco infrutífero a Badajoz, a derrota portuguesa num combate junto a Villanueva de Barcarrota e uma série de incursões de rapina em território castelhana, espalhando destruição e morte. No ano seguinte, Afonso XI efetua uma violenta ofensiva contra o Alentejo, passando por Elvas, Arronches, Assumar, Veiros, Vila Viçosa e Olivença. A operação terminou devido a doença do monarca. Também por mar se combateu, destacando-se a devastação que os portugueses provocaram junto a Lepe e a pesada derrota que sofreram ao largo do Cabo de São Vicente, a 21 de julho de 1337. Os confrontos continuaram e a escalada de violência só serenou com intervenção da Santa Sé que, na iminência de uma invasão norte-africana, enviou emissários com vista a colher o apoio dos reinos cristãos peninsulares contra o inimigo muçulmano. As pazes foram assinadas em Sevilha, em julho de 1339. Sobre este período conturbado da história de Portugal ver MARTINS, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota...* op. cit., pp. 215-238 e MONTEIRO, João Gouveia, *Parte I (1096-1495)...* op. cit., pp. 123-126.

²⁶⁰ C7PR/II-AIV, cap. XXXVIII, pp. 262-263.

²⁶¹ *Idem*, cap. XL, p. 267.

²⁶² CDF, cap. CXXXV, p. 476

²⁶³ MONTEIRO, João Gouveia e MARTINS, Miguel Gomes, *As Cicatrizes da Guerra...* op. cit., p. 43.

Podemos considerar também como violência a destruição de símbolos, uma vez que estes representavam o poder e a força de quem os detinha. O cair da bandeira real durante uma batalha comprometia toda a atuação da hoste, uma vez que o estandarte tombado, por norma, era sinal de derrota. Aliás, é sintomático desta violência, quase simbólica, o facto de, após a derrota portuguesa na batalha naval de Huelva (17 de junho de 1381), durante a terceira guerra fernandina, com «as galles de Portugall [todas] desbaratadas ... A frota de Castella fez saber a Sevilha como levavom as gallees de Portugall tomadas ... com os pendoões arrastando pella augoa, como he costume»²⁶⁴. Esta seria uma forma terrível de humilhação e opróbio dos vencidos após uma derrota comprometedora.

Não foi à toa que, desde cedo, se tentou limitar a violência, procurando condicionar o comportamento dos combatentes aos preceitos da guerra justa. Por exemplo, consideravam-se condutas inaceitáveis: «a matança indiscriminada, o desejo de fazer mal, as atrocidades cometidas em atos vingativos, a perseguição sem trégua do vencido, a agressão gratuita e arbitrária»²⁶⁵. Contudo, a prática foi bem diferente da teoria e estas limitações (expressas em movimentos de iniciativa conciliar dos séculos X e XI, como as “Tréguas de Deus” ou a “Paz de Deus”) não eram suficientes para acautelar a crueldade a que se assistia.

Procurou-se limitar a violência aos intervenientes nas operações militares e a determinados períodos de tempo; «não há dúvida da importância do movimento da “Paz de Deus” como prova da consciencialização para a necessidade de determinadas pessoas serem protegidas da violência (resultante de desordens internas ou de ataques externos)»²⁶⁶. Por outro lado, com as Tréguas de Deus, «prescrevia-se o tempo no qual se podia levar a cabo uma guerra justa»²⁶⁷, proibindo-a, sob pena de excomunhão, na Semana Santa, no Advento, entre a 5.^a feira e o domingo de cada semana e em muitos dias festivos.

Uma última nota para um exemplo paradigmático de sofrimento que se infligia ao inimigo: a fome e a sede a que se sujeitavam os adversários. A privação de comida e bebida foi muitas vezes uma arma eficaz e violenta. Segundo Vegécio «um óptimo plano consiste em vergar o inimigo pela fome mais do que pelo ferro»²⁶⁸. A fome e a sede debilitavam os organismos, muitas vezes já enfraquecidos, tornando muito difícil manter qualquer tipo de resistência, seja para defender uma praça cercada, seja para avançar numa marcha itinerária.

²⁶⁴ CDF, cap. CXXV, pp. 444-445.

²⁶⁵ GARCÍA FITZ, Francisco, *La Edad Media...* op. cit., p. 60.

²⁶⁶ ALLMAND, Christopher, *War and the non-combatant...* op. cit., p. 255.

²⁶⁷ GARCÍA FITZ, Francisco, *La Edad Media...* op. cit., p. 62.

²⁶⁸ VEG-CAM/III, cap. XXVI, p. 329.

No cerco de Silves²⁶⁹, «foy a çede tam grande nos de demtro da çidade, que os Mourros traziom os papos e as trjpas sequas, e gram parte deles desfaleçyom por mymguoa d agooa. E tantos erom os que morjom, que os nom podiom lamçar fora das casas, nem os soterar»²⁷⁰. Chegados ao limite das suas forças entregaram a cidade a D. Sancho I que «avendo piadade dos Mourros, ouue de fazer com os Farmemguos que os leyxasem a vida sem outra nenhuma cousa que leuasem ... E asy foy feyto. E ouue elRey emtom a cidade»²⁷¹. Quando os Mouros começaram a abandonar a cidade, os cristãos constataram...

«... a miserável situação, a que estavam reduzidos: muito macilentos apenas se podião ter em pé. Muitos andavão de gatinhas, e encostados aos nossos que os sustinhão; outros estavam estirados pelas ruas mortos ou moribundos, e por isso era insupportavel o fedor que havia na cidade, assim dos cadáveres das pessoas, como dos animaes»²⁷².

Inserido na crise de 1383-1385, o cerco castelhano a Almada é demonstrativo da aflição porque passavam os sitiados, com reservas limitadas de mantimentos e água. Seguindo Fernão Lopes sabemos que «tiinham mantiimentos de pam e vinho e carnes e doutras cousas pera seis meses e mais; mas nom avia outra agua, salvo dhuña pequena çisterna; e sobresta foi posta grande guarda, damdo a cada huña pessoa por dia huña canada e mais nom»²⁷³. D. Juan I combateu violentamente a praça mas não a conseguiu tomar. Dentro

«na villa eram huüs quareemta cavallos, afora outras bestas de serventia; e quando lhe a agua foi minguando, ouverom comsselho de nom darem de beber aas bestas; e foi tanta a sede em ellas, que alli homde mijavom os homeês, hiam as bestas chuchar, e comiam aquella terra molhada. Emtom hordenarom de os lamçar fora por os nom veerem morrer; e por os Castellaãos se nom prestarem delles, lamçaromnos todos pella barroca affumdo comtra o mar; e cada huñ lâçava o seu, e assi forom todas mortas»²⁷⁴.

Escasseando a água «amassavom o pam com vinho, e coziam a carne e o pescado; e comiã o pam em quamto era queemte, e como era frio, nom o podia nemguem comer, e assi outras viamdas»²⁷⁵. Entretanto,

«falleçeo a agua da çisterna, e foilhe forçado tornar a beber outra muito davorreçer ... a que jazia na alarcova que chovera no inverno, na quall as molheres amte que fossem çercados, lavavom as rroupas

²⁶⁹ Silves foi conquistada a 3 de setembro de 1189, por Sancho I, com o auxílio de cruzados.

²⁷⁰ C7PR/I-SI, cap. VIII, p. 166.

²⁷¹ *Idem*, cap. VIII, p. 167.

²⁷² *A cidade de Silves num itinerário naval do século II por um Cruzado Anónimo. Fac-simile da edição por João Baptista da Silva Lopes (Lisboa, Academia das Ciências, 1844)*. Lisboa: Edições Távola Redonda, Centro de Estudos de História do Livro e da Edição (C.E.H.L.E.) – III, Câmara Municipal de Silves, 1999, pp. 206-208. A partir de agora citada por *Silves-CA*.

²⁷³ CDJI-I, cap. CXXXV, p. 234.

²⁷⁴ *Idem*, cap. CXXXVI, p. 235.

²⁷⁵ *Idem*, cap. CXXXVI, p. 236.

emfomdiçadas, e os trapos dos meninos; a quall era verde e muito çuja, e jaziam em ella bestas mortas, e caães, e gatos que era nojosa cousa de veer ... e esta agua coziã, e cozida a beviam, e amassavom com ella»²⁷⁶.

Quando esta água minguou, «traballaromsse daver da agua do mar, e de tinas que tiinham postas na rribeira pera apanharem agua doce; e deçiam per a barroca per huñ caminho que fezerom, a tomar daquella agua»²⁷⁷, mas, quando os Castelhanos descobriram, colocaram guardas naquele caminho, os quais impediam que se alcançasse o precioso recurso. Morrendo já as gentes «com sede, assi homens e molheres, come moços pequenos»²⁷⁸, procuraram conselho com o Mestre como haviam de proceder mediante a situação de desespero em que se encontravam. Percebiam que o Mestre não os podia ajudar, uma vez que também ele se encontrava cercado, em Lisboa, mas não conseguiriam aguentar muito mais tempo naquelas condições. Reconhecendo o desespero das gentes de Almada, o Mestre mandou-lhes dizer que entregassem a praça a D. Juan I de Castela que, num primeiro momento, sabendo «como nom tiinham agua nehuña, e que morrerom muitas criamças, e morriam cada dia, e que era per força de sse darẽ ou morrerem todos ... tiinha voomtade de nom preitejar com elles»²⁷⁹. Mas acabou por aceitar e foi-lhe entregue a vila. Este é um episódio que demonstra a violência que a sede, ainda mais do que a fome, podia provocar. Em simultâneo com o cerco de Almada, e alongando-se mesmo depois da rendição desta, também Lisboa foi fustigada pela fome e pela sede, em resultado do terrível cerco que D. Juan I lhe instalou. Mas sobre o padecimento dos lisboetas falaremos melhor mais adiante.

A fome também torturava os exércitos em campanha. Mais uma vez, citando Vegécio, «muitas vezes a penúria de alimentos destrói mais o exército do que o combate: a fome é mais cruel do que o ferro»²⁸⁰. Durante o bloqueio naval a Sevilha pela frota portuguesa²⁸¹...

«... posto que lhe el-rrei mandasse navios com bizcoito que sse fazia no Algarve e em Lixboa e outros mantiimentos e cousas que lhe mester faziam, nom era a avondança tanta que lhe satisfazer podesse; em guisa que per frio e fame e comer desacostumadas viandas veherom muitos a morte e fraqueza e continuadas doores ... ho mui longo tempo que continuadamente alli jouverom, que foi hũu anno e onze meses, passando muita fame e frio e outras doores, fez que sse perdeo muita gente d'ella; ca lhe cahiam os

²⁷⁶ *Idem*, cap. CXXXVI, p. 236.

²⁷⁷ *Idem*, cap. CXXXVI, p. 236.

²⁷⁸ *Idem*, cap. CXXXVI, p. 236.

²⁷⁹ *Idem*, cap. CXXXVII, p. 238.

²⁸⁰ VEG-CAM/III, cap. III, p. 261.

²⁸¹ Este bloqueio naval a Sevilha, que durou da primavera de 1369 ao outono de 1370, insere-se na primeira guerra fernandina contra Castela.

dentes e os dedos dos pees e das mãos, e outras tribulações que passavam, que seeria longo de dizer»²⁸².

Neste cenário, o combatente medieval deve ter sido assolado por sentimentos contraditórios, desde a repugnância à aceitação. Raros foram os que saíram ilesos de um qualquer tipo de violência e de sofrimento causados pelas campanhas militares.

3.4. Guerra psicológica

Por considerarmos a violência psicológica transversal a todos os tipos que acabámos de descrever, destacamos o seu estudo neste sub-capítulo. Para o presente trabalho, entendemos a violência psicológica como aquela que abalava o moral do combatente, provocando danos psíquicos e emocionais. Premeditada ou não, direta ou indireta, clara ou subtil, podia implicar ameaça, humilhação, atentado à dignidade ou traduzir-se em quaisquer outros atos que provocavam choque. Não sendo nossa intenção invadir o espaço da Psicologia, procuraremos, isso sim, demonstrar que a guerra medieval afetou a mente, além do corpo, de quem nela participava, voluntária ou involuntariamente.

Ao homem medieval não seria de todo estranho o ambiente militar – as querelas eram muitas vezes resolvidas com recurso à violência e as armas não eram muito diferentes das ferramentas de trabalho utilizadas diariamente – pelo que, em princípio, «o soldado medieval não encontraria numa batalha da sua própria época ... nada que o pudesse chocar ou surpreender especialmente»²⁸³. O certo é que, em contexto bélico, foram cometidas atrocidades que ultrapassavam a inteligibilidade do homem comum e a violência era muitas vezes utilizada, ela própria, como arma. O quotidiano não preparou os agricultores, transformados em soldados, para matanças indiscriminadas e banhos de sangue, cadáveres utilizados como projéteis, mulheres e crianças mortas como se de combatentes se tratassem, entre um sem número de outras crueldades. E a familiaridade do soldado medieval com a violência não o tornou insensível a atos de brutalidade gratuita cometidos contra combatentes e, sobretudo, contra não-combatentes.

Podemos reconhecer a agressão psicológica a que qualquer combatente ou não-combatente estava sujeito no âmbito de um conflito. As suas vivências e experiências durante uma guerra certamente provocaram traumas significativos, induzindo comportamentos incompreensíveis e tresloucados, ou problemas psicossomáticos de relevo. Combatentes e não-combatentes, ativos ou passivos, foram psicologicamente afetados pelo ambiente de guerra. O medo, a

²⁸² CDF, cap. XLII, pp. 138-139.

²⁸³ KEEGAN, John, *O Rosto da Batalha... op. cit.*, p. 244.

incerteza e o stresse ‘do *antes* e do *durante* o conflito’ tinham um impacto psicológico em quem os sentia, e influenciava os seus comportamentos e atitudes. Este desgaste teve consequências no ‘*depois* do conflito’, provocando uma série de distúrbios comportamentais.

Este foi um tempo em que a guerra se viveu e lutou de uma forma muito próxima, os adversários viam-se, ouviam-se e sentiam-se. Não era uma guerra praticada à distância (como sucedeu a partir da generalização das armas de fogo), na qual o alvo não passa de uma mancha ao longe, tornando a ação de ferir e matar mais fácil de conceber e de executar: matar um ser humano não é (por norma) um instinto natural, sendo necessário “treinar” a mente para aceitar esta realidade e atuar nesse sentido, dar-lhe uma razão, uma justificação. Como refere John Keegan, «a guerra na era das armas cortantes exigia ... um desaforo físico que permitia a um homem olhar um estranho na cara e tratar de abatê-lo sem provocação ou arrependimento. ... a violência direta, face a face, é algo que o homem ocidental moderno da classe média raramente ou nunca encontra na sua vida quotidiana»²⁸⁴.

Consciente de que não é um tema fácil de apresentar e de fundamentar, procuraremos mostrar que a violência psicológica esteve fortemente presente na guerra medieval e foi, também, utilizada como arma, com o objetivo principal de desmoralizar o adversário. Tendo já explicado que consideramos o ambiente de guerra psicologicamente violento, procuraremos agora demonstrar esta afirmação através de alguns exemplos retirados das fontes estudadas.

Num episódio da terceira guerra fernandina a que já aludimos, alguns dos (supostos) aliados ingleses de D. Fernando procuram entrar em casa de João Vicente, «jazendo [este] de noite na cama com sua molher e hũu seu filho pequeno que ainda era de mama ... [quando lhe] baterom aa porta que lhe abrisse; e ell com temor nom ousou de o fazer, e elles britarom a porta e entrarom dentro e começaram de ferir o marido; a madre com temor d'elles pôs a criança ante ssi polla nom ferirem, e nos braços d'ella a cortarom per meyo com hũa espada, que era cruell cousa de veer a todos»²⁸⁵. Ora, a violência do ato terá causado danos psicológicos irreversíveis, pelo menos naqueles pais e, muito provavelmente, em quem assistiu, incrédulo, a tamanha brutalidade levada a cabo de forma perfeitamente gratuita.

Numa outra perspetiva, na sequência da morte do conde Andeiro (dezembro de 1383), «geerousse [entre as gentes de Lisboa] huũa huniõ de mortall hodio, comtra quaaes quer que sua [do Mestre] emteemçom nom tiinham, em tanto que nehuũ logar era seguro, aaquelles

²⁸⁴ *Idem, Ibidem*, p. 241.

²⁸⁵ CDF, cap. CXXXII, p. 466.

que nom seguiam sua opiniom»²⁸⁶; isto terá generalizado um clima de insegurança e de medo, causando decerto neuroses e psicoses aos habitantes da cidade.

A visão dos mortos também provocaria transtornos psicológicos, suscitando uma comoção intensa. É possível verificar algumas reações deste tipo no escudeiro castelhano aprisionado em Aljubarota, a quem D. João I incumbiu de fazer o reconhecimento dos Castelhanos mortos em combate. O rei de Portugal

«o fez caualgar na mulla, e o page tras elle por lhe mostrar andando os mortos, se conhecirya algum delles. E quando os reuoluyam, e conheçya desses senhores e fidalgos de Castella quem eram, decya-sse e fazia pranto sobrelles; e assy andou el-Rey com el huum pedaço, mostrando-lhe aquelles de que auya conhecimento»²⁸⁷.

O próprio cronista Gomes Eanes de Zurara se mostra abalado quando nos descreve as ruas de Ceuta, pejadas de mortos, após a tomada da praça, no verão de 1415:

«Oo como nos outros arripiamos nossas carnes, quando per açidemte ueemos alguũ homem morto ante nossos olhos ... e uem a nos huũ mordimento de piedade, posto que na sua uida lhe ouuessemos odio ... [os Mouros] jazemdo em terra nom podiam dereitamente seer conhecidos ... atormentados das feridas ... que lhe leixauam as caras tam feas, que uerdadeiramente arremedauam a semelhamça dos amjos jmfernaaes ... huũs jaziam com os corpos temdudos e as mãos apertadas e os demtes fechados, outros jaziam com os foçinhos sobre a terra, emburilhados no seu sangue meesmo, outros com os corpos embuizados, apertamdo com seus punhos a rroupa que traziam, outros jaziam assy espedaçados ... taaes hi auia que os gollpes primeiros nom eram tam feros, como o trilhamento dos uiuos, quando sse açertaua de sse rreuoluerem com os pees sobre elles ... anoiauamsse fortemente com a uista daquelles mortos»²⁸⁸.

Durante a primeira guerra fernandina (1369-1371)²⁸⁹, no malogrado bloqueio português a Sevilha²⁹⁰, quando os mantimentos começaram a escassear, os Portugueses foram adoecendo.

²⁸⁶ CDJI-I, cap. XIV, p. 29.

²⁸⁷ CDJI-II, cap. XLV, p. 107.

²⁸⁸ CTC, cap. XCII, pp. 245-246.

²⁸⁹ As guerras designadas de fernandinas (1372-1373; 1372-1373; 1381-1382) simbolizam a aspiração de D. Fernando ao trono de Castela, cuja legitimidade se justificava pelo facto de ser bisneto de D. Sancho IV. Após o assassinato de D. Pedro I em Montiel, em 1369, às mãos do seu meio-irmão Henrique, conde de Trastâmara, vários fidalgos galegos, apoiantes do rei defunto, pediram apoio ao rei português, a quem prometeram receber por senhor. Mediante a perspectiva de ocupar o trono de Castela, D. Fernando estabeleceu alianças com Aragão e Granada e avançou em direção à Galiza, no verão de 1369, iniciando, desta forma, a primeira guerra fernandina. Foram vários os episódios militares que tiveram lugar, destacando-se, por parte de Portugal, que tomou a iniciativa, a ocupação de várias praças na Galiza (como Coruña e Tuy), no início do verão de 1369; e o bloqueio naval a Sevilha, que decorreu entre a primavera de 1369 e o outono de 1369. Em reação às investidas portuguesas, o então coroado rei com o nome de Henrique II, apoiado pelo condestável francês Du Guesclin, rumou à Galiza levando à retirada do monarca português para o Porto, em agosto de 1369; nesse mesmo mês, as forças franco-castelhanas entram em Portugal e colocam cerco a Braga (que se entrega), e em setembro tem lugar um infrutífero cerco a Guimarães; já em 1370, no início do ano D. Henrique II cerca Cidade Rodrigo (que tinha voz por D. Fernando), durante dois meses e meio, sem conseguir tomar a praça; e no outono desse ano, o almirante castelhano consegue desfazer o bloqueio português a Sevilha; já em 1371, leva a cabo um bem-sucedido assédio à praça de Carmona. Entretanto, perante a pressão dos enviados

Os que não resistiam «soterravom-nos em terra, e d'alli os dessoterravom os lobos e comianos»²⁹¹. Isto terá chocado e repugnado os companheiros, não só pela visão grotesca dos cadáveres desenterrados a serem devorados pelos lobos, mas também pela possibilidade de algo semelhante lhes vir a suceder (e ainda para mais longe da sua terra natal e dos carinhos da família), considerando que a fome e a doença alastravam pela frota.

À guerra medieval, não é estranha a utilização da violência psicológica como arma muito eficaz. Podemos dizer que se assistiu, em alguns casos, a uma guerra psicológica, no sentido de que se procurou minar o moral e debilitar o adversário através de *mind games*: atentava-se contra uns para manobrar o comportamento de outros; e recorreu-se a todo o tipo de expedientes: humilhações; ameaças (aos visados e/ou aos seus familiares); mutilações; atentados à dignidade pessoal; agressões; e, em última instância, morte.

O período da Crise de 1383-1385 é rico em exemplos deste género. Vejamos alguns casos. Em dezembro de 1383, o castelo de Lisboa foi entregue ao Mestre após as ameaças dos...

«... de fora aos do castello, que o dessẽ ao Meestre seu Senhor, senom que juravõ a Deos que poeriam em çima da gata Costança Affomssso, madre dAffomssEanes Nogueira, e irmã da molher de Marti Affomssso, Alcaide do castello; e isso meesmo as molheres e filhos de quamtos demtro eram, e que emtom lamçassem de çima fogo e pedras em quaaes delles quissem»²⁹².

Perante estas ameaças, alguns «de demtro rreçeamdo esto, deziã ao Alcaide, que ante se sahiriam fora, e nom ajudariam a defemder ho castello, que teerem aazo de matar as molheres e os filhos de guisa que lho deziã»²⁹³. Na iminência desta crueldade, o alcaide, Martim Afonso, entregou o castelo e tomou voz pelo Mestre.

Também o castelo de Évora foi tomado para o Mestre, em finais de 1383/início de 1384, recorrendo a manobras deste género. Como o castelo era muito forte e difícil de combater, os partidários do Mestre...

«... tomarom as molheres e os filhos dos que demtro eram pera o deffemder, e poserom nos em çima de senhos carros, todos amarrados em elles, que era huũ jogo que os poboos meudos em semelhante caso, muito costumavom emtom de fazer; e chegarom assi aa porta do castello braadando aos de çima que sahissem fora, e o desemparassem logo, se nom que as molheres e filhos lhe queimariam todos, em vista e

do papa e do rei de França, os dois monarcas aceitam negociar e, chegados a acordo, assinam, em Alcoutim, em março de 1371, um tratado de paz.

²⁹⁰ O bloqueio naval a Sevilha, no âmbito da primeira guerra fernandina, constituiu uma provação para os homens que nele participaram. Tendo-se prolongado por mais de um ano, entre a primavera de 1369 e o outono de 1370, só foi possível pelo constante reabastecimento da frota por embarcações vindas do Algarve. Ainda assim, o frio, a fome, a sede e todo o tipo de doenças, tornaram a estadia da frota num verdadeiro martírio.

²⁹¹ CDF, cap. XLII, p. 138.

²⁹² CDJI-I, cap. XLI, p. 70.

²⁹³ *Idem*, cap. XLI, p. 70.

presempça delles. E em dizendo esto, começaram de poer fogo aas portas ... O Alcaide quamdo isto vio, fallou com aquelles que eram demtro com elle; e rreçamdosse de cahir na destemperada sanha daquell poboo, acordaram de lhe dar o castello amte que sse mais fizesse»²⁹⁴.

Uma outra faceta desta guerra, que designamos por psicológica, consistia em fazer reféns. Pretendia-se caucionar a submissão do adversário através da entrega de familiares. Foi o que aconteceu quando D. Juan I de Castela decidiu levantar cerco a Lisboa, em inícios de setembro de 1384, perante o surto de peste que grassava no arraial castelhano. Assim,...

«... ante que movesse seu arreal, mamdou chamar dos moradores dAlmadaã, alguũs dos homrrados que hi avia ... ell queria que lhe dessem em arrefeẽs, os filhos dos melhores que hi ouvesse, pera os mandar na frota a seu rreino; e aa tornada quamdo vehesse, achamdo que eram boõs e leaaes servidores, que ell teeria cuidado de lhe criar os filhos e de os casar e fazer muitas mercees ... e forom emtom dados em arrefeens, todollos filhos e parêtes dos melhores que na villa avia bem ataa viimte, assi baroões come femeas; e eram alguũs delles tam pequenos, que nom chegavom a quatro anos»²⁹⁵.

O risco que se corria era devastador, colocando na mão do adversário a vida dos familiares.

O mais famoso refém português, o infante D. Fernando, cuja detenção serviu de caução pela promessa portuguesa de devolução da cidade de Ceuta aos muçulmanos, após a tentativa falhada de conquistar Tânger, acabou por falecer no cativeiro de Fez em 1443, afetando psicologicamente todo o reino, não só pela morte em si, mas também por todos os padecimentos que sofrera no seu penoso cativeiro, ao longo de seis anos:

«veo certydam da morte do Yfante Dom Fernando ... com a aspereza do trato e máo catyveiro, que padeceo ... [o] cru e máo tirano de Fez, que por ser vil e de nenhum sangue Real, com muyta sede e grande fome o fazia servir em ofycios baxos e vyz, e com tal estreiteza, que em huma mazmorra e prysam muy escura acabou neste mundo a vyda ... A morte deste Yfante por sua calydade e desemparo foy muyto sentyda e pranteada neste Reyno ... e seu corpo metydo em hum ataude, esteve muytos tempos pendurado per cadêas, sobre huma porta da Cidade de Fez, e despois por convençã que se fez, foram seus ossos trazidos a estes Reynos em tempo deste Rey Dom Affonso»²⁹⁶.

Ameaças proferidas de um e outro campo eram uma constante e serviam para desmoralizar e amedrontar. Por alturas da conquista de Lisboa aos Mouros, em 1147²⁹⁷, aqueles...

²⁹⁴ *Idem*, cap. XLIV, pp. 77-78.

²⁹⁵ *Idem*, cap. CLXV, p. 312.

²⁹⁶ CDAV, cap. LXXXIII, pp. 690-691.

²⁹⁷ Com a conquista de Lisboa aos Mouros, a Reconquista portuguesa alcançou, definitivamente, a linha do Tejo. Depois de uma tentativa mal sucedida de conquista da cidade, em 1142, D. Afonso Henriques recorreu ao apoio de uma frota de cruzados a caminho da Terra Santa, que chegou ao Porto em meados de junho de 1147, no âmbito da Segunda Cruzada. O bispo D. Pedro de Pitões recebeu a armada a quem dirigiu um inflamado discurso procurando motivar os combatentes a participar naquele projeto, ao lado das forças portuguesas. Muitos foram os que aceitaram e a frota cruzada partiu em direção a Lisboa para se juntar à hoste régia portuguesa. Os comandantes cruzados reuniram com o monarca e, depois de difíceis

«atiravam [contra os cristão] escárnios e impropérios, considerando-[os] merecedores de mil mortes ... insultavam-[os] dizendo que na [sua] ausência haviam de nascer [na sua] casa muitos filhos e que devido a isso as ... esposas [dos cristãos] não se importariam com a [sua] morte, bastando-lhes ter em casa os filhos adúlteros ... Além disso ... alçavam para os [cristãos] o sinal da cruz e cuspidos-lhe limpavam com ele as partes traseiras da sua fealdade e, por fim, urinando sobre ela»²⁹⁸.

E durante o cerco de 1418 a Ceuta, os muçulmanos diziam...

«... contra os nossos ... que aguardassem, que tanto que as Fustas viessem logo todos aviam de ser juntos com os muros, onde per força os Christãos seriam entrados, e que entam saberiam, que diferença avia de Christo a Mafamede, e todos aviam de ser degolados»²⁹⁹.

Os assédios eram psicologicamente violentos e desgastantes. As inúmeras condicionantes e os diferentes perigos afetariam certamente o moral e debilitariam a mente de todos quantos participavam num assédio: para os sitiados, o confinamento ao interior da ‘praça’; para os sitiadores, a possibilidade da chegada de um exército de socorro, invertendo as posições na contenda; em ambos os casos, a limitação de mantimentos e de água; a incerteza sobre a duração do cerco; os ataques do adversário; o definhamento provocado pela fome, pela sede, pelas doenças e pela angústia; a visão da morte dos outros; e a iminência da própria morte. Perante tudo isto, o stresse, a fadiga, o medo, apoderar-se-iam de todos quantos se viam envolvidos nestas operações, debilitando-os física mas, sobretudo, psicologicamente.

Percebemos o desespero vivido na Lisboa sitiada quando Fernão Lopes nos diz que

«... os pobres per mingua de dinheiro, nom comiam carne e padeçiam mall; e começaram de comer as carnes das bestas, e nom soamente os pobres e minguados, mas grãdes pessoas da çidade, lazeramdo nõ sabiam que fazer; e os geestos mudados com fame, bem mostravam seus emcubertos padeçimentos. Amdavam os moços de tres e de quatro anos, pedimdo pam pella çidade por amor de Deos, como lhes emssinavam suas madres; e muitos nom tiinham outra cousa que lhe dar senom lagrimas que com elles choravam que era triste cousa de veer; e se lhes davom tamanho pam come hũa noz, aviamno por gramde bem. Desfalleçia o leite aaquellas que tiinham criamças a seus peitos per mingua de mantiimento; e

negociações, foi firmado o pacto entre cruzados e portugueses. Após uma proposta de rendição que os muçulmanos prontamente recusaram, intalaram-se os arraiais e estabeleceu-se o cerco à cidade. O mês de julho foi passado na construção de engenhos (escadas de assalto, gatas, aríetes, trabucos e torres) e logo nos primeiros dias de agosto principiou o bombardeamento sistemático das portas e muros da cidade. Foram também abertas minas na tentativa de derrubar as muralhas. Os muçulmanos foram conseguindo enfrentar e responder a estas ameaças. Mas, entre meados de setembro e meados de outubro, a construção de uma nova mina (com cinco entradas de forma a confundir os sitiados) e o desmoronamento de parte do muro que esta provocou, bem como a construção e aproximação às muralhas de uma nova torre móvel, assustaram os sitiados que não conseguiram responder devidamente a estes dois ataques. Assim, depois de três meses e dois dias de resistência, os muçulmanos baixaram as armas e entraram em negociações para estabelecer os termos de entrega da cidade. Apesar dos acordos firmados, foram cometidos excessos, abusos e violências de toda a ordem na entrada na cidade. Sobre esta operação ver MARTINS, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota... op. cit.*, pp 77-101.

²⁹⁸ *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um Cruzado*. Edição, tradução e notas de Aires A. Nascimento. Lisboa: Nova Vega, 2007, cap. 13, p. 105. A partir de agora citada por *CLM-RC*.

²⁹⁹ *CDPM-I*, cap. LXII, p. 220.

veemdo lazerar seus filhos a que acorrer nom podiam, choravom ameude sobrelles a morte amte que os a morte privasse da vida; muitos esguardavom as prezes alheas com chorosos olhos, por cumprir o que a piedade mamda, e nom teemdo de que lhes acorrer, cahiam em dobrada tristeza»³⁰⁰.

Este era um tipo de sofrimento capaz de lacerar uma mente desesperada.

A acrescentar a isto existiram algumas decisões que levaram a episódios marcantes e traumatizantes, sobretudo, para os que neles se viam diretamente envolvidos, mas também para aqueles que, impotentes, se viam obrigados a assistir. Estamos a pensar, por exemplo, no caso da expulsão ‘das bocas inúteis’ durante o cerco de D. Juan I a Lisboa, em 1384:

«vemçemdo de todo a piedade, e veemdo a gram mingua dos mantiimentos, estabelleçerom deitar fora as gemtes minguadas e nom perteeçemtes pera deffemssom; e esto foi feito duas ou tres vezes, ataa lamçarem fora as mançebas mundairas e Judeus e outras semelhantes, dizemdo que pois taes pessoas nom eram pera pellejar, que nom gastassem os mantiimentos aos deffemssores»³⁰¹.

Num primeiro momento, estes desgraçados, expulsos da cidade, foram acolhidos no arraial castelhano; no entanto, percebendo a razão da expulsão destas pessoas, D. Juan I ordenou...

«... que nêhuû de demtro fosse rreçebido em seu arreall, mas que todos fossem lamçados fora; e os que sse hir nom quisessem, que os açoutassem e fizessem tornar pera a çidade; e esto lhes era grave de fazer, tornarem per força pera tall logar, omde choramdo nom esperavom de seer rreçebidos»³⁰².

E ali ficaram, em terra de ninguém, sem proteção, sem comida e sem bebida, à espera que a morte os aceitasse, já que na vida por todos haviam sido recusados.

Claro que, em todos os exemplos que citámos no ponto anterior, é possível descortinar a violência psicológica que lhes estava associada, sobretudo, nas torturas, nas mutilações, nos massacres que se cometiam e a que se assistia, nos abusos sexuais e nos vários tipos de violência económica, muitas vezes visando expressamente a desmoralização do adversário.

3.5. Morte

Constituindo a única certeza na vida de qualquer ser humano, a morte foi sendo percecionada e vivida de diferentes formas ao longo do tempo, pelo que deve ser entendida à luz da sociedade e do período em que se integra. Neste trabalho falamos da morte na Idade Média. Movimentamo-nos numa sociedade profundamente religiosa, onde o sagrado constitui o próprio guia para ler o mundo. Esta foi uma época marcada por guerras de natureza vária e

³⁰⁰ CDJI-I, cap. CXLVIII, pp. 269-270.

³⁰¹ *Idem*, cap. CXLVIII, pp. 268-269.

³⁰² *Idem*, cap. CXLVIII, p. 269.

com objetivos diversos – as de conquista e reconquista de território aos mouros, de alargamento e estabilização de fronteiras, de afirmação de poder –; por crises agrícolas, que desencadearam períodos de fomes; e por epidemias, mormente a Peste Negra. A morte medieval alimentou-se, assim, das guerras, da violência, dos flagelos da natureza, das fomes e das doenças. Perante isto, o homem medieval recorreu «aos meios propiciatórios e à magia para [tentar] esconjurar os incompreensíveis árbitros de boa e má sorte e, se possível, ficar do melhor lado na desigual distribuição da morte e da vida»³⁰³.

O homem sempre temeu a morte! Mas a forma como conviveu com ela foi-se alterando. Para o nosso período, Philippe Ariès fala na «morte domada»³⁰⁴, no sentido em que se aceitava, resignadamente, esta etapa do percurso humano. Contudo, esta aceitação da morte não significava que ela não fosse temida. O medo da morte é intrínseco ao homem, mas procuraram-se formas de o sublimar ou controlar. Neste contexto, fazem sentido as palavras de José Mattoso, quando nos diz que esta domesticação da morte, representa «um modelo de comportamento destinado, precisamente, a esconjurar o medo e a saber conviver com a morte, tentando difundir uma atitude de auto-domínio por intermédio de uma solene ritualização do decisivo e terrível momento em que se abandona o mundo dos vivos»³⁰⁵. E, de facto, à morte medieval estão associados uma série de rituais e práticas que vão desde a preparação do testamento às orações por alma dos defuntos, passando pelo funeral, missas e afins³⁰⁶.

A morte medieval era experienciada de forma coletiva e pública. Esperava-se que o defunto fosse acompanhado pelos seus familiares e por toda a comunidade nos derradeiros momentos e mais além. Por outro lado, profundamente integrada na esfera do religioso, a morte era vista como uma etapa transitória no percurso do cristão³⁰⁷. Para o homem medieval, o «seu desaparecimento e a decomposição do seu cadáver não significam apenas a morte em si mesma, mas sobretudo a passagem a outra forma de existência»³⁰⁸.

Feita esta breve contextualização da morte na Idade Média, passaremos agora a apresentá-la em contexto de guerra. Começaremos por destacar a omnipresença da morte em ambientes bélicos. Na verdade, a iminência da morte era uma constante e a sua aparente inevitabilidade

³⁰³ MATTOSO, José – “O culto dos mortos no fim do século XI”. In MATTOSO, José (dir.), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995, p. 77.

³⁰⁴ ARIÈS, Philippe, *O homem perante a morte... op. cit.*, p. 13.

³⁰⁵ MATTOSO, José – “O poder e a morte”, in *Anuario de Estudios Medievales*, 25 (1995), <http://hdl.handle.net/10400.26/1833> (consultado a 10.10.2018), p. 395.

³⁰⁶ Veja-se a obra MATTOSO, José (dir.) – *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995.

³⁰⁷ ROSA, Maria de Lurdes – “A morte e o Além”. In MATTOSO, José (dir.) e SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord. de volume), *História da Vida Privada. A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010, pp. 406-410.

³⁰⁸ MATTOSO, José – “Pressupostos mentais do culto dos mortos”, in *Arqueologia Medieval*, 5 (1997), <http://hdl.handle.net/10400.26/2641> (consultado a 10.10.2018), p. 5.

um dos maiores receios dos combatentes. Morria-se na guerra e pela guerra. Às mortes nos confrontos juntava-se um elevado número de baixas relacionadas direta ou indiretamente com eles, o que podemos deduzir de muito do que temos vindo a expor.

Perscrutando o comportamento dos vencedores para com os inimigos caídos, identificamos essencialmente duas atitudes distintas: por um lado, uma postura imbuída de caridade cristã, permitindo aos adversários que recolhessem os corpos dos seus camaradas, mortos em combate – como podemos perceber que terá acontecido depois do cerco de 1418 a Ceuta, uma vez que Zurara nos diz que, ainda que os «Mouros muitos daquelles mortos levassem»³⁰⁹, muitos outros ficaram para trás, sinal de que se permitiu que os Mouros recolhessem os corpos dos seus companheiros –; por outro lado, e por oposição, assistimos à completa indiferença perante os corpos caídos. Neste último caso, certamente o mais habitual, em jeito de castigo, deixam-se os cadáveres no campo, normalmente, despidos e à mercê dos animais. No campo de São Jorge, depois da batalha de Aljubarrota, D. João I permaneceu...

«... tres dias no campo segundo custume de taaes batalhas; e por o fedor dos mortos, que era grande, e por nom comprir destar ally mais, hordenou de sse partir logo. E fez soterrar primeiro o conde dom Joham Affomso Tello, que fora aazador de seer a batalha, e mais nom. E os outros jazijam per esse campo, e muytos delles nuus sem nenhuum vestido, porque os vijllaãos e gentes da terra nom lhe leixauom nenhuma cousa; e era muyto que as aues nem lobos nem caães nom sse chegauom a elles pera os auer de comer»³¹⁰.

O tratamento reservado aos mortos adversários estava diretamente relacionado e variava consoante o tipo de combate, o local, os desenvolvimentos e o próprio desfecho do confronto.

Nos combates, a morte podia chegar de variadas maneiras: uma seta/virotão, uma pedra arremessada por uma funda ou um ‘canto’ atirado do cimo de uma muralha, na sequência de um ferimento provocado por uma das muitas armas (espada, lança, punhal, massa de armas), da queda do cavalo, por acidente, esmagado no derrube de um muro ou dentro de uma mina... enfim, é todo um conjunto de circunstâncias que podemos imaginar e perceber pela leitura das fontes. Mas também existem casos mais insólitos e menos previsíveis, como aconteceu em Aljubarrota, onde «muytos dos que jaziam moortos nom tijnhem ferida nenhuuma»³¹¹. Segundo Froissart, «houve muito aperto e muitos foram esmagados»³¹².

São também muitas as causas de morte relacionadas com os confrontos mas não decorrentes diretamente deles: frio, obstáculos no caminho, fome, peste, para destacar apenas

³⁰⁹ CDPM-I, cap. LXX, p. 241.

³¹⁰ CDJI-II, cap. XLVI, pp. 110-111.

³¹¹ *Idem*, cap. XLV, p. 108.

³¹² CJF, Livro III, cap.21, §93, p. 88.

algumas que concretizaremos nos parágrafos seguintes. Morria-se, assim, de frio, como aconteceu na campanha de Trás-os-Montes do início do ano de 1386, durante a qual, por ser no inverno, «cayo tanta neve na serra desspaço, em guissa que matou muytos homeens e moços com frio»³¹³. Do mesmo mal sofreram os homens do Duque de Bragança nas faldas da Serra da Estrela, em 1449, ao tentar cruzar o ducado de Coimbra a caminho de Lisboa, pois...

«... pella grande aspereza dos camynhos, e as muitas neves e regellos que nelle jaziam, os homens soportaram frios e trabalhos incomportavees, e assy morreram e ateceram muitos cavallos, e azemalas ... E no cima da serra ... acharam mortas de frio algumas pessoas a que nam ouve remedio»³¹⁴.

O caminho também matava, especialmente na travessia de rios caudalosos, ou navegação no mar. Veja-se a entrada de D. João I na Galiza (maio a julho de 1398), em Monção,

«chegaram ao vao das Estacas, que naquelle lugar era dancho como a costumada passagem do Doyro, ... [já perto do serão, numa noite sem nuvens, o que dificultava a travessia do vau que] nam era dereyto, mas desuyado pera cima ... e (a) altura daugua... [era muito desigual, havendo] huum perfumdo peego, bem mortal ... aazado pera muytos perecerem ... El-Rey mandou passar a bamdeira por ... aviuar os corações [aos seus homens] de passarem mais toste ... [pela noite escura, pela irregularidade do rio e pela confusão que as vozes geravam] assy se perdyam muytos ... a noute mal aazada pera tal trabalho fazia topar huuns nos outros ... [e] morria muyta gente, [até que os que seguiam atrás se aperceberam e avisaram o rei que] mandou que nam passassem mais. Huns se affogauam ... houtros nadauam as bestas com elles, e quando chegauam a beira daugua, por (a) aspera sayda da borda do rio nam podiam montar açima; e asy morrião, bradamdo grandes vozes que lhe acorressem»³¹⁵.

O mar representava um perigo considerável; em Algeciras, quando as frotas portuguesa e castelhana foram apanhadas por uma tempestade, pouco antes da batalha do Salado (1340), «sobreveo tam grande tormenta no mar, que com as forças dele ... [dos] homens destas guals ... se perderam [muitos], porque ho mar [os] affogou»³¹⁶.

Também se morria de fome, veja-se o exemplo da frota portuguesa que bloqueou Sevilha³¹⁷ e que, com o arrastar do bloqueio, viu os mantimentos a faltar e «per frio e fame e comer desacostumadas viandas veherom muitos a morte e fraqueza e continuadas doores»³¹⁸.

E pela peste muitos se perderam! Mesmo uma hoste pequena representava um considerável agrupamento de pessoas, o que potenciava o contágio e, na maioria dos casos, os óbitos. Em 1384, o arraial castelhano, durante o cerco que mantinha a Lisboa, foi dizimado pela peste:

³¹³ CDJI-II, cap. LXIII, p. 156.

³¹⁴ CDAV, cap. CV, p. 723.

³¹⁵ CDJI-II, cap. CLXVIII, pp. 357-358.

³¹⁶ C7PR/II-AIV, cap. LVII, p. 319.

³¹⁷ O bloqueio naval a Sevilha, no âmbito da primeira guerra fernandina, decorreu da primavera de 1369 ao outono de 1370.

³¹⁸ CDF, cap. XLII, p. 138.

«começou a triste morte de mostrar sua sanha mais asperamente cõtra os do arreall; e isso meesmo comtra os da frota, matamdo nom soomente escudeiros e fidallgos, e doutros de pequena comdiçom ... mas ainda começou de emçetar nos senhores de grande estado ... Os Castellãos [viram-se] assi afficados de pestellemça que sse cada vez mais ateava em elles»³¹⁹ e «começou de sse atear a pestellemça tam bravamente em elles ... que dia avia hi que morriam çemto, e çemto e çimqoemta, e duzentos; e assi mais e menos como sse açertava, de guisa que o mais do dia, eram os do arreall ocupados em soterrar seus mortos ... morrerom mais de dous mill homões darmas dos melhores que elRei de Castella tiinha»³²⁰.

Quando a peste atingiu a rainha, «aa quall naçerom duas pestellemçiaaes postemas»³²¹, D. Juan I decidiu levantar o cerco e partir para Castela.

A peste chegou a assombrar a partida portuguesa para Ceuta, pois

«começaram de morrer de pestenemça na çidade de Lixboa e tambem no Porto. e esto foi segumdo deziam por aazo dos nauios que uieram de mujtas partes, e em alguũs delles auia pestenemça. E porque esta emfirmidade ... he comtagiosa, fez muy grande dano no auimento daquella frota, primçipallmente na morte da Rainha»³²².

Na civilização ocidental, «prevaleceu o hábito de sepultar os mortos (pelo menos aqueles que têm poder suficiente para escolher o local de enterramento) nas igrejas, como forma de garantir a salvação da alma por meio da proximidade com o sagrado»³²³. Os restantes procuravam ser sepultados no adro, ainda considerado como terreno sagrado. Daqui se infere um aspeto muito importante para o guerreiro medieval: a preocupação com a sepultura. Percebemos a relevância desta questão quando vemos, durante o cerco a Lisboa em 1147,

«cada huũ arrayall dos christãos edificou sua egreia, em que soterrassem os que assi morriam: elRey dom Affõmssõ fez a sua homde depois foy edificado ho moesteiro de Sam Viçemte, aa homrra do martire Sam Viçemte: os estrangeiros edificaram outra, que ora he chamada Samta Maria dos Martêes»³²⁴; assim, «duramdo ho cerco de Lixboa, soterravam os mortos naquellas duas jgreias que nos arrayaaes se fizeram pera isso»³²⁵.

Aquando do desaire na citada travessia do rio, no ataque de D. João I à Galiza, o rei «deteue-sse alguuns dias por os mortos que surdiam e sayam fora. Houtros tirauam fora com redes, e trabalhauão de soterrar todos»³²⁶.

³¹⁹ CDJI-I, cap. CXL, p. 249.

³²⁰ *Idem*, cap. CXLIX, pp. 272-273.

³²¹ *Idem*, cap. CLI, p. 280.

³²² CTC, cap. XXXV, pp. 109-110.

³²³ MATTOSO, José, *Pressupostos mentais do culto dos mortos... op. cit.*, p. 7.

³²⁴ CDAH, cap. XXXIV, p. 122.

³²⁵ *Idem*, cap. XXXVI, p. 129.

³²⁶ CDJI-II, cap. CLXVIII, pp. 358-359.

Esta preocupação era sentida sobremaneira pelos homens que partiam para o Norte de África. O medo de morrer longe, provavelmente sem sepultura, sem a companhia dos seus na hora da morte, sem ter quem fizesse o luto, enfim, sem serem cumpridas as respectivas práticas rituais e sem beneficiar da solidariedade dos seus semelhantes depois de morto, tornava a ‘estadia’ além-mar ainda mais tortuosa. Na véspera do ataque a Ceuta, Zurara alude a esta preocupação, quando nos conta que os homens...

«... pemsauam que sse alli falleçessem ... quaaes sepullturas aueriam, e como nom seriam acompanhados de seus filhos e de seus parentes, quando lhe fizessem sua derradira homrra, nem poderiam gemer sobre suas couas aquelles que gramde sentido de sua morte teuessem. Oo deziã elles amtre ssi, como foram bem auenturados todos aquelles a que Deos leixou acabar seus dias no apartamento de seus leitos, os quaaes em tall tempo ssom acompanhados de suas molheres e filhos ... Mas nos outros que aqui morrermos, nom ueremos nehuña destas cousas, amte jaremos ssem sepullturas, desprezados de todollos uiuos, e assy sse gastaram nossas carnes, ssem de nos saber alguem parte, ssenam depois da derradeira resurreyçom do juízo»³²⁷.

Quando é descrito o momento do regresso a Portugal, percebe-se o desespero e a angústia de quem é obrigado a ficar na guarnição cristã da praça recém-conquistada; repare-se nas palavras que, segundo Zurara, esses desditosos homens dirigem aos que partem:

«bemaventurados vós outros, que tornais a visitar vossas cazas, mulheres, e filhos, e viver, e acabar antre as cousas que amais, de cuja dôr, e trabalho vossos vizinhos, e amigos haõ de sentir aquella parte, a que costringidos forem por divido, e amizade, e que depois de vossos dias, vossos corpos haõ de acompanhar seus Padres, e Avós, cujas sepulturas haõ de ser molhadas das lagrimas piadasas daquelles, que vos amarem; mas nós outros, que aqui ficamos somos feitos como desterrados, a que os merecimentos dos maleficios trouveraõ causa de morte corporal ... ou sômos dados como por sacrificio nas mãos destes infieis, aos quaes gravemente avemos de pagar assy a perda da Cidade»³²⁸.

Esta preocupação não afetaria tanto os membros dos grupos sociais mais elevados, que, de certa forma, e quando tal lhes era permitido, garantiam o seu regresso ‘às origens’ para serem sepultados. Depois de D. Juan I de Castela ter entrado...

«... pello rreino e se veo chegamdo comtra Lixboa ... começaram a morrer de pestellemça alguñs do arreal das gêtes de pequena comdiçom. E quando alguñ cavalleiro ou tall escudeiro que o mereçia, açertava de sse finar, levavomno ... a alguñ dos outros logares, que por Castella tiinham voz; e alli os

³²⁷ CTC, cap. LXVII, pp. 191-192.

³²⁸ CDPM-I, cap. X, p. 38.

abriam e salgavom e poinham em ataudes ao aar, ou os coziam e guardavom os ossos, pera os depois levarem pera donde eram»³²⁹.

Percebe-se quão difícil terá sido aos Portugueses participantes do bloqueio naval a Sevilha³³⁰ assistirem ao macabro espetáculo da profanação das sepulturas dos seus companheiros pelos lobos que por ali apareciam, pois aos que morriam «soterravom-nos em terra, e d'alli os dessoterravom os lobos e comian-os»³³¹.

O desrespeito pelos cadáveres dos adversários era uma forma de humilhação do derrotado. Cite-se a atitude dos apoiantes do Mestre de Avis para com o bispo de Lisboa, considerado inimigo por ser castelhano, depois de o terem morto por não ter feito repicar os sinos da Sé:

«em esse dia logo alguũas rrefeças pessoas lamçaram ao Bispo onde jazia nuu, hũu baraço nas pernas, e chamamdo muitos cachopos que o arrastassem, hia hũu rrustico braadamdo deante: *Justiça que mamda fazer nosso Senhor ho Papa Urbano sexto, neeste treedor çismatico Castellaão* ... E assim o arrastaram pella çidade, com as vergonhosas partes descubertas e o levarom ao Ressio, omde o commeçaram de comer os caães, que o nom ousava nehuũ soterrar»³³².

Noutros casos, era apenas um reflexo da agitação e confusão de determinado período, como se percebe pelo que Fernão Lopes nos conta acerca do que se terá passado no Porto, por alturas da Crise de 1383-1385, quando os apoiantes do ainda Mestre de Avis,

«amdando assi pella çidade, foromsse aa See, omde grandes tempos avia, que era posto interdito, e nom soterravom nehuũ; e começaram de tamger os sinos, e fazer dizer missas, e desoterrar os mortos homde jaziam emterrados, e tragellos demtro aa igreja, e nehuũa pessoa ousava esto comtradizer»³³³.

A «incerteza acerca do momento em que ocorreria a morte aumentava o receio do dia do 'passamento' e tornava mais premente a preocupação com a remissão dos pecados»³³⁴ e com a elaboração dos testamentos, que, por isso, eram redigidos em casos de doença, na iminência de uma operação militar ou quando a idade já ia avançada. Reconhece-se esta preocupação, mais uma vez, nas palavras dos Portugueses que ficaram na primeira guarnição de Ceuta: «bem auemturados todos aquelles a que Deos leixou acabar seus dias ... comsselhados de

³²⁹ CDJI-I, cap. CXLIX, p. 272.

³³⁰ Referimo-nos ao bloqueio naval a Sevilha que decorreu entre a primavera de 1369 e o outono de 1370 no âmbito da primeira guerra fernandina contra Castela.

³³¹ CDF, cap. XLII, p. 138.

³³² CDJI-I, cap. XII, p. 26.

³³³ *Idem*, cap. XLVI, p. 82.

³³⁴ VILAR, Herminia Vasconcelos – *A Vivência da Morte no Portugal Medieval. A Estremadura Portuguesa (1300 a 1500)*. Redondo: Patrimonia, 1995, p. 80.

seus abades com grande proueito de suas comçiemçias, e estam fazendo a rrepartiçam de seus beës segumdo o mouimento das suas uoomtades»³³⁵.

Em contexto de guerra, a convivência com a morte tornou-se natural. São muitas as referências nas crônicas a imagens macabras de mortos e de mortes. Sobre a conquista de Santarém aos Mouros, em 1147³³⁶, diz-se que «matarom deles muy muytos, e molheres e moços pequenos, e era o sangue tanto pellas ruas, que parecia que forom aly mortos grande multidão de gados»³³⁷. No fossado de Triana, às portas de Sevilha, em 1178, os...

«... mouros que tijnam ja a pomte passada ...[tornaram a] acorrer aos que fiquauam atras emcallçados dos nossos ...[e] teueram os nossos grande e muy despeiado tempo e luguar pera fazer nelles grande matança: e em mujtos cabos se acha escripto aver sido tanta motimidade dos mouros feridos e mortos no rryo dAlquibir, qua suas aguas pareciam samgue, segumdo ho samgue timge sempre mais de sua quantidade a agua, em mostra muito mayor»³³⁸.

Relativamente à tomada de Ceuta, são várias as descrições dos cadáveres que se espalhavam e amontoavam pelas ruas da praça:

«foi feita em aquelle dia grande mortijmdade, a quall jazia espargida per todallas ruas da cidade ... [os mortos] nom podiam dereitamente seer conhecidos... tamto eram atormentados das feridas ... as caras tam feas, que uerdadeiramente arremedauam a semelhança dos amjos jmfernaes ... huñs jaziam com os corpos temdudos e as mãos apertadas e os demtes fechados, outros jaziam com os foçinhos sobre a terra, emburilhados no seu samgue meesmo, outros com os corpos embuizados, apertamdo com seus punhos a rroupa que traziam, outros jaziam assy espedaçados»³³⁹.

Como reação a esta proximidade e convivência com a morte, o combatente medieval cobriu-se de uma capa de insensibilidade e indiferença que lhe permitia matar, saquear os cadáveres dos inimigos, deslocar-se entre eles e abandoná-los às intempéries e aos animais. Considerando a prevalência da guerra, da peste, das restantes enfermidades e da fome,

³³⁵ CTC, cap. LXVII, pp. 191-192.

³³⁶ A praça-forte de Santarém foi conquistada aos muçulmanos na noite de 14 para 15 de março de 1147, através de uma operação cirúrgica e minuciosamente planeada por D. Afonso Henriques. Consciente da necessidade de anular a ameaça que esta praça constituía à conquista e domínio de Lisboa (uma vez que daí rapidamente chegariam reforços e ajuda), o monarca preparou, secretamente, um ataque contra aquela vila, apostando: no sigilo, na recolha de informações através de batedores, numa hoste reduzida e no coberto da noite para surpreender as sentinelas que defendiam os muros. O plano assentava, grosso modo, num pequeno contingente que, escalando as muralhas, entrava na praça e abria as portas aos restantes combatentes. Nem tudo correu como planeado, mas os cristãos conseguiram entrar na vila, anular os focos de resistência que foram encontrando e, conforme combinado, abrir as portas aos companheiros. A guarnição local ainda terá tentado responder ao ataque, gerando-se momentos de extrema violência. Contudo, o alcaide, perante a incapacidade de fazer face ao ataque, fugiu deixando o castelo e a vila nas mãos dos cristãos. Sobre esta operação veja-se MARTINS, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota... op. cit.*, pp. 59-75.

³³⁷ C7PR/I-AH, cap. XXI, p. 73.

³³⁸ CDAH, cap. LII, pp. 179-180.

³³⁹ CTC, cap. XCII, pp. 245-246.

podemos dizer, com Sean McGlynn, que a morte era «uma realidade omnipresente, contudo, este panorama não tornava a população da Europa imune ao sofrimento nem diminuía a perturbação sentida pelas pessoas ao enfrentarem uma violência aleatória e arbitrária»³⁴⁰.

Na sociedade medieval, intimamente influenciada pela religião cristã, o homicídio era considerado um pecado, incorrendo o perpetrador num grave castigo; no entanto, a guerra configurava um período de exceção, durante o qual provocar a morte de outrem era permitido – considerando o outrem como inimigo. Na verdade, se «em tempo de paz, causar uma morte violenta a um semelhante era um delito penal gerando julgamento, condenação e aplicação de um castigo ... matar em tempo de uma guerra justa, não é um crime, está moralmente justificado e é legalmente aceite»³⁴¹.

Em síntese, temia-se a morte, vivia-se com a morte e à morte se procurava fugir.

3.6. Motivação e apoio

Perante a realidade que temos vindo a apresentar, o que mantinha os homens na hoste? O que os motivava, o que os auxiliava, o que os fazia prosseguir? Onde procuravam ânimo e alento? O que os fazia aceitar combater e continuar a lutar? Procuraremos apresentar respostas para estas questões, focando-nos em quatro vertentes: as motivações, a religião, as crenças e superstições e o que designámos por ‘apoios de circunstância’.

Integrar uma hoste significava partir, inserido num aglomerado humano, e avançar para o desconhecido, contrapondo ao receio da morte a esperança de algum ganho. A obrigatoriedade de resposta à convocatória nem sempre significou o cumprimento do dever, quer parcial, quer integralmente. Muitos fugiam à chamada e outros desertavam em plena refrega. Aos que ficavam, valia-lhes a esperança, a confiança na justeza da causa, a fé, a confiança num bom presságio, a necessidade, ou mesmo a bebida, que podia encher de coragem o mais medroso dos homens. As motivações prendiam-se com a perspectiva de lucro, de enriquecimento, através da pilhagem, dos resgates, dos despojos de uma batalha³⁴² e, pensando nos estratos mais elevados, com a possibilidade de títulos e mercês como

³⁴⁰ McGLYNN, Sean, *A hierro e y fuego... op. cit.*, p. 29.

³⁴¹ GARCÍA FITZ, Francisco, *La Edad Media... op. cit.*, p.76.

³⁴² De referir que, para o período em apreço, os combatentes não arrecadavam todos os despojos que conseguiam juntar. O procedimento habitual para a distribuição do saque consistia, primeiro, em entregar ao rei todos os bens e prisioneiros recolhidos. Depois, do conjunto do saque, uma parte (o quinto) destinava-se ao rei (que podia abdicar em benefício dos seus homens) e o restante era distribuído pelos combatentes em função do seu estatuto, dos critérios previamente estabelecidos (se existissem) e, por vezes, atendendo também aos prejuízos sofridos (MONTEIRO, João Gouveia, *A guerra em Portugal... op. cit.*, p. 311-313; e ROGERS, Clifford J., *Soldiers Lives Through History... op. cit.*, pp. 218-222).

recompensa. A «perspetiva de fazer-se rico (ou no caso dos nobres, *mais* rico) constituía uma potente força impulsionadora, tanto para os cavaleiros como para os soldados rasos»³⁴³.

Nas fontes, são inúmeros os exemplos de pilhagens levadas a cabo durante as operações militares. Na batalha do Salado³⁴⁴, «a mortymdade dos Mouros, posto que fose muyto grande, ajmda ffora muyto mayor, se os mays dos Christãos nom ficaram roubamdo as muytas riquezas dos arayaais dos Mouros, e catyuamdo suas ffilhas e molheres e moços pequenos»³⁴⁵. No final da batalha de Aljubarrota o roubo foi grande, levado a cabo não só pelos combatentes mas também pelos habitantes das povoações mais próximas, pois «em roubar o que lhe achauom [aos Castelhanos] era a mayor ocupaçom; e nom soamente os homeens, mas as molheres os ajudauom a roubar e premder. Assy dos que fugiam da batalha, come dos que estauom no logar, ouuerom gram roubo de muytas cousas»³⁴⁶.

Por vezes, a ganância das gentes era mais forte do que a prudência e cautela que as operações militares requeriam. Assim se terá passado na conquista de Ceuta, em 1415:

«era este huñ caso muy perijgoso ... os homeẽs com aquelle açemdimento da cobijça que traziam, entrauam [nas casas] sem nehuñ rresguardo, e mujtos daquelles mouros jaziam em suas casas mostramdo huña desausada perfia, a quall era a morte que poderam escusar»³⁴⁷.

Sobre isto, o *Regimento de Guerra* estabelece que se deve...

«... no tempo da guerra mandar apregoar, que nom seja nenhum tam ousado de qualquer estado, e condiçom que seja, que durante algũa peleja, roube, nem se aparte da hordenança, em que for posto no começo da peleja, mais sempre continuamente peleje com a graça de DEOS, ataa que a peleja de todo faça fim; porque muitas vezes aconteceo, que durando a peleja, alguñs por sentirem a vantagem da sua

³⁴³ McGLYNN, Sean, *A hierro e y fuego... op. cit.*, p. 303.

³⁴⁴ A batalha do Salado foi travada a 30 de outubro de 1340, junto ao rio Salado. Opôs as forças muçulmanas magrebina e granadina à coligação das forças castelhanas, portuguesas e aragonesas (apoio naval). Na iminência de um ataque muçulmano à Península Ibérica liderado pelo sultão Abu-I-Hassan Ali, o rei castelhano, Afonso XI, procurou o apoio do sogro, o rei português, D. Afonso IV. Chegados a acordo sobre a resposta a dar à crescente presença benimerine no sul da Península e ao cerco de Tarifa (manobra preparatória para a tomada de Sevilha), as hostes reuniram-se e avançaram em direção ao adversário. Com a chegada do exército cristão, os muçulmanos reposicionaram as suas forças e as hostes inimigas ficaram a escassos metros umas das outras. A batalha teve lugar em duas posições distintas: as tropas comandadas pelo sultão benimerine combateram as tropas castelhanas; e as tropas granadinas as portuguesas. A vitória foi alcançada mais rapidamente por D. Afonso IV, que conseguiu sustentar o ataque muçulmano e desbaratar aquela hoste. Do lado castelhano, o combate foi mais demorado, estando a vitória muito relacionada com a participação da reforçada guarnição de Tarifa. Esta batalha garantiu um volumoso e rico saque e constituiu a última grande batalha campal da Reconquista. Sobre esta batalha ver MARTINS, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota... op. cit.*, pp. 239-268.

³⁴⁵ C7PR/II-AIV, cap. LXII, p. 346.

³⁴⁶ CDJI-II, cap. L, p. 125.

³⁴⁷ CTC, cap. LXXVII, p. 213. Esta passagem terá que ser lida com alguma cautela, pois não obstante aceitarmos que este comportamento terá realmente acontecido, pensamos que o cronista também procurou, com esta descrição, depreciar a 'gente do povo' e a sua ganância desmedida.

parte, se lançavam a roubar, e por aazo desto receberam grande dampno, porque de veencedores tornavam a seer veêcidos»³⁴⁸.

A possibilidade de arrecadar riquezas através dos despojos deixados por quem foge a um ataque, ou por quem é derrotado num recontro, representou um grande estímulo para os combatentes ‘de ocasião’, que constituíam o grosso das fileiras de uma hoste medieval. Mas não nos iludamos, tais expectativas estariam também no espírito de todos os grandes senhores que na hoste seguiam³⁴⁹. Na batalha do Salado, depois do...

«... desbarato dos Mouros ... [nas tendas do seu acampamento, os cristãos] acharam grandes tesouros d ouro e de prata, e de çeda e de lynho e de lam, teçydos per dyversas maneyras, e asy grandes e riquas bayxelas com muytas peças d ouro e de prata, lauradas sotyllmente e per maravylhoso artyfycyo. E alem disto, outros despojos de cavalos, camelos, armas, catyuos, e cousas, que nom se podem dizer, nem comtar»³⁵⁰.

No decurso da segunda guerra fernandina (1373), os Castelhanos que cercavam Lisboa...

«... achavom todallas cousas desemparadas, com muitos bês e alfayas em ellas, ca seus donos nom ouverom espaço, quando sse colherom aa cerca velha, de todo guardar e levar consigo ... e muitos christãos e judeus deitarom de seus averes os que levar nom podiam dentro nos poços, e sabendo os castellaãos d'isto parte, buscavom-nos depois com fateixas»³⁵¹.

Nas palavras de Duby, «num universo de penúria, tudo merece a pena levar»³⁵². Aos bens juntavam-se os resgates que se esperava obter em troca de prisioneiros. O aprisionamento de um grande senhor, por exemplo, poderia representar o recebimento de uma avultada soma de dinheiro. Conquistada Ceuta, muitos dos Portugueses «tijnham cuydado de rrecadarem os prisioneiros, sobre cuja guarda sse puynha grande delligemçia, huñs leuamdo aas gallees, outros metemdo em taaes prisoões, per que teuessem delles seguramça»³⁵³. Devido a esta perspectiva de lucro com o resgate de prisioneiros terá causado especial estranheza (e algum desalento) a ordem de D. João I, a meio da batalha de Aljubarrota, para se matarem todos os cavaleiros franceses aprisionados durante a primeira fase do combate. Isso significava uma perda tremenda para os combatentes... Outras vezes, no calor dos combates, descuroou-se também esta perspectiva de riqueza, tirando-se a vida a grandes senhores(as). Terá sido isto

³⁴⁸ RG, 33, p. 296.

³⁴⁹ No entanto, como às Crónicas associamos a exaltação da honra do monarca, acima de tudo, e da cavalaria, evita-se a referência direta à procura do lucro por parte dos grandes senhores que participavam nas operações militares, deixando-se as pilhagens e a ânsia do saque a cargo das ‘gentes do povo’.

³⁵⁰ C7PR/II-AIV, cap. LXII, pp. 346-347.

³⁵¹ CDF, cap. LXXVI, p. 267.

³⁵² DUBY, Georges, *Uma Batalha na Idade Média... op. cit.*, p. 116.

³⁵³ CTC, cap. LXXXVIII, p. 236.

que aconteceu na Batalha do Salado, em 1340, onde «mataram e espedaçaram ... Fatima Tuneçya, molher prymcypall delRey Alyboaçem ... De que aos Reys Chrystãos muyto pesou, pelo grande preço de seu resgate de catyuos ou de dinheyros, que se por ella houvera»³⁵⁴.

As mercês eram outra forma de motivação. No cerco de Silves, em 1189, quando D. Sancho I «vio a tore derjbada [incentivou os homens a combater] ... prometendo que lhe farya muytas merçes, se se aficasem pera a tomar [a cidade]. E porque os dões prometidos sõem a espertar os prjgujsosos, dizia elRey, que os que majs fizesem, que aqueles farja mayores merçees»³⁵⁵. No período inicial da defesa de Ceuta, D. Pedro de Meneses «contentou muy bem aquelles que o serviraõ naquelle trabalho, porque alem do seu premio, segundo uzansa de suas armações, elle lhes fez outras vantagens com que alegrou suas vontades»³⁵⁶.

Como motivação funcionava também o brio de cada um, isto é, a vontade de não fraquejar perante os seus conhecidos. Na verdade, era comum os familiares permanecerem próximos uns dos outros em combate, bem como junto dos amigos mais chegados, dos vizinhos, ou dos membros da sua guarnição, procurando-se assim que não abandonassem as suas posições, lutando até à morte. Se não por outra razão, pela vergonha de virar as costas aos 'seus', no que seria visto como traição e cobardia³⁵⁷. Antes da batalha dos Atoleiros, em abril de 1384, foi a vergonha que fez com que todos os que ouviam Nuno Álvares Pereira aceitassem acompanhá-lo no combate, ainda que a sua vontade fosse outra. Segundo o cronista anónimo, Nuno Álvares, depois de vários incentivos, terá declarado:

«'... rogo vos que os que comigo quiserem hiir a esta obra que se passem da parte d aalem deste regato, e os que nom quiserem que fiquem desta parte'. E elles, quando esto viram, todos a hũa voz disseram que todavia queriam hiir com elle. E, como quer que o asy dissessem, alguns se romordiam antre sy, mostrando que mais o disseram por vergonha que por averem vontade ... [a meio da noite, Nuno Álvares Pereira foi acordado por Álvaro Coitado que o informou que] Gill Fernandez e Martim Rrodriguez d Elvas tinham ja seellado e estavam armados, que se queriam tornar pera Elvas, que nom queriam hiir aa batalha ... [Nuno Álvares falou-lhes] em tal guisa que os mudou de suas nom boas tençoões, e outorgarom de hyr todavia com elle aa batalha»³⁵⁸.

Consideramos também como motivação, a possibilidade de adiamento do prazo para pagamento (ou mesmo o perdão) de dívidas. Numa época de penúria, a dilatação do prazo para pagamento dos encargos acumulados permitia algum desafogo momentâneo e a esperança de se conseguir angariar riqueza suficiente para se poder cumprir a obrigação

³⁵⁴ C7PR/II-AIV, cap. LXII, p. 346.

³⁵⁵ C7PR/I-SI, cap. VI, p. 159.

³⁵⁶ CDPM-I, cap. XXXII, p. 107.

³⁵⁷ ROGERS, Clifford J., *Soldiers Lives Through History...* op. cit., pp. 163-164.

³⁵⁸ CC, cap. XXVIII, pp. 63-64.

devida. Percebemos isto pelas queixas dos procuradores nas Cortes de Coimbra de 1390, que solicitam ao Rei «que os detentores de cartas régias de adiamento de processos por suas dívidas até ao fim da guerra possam ser demandados durante o período das tréguas»³⁵⁹. Foram atribuídas cartas de adiamento de prazo de pagamento de dívidas até ao fim da guerra luso-castelhana, por os devedores nela participarem ao serviço do monarca.

Numa outra perspetiva, «entre a nobreza medieval havia a ideia que a guerra era uma prova de virilidade e que engrandecia a nobreza»³⁶⁰, daí que os nobres se sentissem impelidos a participar nos combates, procurando corresponder ao que de si se esperava.

Numa época em que o sagrado se misturava inextricavelmente com o profano, «a religião era um guia e um filtro insubstituível para ler e para compreender o mundo»³⁶¹, sendo decisiva para a explicação de fenómenos inalcançáveis pelo homem medieval, como a relação entre a vida e a morte. Na religião se procurava o sentido para tudo, incluindo para a guerra. Segundo o *Regimento da Guerra*, quando...

«... começamos algũa guerra ... primeiramente devemos d'encomendar-nos, e nossos feitos a DEOS, e des y poer esperança em el, porque sem sua graça, e ajuda nom se pode cousa boa fazer: e des y, ante que abalemos com nossa hoste pera algũa parte, devemos de fallar com nosso confessor, e com aquelles, que tiverem carrego das Almas de confessar, que fallem com todos los cavalleiros, e fidalgos, que façam meenfestar toda nossa gente; e se souberem alguñs, que se nom fallam, e estam em odio, fazellos reconciliar, e prestar, e perdoar; e se alguñs forem negrigentes, de poer aquella pena, de que cada huum for merecedor, ataa seer feito, e comprido todo nosso mandado»³⁶².

Era todo um ritual que devia ser cumprido para se poderem receber as boas graças de Deus, visto como um juiz que decidia o resultado dos confrontos a favor da causa mais justa. Nas palavras de Fernão Lopes, «a Deus ficaua outorgar vitorja aa quaall delles sua merçe fosse»³⁶³. Dos relatos coevos passa a ideia de que, à maneira bíblica, Deus interferia nas operações militares: no cerco de Silves «depojs que os Christãos tiverom a coyraça em seu poder, forom muyto alegres, pojsque lhe Deos dera aquelo por que trabalharom»³⁶⁴; e, em Aljubarrota, «prougue a Deus e aa sua preciosa Madre de a batalha seer veencida e os portugueeses liurees de sseus jmygos»³⁶⁵. Se a uns garantia vitórias, a outros fustigava com derrotas e castigos, como na época se terá pensado que aconteceu a D. Juan I, que tendo

³⁵⁹ CMP-AS, n.º 8, p. 236.

³⁶⁰ ROGERS, Clifford J., *Soldiers Lives Through History...* op. cit., p. 39.

³⁶¹ MONTEIRO, João Gouveia, *Nuno Álvares Pereira...* op. cit., pp. 213-214.

³⁶² RG, 4, pp. 286-287.

³⁶³ CDJI-II, cap. XLI, p. 94.

³⁶⁴ C7PR/I-SI, cap. VII, p. 162.

³⁶⁵ CDJI-II, cap. XLV, pp. 107-108.

Lisboa cercada viu o seu arraial ser dizimado pela peste. Nas palavras que Jean Froissart atribui a João Fernandes Pacheco,

«Nós dizemos, senhor ... que Deus, para nos ajudar a nós e a nosso rei, enviou à hoste [castelhana] esta pestilência, já que dentro da cidade onde estávamos todos encerrados não morreu ninguém, homem ou mulher, nem jamais ninguém foi atingido, o que foi grande graça que Deus nos fez»³⁶⁶.

Convocados para a guerra e confrontados com todo o tipo de ameaças, os combatentes apelavam à proteção divina na esperança de auxílio e amparo. Impregnada no combatente, a religiosidade na guerra era vivida de diferentes maneiras. Desde logo pela devoção a santos guerreiros. Na batalha de Ourique (1139), «o preçioso Apostollo Samtiagu, cujo dia oje he, sera nosso capitam e ualledor nesta batalha»³⁶⁷. E no cerco de D. Juan I a Lisboa, durante o ataque castelhano à zona da ribeira, «açemdiasse cada vez mais a pelleja, a qual dhuña parte e dooutra ... [chamavam] altas vozes: *Portugall e sam Jorge!* outros, *Castilha! Samtiago!*»³⁶⁸. Por vezes acontecia que as hostes em confronto apelavam à mesma entidade divina.

A sacralização de algumas campanhas bélicas³⁶⁹ mostra a influência da religião na guerra, destacando-se as operações que assumiam o espírito de cruzada, como a conquista de Ceuta: decidido o ataque, na fala que o capelão de D. Henrique fez aos homens, é-lhes pedido...

«... que fimcassem todos os giolhos em terra, e que fezessem a comfissam, em fim da quall os assolueo de culpa e pena segumdo o poder da samta cruzada. Agora disse elle, jrmaãos e amigos, teemdes sobre uos as armas da fortelleza, ora daqui em diamte pelleiaae sem nehuñ temor, ca o nosso Senhor estara aqui em presemça de todos ataa fim de uosso trabalho, sem nehuñ temor dos jmmijgos pera uos dar o seu uerdadeiro esforço»³⁷⁰.

Em matéria de espírito da cruzada, salienta-se a importância da remissão dos pecados na luta contra os muçulmanos. Disto fez referência o pregador que apresentou a bula de cruzada na partida da frota rumo a Ceuta, em 1415:

«husando de meu offiço, uos rrequeiro e rrogo ... que comsirees bem em uossas comçiências quaaesquer peccados, malles, ou erros, que tenhaaes cometidos, e que peçaaes ao Senhor Deos perdam delles com todo coração e uoomtade, e façaes delles penitemçia, auemdo firme proposito de uos guardar de pecar daqui em diamte. Polla quall cousa serees assolltos de culpa e pena, per uirtude de huña letera que o samto Padre outorgou a elRey nosso senhor ueemdo seu samto deseio. A quall letera logo alli de presentemte o mestre pruuicou, em fim da quall fez a assolluçoem de todos»³⁷¹.

³⁶⁶ CJF, Livro III, cap.21, §86, p. 75.

³⁶⁷ CDAH, cap. XVI, p. 63.

³⁶⁸ CDJI-I, cap. CXXXIX, p. 245.

³⁶⁹ GARCÍA FITZ, Francisco, *Ejércitos y actividades guerreras... op. cit.*, p. 11.

³⁷⁰ CTC, cap. LXXI, p. 202

³⁷¹ *Idem*, cap. LIII, p. 161.

Refira-se a ação de entidades sobrenaturais nos confrontos, como santos, anjos, mártires. O auxílio divino invocava-se através de diferentes formas: transporte de relíquias sagradas e bandeiras; gritos de guerra apelando a Deus, à Virgem ou aos Santos; inscrições religiosas em armas e armaduras³⁷²; e, essencialmente, através de uma série de práticas religiosas.

A partir da Terceira e Quarta Cruzadas (1189-1204) espalharam-se por toda a Europa fragmentos do Santo Lenho trazidos pelos peregrinos. A exemplo de outras alaias religiosas, essas relíquias eram levadas para as operações militares. No contexto da prática cristã de memorialização dos mortos, «a Vera Cruz constituía a garantia máxima da eternidade dos crentes, uma ‘ponte entre vivos e mortos’»³⁷³. Na batalha do Salado, a 30 de outubro de 1340,

«ellRey D. Afonso de Purtuall ... mandou ha D. Alvaro Gil Pereyra, Pryoll do Crato, que ... mostrase a todos ho lenho da vera Cruz, que leuara do Marmelar. O quall ... [foi logo] posto em huma aste, aleuamado com bamdeyra. E o Pryoll dise a ellRey: ‘Senhor, temde fee, e deuaçam neste synall vytoriso da vera Cruz, porque na verdade oje vemçereys seus ymyguos’ ... [com o esforço do embate, os homens comandados pelo Rei de Portugal] pelo grande camsaço e affromta da batalha em que amdauam, pareçya que lhe fallecyam [as forças], e que nom podiam já sopryr ao que ha bomdade de seus corações desejava e cometya ... [Nisto,] os emfraquemtu muyto mais, que lhe desapareço a vera Cruz, que amte sy traziam ... [o Prior do Crato de imediato a mandou buscar e] com sua vymda e com as palavras d esforço, que com ella loguo se diseram, elRey e os Purtugueses, como refrescados de hum novo e grande fauor, leuamdo a outra vez diamte de sy cometeram tam ryjamente os Mouros, que loguo com vertude da Cruz, mylagrosamente se mudou ha vemtura»³⁷⁴.

Em combate, o barulho seria ensurdecedor, sobressaindo nos gritos os apelos a Deus, a Jesus Cristo, à Virgem Maria e a Santos vários, que no momento se invocavam: por volta das 18h do dia 14 de agosto de 1385, no planalto de São Jorge «os portugueeses ... mouerom passo e passo em sua boña hordenamça ... Seu apellido altas vozes era: *Portuall e Sam Jorge!*, e dos emmjgos: *Castilha! Samtiago!*»³⁷⁵.

Em qualquer operação militar identificamos uma série de práticas religiosas levadas a cabo com o intuito de obter o auxílio divino. Orar, ouvir missas, confessar-se, comungar, seriam comuns no quotidiano do homem medieval, mas assumiriam especial importância no contexto de guerra, apaziguando a consciência do combatente, através da remissão dos pecados, e incutindo ânimo e coragem pela expectativa do apoio divino. As missas campais que antecedia o início dos confrontos, envolvendo milhares de homens, representavam um momento decisivo e marcante de comunhão com Deus e o sagrado. Garantiam, também, a

³⁷² MONTEIRO, João Gouveia e SILVA, Vasco Jorge Rosa da, *A vivência da guerra... op. cit.*, p. 27.

³⁷³ MONTEIRO, João Gouveia, *Nuno Álvares Pereira... op. cit.*, p. 255.

³⁷⁴ C7PR/II-AIV, cap. LXII, pp. 339-341.

³⁷⁵ CDJI-II, cap. XLII, p. 97.

motivação e coesão dos homens que partilhavam aquela solene celebração. Segundo a *Crónica dos Sete Primeiros Reis*, na parte correspondente ao reinado de D. Afonso IV,

«[os] cavaleyros Christãos d aquele tempo [tinham] dos Ymfieis tam mylagrosas vytoryas, nom ... sem justa premysam e deuydo gualardam da bomdade de Deos [pois] ... heram aly muy boms Christãos, mamtemdo em tudo seus santos mamdamemtos, e os verdadeyros artyguos da samta Fee, porque nom roubavam o alheo, e dos vyçyos da carne hyam muy abstynemtes, e todolos Domymguos e Festas se comfesauam e tomauam ho Corpo de Noso Senhor, e faziam pemdemça de seus pecados. E por esta causa diz que hos poucos destes tynham por graça de Deos tall poder e esforço, com que vemçyam os ymffieis, com quem peleyjauam»³⁷⁶.

Imediatamente antes da batalha de Atoleiros (6 de abril de 1384), Nuno Álvares Pereira incentiva os seus homens a manter a fé em Deus e na Virgem Maria, pois confiando na justeza da sua causa dali sairiam vitoriosos:

«[pediu-lhes] que sse emcomemdassem a Deos e aa Virgem Maria sua madre, que os quisesse ajudar comtra seus emmiigos, pois que justa querella tiinham comtra elles, e que tevessem firme fee que assi avia de seer ... [e] como eram alli por servir seu senhor, e alcançar grande homrra que a Deos prazeria de lhe dar mui çedo ... [então] fi[n]cou os joelhos em terra, e fez sua oraçom aa imagem do Cruçifixo, e da sua preçiosa Madre que tragia pimtada em sua bamdeira; e isso meesmo todollos seus os goelhos em terra com as mãos alçadas fezerõ sua oraçom»³⁷⁷.

Nas expedições ao Norte de África, a esperança na ajuda divina era maior, considerando o inimigo que se enfrentaria – o infiel. Sobre a expedição com destino a Tânger, em 1437,...

«... Sendo os Ifantes prestes em Lixboa com sua frota, gente, armas, mantimentos e artelharias ... foy ElRey e os Ifantes e toda a outra nobre gente da Corte, ouvyr Missa muy solepne, aa See: e como foy acabada, o Bispo d' Evora ... e ElRey e os Ifantes sayrom da See, em muy devota procissam: e o Bispo levava a Bulla da Cruzada nas maaõs, e diante delle, huñ Cavalleiro armado, com a Bandeira de Christus; e foy assy todo levado atee a Nao Capitoa ... E, despois de muytas Oraçoens se dizerem e se fazer absoluçom plenaria, se volveo a procissom ... [chegados a Ceuta] Sayrom os Ifantes dos Navyos e se foram logo drectamente aa Igreja de Sancta Maria d' Africa, onde estiverom em vigilia e devaçoens, a parte daquelle dia e nocte: e a outro dia ouvryrom Missa e se foram aposentar aa Cidade, donde no outro dia, com toda a gente, sayrom em muy solepne procissom, e ho Bispo d' Evora em Pontifical, e foram aa Ribeira tirar da Nao a Bandeira de Christus e d' ElRey, e as trouxerom, com grande solenidade, a Sancta Maria a Mayor, onde ho Bispo, por guarda e devaçom, com toda a Clerezia da Oste e Cidade, ficou aquella nocte»³⁷⁸.

³⁷⁶ C7PR/II-AIV, cap. LIV, pp. 309-310.

³⁷⁷ CDJI-I, cap. XCV, pp. 158-159.

³⁷⁸ CDD, cap. XXI, pp. 537-539.

O combatente procurava assim, na religião, proteção, explicação para o que não conseguia entender, ajuda e apoio, perdão dos pecados, amparo para os medos e dificuldades.

É curiosa a referência de Fernão Lopes à pregação após o fim do cerco a Lisboa. Perante as adversidades pelas quais a cidade e os seus moradores tinham passado, justifica-se o sofrimento como uma preparação para a salvação que haveria de vir. Diz o pregador que...

«'... seemdo esta çidade assi atribullada, e ardemdo o fogo da sua grã tribullaçom, na força da sua moor quemtura, que era aficamento de grande cerco, e sofremça de muita fame, ho apagou Deos per seu partimento ... Nom valliã missas nem prestavom oraçoões, que devotas pessoas podessem fazer, braadamdo a Deos que sse amerçeasse de nos e quisesse livrar esta çidade das mãos de seus mortaaes emmiigos; de guisa que ja parecia que o Senhor Deos çarrara suas orelhas de nos ouvir, e tornara a sua face de nos querer livrar. E nos assi postos ... disse o mui alto Rei çellestriall ... Deos de toda comssollaçom ... Tempo he que ajamos compaixom com a çidade atribullada e nom a leixemos mais padeçer ... Oo çidade de Lixboa! ouvida he a tua oraçom! e porque te amei querote livrar, avemdo de ti grande doo e esto sera em mão forte, e a tua feuza daqui em deamte, em mim será ... assi o Senhor Deos começou de o tamger cõ pestellemça [o arraial castelhano], amte que a esta çidade chegasse, que era sinall e amoestamento que lhe nom prazia de viinr a ella, e ell por isso nom leixou de viinr; e depois que a teve çercada, lhe começaram de morrer muitos dos seus, assi da gente de boom estado, come doutros de mais pequena comdiçom'»³⁷⁹.

As hostes eram acompanhadas por clérigos que, não estando autorizados a combater³⁸⁰; desempenhavam um papel religioso como «rogatários da ajuda e protecção divina, oficiando missas e elevando orações ou, nos momentos de conflito, levando aos combatentes a sua bênção e os sacramentos da confissão e comunhão»³⁸¹. São muitos os exemplos que, nas crónicas, podemos encontrar sobre a ação de clérigos no seio das hostes, destacando-se os momentos de maior perigo. Na tomada de Alcácer do Sal pelos cruzados (20 de outubro de 1217),...

«... falou o Bispo aquelas gemtes, e dise asy: 'Amjguos, bem vistes os synajs maravilhosos que nos Deos qujs mostrar pera nos esforçarmos. Pojs não avemos porque majs tardar, mas loguo em esforço de Deos e de todos seus Martyres, per tal dia como oje he, ca vamos ferjr em nosos jnmjgos ...' E entom os

³⁷⁹ CDJI-I, cap. CLI, pp. 279-280.

³⁸⁰ Acreditamos que nem sempre esta regra terá sido seguida e que, em caso de necessidade, os membros do clero tenham lutado ao lado dos restantes combatentes. Recorde-se o que Fernão Lopes refere sobre o cerco de Juan I a Lisboa, em 1384: «nõ sse guardava alli a degravall: «Clerici arma portantes»; aos quaaes segumdo dereito nom convem de tomar armas, posto que seja pera deffemssom da terra; mas clerigos e frades, espeçialmente da Trindade, logo eram nos muros, com as melhores que aver podiam» (*Idem*, cap. CXV, p. 196).

³⁸¹ COELHO, Maria Helena da Cruz, *No rasto da guerra – o antes e o depois... op. cit.*, p. 303.

Christãos com grande esforço e sem nenhum medo, foram dar no arayal dos Mourros, e cruelmente os destroyrom e matarrom»³⁸².

No planalto de São Jorge, em Aljubarrota, o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, «ssendo bem armado, auya ante ssy a cruz de prata leuantada com que costumaua visitar as egrejas ... [andava] esforçando e assoluendo todos, confirmando-lhes as perdoanças que o papa Vrbano Sexto outorgaua contra os cismaticos, jncreeos, reuees aa Santa Egreja»³⁸³.

Esta religiosidade era aproveitada pelo poder régio para justificar aos olhos do povo as sempre ingratas campanhas militares, proporcionando uma explicação para o tremendo esforço levado a cabo na preparação, organização e atuação dos dispendiosos exércitos³⁸⁴. Além disso, a religião funcionava como fator de identidade, como «princípio unificador, facilitando a subordinação e a entreajudada»³⁸⁵.

Por tudo isto, assistimos antes e/ou depois dos confrontos, a promessas, a procissões, a romarias e a oferendas. Como refere Maria Helena da Cruz Coelho, são inúmeros os exemplos de reis e senhores que ergueram «igrejas, capelas, ermidas, mosteiros ... em memória comemorativa e celebrativa de Deus, da Virgem ou dos santos que, na sua fé e devoção, acreditavam que os teriam protegido e auxiliado nos campos de batalha e nas vitórias sobre os inimigos»³⁸⁶. Depois da conquista de Lisboa aos Mouros, os cristãos «com grande preçissam sse foram aa mezquita homde ora estaa a ssee edificada»³⁸⁷. E pela vitória em Aljubarrota, em 1385, foram muitas as graças:

«hordenarom [em Lisboa] que ... pera todo sempre naquella somana da Assumpçam da Bemta Virgem fosse junta toda a çidade pera fazerem tres preçissoões ... a primeira fosse ao moesteiro da Trimdade ... e depois da pregaçam dizerem tres missas camtadas a homra da Santa Trimdade; e que a segumda fosse ao altar do Saluador do moesteiro de Sam Françisquo ... e acabado o sermom, çimquo missas em louuor das çimquo chagas de nosso Senhor Jhesu Christo; na terçeira preçissom ... [fossem] a Santa Maria da Graça do moesteiro de Santo Agostinho ... e depois do sermon, dizerem sete mjssas camtadas aa homra dos sete goyuos da Uirgem Maria. Hordenarom mais que por dia de Sam Viçemte, primçipall patrom da çidade ... fizessem proçissam na jgreja cathedral ... e de cada mester lhe fosse offereçido huum çirio; e jssso mesmo outra homrada proçissom em dia do martir Sam Jorge ... e fosse aa ssua egreja»³⁸⁸.

³⁸² C7PR/I-AII, cap. VI, p. 193.

³⁸³ CDJI-II, cap. XLII, p. 95.

³⁸⁴ MONTEIRO, João Gouveia e SILVA, Vasco Jorge Rosa da, *A vivência da guerra... op. cit.*, p. 27.

³⁸⁵ SILVA, Conceição Lucas – “Ibn Khaldun, *Muqaddimah*”. In AMADO, Teresa (coord.), *A Guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994, p. 357.

³⁸⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz, *No rasto da guerra – o antes e o depois... op. cit.*, p. 297.

³⁸⁷ CDAH, cap. XXXV, p. 125.

³⁸⁸ CDJI-II, cap. XLIX, p. 122.

Esta religiosidade não raras vezes se fundiu com práticas e crenças próprias do paganismo antigo. Na vivência religiosa do homem medieval, sobretudo em períodos de crise e de guerra, havia lugar para superstições e presságios. Pela religião se explicava o que não se entendia, muitas vezes num aproveitamento consciente de fenómenos estranhos ao comum dos homens. Qualquer evento podia servir para explicar uma atitude: eclipses, terremotos, estrelas cadentes, fenómenos meteorológicos. E para qualquer acontecimento se arranjava uma justificação deste teor. Em tal ambiente, percebe-se que, por vezes, se acreditasse em visões, individuais ou partilhadas, que não seriam mais do que o resultado da ‘sugestão’ aliada a um qualquer acontecimento fortuito, mas perfeitamente explicável.

Em ambiente militar, aproveitavam-se sem dúvida as superstições e os presságios, seja individual seja coletivamente. Justificavam-se campanhas por este ou aquele presságio e, confiante numa qualquer superstição, cumpria-se o ritual na expectativa de boa sorte e/ou de proteção. Como escreveram Gouveia Monteiro e Vasco Silva, «a profusão com que as fontes literárias dão conta dos presságios relacionados com as campanhas militares é um primeiro indício da insegurança dos guerreiros e da sua ânsia de encontrar nos pretensos sinais da natureza tímidas orientações acerca dos desígnios que se lhe afiguram insondáveis»³⁸⁹.

Quando, em 1147, D. Afonso Henriques avança para Santarém, o que pensamos ser uma estrela cadente é tido como um bom presságio, significando sucesso na conquista da cidade:

«uyram huñ sinall que lhes esforçou mujto mais os coraçõdes: viram huña estrella gramde, ardemte, com gramde rrayo corremdo pelo çeeo da parte destra, que allumiaua a terra, e foy ferir no mar. Veemdo esto disseram loguo todos: Senhor Deus Todo Poderoso, a villa he em nossas mãos»³⁹⁰.

Por seu lado, os Mouros de Santarém também tiveram ‘o seu presságio’. Apesar de não ser de bom agouro, não o entenderam todavia como um sinal anunciador da conquista cristã:

«lhes apareçeo outro synal muy espantoso, e que senefiquaua que averjam mortandade na terra, na terecyra noyte seguymte. Ca virom no meyo dia asy como hum tourro que ya per meyo do çeeo, que levava como a asas asas de foguo, des o cabo até a cabeça. Pela qual rezão os sabedores d amtrre eles profetizarrom que Santarrem averja çedo rey novo. E emtenderom que serja o filho de elRey Mourro que era em Sevilha»³⁹¹.

Na *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, na parte respeitante a D. Sancho I (1185-1211), aquilo que acreditamos que terá sido um eclipse solar é descrito da seguinte forma:

³⁸⁹ MONTEIRO, João Gouveia e SILVA, Vasco Jorge Rosa da, *A vivência da guerra... op. cit.*, p. 18.

³⁹⁰ CDAH, cap. XXXI, p. 111.

³⁹¹ C7PR/I-AH, cap. XX, p. 68.

«no ano de M CC XXXVII anos, foram vistos synaes amtre a ora de sexta e a noa ... Que foy verdadeyramente o sol feyto negro como piz. E apareço no ceo a lua e as estrelas. Pela qual cousa os homes e as molheres com grande temor fोगiom todos pera as jgrejas, esperando quando verrya a morte sobre eles, bradando a Deos que lhe acoreçe. E asy os clerjguos, como os leygos, todos estauom esmoreçidos e maravilhados, pensando que o mundo se querja fundir. E partimdose (sic) aquela noyte, e treuas, e o sol cobrando a sua clarjdade, pareço a lua em desuayradas gujsas, como amte numqua fora vista»³⁹².

Não encontramos evidência de que alguma operação tenha sido cancelada em resultado de presságios³⁹³. Mas, pelo episódio descrito, percebe-se que estes episódios seriam largamente aproveitados para instigar e encorajar os homens a combater.

Em momentos críticos multiplicavam-se as visões e os fenómenos inexplicáveis. Pouco antes de D. Juan I completar o cerco de Lisboa (em 1384), já se percebendo na cidade o que iria acontecer, as noites tornaram-se propícias a visitas sobrenaturais:

«[quando] vellavom o muro da parte de Sam Vicête de Fora, azerca domde he feita hũa capella que chamam dos Martires que foram na tomada da çidade, quamdo foi cobrada de Mouros ... aa mea noite, vellamdo alguũs, virom viinte homeês vestidos em vestiduras alvas assi como sacerdotes; e quatro delles tragiã nas mãos quatro cirios açesos, e hiam e viinham em proçissõ emtramdo demtro na egreja, e fallavõ muito baixo amtressi, como sse rrezassem alguũas horas. Os do muro quamdo virom aqesto, ficarõ muito espantados, e começaram de chamar os outros que oolhassem tã grande millagre, e supitamente desapareçerom. E logo nessa hora fallamdo huũs com outros em esto, virom nas pomtas das lamças que estavom nas torres, senhas camdeas açesas de claro lume que durou azerca dhuũa hora; e desto derom testemunho sete Christaãos e tres Mouros que vellavom huũa torre»³⁹⁴.

Em 1385, a caminho de Aljubarrota, o exército anglo-português chegou a Ourém e...

«... como o areal foy posto e a temda del-Rey armada, leuantou-se huum corço em meo do real; e coremdo todo a redonda, e muytos de cauallo em pos elle, nunca o poderam ferir nem matar saluo na temda del-Rey, hu se foy meter; o que todos ouuerom por boom sinall, como se custuma fallar em taaes

³⁹² C7PR/I-SI, cap. XI, pp. 175-176.

³⁹³ No caso da expedição a Ceuta, a conjugação de três desgraças alarmou as gentes pois entenderam-nas como presságios de má sorte: «[depois da morte da Rainha] ... mujto duuidauam de sse fazer nehuũ mouimento azerqua do que era começado. ca deziã que tamanhos tres synaaes, como nosso Senhor Deos em aquelle feito mostrara, nom eram pera teer em joguo .s. a grande pestenemça que dias auia que amdaua amtrelles, polla quall ja falleçeram mujtas e boas pessoas. E o segumdo fora o cris do soll, que foi amte alguũs dias da morte da Rainha, em tamanho graao como amte na memoria daquelles que emtam eram, nem depois ataa este presemte numca foy uisto. ca duas oras continuadas esteue cuberto per tall guisa, que pareciam todallas estrellas, e assy todollos outros sinaaes do çeo, que geerallmente pareçem depois que o soll passa ho oçidimtall orizom, e o crespucollo nos traz a escuridade da noute. E o terçeyro foy a morte da Rainha, que sobre todo era mais semtida» (CTC, cap. XLVII, p. 144).

³⁹⁴ CDJI-I, cap. CXI, p. 187.

feitos, dizendo todos com gram sabor que assy como aquell corço morera, que assy sperauom em Deus que seria el-Rey de Castella presso ou morto na temda del-Rey, e outras taes razões»³⁹⁵.

Mudando de cenário e de reinado, reportemo-nos agora à malograda expedição a Tânger, onde se anteviu a desgraça lusitana por meio de um pequeno sinal que ocorreu durante o primeiro embate entre cristãos e muçulmanos:

«aconteceo neste dia huia cousa, que pareceo agoyro e nam boõ sinal, que foi que, em desfaldando as Bandeiras, soo a do Ifante Dom Anrique se rompéo, e a levou o vento, atee a áste, em pedaços: sobre que logo ouve murmuraçom que nom dava pera o fecto boa esperança, espicialmente veendo a Cidade tam percebida, na qual estava por Senhor e Capitam Çala Bemçala ... e com elle sette mil Mouros de peleja; antre os quaaes, em espicial, avia muitos Beesteiros de Graada»³⁹⁶.

Estes são apenas alguns dos muitos exemplos de presságios e superstições que encontramos nas Crónicas. Aproveitavam-se, assim, fenómenos naturais, ‘visões’ (provavelmente resultantes do poder de sugestão e do medo), catástrofes e outros acontecimentos inesperados para reforçar as vitórias, ou para justificar as derrotas.

É possível, ainda, identificar um conjunto de elementos que funcionariam como incentivo e auxílio para os combatentes envolvidos numa operação militar. Desde logo a presença do rei ou de um grande comandante à frente da hoste.

Depois a bebida, o vinho, que circulava pelos acampamentos serviria como estímulo para combater. O consumo de vinho era aconselhado, pois era bastante eficaz a eliminar certas bactérias que podiam surgir na água e que provocavam disenteria e diarreia³⁹⁷; na generalidade dos cenários de guerra, o vinho era, não só bastante apreciado, mas também considerado como uma «bebida indispensável para os combatentes, tanto pelo seu valor nutricional quanto pelas suas qualidades higiénicas relativamente à água»³⁹⁸. Por outro lado, o vinho podia também servir como anestesia, aliviando as dores provocadas pelos ferimentos, permitindo assim que os combatentes continuassem a lutar. Quando Fernão Lopes apresenta a discussão entre D. João I e Nuno Álvares Pereira sobre cercos e batalhas (ocorrida durante o cerco de Coria de 1386), refere-se que muitas doenças atingem as hostes porque os homens «bebem augua em vez de uinho»³⁹⁹. Mas tudo tem uma contrapartida, e a embriaguez era o risco que assim se corria. John Keegan diz-nos que em Agincourt é natural que «se bebesse dos dois lados durante o período de espera e [é] muito provável que muitos soldados de

³⁹⁵ CDJI-II, cap. XXXIII, pp. 70-71.

³⁹⁶ CDD, cap. XXIV, p. 543.

³⁹⁷ ROGERS, Clifford J., *Soldiers Lives Through History... op. cit.*, p. 94.

³⁹⁸ SETTIA, Aldo A., *Rapine, assedi, battaglie... op. cit.*, p. 268.

³⁹⁹ CDJI-II, cap. LXXVII, p. 177.

ambos os exércitos se tenham enredado na escaramuça corpo a corpo num estado pouco sóbrio, para não dizer num estado de perfeita embriaguez»⁴⁰⁰.

Esta é uma imagem que não é impossível de reconhecer no Portugal medieval. Encontramos alguns exemplos de referência a bebida nos acampamentos, como na expedição que culminou com a vitória de Valverde (início de outubro de 1385), na qual foi muito o alvoroço no acampamento português em virtude do excessivo consumo de vinho; explica o cronista régio que «se foy o condestabre ao Almendral a dormir. E aquella noyte foy grande volta antre a gente do arrayal pollos muytos vinhos qye hy acharom, polla quall cousa o condestabre foy em grande cuydado e lhe pesou muyto»⁴⁰¹. Adivinha-se também uma crítica ao abuso do álcool durante as operações militares nas palavras de Zurara, quando este conta que os Mouros «os mais delles não uzaõ vinho, [e por isso] trazem os entendimentos mais puros, e mais dispostos, que os outros, que se regem pelo contrario, e por ello ham razaõ de melhor conhecer as cousas, do que fariam se d'outra guiza uzassem»⁴⁰². A abundância do vinho entre os militares em campanha também se pode entrever nas queixas dos procuradores concelhios em reuniões de Cortes, quando se fala no não pagamento das requisições régias (compulsivas) de vinho para as campanhas militares, como se vê nas Cortes de Lisboa de 1439, onde os procuradores de Faro pedem que aos moradores da dita vila fossem pagos os vinhos que por ordem do infante D. João se lhe haviam tomado para a armada de Tânger⁴⁰³.

O contacto permanente com a violência e a morte, por vezes, tornava o combatente insensível e indiferente ao horror e, por isso, ele próprio mais violento e até algo imprevisível. A insensibilidade dos combatentes era, por via de regra, consequência do ambiente de guerra, extremamente violento. Matar configurava «uma actividade do quotidiano, onde os escrúpulos deixavam de constituir um factor inibidor do comportamento agressivo dos homens»⁴⁰⁴. No entanto, esta insensibilidade podia também significar que o combatente, por se entregar de ‘corpo e alma’ à causa militar, se alheava de todos os medos e perigos a que estava sujeito. Na descrição da campanha de D. Dinis em Castela, por ocasião da crise de sucessão de Sancho IV, em 1296, diz-nos o cronista que

«Muy grandes praguas e cousas asperas de sofrer, se punham as gemtes dambas partes [Portugueses e Castelhanos] por vingarem sua sanha ... fazendo dos extremos grandes cavalgadas nas terras dos jnmjguos, destroyndo e matando e trazendo grandes roubos, em gujsa que em todos os lugares omde

⁴⁰⁰ KEEGAN, John, *O Rosto da Batalha... op. cit.*, p. 86.

⁴⁰¹ CC, cap. LIII, p. 124.

⁴⁰² CDPM-I, cap. XXI, p. 66.

⁴⁰³ CP-AV, 1439/Lisboa - artigo especial: Faro / cap. n.º 3, p. 267.

⁴⁰⁴ MONTEIRO, João Gouveia e SILVA, Vasco Jorge Rosa da, *A vivência da guerra... op. cit.*, p. 37.

gemtes achauom que cercados não erom, não ficaua cousa que destroyda não fose ... Nem valyom as jgregas (sic) aqueles que se em elas acolhyom, e aly erom roubados e mortos como em qualquer lugar outro. E asy lhes punhão foguo e as queymauom, como faziom as outras casas, em gujsa que açaz delas foram queymadas e mujtas aldeas e lugares e castelos destroydos, e mortas mujtas gemtes e catiuas em eles»⁴⁰⁵.

Dentro deste espírito, na *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, Zurara escreveu:

«Como diz Vegecio, que os cavallos, que continuam as guerras se fazem mais ferozes, e por tempo tornaõ a ser bravos, e mãos de reger: assy as gentes, que ficáraõ em aquella Cidade, depois que uzárom aquellas pelêjas, anojavam-se muito quando estavaõ alguns dias, em que naõ podiaõ obrar em seu exercicio»⁴⁰⁶.

De salientar também a possibilidade de as adversidades encontradas poderem acicatar o ânimo dos combatentes. Por exemplo, a fome e o frio podem ter servido de desafio e de incentivo a uma marcha mais acelerada, na esperança de alimento e agasalho.

Não foi por vontade própria que o comum homem medieval fez a guerra. Por via de regra, integrava a hoste constrangido por uma qualquer obrigação e transformava-se em combatente sem qualquer tipo de preparação prévia (a não ser a resultante de uma eventual participação em campanhas anteriores). A coragem para se manter de pé e avançar para o desconhecido ia-se buscar ao fundo da alma, com todo o tipo de subterfúgios. Fosse sonhando num possível enriquecimento, fosse evitando pensar numa eventual morte, o quotidiano alterava-se radicalmente, em simultâneo com a mudança da paisagem. A religião, as crenças, as superstições, os presságios, serviam como fiéis companheiros no penoso caminho para o desconhecido. E a bebida, pouco a pouco, obscurecia a dura realidade.

⁴⁰⁵ C7PR/II-D, cap. X, p. 38.

⁴⁰⁶ CDPM-I, cap. XXXVII, p. 123.

4. Os Portugueses e Portugal no rescaldo da guerra

Ontem como hoje, a guerra faz vencedores e vencidos, feridos e mortos, captores e cativos/prisioneiros. Esta dualidade, intrínseca a qualquer conflito militar, cria nos seus participantes expectativas e receios que (na maioria dos casos) moldam o seu comportamento. O futuro de qualquer combatente medieval, e mesmo dos não combatentes, é ditado em função do desfecho deste “jogo brutal”, praticado à laia de duelo judiciário num tribunal presidido por Deus. Neste derradeiro capítulo pretendemos dar uma ideia acerca do final da guerra e das suas consequências: vitória ou derrota; prisioneiros de guerra; a questão dos cuidados médicos. Por fim, tentaremos perceber o que significava regressar à normalidade, questionando/discutindo o que isso representava.

4.1. Vitória *versus* derrota

O final de uma operação militar traduz-se numa miríade de emoções para quem nela participa. A vitória e a derrota, cada uma no seu extremo, provocam um forte impacto emocional nos combatentes, que experienciam sentimentos antagónicos. A alegria e euforia dos vencedores⁴⁰⁷ contrastam com a tristeza, o pânico e o desespero dos vencidos⁴⁰⁸. Em boa verdade, uma vitória e uma derrota nem sempre significam o final da guerra, muitas vezes representam apenas uma etapa. Por outro lado, uma aparente vitória pode transformar-se numa derrota em virtude de um contra-ataque bem sucedido, ou *vice-versa*. Sobre isto, diz-nos o *Regimento da Guerra* que se deve manter a ordem na hoste para evitar receber «grande dampno, porque de vencedores tornavam [facilmente] a seer veêcidos»⁴⁰⁹.

⁴⁰⁷ A 25 de maio de 1385, vencida a batalha de Trancoso, «com gram prazer e ledice tornarom-sse os capitaães portugueeses, cada huum com suas gentes, pera os logares dhu partirom» (CDJI-II, cap. XXI, p. 44). E depois de tomada a praça de Ceuta (1415), na frota que regressava a Portugal, os combatentes faziam «desuayrados soõs em seus estromentos, como aquelles que a doçura da uitoria e a esperamça que traziam de ueer sua terra e seus amigos e parentes, fazia os corações mujto allegres» (CTC, cap. CI, p. 266).

⁴⁰⁸ Derrotados na veiga de Trancoso, os castelhanos foram «vencidos e mortos todos, de guisa que dos homeens darmas nom escaparam nenhuuns, saluo os genetes e muytos dos pages que estauom nos cauillos e alguuns homeens de pee que fugirom per esses montes» (CDJI-II, cap. XXI, p. 44). E em Ceuta, durante a primeira noite da praça em mãos dos portugueses, «piadosa cousa era douir os gemidos daquelles mouros, depois que forom afastados da sombra dos muros da sua çidade ... uijnham amedorentados da mortijmdade, que uirom fazer em seus uezinhos e parentes». Separados pela confusão do ataque, chamavam uns pelos outros para saberem da sorte dos seus: «... as madres chamauam os filhos, e os maridos as mulheres, e aquelles que sse açertauam de sse acharem, tijnham alguũ rremedio pera seu conforto, ajmda que lhe mujto nom podesse durar, porque a nembramça de sua perda geerall nom podia esqueçer por outra nehuũa cousa de melhoria por grande que fosse, e sobre todo nom auia hi alguũ, que nom teuisse em sua parte que chorar, porque a huũs falleçiam filhos, a outros molheres e amigos, e taaes sse açertauam alli, a que falleçiam todos» (CTC, cap. LXXXIX, pp. 237-238).

⁴⁰⁹ RG, 33, p. 296.

No presente ponto, procuraremos dar uma ideia do que representaram as vitórias e as derrotas para os combatentes. Seguindo as fontes, colocaremos em relevo os procedimentos, rituais, preocupações e consequências inerentes a cada uma destas situações.

Na vitória como na derrota, o comandante assume um papel de destaque. A descarga de adrenalina que o combate provoca nos seus participantes torna-os (ainda) mais difíceis de controlar. O comandante terá que ser extremamente habilidoso para conseguir controlar, por um lado, uma hoste vitoriosa, na ânsia de pilhagem e de vingança; ou, por outro, um exército derrotado, fustigado pelo medo e tendo apenas em mente a fuga rumo à sobrevivência.

Atentemos na hoste vitoriosa. Expulsar o adversário do cenário do conflito não era tarefa fácil, «o ardor dos combates e a sede de sangue de uma luta de vida ou morte faziam com que muitos soldados atuassem sob a influência de um instinto aniquilador»⁴¹⁰ que era preciso conter. Percebendo a vitória, era necessário controlar as perseguições desenfreadas e as matanças indiscriminadas. Nos derradeiros momentos de uma operação militar tornava-se imprescindível garantir a vitória, evitando o reagrupamento do exército inimigo e um possível contra-ataque. Segundo Vegécio «aquele que persegue imprudentemente com os seus homens dispersos deseja oferecer ao adversário a vitória que ele próprio alcançara»⁴¹¹. Jean Froissart relata-nos que, no desfecho da batalha de Aljubarrota (1385), D. João I terá agido em conformidade com esta premissa: quando os Ingleses se aperceberam da fuga dos Castelhanos gritaram «todos à caça; todos os que fogem, ou a maior parte, serão apanhados ou mortos, e assim o rei, se os perseguirmos» ao que o monarca, cautelosa e prudentemente, respondeu...

«... não o faremos ... deve bastar-nos o que feito havemos; os nossos homens estão lassos e cansados, e é já noite – não saberíamos por onde ir. E mesmo que fujam, ainda são muitos; fazem-no para nos levarem para fora do nosso campo e nos terem à sua mercê»⁴¹².

O final de um confronto era propício à matança e à destruição, tornando-se essencial precaver perdas valiosas nesses instantes de “cegueira mortal”. No final do cerco de Silves (1189), segundo a *Crónica de D. Sancho I*, os Portugueses estranharam o comportamento dos cruzados, pois, conquistada a praça e depois de saqueada, «aquelas jemtes estranjeyras ... puserom o foguo a todo al que ficou»⁴¹³, preferindo incendiar a cidade a aproveitar o que a custo haviam conquistado. No final da batalha do Salado, num episódio a que já aludimos,

⁴¹⁰ McGLYNN, Sean, *A hierro e y fuego... op. cit.*, p. 219.

⁴¹¹ VEG-CAM/III, cap. XXVI, p. 327.

⁴¹² CJF, Livro III, cap.21, §43, p. 48.

⁴¹³ C7PR/I-SI, cap. IV, p. 155.

perdeu-se uma ótima oportunidade de resgate com a morte «Fatima Tuneçya, molher prymcypall delRey Alyboaçem ... De que aos Reys Christãos muyto pesou»⁴¹⁴.

Vencida que estava a refrega, tratavam-se os feridos⁴¹⁵ e sepultavam-se os mortos⁴¹⁶. Arrecadava-se também o saque, que por vezes era significativo, conforme já referimos e demonstrámos no ponto 3.6.. Providenciava-se, ainda, a guarda dos prisioneiros: em Ceuta, na primeira noite após a conquista (1415), a alguns dos combatentes foi atribuída a proteção dos «prisoneiros, sobre cuja guarda sse puynha grande delligemçia, huïs leuamdo aas gallees, outros metemdo em taaes prisoões, per que teuessem delles seguramça»⁴¹⁷.

Por vezes, os homens dispersavam antes de estarem autorizadas a fazê-lo. Por exemplo, naquele 21 de agosto de 1415, diz-nos Zurara que, entrada que foi a praça de Ceuta...

«de quamtos primeiramente aballaram com o Iffamte ... nom eram alli com elle mais que dez e sete, porque os outros ... sse partiram cada huïs pera sua parte, ca huïs tiraua a cobijça do rroubo, a outros a grande sede que auiam, porque toda sua uiamda era sallgada, e a grande força do soll secaualhes as humidades dos corpos, e faziaos mujto a meude buscar os poços, homde sse nom podiam auer fartos dagua, outros auiam as compreissoões molles e delicadas, e nom podiam sosteer lomgamente a força do trabalho, e tirauamsse a fora»⁴¹⁸.

O rescaldo da operação militar seria vivido de forma um pouco diferente consoante o combatente fosse de um estrato social mais elevado ou menos elevado⁴¹⁹. De acordo com a *Crónica da Tomada de Ceuta*, enquanto das “gentes do povo”...

«... huïs se ocupauam de fazer trouxas [das] cousas que apanharam, outros estauam jguallamdo suas partilhas com aquelles que primeiramente traziam comserua, outros amdauam cauamdo as casas, omde achauam a terra mouediça, e faziam nellas muy grandes foyos, pemssamdo dacharem alguñas rriquezas soterradas ... outros temtauam as alturas das aguas que jaziam nos poços, e metiamsse neellas, apallpamdo com os pees pera ueer se poderiam ajmda achar alguñas rriquezas sobre aquellas que ja tijnham ... Os nobres homeês ... nom curauam doutra cousa, senam despemder o tempo que lhes o sono nom ocupaua os sentidos, em rrecomtar a grandeza daquella uitoria, e huïs louuauam os gollpes que açertaram de ueer a seus amigos, ou os aqueçimentos que oueram, outros cullpauam alguñ estoruo se

⁴¹⁴ C7PR/II-AIV, cap. LXII, p. 346.

⁴¹⁵ Assunto a que voltaremos mais adiante.

⁴¹⁶ Tema a que já aludimos no ponto 3.5..

⁴¹⁷ CTC, cap. LXXXVIII, p. 236.

⁴¹⁸ *Idem*, cap. LXXIX, pp. 216-217.

⁴¹⁹ A diferença não seria tão grande quanto nos querem fazer acreditar os cronistas. A leitura destas passagens deve ser cautelosa e consciente de que se escrevia para a nobreza, enaltecendo os seus feitos, muitas vezes por contraponto com a vil gente comum.

lhe aqueçera, per que perderam alguũ gollpe que poderam fazer, outros estimauam a multidam dos mortos quantos seriam, sobre cujo numero eram desuayradas openioões»⁴²⁰.

Depois de uma batalha, era costume o exército vencedor manter-se no terreno por três dias, para que não restassem dúvidas relativamente à vitória. Nas crónicas podemos recolher vários testemunhos deste ritual. Vencida a batalha de Ourique (1139), D. Afonso Henriques manteve-se «tres dias no campo como he de costume fazerem os Reis»⁴²¹. No final da batalha de Aljubarrota (1385), D. João I «esteue tres dias no campo segundo custume de taaes batalhas»⁴²². E, terminada a batalha de Alfarrobeira (1449), D. Afonso V «comprio ally no campo os tres dias, que pera cirimonia do vencimento da batalha lhe fizeram crer que eram necessarios»⁴²³. Nem sempre se cumpria o costume, mas cremos que na maioria dos casos se terá procurado respeitar o ritual para deixar claro a quem tinha cabido a posse do campo. Já no final de um assédio, tomada a praça, era necessário garantir a manutenção da conquista. Assim, organizavam-se as defesas, com o estabelecimento de guarnições, e reparavam-se e reconstruíam-se edificios e muralhas, destruídos durante os combates. Nalguns casos, considerando a dificuldade de manutenção da praça, ela era saqueada e abandonada pelos seus captosres. Foi o que aconteceu em Braga, em agosto de 1369 (primeira guerra fernandina): sem expectativa de socorro e não tendo condições para manter a sua defesa, ‘entregou-se’ por preitesia a D. Henrique de Trâstamara que a cercava. O monarca «entrou dentro em ella com todollos seus ... e depois que el-rrei hi esteve hũus seis dias, veendo como era maa de manter, desi a terra gastada de mantiimentos, poserom-lhe fogo e forom-sse a Guimaraães»⁴²⁴.

Por regra, uma vitória implicava a destruição dos símbolos do poder adversário, como bandeiras e estandartes. Para os vencidos, isto representava uma terrível humilhação. Da batalha do Salado (1340) foram trazidas para Portugal, em sinal de triunfo, «cymquo bamdeyras de Mouros, prymcipaes, que foram tomadas na batalha, ... e postas na jgreja mayor de Lixboa»⁴²⁵. Fernão Lopes diz que, em Aljubarrota, Antão Vasques se aproximou de D. João I, que descansava, «emvorjlhado na bandeira del-Rey de Castella»⁴²⁶ e dançando, numa atitude que demonstra desprezo e desdém pelo adversário acabado de derrotar.

⁴²⁰ CTC, cap. LXXXVIII, pp. 235-236.

⁴²¹ CDAH, cap. XVIII, p. 69.

⁴²² CDJI-II, cap. XLVI, pp. 110-111.

⁴²³ CDAV, cap. CXXVIII, p. 756.

⁴²⁴ CDF, cap. XXXIII, pp. 109-110.

⁴²⁵ C7PR/II-AIV, cap. LXII, p. 346.

⁴²⁶ CDJI-II, cap. XLV, p. 107.

No final de uma operação militar bem-sucedida, a hoste era reagrupada e, depois de tomar posse do campo/prança/fortaleza, abandonava o local da peleja. É possível que, nalguns casos, os comandantes falassem aos seus homens, valorizando o esforço comum e agradecendo a vitória a Deus, a Jesus Cristo, à Virgem, aos Santos... Zurara conta que o conde D. Pedro de Meneses, depois de repelir um ataque mouro à praça de Ceuta (1416), de agradecido que estava aos homens que o apoiaram no combate, disse-lhes, entre outras coisas:

«eu vos agradeço muy muito vosso grande trabalho, e boas vontades; e porque eu per mim nom posso satisfazer ao grande galardão, que vós per esto mereceis, escrepvello-ey a aquella que he poderoso de vollo dar»⁴²⁷.

Se a operação representasse o final da guerra, acuteladas todas as atividades inerentes à sepultura dos mortos, tratamento dos feridos, logística dos prisioneiros e distribuição do saque, a hoste era desmobilizada. Se o confronto não correspondesse ao final da campanha, mas correspondesse a uma etapa intermédia, (re)organizava-se a coluna de marcha e avançava-se rumo ao objetivo inicialmente delineado⁴²⁸.

Reportemo-nos agora a uma hoste derrotada. A perceção de que o resultado estava contra si chegava ao combatente de diferentes formas; por exemplo, numa batalha, através da queda de bandeiras, de pendões e de estandartes, ou então pela morte ou fuga do comandante⁴²⁹; num cerco, logo que as reservas de mantimentos e de água escasseavam, ou quando se tornava clara a incapacidade para manter a defesa da praça⁴³⁰. Estes eram momentos de terror, de desorientação e de muitas dúvidas... No campo de batalha, a hoste derrotada era invadida pelo pânico e, descontrolados, os combatentes iniciavam uma fuga pela vida. Em 1339, no âmbito do avanço muçulmano pelo Sul da Península liderado por Abu Malik, depois de

⁴²⁷ CDPM-I, XXXVI, p. 122.

⁴²⁸ ROGERS, Clifford J., *Soldiers Lives Through History... op. cit.*, pp. 227-228.

⁴²⁹ Na batalha dos Atoleiros, percebendo a derrota, alguns dos maiores de Castela fogem do campo, entre eles o Almirante contra quem alguns retorquiram, «que desse volta e tornasse aa pelleja ca assaz erã de gemtes pera elles; e ell rrespondeo aos que lho deziam e disse: 'Homem morto nom troba solldo. Amde a bamdeira e vaasse, ca depois que homem hũa vez he desbaratado, mall torna outra vez aa batalha'» (CDJI-I, cap. XCV, p. 160). Na batalha de Aljubarrota, quando «a bandeira de Castella foy derybada e o pemdom da diuysa com ella ... alguuns dos castellaãos começaram de uoltar atras. Os moços portugueses que tijnam as bestas, e muytos dos outros que eram com elles, começaram altas vozes braadar e dizer: 'Ja fogem! Ja fogem!' E os castellaãos, por no(m) fazer delles mentirosos, começaram de fugir cada uez mays» (CDJI-II, cap. XLII, p. 99). Continuando uma parte do exército a combater, a 'machadada final' foi dada quando D. Juan I se pôe em fuga; nesse momento, «vendo os castellaãos que seu senhor auja fogido e que a batalha de cada parte se vemçia, perduda toda esperança, sem vomtade de majs ferir, começaram todos de voltar atras e desemparar o çampo» (*Idem*, cap. XLV, p. 106).

⁴³⁰ Durante a campanha no Minho (na primavera de 1385), levada a cabo por D. João I e pelo seu Condestável, o alcaide de Viana entregou a cidade ao conde quando percebeu que era impossível manter a sua defesa: «o alcayde em se defendemdo, deram-lhe com huum viratam pello rostro; e semtindo-se ferido e as portas da uilla que ardiam ... emtendeo que nom auia em elle conselho se nom seer entrado per força. E nom o podendo mais soffrer, pretextou que cesassem do combate, e que saysse elle e os outros em saluo com todo o seu, e que lhe daria o logar. E ao Comde aprougue dello, e ouue logo a posse delle» (*Idem*, cap. VII, p. 16).

alguns enfrentamentos os Castelhanos levaram a cabo um bem-sucedido ataque surpresa ao acampamento muçulmano, nas margens do rio Barbate. Os mouros, desorientados com a audácia dos cristãos e vendo que não tinham possibilidade de vitória, fugiram em pânico deixando sem proteção, o seu comandante (herdeiro do trono *beni-merine*):

«os Mouros ... que escapavam de mortos e catyuos [puseram-se em fuga] ... contra Alljazyra, sem allguma lembrança da salluaçam do Ifamte Abomelyque, seu senhor, que a pee e desemparado fficou no arayall. O quall asy a pee, querendose acolher e salluar na sera, ele asy / de muyto / camsado, nom pode, e ficou escomdido em humas ballsas pequenas, lamçado em forma de morto. Homde, sem o conheçer, porque mudou os vestydos, o topou um Christão, que por lhe semtyr allgum espirito e vyda no corpo, querendo acaballo com a morte, que com ferro de Christãos ajmda nam hera nele começada, lhe deu duas lamçadas»⁴³¹.

Conta-nos Fernão Lopes (num excerto a que já aludimos a propósito do medo) que, em Aljubarrota, quando os Castelhanos perceberam que D. Juan I se pusera em fuga e que tinham ficado à sua mercê, desencadearam uma fuga desorientada e desesperada e...

«... ally vyrees huuns caualgar nas bestas que percalçar podiam, sem pregumtamdo cujas eram, por se trigosamente poer em saluo. Outros se descaregauom das armas que vestidas tinham por mais ligeiramente poder fugir, delles er fugimdo a pee hiamsse desarmando por corer mais leue pera poder escapar. Muitos outros voltauom os jaques, o de demtro por de fora, por nom serem conheçidos; mas depois o fallar da lingua mostramdo sua naçom era aazo de seu acabamento. Os que eram mal emcaualgados e outros com muyto camsanço nom podiam fugir aa sua vomtade, e com o grande medo saiam-se das estradas e metiam-sse per esses matos; e porque nom sabiam o caminho amdauom dhuuma parte a outra»⁴³².

Nestas fugas pela vida, muitas vezes se encontrava a morte, fosse às mãos de soldados, fosse de civis. O final de uma batalha gerava perseguições ferozes que não deixavam grande alternativa aos derrotados. Como refere Georges Duby, «é durante a retirada que os grupos armados são mais vulneráveis»⁴³³. Nesses momentos, de costas voltadas para o inimigo, o combatente derrotado larga as armas e empreende uma corrida desorientada e desgovernada, vulnerável aos ataques dos perseguidores. A derrota transforma o combatente em presa, perseguida pelo vitorioso. Na batalha do Salado, os homens que compunham a hoste do rei de Granada, «vemcydos ja de todo, por salluarem as vydas, começaram a ffogir... Em cujo emcallço os Purtugueses seguymdo, mataram muytos deles, que heram sem comto»⁴³⁴. Em

⁴³¹ C7PR/II-AIV, cap. LIII, p. 306.

⁴³² CDJI-II, cap. XLV, p. 106.

⁴³³ DUBY, Georges, *Uma Batalha na Idade Média... op. cit.*, p. 119.

⁴³⁴ C7PR/II-AIV, cap. LXII, p. 341.

muitos casos, estas fugas do campo originavam horríveis carnificinas, com os vencedores a descarregarem nos vencidos todo o ódio e medo acumulados durante o confronto, numa vingança avassaladora.

Num assédio, a derrota podia significar a entrada pela força⁴³⁵, ou a rendição⁴³⁶. No caso das investidas forçadas, foi bastante comum que, tendo havido resistência em negociar, ocorressem verdadeiros massacres junto da população derrotada. Foi este o caso do ataque luso-inglês a Lobón, na primavera de 1382, no âmbito da terceira guerra fernandina: «polla fraqueza do logar e pollo fogo que lhe poserom aas portas foram logo entrados per força ... e matarom d'elles e outros fोगirom e algũus levarom cativos, e derribarom o logar todo»⁴³⁷.

Em alguns casos, o cerco nem chegava a ser instalado pois, admitindo que não tinham condições para se defenderem, os responsáveis pelos lugares rendiam-se sem dar luta. Assim aconteceu com Cascais (1373), para onde o conde D. Afonso, filho de D. Henrique II de Castela (que cercava Lisboa), avançou e «as poucas gentes d'elle, que o deffender nom [podiam], derom-lho logo sem outra pelleja que hi ouvesse»⁴³⁸. Por vezes, a rendição era antecedida por momentos de verdadeira agonia, em nome da lealdade para com o senhor da praça. Foi o que aconteceu com o alcaide de Coimbra, Martim de Freitas (no episódio a que já aludimos no ponto 3.2., relativo ao cerco a Coimbra levado a cabo pelo conde de Bolonha, no âmbito da Crise de 1245-1248), que não entregou a praça até se certificar da morte do seu rei e senhor (para esse efeito viajou até Toledo, com autorização do conde D. Afonso)⁴³⁹. Noutros casos, sendo isso possível, pedia-se conselho ao monarca sobre como proceder, como no caso do cerco de Almada de 1384. Desesperadas, sedentas e famintas, as gentes daquele lugar pediram ao Mestre de Avis conselho sobre a melhor atitude a tomar, uma vez que da maneira que estavam já não conseguiam continuar. O Mestre, ele próprio cercado, indicou-lhes «que preitejassem com elRei de Castella o melhor que podessem, e lhe entregassem o logar»⁴⁴⁰, como realmente fizeram⁴⁴¹. Nalguns casos, as rendições não foram bem aceites pelos monarcas. D. Fernando, por exemplo, manifestou desagrado com os habitantes de Braga e de Bragança por se terem rendido a D. Henrique, na primeira guerra fernandina. Conta-nos Fernão Lopes que «El-rrei dom Fernando, quando soube como sse Bragaa dera, ouve gram

⁴³⁵ A entrada pela força podia resultar diretamente dos combates ou da traição de um dos elementos da praça, que podia permitir a entrada do exército invasor, por exemplo, através de uma porta deixada entreaberta.

⁴³⁶ Para o presente ponto, englobamos no conceito de rendição o acordo negociado («preitesia»).

⁴³⁷ CDF, cap. CXLIX, p. 520.

⁴³⁸ *Idem*, cap. LXXVII, p. 269.

⁴³⁹ C7PR/I-SII, cap. IX-X, pp. 238-242.

⁴⁴⁰ CDJI-I, cap. CXXXVII, p. 238.

⁴⁴¹ *Idem*, cap. CXXXVI-CXXXVII, pp. 236-238.

queixume dos do logar, dizendo que sse poderom mais manter se quiserom, moormente que ell se fazia prestes pera lhe hir acorrer»⁴⁴². O mesmo cronista refere ainda que...

«... ouve el-rrei dom Fernando mui grande queixume dos moradores de Bragança e de Vinhaaes e dos outros logares que el-rrei dom Henrique tomou ... dizendo que per sua culpa lhos derom, podendo-se deffender per maior espaço, e deu os bães d'algũus aaquelles que lhos pediam; os quaaes se ouverom por mui agravados, dizendo que culpava elles porque sse davom tam aginha, nom se podendo mais deffender, aos emmiigos, e nom culpava a ssi que lhes nom acorria, podendo-o mais bem fazer»⁴⁴³.

Depois de uma derrota, cabia ao comandante levantar o moral dos seus combatentes, o que não era tarefa fácil. Era necessário ultrapassar a sua própria frustração e falar aos seus homens sobre o desaire, num misto de esclarecimento, repreensão e encorajamento. Geralmente, procurava-se justificar a derrota valorizando o poder do inimigo.

Vitória e derrota faziam parte do quotidiano do exército medieval e ocupavam a mente do combatente num misto de expectativa (de vitória) e de medo (de derrota).

4.2. Prisioneiros de guerra

Na guerra medieval, os prisioneiros eram frequentes. Na maioria dos casos resultavam da captura durante uma operação, mas também encontramos casos de rendição ao adversário⁴⁴⁴. Considerando as ações militares levadas a cabo em Portugal na Idade Média (cf. supra: 1.1.), facilmente identificamos nas fontes compulsadas episódios que resultaram na feitura de prisioneiros. Vejamos alguns exemplos. A Batalha de Ourique (1139) originou «grandes presas douro, prata, prisoneiros e guaados»⁴⁴⁵ com que D. Afonso Henriques regressou a Coimbra. No âmbito da campanha de Dinis em Castela, por alturas da crise de sucessão de Sancho IV (1296-1297), em resultados das «grandes cavalgadas nas terras dos jnmjguos ... foram queymadas ... mujtas aldeas e lugares e castelos destroydos, e mortas mujtas gentes e catiuas em eles»⁴⁴⁶. No decorrer da guerra luso-castelhana que opôs Afonso IV ao seu genro Afonso XI, em 21 de julho de 1337 a frota portuguesa foi derrotada na batalha naval do Cabo de São Vicente, tendo sido «presos todos los Portugueses que da peleja escaparon vyuos»⁴⁴⁷. Durante a terceira guerra fernandina, na primavera de 1382, o exército luso-inglês atacou na Extremadura castelhana «hũu castello que chamom Lobom ... polla fraqueza do logar e pollo

⁴⁴² CDF, cap. XXXIII, p. 110.

⁴⁴³ *Idem*, XXXVI, p. 120.

⁴⁴⁴ Um combatente que se rendia ao adversário procurava, sobretudo, garantir a sua sobrevivência (o que, como veremos, nem sempre acontecia). Este ato de desespero era muitas vezes entendido pelos companheiros como um ato de cobardia.

⁴⁴⁵ CDAH, cap. XVIII, p. 70.

⁴⁴⁶ C7PR/II-D, cap. X, p. 38.

⁴⁴⁷ C7PR/II-AIV, cap. XXXIX, p. 265.

fogo que lhe poserom aas portas foram logo entrados per força ... e matarom d'elles e outros fोगirom e algũus levarom cativos»⁴⁴⁸. Portanto, batalhas campais, cavalgadas, guerra naval e de cerco, todas elas pressupunham a captura de prisioneiros.

Para o período que estamos a trabalhar, devemos distinguir entre «cativos» e «prisioneiros». Os *cativos* eram as vítimas de conflitos entre gentes de crenças religiosas diferentes, mormente cristãos e muçulmanos. E os *prisioneiros* eram os que perdiam a liberdade no âmbito de guerras entre cristãos⁴⁴⁹. Desta distinção ressalta uma primeira ideia: em teoria, os prisioneiros estavam numa condição mais favorável relativamente aos cativos pois encontravam-se de alguma forma protegidos pelas convenções inerentes à Cristandade. Uma vez que, nas fontes que estamos a utilizar, nem sempre é levada em conta a distinção apresentada, no presente ponto utilizaremos de uma forma global a expressão “prisioneiro”, apenas utilizando aquela distinção quando esta se mostrar relevante.

Na Idade Média, até finais do século XIV, ainda não existiam grandes prescrições sobre a proteção dos prisioneiros de guerra. Nas palavras de João Gouveia Monteiro e Vasco Silva, «não havia ainda qualquer tipo de convenção internacional que protegesse os presos de guerra»⁴⁵⁰. A legislação coeva apenas dava indicações sobre a sua posse, guarda e inclusão no saque a distribuir⁴⁵¹. Desta forma, aos prisioneiros e, sobretudo, aos cativos não eram reconhecidos praticamente nenhuns direitos legais ou de proteção, estando sujeitos aos interesses e boa vontade (ou não) dos respetivos captadores.

Não é difícil imaginar o quão dura era a vida de um prisioneiro e, simultaneamente, o quanto temiam os combatentes – e os não-combatentes – cair nesta condição. Muitos eram os riscos e os perigos que corriam, pois uma vez capturados ficavam à mercê do adversário. O cativo era sempre penoso e o cárcere nunca teria as condições (mínimas) desejáveis. A incerteza sobre o futuro, a ânsia de sobrevivência e a busca de resistência psicológica martirizavam o combatente agora subjugado. Olhemos com um pouco mais de pormenor para as inquietações com o aprisionamento que assolaram o combatente medieval.

No momento da captura, o prisioneiro vê-se confrontado com uma nova realidade... uma temível realidade! Os muitos receios que acumulou durante a campanha materializam-se subitamente. No novo quotidiano, tingido de cores negra e escarlate, o sofrimento é uma constante. A confusão do aprisionamento adensa-se com o início do percurso para um destino

⁴⁴⁸ CDF, cap. CXLIX, p. 520.

⁴⁴⁹ SILVA, Vasco – *Prisioneiros de Guerra no Portugal da Idade Média*. Porto: Edições Ecopy, 2007, p. 17; e LOPES, Alexandra – “Alfonso X, *Las Sietes Partidas*”. In AMADO, Teresa (coord.), *A Guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994, p. 158.

⁴⁵⁰ MONTEIRO, João Gouveia e SILVA, Vasco Jorge Rosa da, *A vivência da guerra... op. cit.*, p. 41.

⁴⁵¹ RG, 48-49, p. 301.

incerto. Os prisioneiros seguem numa marcha (por norma) a pé, muitas vezes sem nada que proteja os pés, vulneráveis a todo o tipo de elementos – o caminho irregular e pedregoso, as condições meteorológicas, por vezes extremas –, num compasso marcado sem atender ao seu ritmo. Era uma coluna desolada e desoladora. Muitas vezes iam presos com ferros ou cordas, o que tornava o avanço mais difícil e penoso, já que, com o passar do tempo, o roçar do ferro e da corda rasgava a carne já macerada. Depois da batalha de Aljubarrota, D. João I vai encontrar em Santarém «muytos que tomarom presos, os quaaes eram tantos que pasauom de mjll pessoas, e nom os podiam auer fartos daugua, porque o logar tem lomge e fragosa seruentia della; amte os leuauom ao Tejo a beber presos em cadeas e cordas como caães»⁴⁵².

Chegados ao destino, normalmente, os prisioneiros tinham à sua espera um lúgubre cárcere: de reduzidas dimensões, imundo, escuro, húmido, frio ou demasiado quente. Neste sinistro “alojamento”, os homens conviviam com pulgas, piolhos, baratas, ratos e dejetos... os seus e os de todos os que consigo partilhavam aquele espaço. Segundo Rui de Pina, o infante D. Fernando «com a aspreza do trato e máo catyveiro, que padeceo ... em huma mazmorra e prysam muy escura [e estreita] acabou neste mundo a vyda»⁴⁵³.

Desde a captura, a fome e a sede eram uma constante. Em Santarém, o grupo de prisioneiros castelhanos a que aludimos pediu ao monarca que os mandasse matar se não lhes conseguisse dar de comer, pois que de fome já pereciam⁴⁵⁴. Mal nutridos, sedentos, mal protegidos, sem higiene e sujeitos a todo o tipo de bactérias, os corpos frágeis dos prisioneiros ofereciam um campo fértil à proliferação de doenças. Não bastando isto, muitas vezes, por vingança, eram colocados no meio dos doentes de peste, como aconteceu no final do cerco castelhano a Lisboa, em 1384: «os Castellaãos por vimgamça e menemcoria que lhe nom prestava, lamçavom os Portugueeses prisuneiros que tragiam, com os que eram doemtes de tramas, por tall que morressem pestellemciaados»⁴⁵⁵.

Em cativo, os homens estavam sujeitos a represálias e a todo o tipo de agressões físicas e psicológicas. Quando em Torres Vedras foi descoberta a conjura contra o Mestre de Avis, no decorrer do cerco (meados de 1384 a meados de fevereiro de 1385), João Duque, alcaide da praça com voz por D. Beatriz, ao ver um dos traidores ser queimado por castigo, ...

«... com gram menemcoria que dello ouve, mamdou tomar huñs seis ou sete Portugueeses, homões de trabalho que tiinha presos, e mamdouhos todos deçepar das mãos e fanar dos narizes, e poer todallas mãos ao collo dhuñ delles, e mamdouhos assi ao Meestre; o quall veemdo sua desmesurada crueldade,

⁴⁵² CDJI-II, cap. LI, p. 126.

⁴⁵³ CDAV, cap. LXXXIII, pp. 690-691.

⁴⁵⁴ CDJI-II, cap. LI, p. 126.

⁴⁵⁵ CDJI-I, cap. CXLIX, p. 273.

mamdava lamçar na fumda do emgenho demtro aa villa os prisuneiros que tiinha castellaãos; desi husãdo mais de piedade que de rrigor de vingamça, ouve delles compaixom e mamdou que sse nom fezesse»⁴⁵⁶.

A tortura foi muitas vezes utilizada com vista à desmoralização e submissão dos combatentes aprisionados e a mutilação consumou-se para evitar que pudessem voltar a lutar⁴⁵⁷. Uma e outra eram também levadas a cabo como vingança, ou para aterrorizar os presos, desincentivando-os de revoltas ou de tentativas de fuga. Segundo o testemunho que João Fernandes Pacheco prestou a Jean Froissart, D. Juan I de Castela, na sua invasão de 1385, quando numa «escaramuça ou por outra razão, os Espanhóis [sic] prendiam algum Português, vazavam-lhe os olhos ou cortavam-lhe um pé ou um braço ou outro membro, e mandavam-no assim chagado para a cidade de Lisboa»⁴⁵⁸. Neste ambiente miserável e psicologicamente desgastante, a loucura era incessantemente temida e desejada. E, claro, a morte espreitava a cada segundo. Dificilmente se conseguia resistir durante muito tempo à fome, à sede, às agressões, à doença e ao desespero...

Aos prisioneiros podiam estar reservados vários destinos/objetivos. Os trabalhos forçados eram quase certos para quem caía em mãos inimigas. Em Santarém, pouco antes da sua conquista aos Mouros (em 1147)...

«... da parte do oriente fizeram os mouros carretar tamta terra aos christaãos que tijnham catiuos, com que emcheram de fumdo açima: e fizeram huñ outeiro de tall altura, que lhe poseram os mouros nome Allarpha, que quer dizer cousa jmgreme e temerosa: porque lamçauam per allj os que eram condemnados por semtemça aa morte: e hijam os corpos mortos teer ao fumdo aa rribeira do Teio»⁴⁵⁹.

Havia também a possibilidade de servidão, como refere Nuno Álvares Pereira no Conselho reunido antes da batalha de Aljubarrota. Diz o condestável que, conquistada Lisboa, «metel-la-ha el-Rey [de Castela] a roubo, como [praça] dimfies [de infieis], matando e desomrando quantos boons em ella achar, e dos outros vssara como seruos catiuos»⁴⁶⁰. A escravidão não era colocada de parte, mesmo a escravidão sexual. Cremos que foi este tipo de subjugação que em Córdova se temeu, no episódio narrado por Fernão Lopes a respeito do cerco levado a cabo por D. Pedro I de Castela, *O Cruel*, apoiado pelo rei mouro de Granada, no qual...

«... as donas e donzellas que eram na cidade ... [achando que esta era já tomada] sahiam aas rruas e praças, chorando escabelladas, pedindo mercee aaquelles senhores e cavalleiros que ouvessem d'ellas doo e piedade e nom as leixassem seer desonrradas e postas em cativeiro de mouros; e tantas lagrimas e gritos

⁴⁵⁶ CDJI-I, cap. CLXXIX, p. 335.

⁴⁵⁷ COLLINS, Randall, *Three Faces of Cruelty... op. cit.*, pp. 419-420.

⁴⁵⁸ CJF, Livro III, cap.21, §85, p. 72.

⁴⁵⁹ CDAH, cap. XXVII, p. 98.

⁴⁶⁰ CDJI-II, cap. XXX, p. 62.

e taes pallavras diziam, que nom avia homem que as ouvisse que nom ouvesse d'ellas compaixom e doo; o quall tanto esforço fez cobrar aos que dentro eram que rrijamente aderençarom pera aquell logar em que os mouros estavam, e pellejarom com elles assi de vontade que per força e maa seu grado lhe fizeram desemparrar o muro e os deitarom fora da cidade, matando d'elles muitos e outros cativando»⁴⁶¹.

Pelos prisioneiros se cobravam resgates e se trocavam outros presos. No tratado de Alcoutim, em março de 1371 (fim da primeira guerra fernandina), acordou-se «que todos prisioneiros que em esta guerra foram filhados fossem entregues de hũa parte aa outra sem rrendiçom nẽhũa, posto que avença tevessem feita com aquelles que os tinham em seu poder»⁴⁶². E também podiam servir como chantagem. Assim aconteceu no episódio a que já fizemos referência, no qual o escudeiro de Nuno Gonçalves, preso pelos Castelhanos, foi utilizado para tentar chantagear o seu filho que por si ficara no castelo, para que o entregasse em troca da vida do pai. No entanto, no derradeiro momento, o preso disse ao filho:

«... te mando, so pena de minha beençom, que o nom ... dees a nẽhũa pessoa se nom a el-rrei meu senhor que mo deu, ca por te perceber d'isto me fize aqui trazer; e por tormentos nem morte que me vejas dar nom ho entregues a outrem, se nom a el-rrei meu senhor, ou a quem to el mandar entregar per seu certo rrecado»⁴⁶³.

Os que o levavam preso, ouvindo isto, mataram-no ali mesmo.

Por vezes os prisioneiros eram tratados como mera mercadoria. Vendiam-se e compravam-se presos como se de um qualquer bem se tratasse. Em resposta à entrada de D. Dinis em Castela (1296-1297), durante a crise de sucessão de Sancho IV, os Castelhanos entraram em Portugal «e leuaron ... d aquela vez VIII cemtos Portuguezes catiuos e venderomnos»⁴⁶⁴.

No limite, os prisioneiros eram executados. As execuções de prisioneiros não eram bem aceites, aliás eram muito raras, o que não invalidou que fossem por vezes levadas a cabo⁴⁶⁵. Em Portugal, o caso mais paradigmático é o da batalha de Aljubarrota, durante a qual, segundo nos conta Froissart, teve lugar...

«... um feito indigno, pois foi ordenado e dito que (sob pena de ser morto, ali, sem mercê) qualquer um que tivesse cativo o matasse, por muito valente, poderoso, nobre, gentil ou rico que fosse. Ali foram os barões, cavaleiros e escudeiros cativos em duro lance, e os rogos de nada lhe valiam; estavam dispersos

⁴⁶¹ CDF, cap. XIX, p. 66.

⁴⁶² *Idem*, cap. LIII, p. 182.

⁴⁶³ *Idem*, cap. LXXVIII, pp. 273-274.

⁴⁶⁴ C7PR/II-D, cap. IX, p. 37.

⁴⁶⁵ Na verdade, esta condenação prendia-se muito mais com questões económicas do que propriamente humanitárias. Matar prisioneiros representava perder a oportunidade de cobrar os respetivos resgates, o que muito prejudicava e gorava a expectativas da maioria dos combatentes.

... e todos desarmados, e cuidavam ser salvos, mas não o foram, o que na verdade foi grande desgraça»⁴⁶⁶.

A decisão de D. João I de mandar executar os prisioneiros franceses que já se consideravam a salvo é, de certa forma, compreensível, uma vez que foi motivada pelo receio de um reagrupamento dos Franceses (caso os seus aliados Castelhanos conseguissem libertá-los durante a segunda investida), o que poderia levar a um ataque pela retaguarda à hoste portuguesa. Veremos Henrique V a tomar uma decisão semelhante em Agincourt, em 1415, quando ordenou a execução dos prisioneiros franceses, o que alguns cronistas consideram como «uma (inevitável) reação inglesa face a um eventual reagrupar dos combatentes franceses»⁴⁶⁷. Nos dois casos, procurou-se não correr riscos.

Os mais vulneráveis eram as pessoas do povo. O valor dos prisioneiros dependia do seu estatuto e o cativo era tão mais difícil quanto menor fosse o estatuto do preso. Os presos de estratos sociais mais elevados – monarquia, clero e nobreza – ofereciam uma possibilidade de resgate e de troca pelo que, em teoria, seriam (mais) poupados aos rigores do encarceramento. Encontramos um exemplo disto em Fernão Lopes, que nos conta que, estando o rei Juan I de Castela no Bombarral, aguardando a chegada da sua frota para colocar cerco a Lisboa, os Castelhanos vinham escaramuçar com os da cidade. Numa dessas escaramuças «foi preso ... hũu boom fidallgo [castelhano] ... o Meestre ... mamdou guardar [o prisioneiro] no castello da menagem, aos que tiinham carrego de estar em elle, e deulhe dos vestidos de seu corpo e lhe faziam toda homrra»⁴⁶⁸, claramente, na expectativa de poder lucrar com o valioso prisioneiro. Aos presos “políticos” e/ou suspeitos de traição estava reservado um tratamento mais duro, como terá acontecido com o Mestre de Avis e Gonçalo Vasques de Azevedo, mandados prender por D. Fernando: «forom ambos bem aprisoados com senhas grossas adovas e cadea pellas pernas e postos em hũua tall casa d'onde nom podessem fogir»⁴⁶⁹.

De salientar que os prisioneiros podiam ser libertados, fosse por necessidade⁴⁷⁰, através de acordos negociados, ou por piedade (por exemplo: mulheres e crianças).

⁴⁶⁶ CJF, Livro III, cap. 20, §41, p. 43.

⁴⁶⁷ AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – “A Batalha de Agincourt (1415): o triunfo improvável de um "Bando de Irmãos””. In João Gouveia Monteiro (coord.), *Guerra e Poder na Europa Medieval. Das Cruzadas à Guerra dos 100 Anos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 336.

⁴⁶⁸ CDJI-I, cap. CXII, pp. 189-190.

⁴⁶⁹ CDF, cap. CXLII, p. 500.

⁴⁷⁰ Por exemplo, não havendo condições para proteger ou alimentar os prisioneiros, o comandante podia optar por libertá-los. Assim aconteceu com os castelhanos presos depois da batalha de Aljubarrota e que D. João I foi encontrar em Santarém. Esfaimados e sedentos e não havendo mantimentos suficientes para todos, o monarca, «posta adeparte toda vingança que delles tomar podera, mandou que nenhuum nom lhes fizesse mall, mas que os soltasem e se fossem pera suas terras» (CDJI-II, cap. LI, p. 126).

Uma última nota para esclarecer que tudo o que temos vindo a apresentar é válido não só para os combatentes mas também para os não-combatentes. Na batalha do Salado (1340), os cristãos, não só «ficaram roubando as muitas riquezas dos arayaais dos Mouros, [como também] catyuamdo suas ffilhas e molheres e moços pequenos»⁴⁷¹.

O prisioneiro, na solidão do seu cárcere, estava constantemente acompanhado pelo medo (muitas vezes transformado em pânico); pelo desespero; pela fome e pela sede; pelo frio ou calor; pelo cheiro nauseabundo, resultado inevitável da falta de condições de higiene; por insetos, parasitas e bactérias; pela dor dos ferimentos; pela vergonha das humilhações constantes... mas também pela fervorosa fé que o fazia resistir e sobreviver. Se o captor era Mouro, tudo isto era exponenciado. De tal forma que, muitos dos que se viam cativos dos Muçulmanos, rapidamente mudavam de convicção religiosa e se convertiam ao Islão.

4.3. A saúde na guerra

Para o sucesso de uma campanha era fundamental que os combatentes estivessem perfeitamente saudáveis⁴⁷². Situação que há-de ter sido rara na Idade Média! Seguimos Hermínio Coelho na convicção de que, na época medieval, existiram cuidados médicos e preocupação com o tratamento dos doentes e com a sua recuperação⁴⁷³. No entanto, os insuficientes conhecimentos médicos, aliados ao tipo de guerra praticado, às longas e extenuantes marchas, à falta de higiene, à fome, à sede e a todo o tipo de constrangimentos e dificuldades de que temos vindo a dar conta, resultariam numa hoste exausta e com uma saúde bastante debilitada (agravada por todo o tipo de ferimentos resultantes dos combates).

No período que estudamos, os tratamentos e os medicamentos estavam, na sua maioria, revestidos ainda de uma aura mística, numa estreita ligação entre a medicina e a religião (quando não com a magia). Muitas doenças e ferimentos eram vistos como castigos divinos e muitas curas e tratamentos bem-sucedidos eram considerados milagres e expressão material da vontade de Deus. Certo é que a medicina não estava muito desenvolvida⁴⁷⁴ e não existia uma especialização propriamente dita, ou, a existir numa ou noutra valência, era ainda muito incipiente. Percebemos que as práticas médicas eram realizadas por médicos, físicos,

⁴⁷¹ C7PR/II-AIV, cap. LXII, p. 346.

⁴⁷² Végécio, no seu *Compêndio da Arte Militar*, enfatiza esta questão – afirmando que «a saúde do exército ... deve ser acautelada ao máximo» (p. 259) – e apresenta uma série de conselhos sobre como deve ser controlada a saúde do exército (VEG-CAM/III, II, pp. 259-261).

⁴⁷³ COELHO, António Hermínio – *As feridas da Guerra no Portugal Medieval. Violência, sofrimento e cuidados médicos no campo de batalha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2017. Dissertação de Mestrado em História Militar, p. 95.

⁴⁷⁴ Exceção feita ao mundo muçulmano (COELHO, António Hermínio, *As feridas da Guerra ... op. cit.*, pp. 15-16).

cirurgiões, boticários e até por barbeiros. Os próprios soldados teriam alguns conhecimentos básicos sobre o tratamento das feridas mais comuns. Mesmo que a hoste fosse acompanhada por “pessoal médico”, este nunca seria em número suficiente. Deste modo, a escassa assistência médica era mais um elemento de tensão, angústia e receio para o combatente medieval. Basta pensar que um pequeno ferimento (como por exemplo uma lesão provocada por um disparo de besta) facilmente infetava e se transformava numa doença perigosa.

Vejam os exemplos dos problemas de saúde que afligiam o combatente medieval, e de outros tantos tratamentos que eram praticados na tentativa de manter a saúde e assegurar a sobrevivência do exército. Eram muitas as lacerações provocadas pelos mais variados tipos de incidentes, desde pequenos cortes a aparatosas quedas. Por norma, se devidamente limpas, tapadas e ligadas, essas lesões cicatrizavam sem grandes problemas. As feridas eram lavadas com vinagre ou vinho (antissépticos) procurando prevenir infeções. Depois eram tapadas com tecido e atadas. A utilização de cataplasmas de ervas era frequente, bem como de ovos para ajudar na cicatrização da pele. O ferimento era depois lavado e tratado várias vezes até a recuperação “total”⁴⁷⁵. Para estancar o sangue, recorria-se a ervas e à cauterização. Por vezes, depois de limpa a ferida, era ainda necessário supurar e/ou suturar⁴⁷⁶.

Em resultado dos combates, ganham relevo as penetrações (causadas pelos disparos com besta/virotão ou com arco/flecha) e os cortes e perfurações – provocadas, sobretudo, por espadas, lanças e punhais. Nas fontes, encontramos muitos exemplos deste tipo de ferimentos. Vejamos alguns, primeiro de penetrações. Quando a frota portuguesa (vinda do Porto) rompeu o bloqueio castelhano no Tejo (julho de 1384), na escaramuça que se seguiu, «em pellejamdo Rui Pereira ... alçou a cara do baçinete que nom podia bem sofrer, e ouve hũa virotada pella testa, de que em pouco espaço lamçou aquell fidallgo a spiritu»⁴⁷⁷. Já no Norte de África, na primeira escaramuça entre cristãos e mouros resultante da expedição a Tânger, «sayrom muitos feridos: antre os quaes foy ho Conde d'Arraiolos, de huũa séta por huũa perna, e o Capitam Alvaro Vaaz, d'outra per huũ braço»⁴⁷⁸. Regressando ao continente, no fatídico dia 20 de maio de 1449, na batalha de Alfarrobeira, o infante D. Pedro «foy nos peytos ferydo de huma seta que lhe atravessou o coração, de que a poucos passos e menos oras cahio logo morto, sem antes nem depois receber outra feryda»⁴⁷⁹. Atentemos agora em casos de perfurações. Instalada que estava a revolução, em meados de 1384, numa escaramuça perto de

⁴⁷⁵ ROGERS, Clifford J., *Soldiers Lives Through History... op. cit.*, pp. 224-225.

⁴⁷⁶ DeVRIES, Kelly, *Medieval Warfare and the Value of a Human Life ... op. cit.*, p. 49.

⁴⁷⁷ CDJI-I, cap. CXXXIII, p. 231.

⁴⁷⁸ CDD, cap. XXIV, p. 543.

⁴⁷⁹ CDAV, cap. CXXI, p. 747.

Elvas travada entre os homens de Gil Fernandes e os de Paio Rodrigues Marinho⁴⁸⁰, este último «aderemçou ... rrijamente contra ... [o outro]; e deu logo huña lamçada de sobre mão, a huñ que diziam Affomsso ... que lhe passou a cota, em dereito da ilharga, e entramdo pello corpo cortou duas costas, e chegou aos boffes e cahiu morto em terra»⁴⁸¹. Mais tarde, já com um novo rei eleito, no final da “campanha do Minho”⁴⁸², descendo o exército português em direção a Lisboa e chegando a Santarém encontram alguns Castelhanos dos muitos que por ali andavam; neste contexto, numa escaramuça que então se realiza, os Castelhanos «deram huuma gram ferida com huuma lamça darmas per çima dhuuma booa cota a Vaasquo Louremço Meirinho pellos peitos, que lhe durou gram tempo»⁴⁸³.

Penetrações e perfurações eram, pois, bastantes frequentes nos conflitos medievais. A gravidade do ferimento muitas vezes piorava pelos resquícios de vestuário sujo que se enterravam na pele, provocando inúmeras vezes septicémias. Os casos em que havia perfuração dos intestinos eram especialmente fatais, em resultado inevitável das peritonites⁴⁸⁴.

Comuns eram também as fraturas de todo o tipo e por todo o corpo. As fraturas de pernas, braços e dedos seriam resolvidas com relativa facilidade, desde que devida e atempadamente tratadas com talas. Em 1169, em Badajoz, no desastre de Afonso Henriques frente a Fernando II de Leão⁴⁸⁵, o monarca português cavalgava em apoio dos seus homens quando embateu numa porta da praça e fraturou a perna direita. Continuando o seu caminho,...

«... cayo [o cavalo] com elRey em hum çenteal, e cayolhe sobre a perna e quebroulha majs ... [e] elRey que se não podia levantar» foi preso por D. Fernando, sendo obrigado a negociar a sua libertação, posto o que «se tornou elRey de Portugal a seu reyno, e foy muy bem sam da perna»⁴⁸⁶.

⁴⁸⁰ O Mestre de Avis pediu a Gil Fernandes de Elvas, seu apoiante, que se dirigisse a Campo Maior e tentasse captar o apoio do Alcaide desse lugar, Paio Rodrigues Marinho. É nesse contexto que se dá o episódio que aqui referimos (CDJI-I, cap. CVI-CVIII, pp. 180-184).

⁴⁸¹ CDJI-I, cap. CVIII, p. 183.

⁴⁸² A Campanha do Minho teve lugar entre abril e maio de 1385, comandada pelo recém-eleito D. João I e o seu recém-nomeado Condestável, Nuno Álvares Pereira, e resultou nas tomadas de Neiva, Viana, Vila Nova de Cerveira, Monção, Caminha, Guimarães, Braga e Ponte de Lima.

⁴⁸³ CDJI-II, cap. XXIII, p. 47.

⁴⁸⁴ KEEGAN, John, *O Rosto da Batalha... op. cit.*, p. 85.

⁴⁸⁵ Na década de 60 do século XII, a guerra alastrou pelo Alentejo, com D. Afonso Henriques e Geraldo Geraldês ('Sem-Pavor') a conquistarem uma série de castelos (Trujillo, Évora, Cáceres, Montanchez, Juromenha, Moura, Serpa, Alconchel e Coruche) como forma de preparar uma investida a Badajoz. O ataque conjunto a esta cidade teve lugar em 1169, no entanto, não correu como esperado. A praça contou com o socorro do monarca marroquino (que pregou a *Jihad* e acudiu a Badajoz com um poderoso exército que juntou no Norte de África) e também com o do rei de Leão, Fernando II (receando perder o controlo do Alentejo para o monarca português). Encurralados entre os almóadas, que atacavam a partir da alcáçova, e o exército leonês, que avançava pelos arrabaldes de Badajoz, os homens de D. Afonso Henriques e de Geraldo Sem Pavor foram obrigados a retirar. Foi durante esta fuga, precipitada e desordenada, que se deu o episódio referido, no qual o monarca parte uma perna ao embater numa das portas exteriores da cidade. Viria a ser capturado pelo exército de D. Fernando II, junto de Caia, tendo sido obrigado a ceder boa parte dos castelos que tinha acabado de conquistar.

⁴⁸⁶ C7PR/I-AH, XXVIII, pp. 97-98.

Já as fraturas de crânio mostravam-se mais difíceis, se não impossíveis de tratar, sobretudo no campo de batalha. Um outro tipo de ferimentos a que se alude muito nas crónicas (e a que já temos feito referência) prende-se com as sevícias corporais, como decepar membros, arrancar olhos, cortar orelhas, dedos e até narizes. No contexto da guerra civil entre D. Dinis e o seu filho e herdeiro, o infante D. Afonso (1319-1324), o rei manda decepar todos os que deixaram entrar o infante na praça⁴⁸⁷. Encontramos outro exemplo desta situação quando, em julho de 1385, D. Juan I invade Portugal pela Beira. Nessa investida, «nom çesou dhusar de toda crueldade, assy em homeens como molheres e moços pequenos, mandando-lhe decepar as mãos e cortar as limgoas e outras semelhantes crueldades»⁴⁸⁸.

Relevantes são ainda os ferimentos provocados pelos diferentes tipos de projéteis lançados do cimo das muralhas (através das ameias, de hurdícios ou de balcões de mata-cães): pedras pequenas ou grandes (os «cantos»), colmeias, potes de cal a ferver, madeira (dos edifícios destruídos ou troncos de árvores), óleo e azeite a ferver, e tudo o que viesse à mão e fosse suscetível de ferir o adversário. O peso do objeto, exponenciado pelo impulso da queda, provocava fortes golpes na cabeça, podendo ocorrer desmaios ou a morte imediata. No caso dos materiais ferventes, à pancada aliava-se a queimadura, levando a uma agonia excruciante. Na conquista de Silves (1189), os cristãos, depois de uma escada destruída e de uma tentativa falhada de subir o muro, persistem com nova escada e «comesarom de sobir por ela com grande vontade, que por feridas nem pedradas que os Mourros dejtassem, nom os puderom embargar de sobir a syma»⁴⁸⁹. Em Viana (inícios de 1385), quando combatiam junto aos muros da praça, «foy deribado Diogo Gill, arferez do Comdeestabre, e morto dhuum quanto que deitarom de çima»⁴⁹⁰. Em Guimarães, um pouco mais tarde no decorrer da mesma campanha, na tentativa de entrar no castelo, foi encostada...

«... huuma escada de mão ao muro com rodas, feita de tres paaos, per que sobiam dous a par ... uemdo ... Aluaro dOuter de Fumos como naquell logar hu estaua a escada sobiam per ella quanto podiam, veosse ally armado ... e pos-se amtre amballas ameas homde a escada estaua posta, e dally deitaua [muitas] pedras que lhe dauom os do muro. E quando vio os portuguesses assy sobijr tam sem medo, e que Joham Rodriguez era ja tam açerca das ameas, deitou huum gram canto e deu na cabeça a Joham Rodriguez, e deu com elle e com todollos outros em terra, e quebrou a escada. E se nom fora que hia bem armado da cabeça, fora morto»⁴⁹¹.

⁴⁸⁷ C7PR/II-D, cap. XXXVIII, p. 113.

⁴⁸⁸ CDJI-II, cap. XXIX, p. 59.

⁴⁸⁹ C7PR/I-SI, cap. VI, p. 160.

⁴⁹⁰ CDJI-II, cap. VII, pp. 15-16.

⁴⁹¹ *Idem*, cap. XI, p. 24.

Neste último caso, a proteção de cabeça cumpriu a sua função, evitando um desfecho mortal, no entanto nem sempre era assim. Ora, se aos cavaleiros, com boas proteções de cabeça, não era garantido que sobrevivessem, imagine-se a segurança dos peões, que na maioria das vezes apenas tinham uma coifa para proteção do crânio. Um combatente comum, sem condições para se equipar bem, estava exposto a todo o tipo de feridas e maleitas.

As queimaduras, as intoxicações e as asfixias – provocadas pelas componentes tóxicas presentes no fumo – também eram frequentes, num período no qual se privilegiou o fogo para destruir os haveres dos adversários e se recorreu à política da “terra queimada” para condicionar o abastecimento do inimigo. Por outro lado, nos cercos, era normal que os sitiadores deitassem fogo às portas e que os sitiados incendiassem as máquinas de assédio. Portanto, lume e fumo envolviam os confrontos numa espessa nuvem negra e ardente. Em Ponte de Lima (1385), o alcaide protegeu-se na torre mais alta e...

«... mais defemssauel de todallas ... que ha na villa, e auya em ella dous sobrados ... [e] estaua açalmada de muitos touçinhos e lenha ataa o prymeiro sobrado ... [durante os combates] começaram de bradar que posessem fogo aas portas ... [o que, de facto, aconteceu] E como as portas arderom, ateou-se o fogo na lenha e touçinhos, e ardeo o primeiro sobrado; e com o gram fumo e labareda que hija a(o) outro sobrado nom o podemdo soffrer, poseram-sse antre as ameas da tore, que tem o amdaymo largo, e dally começaram de bradar ... pedimdo a el-Rey por merçee que lhes perdoasse, que se queriam dar ... [D. João I, apesar dos conselhos de alguns para que os assim deixasse morrer, como castigo de não se quererem render, acedeu ao pedido de] Vaasquo Martijnz de Mello ... que fosse sua merçee dauer doo de Tareija Gomez sua molher, que andaua prenhe, e de seus filhos, posto que filha fosse de Vaasquo Gomez dAureu que estaua em seu desseruicho, e os nom leixasse morer de tam cruel morte. El-Rey ... mandou que nom combatessem mais; e deçerom[-nos] ... per cordas em huum cesto ... cada huum como melhor e mais aginha podia, delles cheirando bem a fumo, e outros que se começauom ja de chamuscar»⁴⁹².

As dores atenuavam-se recorrendo a substâncias à base de ópio, de cânabis e de outros produtos do género. Quanto à utilização de veneno nas pontas das setas e virotões, foi bastante usual. Elegia-se o acónito para o qual não existia antídoto eficaz e era de rápida absorção pela pele. Esta foi uma “arma química” muito utilizada pelos muçulmanos. Nas palavras de Zurara, reportando-se ao cerco muçulmano a Ceuta em 1419, «aquella maldita, e excomungada gente [os muçulmanos] trazia mortal peçonha em suas armas de ferir»⁴⁹³.

Mas outros males minavam também a saúde do exército: a exaustão provocada pelas marchas e pelas operações militares; a inanição e a desidratação causadas pela falta/deficiência de alimentos e de água; e todo o tipo de doenças, como a disenteria, o tifo e a

⁴⁹² CDJI-II, cap. XVIII, pp. 35-37.

⁴⁹³ CDPM-I, cap. LXXIX, p. 266.

peste. Os combatentes estavam ainda sujeitos a todo o tipo de condições climatéricas. Completamente encharcados e enterrados em lama, ou mortos de sede, com insolações provocadas pela exposição ao sol, os homens avançavam à velocidade que conseguiam, numa marcha dorida e penosa. No bloqueio naval a Sevilha, «per frio e fame e comer desacostumadas viandas veherom muitos a morte e fraqueza e continuadas doores»⁴⁹⁴. Já durante o cerco infrutífero à praça fronteiriça leonesa de Coria (em junho de 1386)...

«... as gemes começaram dadoeçer, huuns de maleitas e outros de maa maneira per myngua de mantimentos, speçialmente de pam e carnes, de que o areal era muy fallido, e comiam trigo cozido come arroz ... de guissa que mais eram já os doentes que os saãos. E taes desejaoum de o seer por teer aazo de se partir da hoste; outros fngiam que o eram, atamdo panos nas cabeças, porque el-Rey mandaua leuar os doentes a huum logar de seu regno que chamam Penamacor ... delles er fugiam sem liçemça, e tornauam-se pera a terra»⁴⁹⁵.

Este ajuntamento de corpos debilitados com sistemas imunitários enfraquecidos, num ambiente de imundície e sem cuidados higiénicos, era terreno fértil para o desenvolvimento de um grande número de doenças. Assim aconteceu no arraial castelhano, durante o cerco de D. Juan I a Lisboa, no verão de 1384:

«começaram a morrer de pestellemça alguũs do arreal das gêtes de pequena comdiçom ... [mas rapidamente se propagou a todo o arraial, não poupando ninguém e] começou de sse atear a pestellemça tam bravamente em elles, assi per mar come per terra, que dia avia hi que morriam çemto, e çemto e çimqoenta, e duzentos; e assi mais e menos como sse açertava, de guisa que o mais do dia, eram os do areall ocupados em soterrar seus mortos ... morrerom mais de dous mill homens darmas dos melhores que elRei de Castella tiinha»⁴⁹⁶.

Para evitar a proliferação da peste nos Portugueses, diz-nos Jean Froissart que o Mestre de Avis «mandou apregoar que, sob pena de pagar com a cabeça, ninguém vestisse ou trouxesse nada que estivesse nos campos [ocupados pelo acampamento castelhano] para a cidade de Lisboa, mas queria que tudo fosse queimado para não contaminar a cidade»⁴⁹⁷.

No campo de batalha, posicionadas as hostes, não era sequer possível que os homens se afastassem para satisfazer as suas necessidades. Podemos supor o incómodo e o embaraço dos combatentes. Além disso, como muitos dos guerreiros seguiam doentes, os males alastrar-se-iam rapidamente através da presença/do contacto com as fezes, a urina e o suor. John Keegan faz-nos uma descrição de um desses momentos: em Agincourt (outubro de 1415)...

⁴⁹⁴ CDF, cap. XLII, p. 138.

⁴⁹⁵ CDJI-II, cap. LXXXVII, p. 180.

⁴⁹⁶ CDJI-I, cap. CXLIX, pp. 272-273.

⁴⁹⁷ CJF, Livro III, cap. 21, §86, p. 75.

«... esperar, deve ter significado, sem dúvida, para os ingleses um momento miserável de frio e fome ... [além de que] muitos soldados ingleses sofriam de diarreia. Dado que, presumivelmente, nenhum era autorizado a deixar a hoste enquanto o exército estava instalado para entrar em acção, os doentes teriam de satisfazer as suas necessidades fisiológicas no sítio onde se encontravam. Satisfação que não deve ter sido fácil para homens de armas que usavam perneiras em cota de malha atadas a uma armadura metálica»⁴⁹⁸.

O cheiro devia ser nauseabundo!

Pensando agora num acampamento militar, para evitar a propagação de doenças afastavam-se as latrinas e os currais. Miguel Gomes Martins refere o estudo de B. S. Hall, (elaborado com base nos cálculos previamente efetuados por B. S. Bachrach), através do qual se estimou que, «uma hoste composta por 25 000 efectivos e por cerca de 2 500 cavalos produzia aproximadamente 4 800 000 litros de urina e 4 000 000 quilos de fezes em cada dois meses»⁴⁹⁹. Para um vasto aglomerado de corpos, já de si bastante debilitados, a proximidade destes detritos potenciava o avanço das doenças. Podemos imaginar as moscas e os ratos que por ali andariam. Utilizando como referência estes valores, façamos, num pequeno exercício matemático, a transposição para um acampamento português. Se considerarmos uma hoste de 7.000 efetivos com cerca de 700 cavalos, em dois meses produzir-se-iam cerca de 1.344.000 litros de urina e aproximadamente 1.120.000 quilos de fezes, a que se juntariam todo o tipo de detritos e desperdícios decorrentes das atividades quotidianas. Facilmente percebemos que este era um ambiente favorável ao desenvolvimento de bactérias e fungos e, conseqüentemente, à propagação de um sem número de doenças.

Infeções, insulações, asfixia, queimaduras, fraturas, perfurações e penetrações, envenenamento, problemas respiratórios, digestivos, musculares, desidratação, inanição, disenteria, tifo, peste! Uma panóplia de males que assolavam os combatentes medievais e para os quais não se dispunha senão de ténues respostas. A difusão da artilharia pirobalística, ao longo do século XV, veio aumentar a quantidade e gravidade dos ferimentos de guerra.

Não temos dúvidas de que existiam cuidados médicos e preocupação com o tratamento dos feridos de guerra. Mas, atendendo aos males de que se padecia e à incipiente capacidade de tratamento, parece-nos que muitas vezes a saúde na guerra terá sido uma questão de sorte...

⁴⁹⁸ KEEGAN, John, *O Rosto da Batalha... op. cit.*, p. 67.

⁴⁹⁹ MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do Quarto Cavaleiro. O Cerco de Lisboa de 1384*. Lisboa: Prefácio, 2006, p. 53.

4.4. Regresso à normalidade?

Terminada a campanha, o que significava regressar à normalidade? Após muitos perigos, privações e medos, feridos e psicologicamente fragilizados, como é que os combatentes, agora desmobilizados, encaravam o retorno ao seu quotidiano? E qual a realidade para que regressavam? Os não-combatentes que assistiram impotentes à guerra nas suas propriedades, como se reergueriam das cinzas? Estas e muitas outras questões pairam sobre a nossa mente e, provavelmente, bailariam também na mente dos combatentes medievais. Seria um regressar difícil, e igualmente difícil é encontrarmos respostas para estas questões. As fontes que utilizámos para este estudo permitem-nos apenas ter uma ideia... mas uma ideia não muito clara. Aos cronistas não preocupou o regresso do comum combatente e as atas de reuniões de cortes ou de vereações que consultámos também não se alongam nesta matéria. O que apresentaremos neste ponto é fruto do que recolhemos nas linhas dos textos e do que depreendemos nas entrelinhas dos mesmos.

Torna-se claro que a guerra deixou um rasto terrível nas populações e nos territórios: destruição, desolação, sofrimento, fome, morte. Combatentes e não-combatentes⁵⁰⁰, perante este cenário de destruição, dificilmente veriam com bons olhos o retorno de um fenómeno tão devastador. A guerra deixou cicatrizes profundas nas gentes e na paisagem. Feridas abertas a “ferro e fogo” marcaram e condicionaram a sociedade, o território, a economia e a política⁵⁰¹.

Edifícios destruídos, incêndios sem fim, árvores cortadas, animais mortos, campos de cultivo dizimados, muralhas deitadas abaixo, são alguns dos exemplos do destroço deixado por uma campanha militar. Os estragos eram incontáveis. Levados a cabo pelos inimigos em ofensivas fulgurantes, visavam a destruição e a desmoralização do adversário⁵⁰². A destruição também podia ser autoinfligida, para proteção contra possíveis ataques – por exemplo, a política da terra queimada⁵⁰³, a demolição de edifícios contíguos à muralha⁵⁰⁴, o abate de

⁵⁰⁰ Muitas vezes entendidos como “financiadores” da guerra, uma vez que o pagamento dos custos da guerra recaía sobre todos os não-privilegiados. Destruindo os bens ou matando as pessoas, debilitava-se a capacidade militar do adversário. Seguindo Clifford Rogers, podemos dizer que a população, no geral, é vista em sentido figurado: como o mastro do navio inimigo, que era o Estado. Configurava, por isso, um alvo legítimo, pois só com o seu apoio um rei pode fazer a guerra (ROGERS, Clifford J. – “The Age of the Hundred Years War”. In KEEN, Maurice H. (ed.), *Medieval Warfare – a History*, Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 153).

⁵⁰¹ Sobre esta temática, veja-se MONTEIRO, João Gouveia e MARTINS, Miguel Gomes, *As Cicatrizes da Guerra... op. cit.*

⁵⁰² Estando iminente o cerco de Lisboa (1384), Fernão Lopes conta-nos que «chegou elRei de Castella com sua hoste ... a huã alto monte a que hora chamom monte Olivete; e esteve alli gram parte do dia, e muitos dos seus amdavom entanto cortando arvores e vinhas, e fazemdo todo dano que podiam» (CDJI-I, cap. CXIII, p. 190).

⁵⁰³ Neste período, era habitual que os exércitos em campanha se abastecessem, sobretudo no território que atacavam. Ora, na tentativa de limitar os recursos disponíveis para abastecimento dos adversários, destruíam-se tudo o que poderia ser aproveitado.

⁵⁰⁴ Procurava-se evitar que esses pontos fossem utilizados para proteção no ataque às muralhas, ou para uma eventual escalada. D. Fernando, percebendo a intenção de D. Henrique em cercar Lisboa, no âmbito da segunda guerra fernandina,

árvores para permitir uma melhor visibilidade e evitar que os adversários se abrigassem nelas. Os estragos podiam ainda ser provocados pelos próprios aliados, como aconteceu durante a terceira guerra fernandina, quando os Ingleses chamados por D. Fernando...

«... rroubavam e matavam e destruiam mantiimentos que muitas vezes mais era o dano que faziam que aquello que gastavam em comer; que tall avia hi, se avia voontade de comer hũa lingua de vaca, matava a vaca e tirava-lhe a lingua e leixava a vaca perder; e assi faziam ao vinho e a outras cousas»⁵⁰⁵.

Todo o território sofria com a guerra, mas é notória a existência de zonas mais martirizadas por este flagelo, quer pela sua localização territorial (zonas de fronteira ou litorâneas) quer pelo seu valor estratégico (como Lisboa). Estes locais estavam especialmente sujeitos a constantes e violentos ataques.

A sociedade que sofria uma guerra deparava-se com alterações consideráveis na sua constituição e “fisionomia”. À cabeça são de referir as flutuações demográficas, fruto das requisições para os exércitos, das mortes e das populações em fuga (do confronto ou do rescaldo). Nos capítulos gerais do povo às cortes de Lisboa de 1371, referem os procuradores:

«a nosa terra he dapnada porque quando auemos guerra per terra ou per mar ou outro Juntamento alguñ se faz de companhia que os nosos çidadaños que som chamados pera esto ham ssuas quintaas e herdades em que teem sseus lauradores e caseiros e costrengem nos que uaam seruir e ficam as dijetas quintaas e herdades despobradas e dapnificadas E que o nosso Reyno he porem peor manteudo»⁵⁰⁶.

Na iminência de uma batalha ou cerco, as populações fugiam e procuravam proteção numa praça fortificada⁵⁰⁷. Em 1384, o Mestre de Avis dirigiu-se a Lisboa, saído de Alenquer, e...

«... mandou logo rrecolher pera a çidade todollos moradores do termo, com os mantiimentos que levar podessem; e elles trigosamente, com rreço dos Castellaãos ... partiamsse com as molheres e filhos e com os gaados e bestas, e cousas que levar podiam, e viinhamsse pera Lixboa; outros se passavam aallem do rrio, a Ribatejo, por buscar seguramça a sua vida, segumdo cada huñ melhor entemdia. Oo! que doorida cousa era desguardar, veer de dia e de noite, tamos homeês e molheres viir em manadas pera a çidade com os filhos nos braços e pella mão, e os pais cõ outros aos pescoços, e suas bestas carregadas dalfayas e cousas que trager podiam! E assi sse rrecolherom de todo o termo pera a çidade, todollos moradores darredor amte que elRei de Castela vehesse»⁵⁰⁸.

«mandou derribar todallas casas que estavam juntas com o muro, por sse nom colherem os castellaãos dentro em ellas, e rreceberem por alli damno» (CDF, cap. LXXIV, p. 261).

⁵⁰⁵ CDF, cap. CXXXII, pp. 466-467.

⁵⁰⁶ CP-F, Cortes de 1371 (Lisboa) – capítulos gerais do Povo, art. 22.º, p. 25.

⁵⁰⁷ No que Claude Gaier denominou por “estratégia obsidional”, ou seja na iminência da chegada de uma força inimiga as populações, instintivamente, procuravam refúgio nas fortalezas, deixando ao abandono tudo o que possuíam e se encontrava no exterior das muralhas (*apud* GARCÍA FITZ, Francisco, *Ejércitos y actividades guerreras... op. cit.*, p. 53).

⁵⁰⁸ CDJI-I, cap. LXX, p. 121.

Outro exemplo das movimentações da população em busca de alimento e de segurança surge quando, em inícios de 1385, o Mestre de Avis levanta cerco a Torres Vedras, após as várias traições que tornaram infrutífera a operação. Diz-nos Fernão Lopes que...

«... neesta sazom [após o cerco] era o termo de Lixboa mui danificado com gram mingua de mantiimentos ... e isso meesmo termo de Torres Vedras e doutros logares darredor. E veemdo muitos lavradores e outras gentes que moravom em elles, como ficavom assi tam minguados em poder de Castellaãos, costramgidos per tall neçessidade ... quamdo souberom que sse o Meestre queria partir, veheromsse pera elle com molheres e filhos e muitas criamças pequenas ... O Meestre quamdo vio tanta gemte de tall comdiçom, e como braadavom huñs e os outros que sse amerçeasse delles, e os levasse em sua companha, pera averem alguñ mantiimento e nom ficarem em poder de seus emmiigos, foi posto em cuidado que lhes faria ... Estomçe partio o Meestre com elles ... levamdo esta hordenamça: elles hiam todos deamte, e ell com suas gentes detras»⁵⁰⁹.

Todo o quotidiano se alterava e modificava. As carências alimentares e a destruição dos seus bens próprios levavam as gentes a fugir em busca de melhores condições de vida, ou procurando simplesmente evitar uma morte quase certa. As consequências de uma guerra para a economia eram devastadoras. A destruição dos meios de produção⁵¹⁰ e a diminuição da mão-de-obra⁵¹¹ provocavam quebras de produção dificilmente recuperáveis. Consequentemente, as flutuações de preços e a inflação dificultavam ainda mais o regular funcionamento da economia. As crises frumentárias acentuavam-se e as dificuldades de abastecimento agudizavam-se, provocando fomes por todo o território.

As monarquias tinham consciência deste panorama e eram sensíveis aos problemas que a guerra criava. Conforme nos dizem Gouveia Monteiro e Miguel Martins, a Coroa portuguesa teve especial cuidado com os lugares de fronteira, mais suscetíveis a estes ataques destrutivos, recorrendo «ao longo das décadas, a indemnizações, a isenções e a recompensas [a esses lugares] mais duramente expostos às hostilidades militares, no sentido de os conservar como espaços vivíveis, de motivar os seus moradores e de cativar a respectiva lealdade»⁵¹². Ainda neste contexto, e segundo a *Crónica de D. Afonso III*, este monarca procurou manter...

⁵⁰⁹ *Idem*, cap. CLXXX, pp. 339-340.

⁵¹⁰ Uma das consequências da guerra medieval era a destruição dos meios de produção e dos edificios agrícolas. Terras de cultivo, alfaias agrícolas, celeiros, estábulos, currais, palheiros, adegas, fornos, lagares e todo o tipo de infra-estruturas necessárias à produção agrícola e pecuária eram destruídas ou danificadas.

⁵¹¹ Fruto do recrutamento de homens para a guerra, das migrações e das mortes.

⁵¹² MONTEIRO, João Gouveia e MARTINS, Miguel Gomes, *As Cicatrizes da Guerra... op. cit.*, p. 95.

«... o Reyno em muyta justiça e aseçeguo. E coregeo a terra que estaua muyto estragada do tempo de seu jrmão ... [e] Em tempo deste Rey foram alguns anos de grande fome, e ele se trabalhou com grande cuydado de acorer aos proues, e livrou muytos da morte, com suas esmolas que lhes daua»⁵¹³.

O cronista chama assim a atenção para a necessidade de apoio que a população tinha e a tentativa de auxílio que o monarca terá procurado prestar, uma vez que, grande parte das vítimas da guerra eram «camponeses anónimos surpreendidos nas suas fainas, cujas mortes não significavam qualquer vitória militar, no entanto, deixavam uma profunda amargura e frustração numa população desarmada que, chegado o caso, não duvidava em desfazer-se dos seus próprios governantes quando estes se mostravam reiteradamente incapazes de defendê-los»⁵¹⁴. Que o diga D. Sancho II, antecessor de D. Afonso III.

Centremos agora o olhar no combatente. Afastado da sua realidade para participar numa operação militar, como veria ele o regresso ao quotidiano? Pense-se que o quotidiano era agora o destroço que temos vindo a apresentar: um território dilacerado, uma sociedade debilitada, uma economia em ruína e o poder político abalado pelo conflito.

Seguramente regressava um homem diferente depois de, em primeiro lugar, participar no “espetáculo” violento da guerra. Por vezes afastado durante longas temporadas, como os participantes no bloqueio português a Sevilha (entre a primavera de 1369 e o outono de 1370), de quem reza a crónica que «taaes ouve hi, segundo diziam, que foram em ellas metidos sem barvas e que aa tornada veheram caños»⁵¹⁵. É de crer que, no geral, existissem sensibilidades diferentes quanto ao regresso. Uns desejariam uma nova vida, diferente da que até aí tinham vivido, optando por não regressar às suas antigas profissões. Outros haveria que acalentavam o desejo de recuperar a vida que deixaram, ansiando pela situação anterior à sua mobilização. Percebemos isto mesmo, seguindo a *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, nas palavras atribuídas aos Portugueses que ficaram em Ceuta: «bemaventurados vós outros, que tornais a visitar vossas cazas, mulheres, e filhos, e viver, e acabar antre as cousas que amais»⁵¹⁶. Muitos caberiam na categoria dos que Gomes Eanes de Zurara refere como estando «ja cansados e enfadados polla grande sofrença dos trabalhos que ouueram. e porem deseiam rreposo»⁵¹⁷.

Para aqueles que retornavam feridos, as dificuldades eram acrescidas. No regresso a casa, procurava-se a cura para os ferimentos e, em muitos casos, pairava a dúvida sobre a

⁵¹³ C7PR/I-AIII, cap. I, p. 248.

⁵¹⁴ GARCÍA FITZ, Francisco, *¿"De Exterminandis Sarracenis"?...*, op. cit., p. 127.

⁵¹⁵ CDF, cap. XLIV, p. 147.

⁵¹⁶ CDPM-I, cap. X, p. 38.

⁵¹⁷ CTC, cap. VI, p. 22.

possibilidade de voltar a trabalhar. Nestes casos, a guerra marcou o combatente na pele e, eventualmente, ditou-lhe um futuro incerto, considerando a possibilidade (ou não) de assegurar a sua subsistência. Os prisioneiros que conseguiam fugir ou que eram libertados certamente sentiriam uma convicção forte nesta nova etapa da vida: não mais se sujeitar a uma situação que os privasse da liberdade. Depois da guerra, o regresso a uma hipotética normalidade não terá sido fácil, não só para o comum combatente como para toda a população civil flagelada, direta ou indiretamente, pelas campanhas militares.

A devastação que referimos comprometia toda uma existência. Muitas das casas de morada eram destruídas nas operações militares. Uma vez pelos agressores, outras por necessidade de defesa (junto às muralhas) e outras ainda por acidente. Construídas com recurso a grande quantidade de materiais inflamáveis, como a madeira e a cortiça, tornavam-se suscetíveis de arder com muita facilidade e muito rapidamente, fazendo com que «aos exércitos atacantes [bastasse] largar-lhes fogo e prosseguir para o objectivo seguinte, sem qualquer perda de tempo com complexas e demoradas operações de demolição. Rápido e eficaz»⁵¹⁸.

As mortes em combate também podiam originar situações precárias para os familiares sobreviventes. Por exemplo, num artigo especial do concelho de Santarém às Cortes de Lisboa de 1439 pode ler-se que naquela vila existiam...

«...alguñas veuvas honrradas asy molheres que forom de uossos uassalos como beesteiros de cauallo As quaaes estam em suas honrras E per bem de asy estarem gouuem dos priuilegios de seus maridos / E ora as costringem pera mujtas cousas e nom lhes guardam os dictos priuilegios ... [Assim, pedem ao rei que mande] que lhe guardem os dictos priuilegios»⁵¹⁹.

Se assim era para familiares de vassalos e besteiros de cavalo, podemos imaginar as dificuldades por que passariam as viúvas e restantes familiares das classes não privilegiadas.

A normalidade a que se regressava era um lugar estranho, num misto de felicidade e angústia. Homens cansados e psicologicamente debilitados eram recebidos por uma família que tivera que se adaptar à sua ausência. Não raras vezes, o retorno servia para constatar a destruição dos seus bens e a morte dos seus entes queridos. A realidade a que se regressava nunca seria a mesma que se deixara para trás na hora do alistamento, e na mente de todos estaria a vontade de não ter que travar outra guerra... só que esta teimava em reaparecer, uma e outra vez.

Partir para participar numa campanha militar significava abandonar o que se conhecia, rumo ao desconhecido. Regressar significava estar vivo! Mas a que preço? Muitas vezes,

⁵¹⁸ MONTEIRO, João Gouveia e MARTINS, Miguel Gomes, *As Cicatrizes da Guerra... op. cit.*, p. 36.

⁵¹⁹ CP-AV, 1439/Lisboa - artigo especial: Santarém, cap. 12.º, p. 393.

regressava-se apenas para constatar que a realidade por que se ansiava deixara de existir, levada pelo lume ou pela espada.

Conclusão

O entusiasmo com que nos propusemos desenvolver este trabalho foi proporcional à apreensão com que começámos a gizá-lo. O tema tem tanto de aliciante como de subjetivo, pelo que as dúvidas e as hesitações foram companheiras fiéis de investigação e até de certos momentos da escrita. Apreender a vivência do combatente medieval através dos vestígios que a História nos deixou não se adivinhava como tarefa fácil, e esquecer-nos da nossa identidade para melhor captar a realidade medieval foi um processo contínuo.

A sociedade medieval, profundamente marcada pela guerra e não dispendo ainda de exércitos permanentes, contava com os seus civis para engrossar as fileiras das hostes, ao lado da cavalaria. Os exércitos eram, portanto, compostos em larga medida por combatentes de ocasião que (quando não fugiam) neles se inseriam em resultado de uma qualquer obrigação.

A guerra praticada era essencialmente de devastação e de desgaste, a partir do momento em que se tomou consciência da importância do domínio das fortificações para o controlo do território. Predominavam as cavalgadas e os cercos (mais ou menos prolongados). Batalhas campais também existiram, se bem que mais raramente, e a guerra naval conheceu um incremento ao longo de todo o período estudado.

Mergulhado neste contexto, o guerreiro medieval viu-se inserido num aglomerado humano que, lentamente, avançava de campanha em campanha, num misto de medo (do desconhecido e do conhecido) e de esperança (de um saque vantajoso). Combateram-se Muçulmanos e Castelhanos; Portugueses traidores e Ingleses aliados. Lutou-se em Portugal, em Castela e no Norte de África, terra longínqua. A guerra foi sendo justificada pela recuperação do território, pela necessidade de defesa contra os invasores e pela difusão da fé cristã.

Os combatentes em ação avançavam numa duplicidade confusa; por um lado, atemorizados pelo desconhecido, pela possibilidade de aprisionamento, pelo receio de ferimentos, pela violência dos conflitos e pela iminência da morte; por outro, convictos da justeza da sua causa, confiantes na sua fé, acreditando no seu comandante, levavam por vezes a cabo atos de coragem absolutamente surpreendentes. O sofrimento era muito e a sanidade mental nem sempre prevalecia, mas era a morte o inimigo que mais se temia. Sobretudo se ela ocorresse em terras de África, não se cumprindo todos os ritos fúnebres necessários à “passagem” para a vida eterna e sem poder contar com o culto da Igreja, da família e dos amigos.

A motivação e o apoio buscavam-se em diversos quadrantes: na perspectiva de lucro e conseqüente melhoria das condições de vida; na religião e em todo um exército de santos e de entidades guerreiras, a que se juntava uma série de crenças e práticas pagãs, presságios e

superstições; e, por fim, em tudo o que pudesse distrair a mente da brutalidade que se vivia, como a bebida ou o jogo, por exemplo. A convivência com a violência e com a morte muitas vezes afetava a sensibilidade do combatente. Matanças desenfreadas, indiferença para com os cadáveres, atos cruéis podem ser justificados por este quotidiano cruel.

O ambiente guerreiro tem intrínseca uma dualidade antagónica que reconhecemos em aspetos como: vitória e derrota – na alegria e euforia dos vencedores que contrasta com o pânico e o desespero dos vencidos –; captores e cativos/prisioneiros – na brutalidade dos primeiros que se opõe à vulnerabilidade dos segundos. Entre todos os fatores de risco a que o combatente estava sujeito, a questão da saúde não ocupava um lugar menor. Num período em que a Medicina ainda não estava muito desenvolvida, com muitas das práticas médicas e medicamentos ainda dotados de uma aura mística, adoecer ou ser ferido representava um grande risco. A isto acrescia o facto de as marchas e as próprias operações militares representarem momentos suscetíveis ao desenvolvimento de epidemias, má nutrição e desidratação, a que dificilmente se conseguia escapar.

Neste panorama, voltar à normalidade nem sempre representava um momento feliz e tranquilo. Por vezes, regressava-se para se constatar que tudo se perdera; outras vezes, feridos e incapacitados, os combatentes eram atirados para uma vida de mendicância, sem condições para trabalhar e impossibilitados de usufruir de uma existência plena. Todo este estado de coisas era extensível aos não-combatentes que, direta ou indiretamente, se viam muitas vezes envolvidos na guerra; fosse em combate direto, fosse colhendo os (maus) resultados da passagem de um exército ou da realização de uma operação militar em terras suas. Com as suas casas e meios de produção destruídos e, muitas vezes, com os corpos feridos ou debilitados e a família destruída, sobreviviam como podiam.

No geral, participar na guerra foi uma obrigação que se revelou altamente prejudicial. A balança pende, categoricamente, para o lado negativo. Experimentando todo o tipo de horrores e sujeitos a todo o tipo de adversidades, os combatentes medievais viviam uma existência precária e violenta. A perspetiva de melhoria de vida, do lucro ou do fugir à rotina também existia mas, na maioria dos casos, não passou de uma miragem.

Conscientes do muito que ficou por dizer e na expectativa de que o que dissemos contribua para uma perceção mais clara do viver e do sentir do combatente medieval, concluímos grata pelo desafio que nos foi feito e esperando ter correspondido à expectativa.

Bibliografia

Fontes:

- *A cidade de Silves num itinerário naval do século II por um Cruzado Anónimo. Fac-simile da edição por João Baptista da Silva Lopes (Lisboa, Academia das Ciências, 1844)*. Lisboa: Edições Távola Redonda, Centro de Estudos de História do Livro e da Edição (C.E.H.L.E.) – III, Câmara Municipal de Silves, 1999, pp. 153-285.
- *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um Cruzado*. Edição, tradução e notas de Aires A. Nascimento. Lisboa: Nova Veja, 2007.
- *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, coordenação de Manuel Pedro Serra, leitura paleográfica e transcrição de Luís Miguel Duarte, João Alberto Machado e Maria Cristina Cunha. Loulé: Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal, 1999/2000. Separata da Revista Al-Ulyã, n.º 7.
- *Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.
- *Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso V (Cortes de 1439)*. Edição preparada por João José Alves Dias e Pedro Pinto. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2016.
- *Cortes portuguesas. Reinado de D. Duarte (Cortes de 1436 e 1438)*. Organização e revisão geral de João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Científica, 2004.
- *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*. Vol. I. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- *Cortes portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I composta por Gomes Eanes de Zurara*. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.
- *Crónica de D. Fernando. Fernão Lopes*. Edição crítica, introdução e índices de Giuliano Macchi. 2.ª edição revista. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004.
- *Crónica de D. Pedro. Fernão Lopes*. Edição crítica, introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi. 2.ª edição revista. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007.

- *Crónica de el-Rei D. Afonso Henriques de Duarte Galvão*. [Lisboa]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995.
- *Crónica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo. Parte Primeira escrita por Fernão Lopes*. Reprodução facsimilada da edição do Arquivo Histórico Português (1915) preparada por Anselmo Braamcamp Freire. Prefácio por Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.
- *Crónica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo. Parte Segunda escrita por Fernão Lopes*. Preparada por William J. Entwistle. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977.
- *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes de Eanes de Zurara*. Apresentação de J.A. de Freitas Carvalho. Porto: Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, 1988.
- *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*. Edição crítica pelo Académico de Número Carlos da Silva Tarouca, S. J.. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1952-1953. 3 volumes.
- *Crónicas de Rui de Pina* [«Chronica do Senhor Rey D. Duarte» e «Chronica do Senhor Rey D. Affonso V»]. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Série Tesouros da Literatura e da História. Porto: Lello e Irmão, 1977, pp. 477-881.
- *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*. Edição crítica da «Coronica do Condestabre» com introdução, nota e glossário de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1991.
- *Jean Froissart, Crónicas – Duas passagens relativas a Aljubarrota*. Tradução a partir do francês medieval por Ana Sofia Laranjinha. Notas críticas por Mário Jorge Barroca. Aljubarrota: Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008.
- *Ordenações Afonsinas. Livro I*. Nota de Apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Nota Textológica de Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, pp. 285-306 [Regimento da Guerra].
- *Vegécio. Compêndio da Arte Militar*. Tradução de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga; estudo introdutório, comentários e notas de João Gouveia Monteiro. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- *“Vereações”. 1431-1432. Livro I*. Leitura, Índices e Notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte. Coleção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, XLIV. Porto: Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1985.
- *“Vereações”. Anos de 1390-1395. O mais antigo dos ‘Livros de Vereações’ do Município do Pôrto existentes no seu Arquivo*. Comentário e notas de A. De Magalhães Basto. Coleção “Documentos e Memórias para a História do Pôrto”, II. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Pôrto – Gabinete de História da Cidade, 1937.

- “*Vereações*”. *Anos de 1401-1449. O segundo ‘Livro de Vereações’ do Município do Porto existente no seu Arquivo*. Coleção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, XL. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Pôrto – Gabinete de História da Cidade, 1980.

Estudos:

- AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – “A Batalha de Agincourt (1415): o triunfo improvável de um “Bando de Irmãos””. In João Gouveia Monteiro (coord.), *Guerra e Poder na Europa Medieval. Das Cruzadas à Guerra dos 100 Anos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 269-367.
- AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *Vestidos para matar. O armamento de guerra na cronística portuguesa de Quatrocentos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 9-32.
- ALLMAND, Christopher – “War and the non-combatant in the Middle Ages”. In KEEN, Maurice H. (ed.), *Medieval Warfare – a History*. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 253-272.
- ANTUNES, Luísa Marinho – “Álvaro Pais, *Espelho de Reis* e Cartas”. In AMADO, Teresa (coord.), *A Guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994, pp. 165-206.
- ARIÈS, Philippe – *O homem perante a morte – I*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1988.
- AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. 4 volumes. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000.
- BELL, Adrian R., CURRY, Anne, KING, Andy & SIMPKIN, David – *The Soldier in Later Medieval England*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BERTOLI, André Luiz – *Guerra, Violência e Cavalaria em Portugal, 1367-1481*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016. Tese de Doutoramento em História Medieval.
- BRANCO, António – “O Outro: Travesti do Igual”. In AMADO, Teresa (coord.), *A Guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994, pp. 427-442.
- CAMPOS, Nuno Silva – *D. Pedro de Meneses. O primeiro capitão de Ceuta*. Lisboa: Sete Caminhos, 2008.
- COELHO, António Hermínio – *As feridas da Guerra no Portugal Medieval. Violência, sofrimento e cuidados médicos no campo de batalha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2017. Dissertação de Mestrado em História Militar.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – “No rasto da guerra – o antes e o depois”. In *Actas da VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. A guerra e a sociedade na Idade Média*. 6 a 8 de novembro de 2008. Campo Militar de S. Jorge (CIBA) – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha. Vol I, 2009, pp. 287-306.

- COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coord.) – *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Presença, 1996 (vol. III de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.) “Nova História de Portugal”).
- COLLINS, Randall – “Three Faces of Cruelty: Towards a Comparative Sociology of Violence”. *Theory and Society*. ISSN: 0304-2421 – Print; 1573-783 – online. Vol. I, Issue 4, Winter (1974), pp. 415-440.
- CONTAMINE, Philippe – *La Guerra en la Edad Media*. Barcelona: Editorial Labor, 1984.
- DAMÁSIO, António – *O erro de Descartes – emoção, razão e cérebro humano*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2014.
- DELUMEAU, Jean – *História do medo no Ocidente. 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009, pp.11-221.
- DeVRIES, Kelly – “Medieval Warfare and the Value of a Human Life”. In Christie, Niall e Yazigi, Maya (eds.), *Noble Ideals and Bloody Realities. Warfare in the Middle Ages*. History of Warfare. Vol. 37. Leiden/Boston: Brill, 2006, pp. 27-55.
- *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.
- *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas/Iniciativas Editoriais, 1979 (6 vols.).
- DUARTE, Luís Miguel – “A marinha de guerra portuguesa”. In BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 1. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004, pp. 290-346.
- DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte. Requiem por um rei triste*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2007.
- DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1495-1481)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999, pp. 11-25; 285-310; 355-396; 493-501.
- DUBY, Georges – *Guilherme, o Marechal: o melhor cavaleiro do mundo*. Lisboa: Gradiva, 1986.
- DUBY, Georges – *Uma Batalha na Idade Média. Bouvines, 27 de Junho de 1214*. Tradução Portuguesa. Lisboa: Terramar, 2005.
- FERREIRA, Leandro Filipe Ribeiro – *De homens comuns a força de elite: os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1385-1438)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015. Disponível em: http://www.academia.edu/5302716/De_homens-comuns_a_for%C3%A7a_de_elite_os_besteiros_d_o_conto_em_Portugal_na_Idade_M%C3%A9dia_1385-1438 (consultado a 28/12/2018).

- FIGUEIREDO, Albano António Cabral – *A crónica medieval portuguesa: génese e evolução de um género (sécs. XIV-XV) – a dimensão estética e a expressividade literária*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005. Tese de Doutoramento em Literatura Portuguesa, pp. 301-557.
- FIGUEIREDO, Albano António Cabral – *Uma perspetiva tardo-medieval do tempo da fundação: a Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques de Duarte Galvão*. Separata. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2001.
- FLORES, Marcelo – “A guerra vista do chão: os conflitos militares em Portugal nos reinados fernandino e joanino observados numa perspetiva local”. In *Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. A guerra e a sociedade na Idade Média*. 6 a 8 de Novembro de 2008. Campo Militar de S. Jorge (CIBA) – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha. Vol. I, 2009, pp. 173-182.
- FLORI, Jean – *Caballeros Y Caballería en la Edad Media*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2001.
- GAIER, Claude – “Temerite et bravade chevaleresques: une composant tactique embarrassante”. *Revista de História das Ideias*. Vol. 30 (2009), pp. 119-136.
- GARCÍA FITZ, Francisco – “Combatir en la Península Ibérica medieval: Castilla-León, siglos XI al XIII. Estado de la cuestión”. *Imago Temporis. Medium Aevum*, X (2016). ISSN 1888-3931, pp. 383-407.
- GARCÍA FITZ, Francisco – “¿"De Exterminandis Sarracenis"? El trato dado al enemigo musulmán en el reino de Castilla-León durante la Plena Edad Media”. In FIERRO, Maribel, GARCÍA FITZ, Francisco (eds.) – *El cuerpo derrotado: Cómo trataban musulmanes y cristianos a los enemigos vencidos (Península Ibérica, ss. VIII-XIII)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Estudios Árabes e Islámicos. Monografías 15. 2008, pp. 113-166.
- GARCÍA FITZ, Francisco – *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI al XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1998.
- GARCÍA FITZ, Francisco – *Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media Europea*, Madrid: ArcoLibros, 1998. Colección "Cuadernos de Historia", n.º 50.
- GARCÍA FITZ, Francisco – *La Edad Media: Guerra e ideologia: Justificaciones religiosas y jurídicas*. Madrid: SilexEdiciones, 2003.
- GILLINGHAM, John – “An Age of Expansion c.1020-1204”. In KEEN, Maurice H. (ed.), *Medieval Warfare – a History*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 59-88.
- HARARI, Yuval Noah – “Combat Flow: military, Political, and Ethical Dimensions of Subjective Well-Being in War”. *Review of General Psychology*. Vol. 12, n.º 3, (2008), pp. 253-264.

- JONES, Edgar – “The Psychology of Killing: The Combat Experience of British Soldiers during the First World War”. *Journal of Contemporary History*. Vol. 41 (2). SAGE Publications (2006), DOI: 10.1177/0022009406062055, pp. 229-246.
- KEEGAN, John – *O Rosto da Batalha*. Lisboa: Fragmentos, 1987. Coleção “Fragmentos Mais” n.º 1 (edição original: 1976).
- KEEN, Maurice – “Introduction: Warfare and The Middle Ages”. In KEEN, Maurice H. (ed.), *Medieval Warfare – a History*. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 1-9.
- LOPES, Alexandra – “Alfonso X, *Las Sietes Partidas*”. In AMADO, Teresa (coord.), *A Guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994, pp. 121-164.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, pp. 115-133; 185-208; 249-259.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987 (vol. IV de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.) “Nova História de Portugal”).
- MARTINS, Miguel Gomes – *A arte da guerra em Portugal – 1245 a 1367*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0696-5> (consultado a 01/01/2019).
- MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do Quarto Cavaleiro. O Cerco de Lisboa de 1384*. Lisboa: Prefácio, 2006.
- MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.
- MARTINS, Miguel Gomes e MONTEIRO, João Gouveia – “The Medieval Military History”. In MATTOSO, José (dir.), BRANCO, Maria João, ROSA, Maria de Lurdes, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (eds.), *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. IEM – Instituto de Estudos Medievais. Coleção Estudos 2. Lisboa: A Triunfadora, 2011, pp. 459-481.
- MATTOSO, José – “O culto dos mortos no fim do século XI”. In MATTOSO, José (dir.), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995, pp. 75-86.
- MATTOSO, José – “O poder e a morte”, in *Anuario de Estudios Medievales*, 25 (1995), pp. 395-427. <http://hdl.handle.net/10400.26/1833> (consultado a 10.10.2018).
- MATTOSO, José – “Os rituais da morte na liturgia hispânica (séculos VI a XI)”. In MATTOSO, José (dir.), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995, pp. 55-74.
- MATTOSO, José – “Pressupostos mentais do culto dos mortos”, in *Arqueologia Medieval*, 5 (1997), pp. 5-11. <http://hdl.handle.net/10400.26/2641> (consultado a 10.10.2018).
- McGLYNN, Sean – *A hierro e y fuego. Las atrocidades de la guerra en la Edad Media*. Barcelona: Crítica, 2009.

- MONTEIRO, João Gouveia – “Arcaísmo ou modernidade no Exército Português”. In *Ordens Militares. Guerra, religião, poder e cultura*. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, 22 a 25 de Janeiro de 1998. Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 259-275.
- MONTEIRO, João Gouveia – “Estratégia e Risco em Aljubarrota: A Decisão de dar Batalha à Luz do 'Paradigma Gillingham’”. In *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaios de História Militar Antiga e Medieval*. Coimbra: Salamandra, 2010, pp. 137-168.
- MONTEIRO, João Gouveia – “Parte I (1096-1495)”. In TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *História Militar de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017, pp. 15-206.
- MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da idade média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.
- MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*. Batalhas de Portugal. Lisboa, Tribuna da História, 2007.
- MONTEIRO, João Gouveia – *Fernão Lopes: texto e contexto*. Coimbra: Livraria Minerva, 1988.
- MONTEIRO, João Gouveia – *Nuno Álvares Pereira. Guerreiro, Senhor Feudal, Santo. Os Três Rostos do Condestável*. Lisboa: Manuscrito, 2017.
- MONTEIRO, João Gouveia e COSTA, António Martins – *1415. A Conquista de Ceuta*. Lisboa: Manuscrito, 2015.
- MONTEIRO, João Gouveia e MARTINS, Miguel Gomes – *As Cicatrizes da Guerra no Espaço Fronteiriço Português (1250-1450)*. Coimbra: CHSC – Centro de História da Sociedade e da Cultura e Palimage, 2010.
- MONTEIRO, João Gouveia e SILVA, Vasco Jorge Rosa da – “A vivência da guerra no Outono da Idade Média”. In BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 5. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004, pp. 12-44.
- MOREIRA, Filipe Alves – *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posteridade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013.
- NOVOA PORTELA, Feliciano, AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (coord.) – *As Ordens Militares na Europa Medieval*. Lisboa: Chaves Ferreira Publicações, 2005.
- PINA, Isabel Castro – “Ritos e imaginário da morte em testamentos dos séculos XIV e XV”. In MATTOSO, José (dir.), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995, pp. 125-164.
- RODRÍGUEZ CASILLAS, Carlos Jesús – “La guerra medieval en su contexto: entre el mito y la realidad”. In *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval*. Volume 1, Número 2 (2012). ISSN 2014-7430, pp. 158-169.
- ROGERS, Clifford J. – “The Age of the Hundred Years War”. In KEEN, Maurice H. (ed.), *Medieval Warfare – a History*. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 136-160.

- ROGERS, Clifford J. – *Soldiers Lives Through History – The Middle Ages*. Westport: Greenwood Press, 2007.
- ROSA, Maria de Lurdes – "A morte e o Além". In MATTOSO, José (dir.) e SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord. de volume), *História da Vida Privada. A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010 pp. 402-417.
- ROSA, Maria de Lurdes – *Longas Guerras, Longos Sonhos Africanos. Da tomada de Ceuta ao fim do Império*. Porto: Fio da Palavra Editores, 2010.
- SETTIA, Aldo A. – *Rapine, assedi, battaglie. La guerra nel Medioevo*. Roma-Bari: Gius. Laterza & Figli Spa, 2003.
- SILVA, Conceição Lucas – "Ibn Khaldun, *Muqaddimah*". In AMADO, Teresa (coord.), *A Guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994, pp. 327-362.
- SILVA, Vasco – *Prisioneiros de Guerra no Portugal da Idade Média*. Porto: Edições Ecopy, 2007.
- SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. Volume II. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, 1990.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – "I Parte. Idade Média (séculos XI-XV)". In RAMOS, Rui (coord.), *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, pp. 15-196.
- VERBRUGGEN, J.F. – *The art of Warfare in Western Europe during the Middle Ages*. Woodbridge: The Boydell Press, 1998.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos – "Rituais da morte em testamentos dos séculos XIV e XV (Coimbra e Santarém)". In MATTOSO, José (dir.), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995, pp. 165-176.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos – *A Vivência da Morte no Portugal Medieval. A Estremadura Portuguesa (1300 a 1500)*. Redondo: Patrimonia, 1995.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, O.F.M., 1744-1822, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam / Publicado em benefício da litteratura portugueza por Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo. – 2ª ed. revista, correcta e copiosamente adicionada de novos vocábulos, observações e notas críticas com um índice remissivo. – Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. - 2 v.; 28 cm. Consultado online em: <http://purl.pt/13944>.*

ANEXOS

Tabela de recolha de informação

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Batalha de Ourique (25/07/1139).	<p>... [antes da batalha, D. Afonso Henriques fala aos seus homens] <i>'Lembreos quamtas uezes e em quamtos lugares pelleiaram nossos antecessores com estes emijgos da ffee, e os uemçeram, poucos a mujtos. Pois nam he agora menos poderosa a mão do Senhor Deus pera nos aiudar comtra elRey Ismar, do que foy nos tempos passados pera aiudar a elles ... e tanto mais dauamtagem de nossos jmijgos deue seer nosso coração e esforço, quanto teemos mais justas causas e rrezam da pelleia. Nos pelleiamos por Deus, polla ffee, pella verdade. Estes arrenegados que ueedes, pelleiam comtra Deus, pella falssidade. Nos por nossa terra, elles polla que nos tem forçada e querem forçar. Nos pello samgue e uimgança de nossos amteçessores, eles por ajmda espargerem cruellmente o nosso. Nos por poer nossos pais, nossas pessoas, nossas molheres e filhos em liberdade, elles a nos todos em seu catiueiro. A terra que oje em dia tem e pessuem em Africa e em Espanha, nossa foy, e a christaãos por nossos peccados a tomaram: e aguora que Deus quer que a cobremos com seu desfazimemto e destroiçam, nam desfalleçamos aa uoomtade de Deus e a tamanho bem nosso ... Matamdo, ganharemos terra e homrra temporall, morremdo, guanhamos o çeeo e gloria eterna. Matamdo tolhemos a uida a nossos jmijgos, morremdo damola a nos pera sempre' ... Quando os portugueeses ouuiram taaes palauras com tanto e tam comfiado esforço do Primçipe, foram assi todos esforçados e animados de huã coração pera servir a Deus e a elle naquella batalha que pareceo seer trespassado em cada huã, o meesmo esforço que no Primçipe uijam: e rrespomderom todos ledos, que pois elle queria e lhe assi parecia, elles estauam muy prestes pera fazer o que sempre fizeram aquelles domde elles deçemdiam ...</i></p>	A coragem: discursos dos comandantes valorizando os feitos coletivos e não as proezas individuais.	CDAH XIV 52-55
	<p>... o precioso Apostollo Samtiago, cujo dia oje he, sera nosso capitam e ualledor nesta batalha ...</p>	A motivação e o apoio: a importância da religião.	CDAH XVI 63
Depois da batalha de Ourique (1139).	<p>... Depois da batalha uemçada, esteue elRey dom Affomssso tres dias no campo como he de costume fazerem os Reis ...</p>	A vitória: rituais que se cumpriam.	CDAH XVIII 69
	<p>... Depois dos tres dias passados que elRey dom Affomssso esteue no campo, com muy gramde homrra e gramdes presas douro, prata, prisoneiros e guaados tomados na batalha, tornouse pera Coymbra ...</p>	Os prisioneiros feitos em batalha.	CDAH XVIII 70

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Em Santarém, pouco antes da sua conquista aos Mouros (1147).	<i>... da parte do oriente fezeram os mouros carretar tamta terra aos christãos que tijnam catiuos, com que emcheram de fumdo açima: e fezeram huũ outeiro de tall altura, que lhe poseram os mouros nome Allarpha, que quer dizer cousa jmgreme e temerosa: porque lamçauam per allj os que eram comdemnados por semtemça aa morte: e hijam os corpos mortos teer ao fumdo aa rribreira do Teio ...</i>	Os prisioneiros: trabalhos forçados a que eram sujeitos.	CDAH XXVII 98
D. Afonso Henriques avança para Santarém (1147).	<i>... [quando em 1147, D. Afonso Henriques avança para Santarém, o que pensamos ser uma estrela cadente é tido como um bom presságio, significando sucesso na conquista da cidade] uyram huũ sinall que lhes esforçou mujto mais os corações: viram huũa estrella grande, ardemte, com grande rrayo corremdo pelo çeeo da parte destra, que allumiaua a terra, e foy ferir no mar. Veemdo esto disseram loguo todos: Senhor Deus Todo Poderoso, a villa he em nossas mãos ...</i>	A motivação e o apoio: presságios e fenómenos ‘estranhos’.	CDAH XXXI 111
	<i>... [no seguimento do acima referido, os Mouros de Santarém também tiveram ‘o seu presságio’. Apesar de não ser de bom agoiro, não o entenderam todavia como um sinal anunciador da conquista cristã] lhes apareceo outro synal muy espantoso, e que senefiquaua que averjam mortandade na terra, na terceyra noyte seguynte. Ca virom no meyo dia asy como hum tourro que ya per meyo do çeeo, que levava como a asas asas de fogo, des o cabo até a cabeça. Pela qual rezão os sabedores d amtrre eles profetizarrom que Santarrem averja çedo rey novo. E emtenderom que serja o filho de elRey Mourro que era em Sevilha ...</i>	A motivação e o apoio: presságios e fenómenos ‘estranhos’.	C7PR/I- AH XX 68
Conquista de Santarém aos Mouros (15/03/1147).	<i>... E os Mourros ... acoryom todos pera aly e defemdiomse muy fortememte. E vemdo comsyguo tanta gemte demtro que se não podiom ter, colherom se os majs deles a Alpram, mas pello desperçebimemto que em eles era, forom loguo emtrados, e matarom deles muy muytos, e molheres e moços pequenos, e era o sangue tanto pellas ruas, que parecia que forom aly mortos grande multidão de gados ...</i>	A morte: naturalidade com que, na guerra, se convivia com a morte e os cadáveres.	C7PR/I- AH XXI 73
Durante o cerco a Lisboa (junho-outubro de 1147).	<i>... cada huũ arrayall dos christãos edificou sua egreia, em que soterrassem os que assi morriam: elRey dom Affõmssso fez a sua homde depois foy edificado ho moesteiro de Sam Viçemte, aa homrra do martire Sam Viçemte: os estramgeiros edificaram outra, que ora he chamada Samta Maria dos Martões ...</i>	A morte: preocupação com a sepultura.	CDAH XXXIV 122

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Durante o cerco a Lisboa (junho-outubro de 1147).	<i>... duramdo ho cerco de Lixboa, soterravam os mortos naquellas duas jgreias que nos arrayaaes se fizeram pera isso ...</i>	A morte: preocupação com a sepultura.	CDAH XXXVI 129-130
Durante o cerco a Lisboa (junho-outubro de 1147).	<i>... atiravam [contra os cristão] escárnios e impropérios, considerando-[os] merecedores de mil mortes ... insultavam-[os] dizendo que na [sua] ausência haviam de nascer [na sua] casa muitos filhos e que devido a isso as ... esposas [dos cristãos] não se importariam com a [sua] morte, bastando-lhes ter em casa os filhos adúlteros ... Além disso ... alçavam para os [cristãos] os inal da cruz e cusbindo-lhe limpavam com ele as partes traseiras da sua fealdade e, por fim, urinando sobre ela...</i>	Ameaças e injúrias.	CLM-RC 13 105
Depois da conquista de Lisboa aos Mouros (1147).	<i>... [os cristãos] com grande preçissam sse foram aa mezquita homde ora estaa a ssee edifficada ...</i>	A motivação e o apoio: a importância da religião.	CDAH XXXV 125
Antes da conquista de Palmela (1147).	<i>... ElRey com quamto vio o medo e rreço dos seus pella grande multidad dos mouros, porem esforçamdosse no poderio de Deus seer mayor que dos homões, no qual sempre esperamdo se achaua vemçedor, ffallou aos seus nesta maneira ... ca pois Deus hordenou pera mostrar assi mais seu poder, que com tam poucos me aqui açertasse: eu detrimino por seu seruiço oje neste dia, de vemçedor ou de morto, nam me partir do campo. Des que elRey acabou de fallar, veemdo os seus nelle tamanha comfiamça e sua detriminação, todos muj esforçados com suas pallauras e esforço, disseram: Que por mujto mais desiguall que o caso fosse delles aos mouros, pois elle seu corpo detriminaua poer a tall feito, elles lhe nam falleçeriam, e o seguiriam como sempre fizeram ...</i>	O medo: temor do inimigo Mouro, o Infiel.	CDAH XLIII 146-147

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Desastre em Badajoz de D. Afonso Henriques frente a Fernando II de Leão (1169).	<p><i>... Quando elRey D. Afonso ouiuo dizer que os seus se embaraçauom com os outros, deu das esporas ao cavallo pera sajr fora da vila, e chegar aos seus. E o cabo do ferolho da porta ficaua fora, que o não abrira pera dentro o porteiro, quando abrjo a porta. E o cavallo delRey como ya ryjo, topou com elRey nele e quebroulhe a perna. Mas elRey nom leyxou de chegar aos seus ... o cavalo [de D. Afonso Henriques] ... cayou com elRey em hum çenteal, e cayolhe sobre a perna e quebroulha majs ... elRey que se não podia levantar ... e os seus que erom pouquos, e os outros muytos, ouue a ser tomado. E chegou elRey D. Fernando aly, omde ele jazia, e prendeo, e muytos dos seus com ele [sendo obrigado a negociar a sua libertação, posto o que] ... elRey D. Fernando reçebeo dele as fortalezas e a menajem, e soltouo.</i></p> <p><i>Entom se tornou elRey de Portugal a seu reyno, e foy muy bem sam da perna. E numqua despojs qujs cavalgar em besta, por não aver azo nem rezom de tornar a menagem que avia feyta, mas andou senpre em caro como soyom andar os Reys amtiguamemte, e algumas vezes em andas, e em colos d omens ...</i></p>	A saúde: ferimentos causados por fraturas.	C7PR/I-AH XXVIII 96-98
Fossado de Triana – às portas de Sevilha (1178).	<p><i>... Os mouros que tijnham ja a pomte passada, por tornarem acorrer aos que ficouam atras emcallçados dos nossos, deram tamto empacho e torua aos traseyros, que teueram os nossos gramde e muy despeiado tempo e luguar pera fazer nelles gramde matamça: e em muytos cabos se acha escripto aver sido tanta motindade dos mouros feridos e mortos no rryo dAlquibir, qua suas aguas pareciam sangue, segumdo ho sangue timge sempre mais de sua quantidade a agua, em mostra muito mayor ...</i></p>	A morte: naturalidade com que, na guerra, se convivia com a morte e os cadáveres.	CDAH LII 179-180
Cercos de Silves – Silves foi conquistada a 3 de setembro de 1189, por Sancho I, com o auxílio de cruzados.	<p><i>... foy a cidade combatida, que loguo todolos Mourros dos aravaldes que erom çerquados, foram emtrados ... os Mourros começaram a desemparrar os murros ... como meyo mortos cayom huns sobre os outros, e em fogindo em a emtrada da porta, em guysa que ja hy não avia nenhum que se currase de defender, nem de tornar as portas. E sem duujda a çidade fora loguo emtrada, mas a maliçiosa cobiça, que he raiz de todolos males, fiz que aquelas jemtes estranheyras não curarrom de os segujr majs, e lamçaromse a roubar e a buscar as casas, levamdo pera as naos toda cousa que lhe bem pareçya. E depojs que tiverrom e, elas todo aquilo que lhe aprouue e não quyserom majs leuar, puserom o foguo a todo al que ficou. A qual cousa os Portugueses ouuerom por muy gramde mal, dizemdo que lhes pareçya cousa estranha, amtes porem o foguo ao que ficava, que prestar a eles ...</i></p>	A vitória: comportamento dos vencedores no final de um enfrentamento.	C7PR/I-SI IV 154-155

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Cercos de Silves – Silves foi conquistada a 3 de setembro de 1189, por Sancho I, com o auxílio de cruzados.	<p>... E tanto que elRey [D. Sancho I] vio a torre derribada, afinouse mais por tomar a cidade, e com toda sua força a fez combater, prometendo que lhe faria muitas merces, se se afixassem para a tomar [a cidade]. E porque os dões prometidos são a esperar os prajuzosos, dizia elRey, que os que mais fizessem, que aqueles faria mayores merces. Des hy os Bispos que hy erom, pregauom e amoestauom aquele pouo, que combatesem fortememte, dizendo que tal combate e peleja era de Deos, e que os que escapassem averyom por elo saluação e / os que moreçem averjom / comprido perdom de seus pecados ...</p>	As mercês como motivação.	C7PR/I-SI VI 159
	<p>... os Christãos levamtarrom ao çeo grandes brados, dando muitas graças a Deos que os ajudaua. E elRey, como vyo o murro em terra mandou loguo a grão presa, que pusessem as escadas. E pela gram trigança, como se soe fazer em taes feytos, nom a puserom e asemtarom bem. E jndo a escada chea de gente, trabalhando cada hum por ser o primeiro, descomçertouse o asemtamemto, e cayo com eles, e vyerom todos ... a terra. E prouue a Deos que nom morerom deles mais que dous. A qual cousa os Mourros vendo, tomarom grande prazer, dando grandes brados e alarjdos e batendo as palmas, fazendo grande escarneo deles. Os Christãos, quando esto ouuyrom, foram muy tristes. Com grande dor e gemjdo fizeram oração a Deos, dizendo: O Senhor, Samto de todos os Samtos, todo poderoso perduravel Deos, muitas graças Te damos, que Te prouue de nos gardar de tão grão perjguo. Porem roguamos a Tua jnfinda piadade, que asy como por Teu mandado, as vozes das trombas dos çaçerdotes os murros de Jerjquo cayrom, e vierom todos a terra, asy Tu nos queyras oje ajudar contra estes jnmjguos da Fee, em guysa que nos, mostrando nosas forças comtrra eles, ajam em sy tal espanto, que não posom durar ante nosa façee». Emtom tornarom outra vez a coreger a escada, e asemtaromna mjllhor. E comesarom de sobir por ela com grande vontade, que por ferjdas nem pedradas que os Mourros dejtassem, nom os puderom embargar de sobri a syma. E o que ya diante, leuaua a espada na mão, pera ferjr ao primeyro que achase, e asy cada hum dos outros. E como chegou a syma, loguo matou o primeyro que veyo a ele, e saltou demtrro no murro, e os outros apos ele. E de tal guysa ferirrom em eles, que per força nem syssos que os Mourros ouuessem, nom os podiom sofrer, e tornarom costas aos Christãos, que persegujdosos cobraram jndo grande parte do murro ...</p>	<p>A coragem: no caso vertente, para ultrapassar o revés de uma escada partida, que esteve na origem de uma queda desastrosa e obrigou a uma nova tentativa de escalada.</p> <p>A saúde: ferimentos causados por projéteis lançados do cimo das muralhas.</p>	C7PR/I-SI VI 160-161

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Cercos de Silves – Silves foi conquistada a 3 de setembro de 1189, por Sancho I, com o auxílio de cruzados.	... depois que os Christãos tiveram a coyrça em seu poder, foram muyto alegres, pojsque lhe Deos dera aquilo por que trabalharam ...	A motivação e o apoio: a importância da religião.	C7PR/I-SI VII 162
	... foy a çede tam grande nos de demtro da çidade, que os Mourros traziom os papos e as trijpas sequas, e gram parte deles desfaleçyom por mymguoa d agooa. E tamtos erom os que morjom, que os nom podiom lamçar fora das casas, nem os soterar. E vendo que padecyom cada dia pelo afimcamemto que lhe faziom os Christãos, e como morjom comtynuamente, desesperarom de se poder ... majs ter ... E entom costramgidos per necessidade de sede, sayo o Alcayde da çidade e outros dous dos mayores do lugar. E vieromse a elRey e falarom com ele, dizendo que lhe darjam a çidade, e que os leyxasem jr com todas suas cousas ... E elRey emtom, avendo piadade dos Mourros, ouue de fazer com os Farmemguos que os leyxasem a vida sem outra nenhuma cousa que leuasem ... E asy foy feyto. E ouue elRey emtom a çidade. E fez hy huma jgreja catedral ...	O sofrimento provocado pela fome e pela sede.	C7PR/I-SI VIII 166-167
	... [quando os Mouros começaram a abandonar a cidade foi possível perceber] a miserável situação, a que estavam reduzidos: muito macilentos apenas se podião ter em pé. Muitos andavão de gatinhas, e encostados aos nossos que os sustinhão; outros estavam estirados pelas ruas mortos ou moribundos, e por isso era insupportavel o fedor que havia na cidade, assim dos cadáveres das pessoas, como dos animaes ...	O sofrimento provocado pela fome e pela sede.	Silves-CA (-) 206-208
Explicações para fenómenos ‘estranhos’.	... [aquilo que acreditamos que terá sido um eclipse solar é descrito da seguinte forma] no no ano de M CC XXXVII anos, foram vistos synaes amtre a ora de sexta e a noa, quamtos, diz a Estorja, que não forrom da pajção de Jesu Christo ataa aquele tempo: Que foy verdadeyramente o sol feyto negro como piz. E apareço no ceo a lua e as estrelas. Pela qual cousa os homes e as molheres com grande temor fogiom todos pera as jgrejas, esperando quando verrya a morte sobre eles, bradando a Deos que lhe acoreçe. E asy os clerjguos, como os leygos, todos estauom esmoreçidos e maravilhados, pensando que o mundo se querja fundir. E partimdose (sic) aquela noyte, e treuas, e o sol cobrando a sua clarjdade, pareço a lua em desuayradas gujsas, como amte numqua fora vista ...	A motivação e o apoio: presságios e fenómenos ‘estranhos’.	C7PR/I-SI XI 175-176

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Conquista de Alcácer (20 de outubro de 1217).	... vyerom D Mouros coredores ao arayal dos Christãos. Como estauom desegurados, derom volta pera os seus. E entom vyerom todos jumbtos, e erom tantos que estromdiom a terra com tantos brados e alarjdos e aroydo de tronbetas, que não avya coração de homem que não fosse toruado e fizesem aver medo ... E leuaram os Mouros a mjlor deles daqueles vez ...	O medo: temor do inimigo Mouro, o Infiel.	C7PR/I-AII V 191
Conquista de Alcácer do Sal pelos cruzados (20 de outubro de 1217).	... falou o Bispo aquelas gemtes, e dise asy: 'Amjguos, bem vistes os synajs maravilhosos que nos Deos qujs mostrar pera nos esforçarmos. Pojs não avemos porque majs tardar, mas loguo em esforço de Deos e de todos seus Martyres, per tal dia como oje he, ca vamos ferjr em nosos jnmjgos ...' E entom os Christãos com grande esforço e sem nenhum medo, foram dar no arayal dos Mourros, e cruelmente os destroyrom e matarrom ...	A motivação e o apoio: a importância da religião.	C7PR/I-AII VI 193
Cercos de Coimbra pelo conde de Bolonha, no âmbito da crise de 1245-1248. Martim de Freitas recusou entregar o castelo mesmo quando os seus homens lhe suplicavam que cedesse.	... alguns parentes de D. Martim de Freitas, e todos hos que erom demtrro com ele, vemdo como avya ja gramde tempo que erom cercados em que cada dia padeçiom pyor, sem se ver acorro de nemhuma parte, afincauomno todavya, que dese ho lugar ao Comde, dizendo [entre outras coisas]: '... padeçendonos tanta fame e sede, e sermos costramgidos a comermos tam mas vyandas e tam avorecydas cousas'. E porem lhe deziom e aconselhauom que dese o lugar ao Comde, que jamajs não podiom soportar tam gramde fome e mal, como aquele. E ele respondeo e dise: '... numqua Deos queyra que tam gramde mymgoa e vergonha e mal pase por mjn, que eu faça tal trejção, que eu leyxe este castelo, senão aquele que mo entregou. Que bem vejo a tribulação que vos e eu padeçemos. Mas se vos amjguos, parardes memtes as grandes fames que ja muytos padeçerom em sendo cerquados de seus jnmjguos, e como muytos tajs padeçerom grande mjngua de todolas cousas, que taes ouue ja hy, que por manterem lealdade, se mantiverom com rajzes d ervas ... Porem vos roguo que me ajudes a defender em quanto puderdes, ata que nos Deos acora, que não pode ser, que tão gramde mal como este, dure muyto /tempo /. E se algum de vos ho a por mjngua de molheres, que não tenhaes que vos syrvão, ou as desejam em outra gujsa, dygammo, que ex aquy esta mjnha filha, a que eu mamdarej que vos syrua de boa memte. E amte esto consimtirej que ela perqua sua vergimidade e homra, ante que por mjngua de vos outros ser costramgido a fazer trejção, e dar o castelo aquele que mo não deu' ... E emtão responderom ... que eles numqua o leixaryom por cousa que lhes aujese, ata morerem todos aly com ele ...	A coragem em ligação com questões de honra e de sentido de dever.	C7PR/I-SII IX 239-240

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Sobre o reinado de D. Afonso III (1248-1279).	... [D. Afonso III procurou manter] <i>o Reyno em muyta justiça e aseçeguo. E coregeo a terra que estaua muyto estragada do tempo de seu jrmão ... [e] Em tempo deste Rey foram alguns anos de grande fome, e ele se trabalhou com grande cuydado de acorer aos proues, e livrou muytos da morte, com suas esmolas que lhes daua ...</i>	O regresso depois da guerra: devastação de alguns lugares localizados em zonas mais críticas.	C7PR/I-AIII I 248
Campanha de Dinis em Castela, durante a crise de sucessão de Sancho IV (1296).	... <i>chegou [D. Dinis e a sua hoste] ... ao lugar que chamom Pozall, que he castelo de Medina. E quebramtarrom os seus a jgreja e matarrom quantos se a ela acolherom e roubarom quanto em ela acharom, e com toda crueza que matarom e catiuarom, nom perdoando a nenhuma idade, em gujsa que não leyxarom cousa que se destrójr pudese. E não com menos ardor de sanha foram os Castelhanos contra os Portugueses ... e emtrarom em Portugal, destróndo e quejmando e matamdo homens e molheres ... E leuaram os Castelhanos d aquela vez VIII centos Portuguezes catiuos e venderomnos ... E desta gujsa fizeram os Castelhanos aos Portugueses, e os Portugueses aos Castelhanos, que os catiuauom e os vendiom asy como seruos, a quem os comperar querja. Mas alguns Castelhanos auya, tam erejes e sem umanjdade, que quando cativavom os Portugueses, asy lhe tirauom as bestas, como se jugarem a barejra, em tal gujsa que erom hos corações de hus e dos outros açezos em esta noua guera, que pareçiom que ardiom os Regnos com destrujções tão sem piedade ...</i>	À violência, por norma, respondia-se com violência. Os prisioneiros, por vezes, eram vendidos como uma mera mercadoria.	C7PR/II-D IX 36-37
	... <i>Muy grandes praguas e cousas asperas de sofrer, se punham as gemtes dambas partes por vingarem sua sanha ... fazendo dos estremos grandes cavalgadas nas terras dos jnmjguos, destróndo e matando e trazemdo grandes roubos, em gujsa que em todos os lugares omde gemtes achauom que cercados não erom, não ficaua cousa que destroyda não fose ... Nem valyom as jgregas (sic) aqueles que se em elas acolhyom, e aly erom roubados e mortos como em qualquer lugar outro. E asy lhes punhão foguo e as queymauom, como faziom as outras casas, em gujsa que açaz delas foram queymadas e mujtas aldeas e lugares e castelos destroydos, e mortas mujtas gemtes e catiuas em eles ...</i>	À violência, por norma, respondia-se com violência. Os combatentes, por vezes, adquirem uma insensibilidade que lhes permite avançar para a luta. Os prisioneiros feitos em cavalgadas.	C7PR/II-D X 38

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Guerra civil entre D. Dinis e o seu filho e herdeiro, o infante D. Afonso (1319-1324).	<i>... elRey chegou a Santarem, emuyou recado a Lourenço Anes Redondo, que estaua (sic) no alcaçar de Lejrja, que desepase e matase aqueles que derom entrada ao Jffante. E ele asy o fiz, e mandou deçepar e quejmar noue homens dos mjlhores que auya no lugar ... E o Jffante partiose de Tores Novas e chegou a Tomar. E não achou hy que comer nenhuma cousa que fose de vianda pera sy nem pera os seus, nem feragem pera bestas. Ataa as segurelhas acharom fora dos moynhos, pera não poderem moer trigo pero seu mamtimento ...</i>	A saúde: ferimentos provocados por sevícias corporais.	C7PR/II-D XXXVIII 113
Guerra luso-castelhana que opôs D. Afonso IV ao seu genro D. Afonso XI, entre os anos de 1336 e 1338 – a frota portuguesa atacou uma série de localidades junto à costa da Galiza.	<i>... os que hy erom moradores [Castelhanos], não lhe podiom defender a terra, pelas gemtes que erom muytas. E desepararom as aldeas hu uyuyom, e acolhyamse aos lugares çercados. E os da frota punhamlhe fogo e cortauomlhe as vinhas e destroyão lhe todalas cousas a que empeçer podiom. E foramse a Bayona de Mjnhos, e queymaromlhe os arabaldes, e estragarom toda a costa de Galiza, poemdo fogo a muytas barquas e naues, com grandes roubos e muytos catiuos, a seu saluo e com grande prazer se tornarom ao porto de Lixboa ...</i>	A violência económica.	C7PR/II-AIV XXXVIII 262-263
Guerra luso-castelhana que opôs D. Afonso IV ao seu genro D. Afonso XI, entre os anos de 1336 e 1338 – o rei de Castela atacou Tavira.	<i>...elRey [de Castela] veyose a Tauira ... E pousando no moesteyro de São Francisco, mandou apousemtar seu arayal açerca dela, e fazemdolhe muy grande dapno no termo de redor, cortamdolhe muytas figueyras e vinhas que hy auya ...</i>	A violência económica.	C7PR/II-AIV XL 267
Guerra luso-castelhana que opôs D. Afonso IV ao seu genro D. Afonso XI, entre os anos de 1336 e 1338 – derrota portuguesa na batalha naval do Cabo de São Vicente (21 de julho de 1337).	<i>... vemdo os Castelãos a sua frota que se perdia de todo, cobrarom tão grão coração e pelejarom asy esforçadamente, que toda a frota de Portugall foy vemçada e desbaratada. E foram mortos em esta peleja muytos de huma parte e da outra, e tomadas as galees ... E presos todolos Portugueses que da peleja escaparom vuyos ...</i>	Atos de coragem que refletem uma atitude de desespero Prisioneiros feitos em contexto da guerra naval.	C7PR/II-AIV XXXIX 265

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
<p>Período antecedente à batalha do Salado – avanço muçulmano pelo sul da Península liderado por Abu Malik (1339).</p>	<p>... [depois de alguns enfrentamentos, os Castelhanos levaram a cabo um bem-sucedido ataque surpresa ao acampamento muçulmano, nas margens do rio Barbate] <i>os Mouros ... que escapavam de mortos e catyuos [puseram-se em fuga] ... contra Alljazyra, sem allguma lembrança da salluaçam do Ifante Abomelyque, seu senhor [e herdeiro do trono beni-merine], que a pee e desemparado fficou no arayall. O quall asy a pee, queremdose acolher e salluar na sera, ele asy / de muyto / cansado, nom pode, e ficou escomdido em humas ballsas pequenas, lamçado em forma de morto. Homde, sem o conhecer, porque mudou os vestydos, o topou um Christão, que por lhe semtyr allgum espirito e vyda no corpo, querendo acaballo com a morte, que com ferro de Christãos ajmda nam hera nele começada, lhe deu duas lamçadas ... a Caronyca dos Mouros tem que elRey Alyboaçem mamdou cortar as cabeças a muytos seus cavaleyros e homens prymcypaes porque fogyram da batalha em que hera seu filho, e o desempararam, e porque se nam aventuraram morer antes com ele ...</i></p>	<p>O pânico da derrota.</p>	<p>C7PR/II- AIV LIII 306-307</p>
<p>Período antecedente à Batalha do Salado (1340).</p>	<p>... [os] <i>cavaleyros Christãos d aquele tempo [tinham] dos Ymfieis tam mylagrosas vytoryas, nom ... sem justa premysam e deuydo gualardam da bomdade de Deos [pois] ... heram aly muy boms Christãos, mamtemdo em tudo seus santos mamdamemtos, e os verdadeyros artyguos da samta Fee, porque nom roubavam o alheo, e dos vyçyos da carne hyam muy abstynemtes, e todos los Domymguos e Festas se comfesauam e tomauam ho Corpo de Noso Senhor, e faziam pemdemça de seus pecados. E por esta causa diz que hos pouos destes tynham por graça de Deos tall poder e esforço, com que vemçyam os ymffieis, com quem peleyjauam ...</i></p>	<p>A motivação e o apoio: a importância da religião.</p>	<p>C7PR/II- AIV LIV 309-310</p>

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
<p>Período antecedente à Batalha do Salado – as frotas portuguesa e castelhana, que protegiam o Estreito, tentando evitar a passagem de mantimentos e homens do Norte de África com vista a apoiar o exército do sultão Abu-I-Hassan, que cercava Tarifa, são apanhadas por uma grande tormenta junto a Algeciras (1340).</p>	<p><i>... sobreveo tam grande tormenta no mar, que com as forças dele as frotas de Castella e de Purtuguall, forçadamente foram ha costa junto d Alljazyra ... hos homens destas guales que foram a costa, por ser na propya tera dos Mouros, se perderam, porque ho mar affogou muytos. E os que ficaram vyvos, foram tomados e leuados catyvos a Alljazyra. E destes allgums que heram fracos de coraçõis e pouco firmes na fee, vyeram ante Alyboaçem, que com promesas e grandes esperanças os exortava pera tomarem a ley de Maffamede, dizemdo que por obras ja muy craras ... e por taes mylagres como vyam, ja veryam que sua ley era mylhor, que ha de Jesu Christo. Pois nam podiam neguar que has homdas do mar, soo porque Deos o querya, pelejauam ja pelos Mouros, e elas trazyam as suas mãos os Christãos, seus ymiguos. E por yso muytos que avyam mor medo a morte e tromentos dos corpos, que ha perda das allmas, escolheram por sua comdenaçam sua çeyta errada e se tornaram Mouros ... Mas houtros muytos, em cujos corações hera a fee verdadeyra de Christo, e eles sem medo per suas bocas a confessamdo, escolheram receber a morte, e como Marteres loguo padeçeram, por que depois dela reynasem com Christo pera sempre ...</i></p>	<p>O medo: temor do inimigo Mouro, o Infiel. A morte no mar.</p>	<p>C7PR/II- AIV LVII 319-320</p>
<p>Batalha do Salado (30/10/1340).</p>	<p><i>... ellRey D. Afomso de Purtuguall ... hum pouco damtes de romper com suas batalhas nas azes dos Mouros, ffez aos seus Purtugueses huma breue falla... [e] mamdou ha D. Alvaro Gil Pereyra, Pryoll do Crato, que ante dos emcontrarem, mostrase a todos ho lenho da vera Cruz, que leuara do Marmelar. O quall trouxe loguo hum cleryguo reuestido, posto em huma aste, aleuamtado com bamdeyra. E o Pryoll dise a ellRey: «Senhor, temde fee, e deuaçam neste synall vytoryoso da vera Cruz, porque na verdade oje vemçereys seus ymyguos». E depois que ha Cruz com muyta deuaçam ffoy dellRey e de todos hos que a vyram, adorada, e pedimdo a Deos que pela vertude e grandes merecymentos dela, nos ajudase, tomaram diamte de sy a mesma Cruz por guya. E seguio loguo apos ella ha bamdeyra Reall de Purtuguall ... E com ysto, semdo horas de Pryma, e ymvocamdo com grande deuaçam, e repetimdo muytas vezes o nome de Jesu Christo, cometeram loguo pella parte esquerda comtra as azes dellRey de Grada...E de huma parte e da houtra se tratou huma muy brava e peryguosa batalha ... [com o esforço do embate, os homens comandados pelo Rei de Portugal] pelo grande camsaço e affromta da batalha em que amdaum, pareçya que lhe fallecyam [as forças], e que nom podiam já sopryr ao que ha bomdade de seus corações desejava e cometya. E nesta grande agonya e muyta fraquesa, em que se vyam, os emfraquentou muyto mais, que lhe desapareço a vera Cruz, que ante sy traziam, e com cujo fauor pelejauam, porque ella</i></p>	<p>A motivação e o apoio: a importância da religião.</p>	<p>C7PR/II- AIV LXII 339-340</p>

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Batalha do Salado (30/10/1340).	<p><i>hera ho maior socoro de sua deuota esperamça. O Pryoll do Crato, que bem semtya esta necesydade, mamdou loguo atras seus cavaleyros que a ffosem buscar. E de dentro das mais trauadas batalhas a trouxeram, e com ella ho cleryguo, seu allferez, que sem receber dano, ha trazia aleuamtada. E com sua vymda e com as palavras d esforço, que com ella loguo se disseram, elRey e os Purtugueses, como refrescados de hum novo e gramde fauor, leuamdoa outra vez diamte de sy cometeram tam ryjamemte os Mouros, que loguo com vertude da Cruz, mylagrosamemte se mudou ha ventura, que damtes aos Christãos parecyra de todo comtrayra, porque has batalhas em que hera ellRey de Grada, nom podemdo sofrer as ferydas e guolpes dos Christãos, que nam parecyam ser dados per mãos, nem per forças umanas, vollveram primeyro as costas. E vemcydos ja de todo, por salluarem as vydas, começaram a ffogir... Em cujo emcallço os Purtugueses seguymdo, mataram muytos deles, que heram sem comto. EllRey de Purtuguall foy nesta batalha o primeyro vytoryoso, e que della como prymcypall vemçedor mereçeo ho prymcypall louuor, asy como ho Pryoll do Crato na comfyamça da vera Cruz ...</i></p>		
	<p><i>... [os homens que compunham a hoste do rei de Granada] vemcydos ja de todo, por salluarem as vydas, começaram a ffogir... Em cujo emcallço os Purtugueses seguymdo, mataram muytos deles, que heram sem comto ...</i></p>	As fugas desesperadas de exércitos derrotados.	C7PR/II-AIV LXII 341
	<p><i>... E a mortymdade dos Mouros, posto que fose muyto gramde, ajmda ffora muyto mayor, se os mays dos Christãos nom ficaram roubamdo as muytas riquezas dos arayaais dos Mouros, e catyuamdo suas ffilhas e molheres e moços pequenos. Homde homens baixos mataram e espedaçaram a dita Fatima Tuneçya, molher prymcypall delRey Alyboaçem... De que aos Reys Chrystãos muyto pesou, pelo gramde preço de seu resguate de catyuos ou de dinheyros, que se por ella houvera ...</i></p>	A perspectiva do lucro como motivação. A vitória: comportamento dos vencedores no final de um enfrentamento.	C7PR/II-AIV LXII 346
	<p><i>... E cymquo bamdeyras de Mouros, prymcipaes, que foram tomadas na batalha, que por synall deste tryumfo e vytorya foram trazydas a Portugall e postas na jgreja mayor de Lixboa ...</i></p>	A vitória: destruição dos símbolos do poder adversário.	C7PR/II-AIV LXII 346

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Batalha do Salado (30/10/1340).	... depois deste desbarato dos Mouros os Reys e suas gentes vyeram loguo sobre as tendas que tynham armadas de redor de taryfa ... [nas tendas do seu acampamento, os cristãos] acharam grandes tesouros d ouro e de prata, e de çeda e de lynho e de lam, teçydos per dyversas maneyras, e asy grandes e riquas bayxelas com muytas peças d ouro e de prata, lauradas sotyllmemte e per maravylhoso artyfycyo. E alem disto, outros despojos de cavalos, camelos, armas, catyuos, e cousas, que nom se podem dizer, nem comtar ...	A perspectiva do lucro como motivação.	C7PR/II- AIV LXII 346-347
Durante as guerras entre Aragão e Castela.	... quando [D. Pedro de Castela] entrou per força [em] Carinana mandou matar quantos no logar avia, que nom ficou soamente huï; e a rrazom por que dizem que os assi mandou todos matar foi porque el teendo-a cercada e nom a podendo tomar, alçou o cerco de sobr'ella; e os da villa, quando os virom assi partir, começaram de braadar do muro dizendo seus doestos e maldiçoões, cada hñu como lhe prazia; e el-rrei ouve disto grande menencoria, e mandou tornar suas gentes sobre o logar, e tam rrijamente lhe deu o combato que a entrou logo per força; e por esto mandou fazer aquella grande mortiindade ...	A violência: massacres.	CDP XXXIV 156
Cercos da cidade de Córdoba por D. Pedro I de Castela, tendo como aliado o rei mouro de Granada.	... O desmanho foi tam grande em-na cidade por esta rrazom que cuidarom que eram entrados. As donas e donzellas que eram na cidade ... [achando que esta era já tomada] sahiam aas rruas e praças, chorando escabelladas, pedindo mercee aaquelles senhores e cavalleiros que ouvessem d'ellas doo e piedade e nom as leixassem seer desonrradas e postas em cativeiro de mouros; e tantas lagrimas e gritos e taaes pallavras diziam, que nom avia homem que as ouvisse que nom ouvesse d'ellas compaixom e doo; o quall tanto esforço fez cobrar aos que dentro eram que rrijamente aderençarom pera aquell logar em que os mouros estavom, e pellejarom com elles assi de voontade que per força e maaos seu grado lhe fezerom desemparrar o muro e os deitarom fora da cidade, matando d'elles muitos e outros cativando... e fezerom a pressa correger mui bem aquell rrompimento do muro ...	Os prisioneiros: a possibilidade de escravidão sexual.	CDF XIX 66

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Primeira guerra fernandina (1369-1371) – cerco de Henrique II de Castela a Braga (agosto de 1369).	<p><i>... Chegou el-rrei dom Henrrique [II de Castela] a Bragaa, e como o logar era grande e mal cercado, sem aver hi mais d'hüua torre, em logar ainda que nom prestava, era bem aazado pera sse tomar. Lopo Gomez de Lira, sabendo como na cidade estava muito pouca gente, e ainda esses poucos que eram muito mall armados pera defender a cidade, lançou-sse dentro ante que el-rrei de Castella chegasse, com hñus dez de cavallo e trinta peoões. El-rrei dom Henrrique começou de a combater, e pero o muro fosse baixo e os de dentro mui mall armados, nom a podia el-rrei tomar ... combatheo-a de guisa que morrerom dos de dentro quareenta e oito homens, per mingoa de nom seerem armados: pero com todo esto nom a pôde el-rrei tomar. Estonce os da cidade, veendo que a nom podiam defender, preitejarom-sse a certos dias que o fizessem saber a el-rrei dom Fernando, que estava em Coimbra ... A cidade nom foi acorrida ao tempo que sse preitejou, e deu-sse a el-rrei dom Henrrique, e entrou dentro em ella com todollos seus; os do lugar poserom as cousas que levar poderom dentro da See, onde lhas nom tomavom; e depois que el-rrei hi esteve hñus seis dias, veendo como era maa de manteer, desi a terra gastada de mantimentos, poserom-lhe fogo e foram-sse a Guimaraães... El-rrei dom Fernando, quando soube como sse Bragaa dera, ouve gram queixume dos do logar, dizendo que sse poderom mais manteer se quiserom, moormente que ell se fazia prestes pera lhe hir acorrer ...</i></p>	<p>A violência nas operações de cerco.</p> <p>Por vezes, depois da conquista de uma praça, esta era abandonada, sobretudo por falta de condições para a manter.</p> <p>Desagrado do rei pela rendição de uma praça.</p>	CDF XXXIII 109-110
Primeira guerra fernandina (1369-1371) – cerco de Henrique II de Castela a Guimarães (setembro de 1369).	<p><i>... [durante o cerco castelhano a Guimarães, foi descoberta a traição de Diego Gonçalves de Castro, pai de Lopo Dias de Azevedo] ao seraão entrou Diego Gonçalvez de Castro, padre de Lopo Diaz d'Azevedo, em panos de burell dentro da villa, dizendo que era homem do jullgado que hia a vellar; e os da villa conhecerom-no, e foi logo tomado; e veendo que nom avia em el se nom morte, confêssou que antre el e el-rrei dom Henrrique avia tall falla, que posesse o fogo aa villa em quatro partes, e que enquanto os da villa acorresse a apagar o fogo, que trabalhasse el-rrei dom Henrique por entrar a villa; e elles, veendo tall treição como esta, matarom-no, e leixarom-no comer aos caães ...</i></p>	<p>A violência sobre traidores, descobertas que foram as traições.</p>	CDF XXXIV 112
Primeira guerra fernandina (1369-1371) – depois de Bragança se render (1369).	<p><i>... ouve el-rrei dom Fernando mui grande queixume dos moradores de Bragança e de Vinhaaes e do outros logares que el-rrei dom Henrrique tomou ... dizendo que per sua culpa lhos derom, podendo-se deffender per maior espaço, e deu os bñes d'algñus aaquelles que lhos pediam; os quaaes se ouverom por mui agravados, dizendo que culpava elles porque sse davom tam aginha, nom se podendo mais deffender, aos emmiigos, e nom culpava a ssi que lhes nom acorria, podendo-o mais bem fazer ...</i></p>	<p>Desagrado do rei pela rendição de uma praça.</p>	CDF XXXVI 120

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Primeira guerra fernandina (1369-1371) – bloqueio naval português a Sevilha (primavera de 1369 - outono de 1370).	<p><i>... Passado verão e viindo o inverno, começou a gente [portugueses] de adoecer e os mantiimentos de mingoar, e morriam algũus e soterravam-nos em terra, e d'alli os dessoterravam os lobos e comian-os; e posto que lhe el-rrei mandasse navios com bizcoito que sse fazia no Algarve e em Lixboa e outros mantiimentos e cousas que lhe mester faziam, nom era a avondança tanta que lhe satisfazer podesse; em guisa que per frio e fame e comer desacostumadas viandas veherom muitos a morte e fraqueza e continuadas doores; e sse algũus per morte ou fugimento falleciam da frota, logo era comprido o conto d'outros tantos que novamente tragiam a ella ... E mandava el-rrei allá muito burell e panos de linho e de coor e vestires feitos pera algũus que andavam mall vestidos, e descontavam-lhos no solldo quando lhe levavam os dinheiros de que lhe faziam pagamento ... ho mui longo tempo que continuadamente alli jouverom, que foi hũu anno e onze meses, passando muita fame e frio e outras doores, fez que sse perdeo muita gente d'ella; ca lhe cahiam os dentes e os dedos dos pees e das mãos, e outras tribullações que passavam, que seeria longo de dizer ...</i></p>	<p>O sofrimento pela fome e pela sede em exércitos em campanha.</p> <p>A violência psicológica e o choque com algumas cenas macabras.</p> <p>A morte pela fome.</p> <p>A preocupação com a sepultura.</p> <p>A saúde fragilizada pela fome, pelo frio e pelas doenças.</p>	CDF XLII 138-139
	<p><i>... E mandou el-rrei dom Fernando desarmar as naaos e gallees, nas quaaes se perdeo muita gente ... porque tenerom dous invernos em ellas; que taaes ouve hi, segundo diziam, que foram em ellas metidos sem barvas e que aa tornada veheram caões; e el-rrei gastava seus tesouros e perdia as gentes com pouco acrecentamento de seu estado e honrra ...</i></p>	<p>O regresso depois de longas temporadas afastados de casa.</p>	CDF XLIV 147
Tratado de paz assinado em Alcoutim, pondo fim à primeira guerra fernandina (março de 1371).	<p><i>... que todos prisioneiros que em esta guerra foram filhados fossem entregues de hũua parte aa outra sem rrendiçom nêhũua, posto que aveença tevessem feita com aquelles que os tinham em seu poder ...</i></p>	<p>Resgates e trocas de prisioneiros.</p>	CDF LIII 182

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Cortes de 1371 (Lisboa) – capítulos gerais do Povo.	<i>... Ao que dizem no primeiro arrtigo que daqui en deante nom fezesemos guerra nem moeda nem outros autos nehuüs de que se posa seguir dapno aa nosa terra Saluo com conselho dos nosos cidadãos e naturaaes ... A este arrtigo dizemos que queremos auer acordo conuosco sobr esto ...</i>	Desagrado dos povos com a guerra.	CP-F art. 1.º 16
	<i>... a nosa terra he dapnada porque quando auemos guerra per terra ou per mar ou outro Juntamento alguũ se faz de companhia que os nosos çidadaãos que som chamados pera esto ham ssuas quintaas e herdades em que teem sseus lauradores e caseiros e costrengem nos que uaam seruir e ficam as dijctas quintaas e herdades despobradas e dapnificadas E que o nosso Reyno he poreu peor manteudo. E pedijam nos por merçee que en caso que taaes mesteres acontecam que taaes pesoas sseiam escusadas de seruir per sij e per outre ... rrespondemos e mandamos que esto uos sseia outorgado nom Enbargando cartas nossas ou ordjnhações fectas per os nossos ofiçiaaes em que fossem escritas ante desto e esto mandamos querendo ffazer graça e merçee ao Nosso Poboo.</i>	Deslocações de população.	CP-F art. 22.º 25
	<i>... o almirante e corregedores e coudees e outros homeens que tragem nosso poder sse mandam chamar alguüs pera as galees ou pera outro nosso seruiço sse alguüs tam [toste] la nom uaam ou per medo de mal pasar o que he pequena marauilha ca nom podem hjr cantando donde os outros ueem chorando ou por os nom Acalçar hj a uez que lhjs Mandamos prender as molheres e os filhos e teem nos em prisom ataa que os maridos tornam E que taaes hj ha que curam pouco delo e Jazem elas com sseus filhos lazerando em prisom prolongada nom mereçendo porque. E pedjam nos que fosse nossa merçee de mandarmos que daqui a deante sse nom faça ... rrespondemos e mandamos que se nom faça ca sem rrazom e contra djreito he de padecerem as molheres e os filhos por esto e mandamos aas nosas Justjças que os façam Soltar ...</i>	Problemas com recrutamento: fugas. Deserções causadas pelo medo.	CP-F art. 80.º 53
Segunda guerra fernandina (1372-1373) – cerco de Lisboa, por D. Henrique II de Castela (fevereiro-março de	<i>... El-rrei dom Fernando, quando vio que el-rrei de Castela ... se hia lançar sobre Lixboa, hordenou de mandar gentes a ella por ajuda de sua defenssom ... e mandou derribar todallas casas que estavom juntas com o muro, por sse nom colherem os castellaãos dentro em ellas, e rreberem por alli damno ...</i>	Destruição autoinfligida do território.	CDF LXXIV 261

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
1373).	<p>... [espaçou-se pela cidade de Lisboa a ideia de que] <i>Diego Lopez Pacheco fora o principal aazador que fezera el-rrei dom Henrique viir cercar Lixboa, fazendo-lhe entender que na cidade avia pessoas que por o seu dariam tall aazo ... foi grande alvoroço em-na cidade por esta sospeita, dizendo o poboo contra algũus moradores d'ella que eram da parte d'el-rrei de Castela ... e que a cidade era vendida per elles ... E porque algũus d'elles tiinham chaves de certas portas, foram-lhe logo tomadas, e elles todos presos; e como em semelhantes feitos muito de rrecrear nom se esguarda nẽhũua desculpaçom nem espaço de saber a verdade, foram sem mais deteença todos metidos a tormento, e sem confessando nẽhũua cousa ... hũu homem ... [foi] arrastrado ... pella cidade e o fezerom em postas, e assi morreo. Outro tomarom e poserom-no na funda d'hũu engenho que estava armado a porta da See; e quando desfechou, lançou-o em cima d'essa igreja antre duas torres dos sinos que hi há, e quando cahio, acharom-no vivo; e tomarom-no outra vez e poserom-no na funda do engenho, e deitou-ho contra o mar, onde elles desejavom, e assi acabou sua vida ...</i></p>	A violência: tortura.	CDF LXXV 265-266
	<p>... <i>As gentes d'el-rrei de Castella pousavom nos moesteiros e pella cidade como lhes prazia, como aquelles que achavom todallas cousas deseparadas, com muitos bẽes e alfayas em ellas, ca seus donos nom ouverom espaço, quando sse colherom aa cerca velha, de todo guardar e levar consigo ... e muitos christaãos e judeus deitarom de seus averes os que levar nom podiam dentro nos poços, e sabendo os castellaãos d'isto parte, buscavom-nos depois com fateixas ...</i></p>	A perspectiva do lucro como motivação.	CDF LXXVI 267
Segunda guerra fernandina (1372-1373) – enquanto D. Henrique II de Castela cerca Lisboa, o seu filho, o conde D. Afonso, avança para Cascais, que se entrega (1373).	<p>... <i>foi o conde dom Affonso, filho d'el-rrei dom Henrique ... sobre hũu logar cercado que chamom Cascaaes, que he muito junto com o mar, cinco legoas da cidade; e as poucas gentes d'elle, que o deffender nom [podiam], derom-lho logo sem outra pelleja que hi ouvesse, e elles prenderom os que quiserom e rroubarom o logar de mui grande rroubo e tornarom-sse com elle pera a cidade ...</i></p>	Rendições.	CDF LXXVII 269-270

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Segunda guerra fernandina (1372-1373) – os castelhanos Pero Rodrigues Sarmento e João Rodrigues de Bema entram em Portugal pelo Entre Douro e Minho (1373).	... O boom escuderio de Nuno Gonçallvez que foi preso ... teendo gram sentido do castello de Faria que leixara encomendado a seu filho, cuidou ... que aquelles que o tomarom o levariam antre o logar, e dando-lhe algũus tormentos ou ameaça d'elles, que o filho veendo-o averia piedade d'elle e seeria demovido a lhe dar o castello ... disse a Pero Rrodriguez Sarmento que o mandasse levar ao castello e que el diria a seu filho que n'eelle ficara que lho entregasse. Pero Rrodriguez foi d'esto mui ledo e mandou que o levassem logo; e elle, chegado ao pee do logar, chamou por o filho, o quall veo a pressa; e elle ... disse ao filho em esta guisa: «... te mando, so pena de minha beençom, que o nom ... dees a nêhũa pessoa se nom a el-rrei meu senhor que mo deu, ca por te perceber d'isto me fize aqui trazer; e por tormentos nem morte que me vejas dar nom ho entregues a outrem, se nom a el-rrei meu senhor, ou a quem to el mandar entregar per seu certo rrecado». Os que o preso levavom ... teendo-sse por escarnidos, com queixume d'esto, em presença do filho o matarom em essa ora de cruees feridas, e nom cobrarom porém o castello. E porque aquella terra he muito poborada, nom podiam todos caber no castello, e colhiam-sse d'elles antre o muro e a barvacãa em choças cubertas de collmo que alli fezerom; e ventando estonce hũu vento soaão, tomou hũu d'aquelles que estavom fora hũu collmeiro aceso posto em hũua lança e deitou-ho dentro em cima das choças, e começaram d'arder ... O fogo era grande per aazo do vento, a que sse rremedio nom pôde poer, e arderom todallas choças com quanto n'ellas siia e muita gente em ellas ...	A coragem em ligação com questões de honra e de sentido de dever. Os prisioneiros podiam servir para fazer chantagem.	CDF LXXVIII 273-274
Terceira guerra fernandina (1381-1382) – derrota portuguesa na batalha naval de Huelva (17/06/1381).	... [com] as galles de Portugall [todas] desbaratadas ... A frota de Castella fez saber a Sevilha como levavom as gallees de Portugall tomadas ... com os pendoões arrastando pella augoa, como he costume; e forom as gentes entregues no currall das taracenas de Sevilha, lançando a todos ferros ...	A violência: destruição dos símbolos do poder adversário.	CDF CXXV 444-445
Terceira guerra fernandina (1381-1382) – sobre o comportamento dos ingleses que, supostamente, vieram a Portugal como aliados.	... Estas gentes dos ingleses ... como forom apousentados em Lixboa, nom como homens que viinham pera ajudar a defender a terra, mas come se fossem chamados pera a destruir e buscar todo mall e desonrra aos moradores d'ella, começaram de sse estender pella cidade e termo matando e rroubando e forçando molheres, mostrando tall senhorio e desprezamento contra todos come se fossem seus mortaaes emmiigos de que sse novamente ouvessem d'asenhonar ...	O medo dos exércitos 'amigos'.	CDF CXXXII 465

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Terceira guerra fernandina (1381-1382) – sobre o comportamento dos ingleses que, supostamente, vieram a Portugal como aliados.	<p><i>... Hũa vez chegarom algũus d'elles a cada d'hũu homem que chamavom Joham Vicente, jazendo de noite na cama com sua molher e hũu seu filho pequeno que ainda era de mama, e baterom aa porta que lhe abrisse; e ell com temor nom ousou de o fazer, e elles britarom a porta e entrarom dentro e começarom de ferir o marido; a madre com temor d'elles pôs a criança ante ssi polla nom ferirem, e nos braços d'ella a cortarom per meyo com hũa espada, que era cruell cousa de veer a todos; e tomarom aquell menino assi morto e levarom-no a el-rrei aos paaços em hũu tavolleiro, mostrando-lhe tall cruelldade como aquella; e ell nom ousou de tornar a ello, e mandou que o mostrassem ao conde, que fezesse dereito d'aquelles que tall cousa fezerom; e o conde mandou fazer. E d'esta guisa lhe mandava el-rrei rrogar muitas vezes, pollos grandes queixumes que lhe viinham fazer, que possesse castiigo em suas gentes, que nom destruissem assi a terra; e ell dezia que bem lhe prazia, mas cada vez faziam peor ...</i></p>	<p>Dificuldade de categorizar diferentes tipos de violência.</p> <p>A violência psicológica: alguns atos, pela sua brutalidade, podem causar danos psicológicos irreversíveis.</p>	<p>CDF CXXXII 466</p>
	<p><i>... e assi rroubavom e matavom e destruhiam mantiimentos que muitas vezes mais era o dano que faziam que aquello que gastavom em comer; que tall aviia hi, se aviia voontade de comer hũa lingua de vaca, matava a vaca e tirava-lhe a lingua e leixava a vaca perder; e assi faziam ao vinho e a outras cousas. E el-rrei por esta rrazom, como os encavallgava, mandava-os a rriba d'Odiana era a frontaria; e elles, em vez de entrarem por Castella a forrejar, davom volta sobre Rribatejo a rroubar quanto achavom, e as gentes nom os queriam colher nas villas e cerravom-lhe as portas, por o gram dano que faziam ...</i></p>	<p>Destruição do território perpetrada por aliados.</p>	<p>CDF CXXXII 466-467</p>
Terceira guerra fernandina (1381-1382) – ofensiva naval castelhana que assolou Xabregas, Vila Nova da Rainha, Frielas, Coia e os arrabaldes de Palmela e de	<p>[os Castelhanos] <i>chegarom muito mais acima aas leziras d'Aalbaçotim e d'Alcoelha, e alli matavom muitos gaados e faziam carnagem e tragiam pera a frota. E tanto sse atreverom, sem achando quem lho contradizer, que forom em batees pello rrio de Couna acima, que som atraves tres legoas da cidade, e alli sahirom em terra e forom queimar o arravallde de Palmela, que som d'ali grandes duas legoas; e mais queimarom o arravalde d'Almadã e muitas casas e quintãas per aquella comarqua.</i></p>	<p>A violência económica.</p>	<p>CDF CXXXV 476</p>

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Almada (primavera-verão de 1382).	[segundo o cronista, não tendo conseguido convencer os seus homens a lutar, Nuno Álvares avançou sozinho contra os inimigos; então] ... <i>Os seus, que estavam a longe oolhando, veendo o gram periigo em que Nuno Alvarez era, costrangidos de doo e vergonha, correrom rrijamente cobrando corações, e acorrerom-lhe mais toste que poderom ...</i>	Importância das ações dos comandantes como forma de moralização dos combatentes.	CDF CXXXVIII 484-485
D. Fernando manda prender o Mestre de Avis e Gonçalo Vasques de Azevedo.	... [o Mestre de Avis e Gonçalo Vasques de Azevedo, mandados prender por D. Fernando:] <i>forom ambos bem aprisoados com senhas grossas adovas e cadea pellas pernas e postos em hũa tall casa d'onde nom podessem fogir ...</i>	O tratamento dos prisioneiros considerados traidores.	CDF CXLII 500
Terceira guerra fernandina (1381-1382) – ataque luso-inglês a Lobón e ofensiva a Cortijo (primavera de 1382).	... <i>chegarom a hũa castello que chamom Lobom ... polla fraqueza do logar e pollo fogo que lhe poserom aas portas forom logo entrados per força ... e matarom d'elles e outros fogirom e algũus levarom cativos, e derribarom o logar todo ...</i>	Massacres junto da população derrotada. Os prisioneiros em contexto da guerra naval.	CDF CXLIX 520
	... [a hoste luso-inglesa chegou] <i>a hũa castello que chamom ho Cortijo ... começaram de o combater mui rrijamente, poendo o fogo aas portas e picando o muro per outra parte ... os de dentro, em se deffendendo com toda sa força, matarom dous scudeiros, hũa portugues e outro ingres [não conseguindo manter a defesa do lugar] ... preitejavom-sse que os leixassem a vida e que lhes dariam o logar; e os ingreses cobrarom tam gram sanha pella morte d'aquelle escudeiro ingres que o nom quiserom conssentir, mas cada vvez se esforçavam mais pera o entrar. Quando os de dentro virom esto ouverom mui gram medo e bem entenderom que sse os entrassem per força que nom avia em elles se nom morte; e rrevestirom-sse os sacerdotes e sobirom-sse ao muro e mostrarom-lhe o corpo de Deus, rrogando-os que por amor d'aquell senhor se quissem amercear d'elles; e os ingreses com gram sanha que sse em elles mais acendia nom curavom d'aquello e braadavom-lhe altas vozes que sse deffendessem todavia; e o arroido grande de hũa e da outra parte fazia que aadur suas prezes podiam seer ouvidas ... Em esto foi o combato tam aficado que pero o muro fosse mui forte, com alta cava e bem deffenssavell, todo nom aproveitou nada ... e rroto o muro entrarom dentro per força, e depois pellas portas que forom ardudas, e começaram de matar quantos homens acharom, em guisa que outra nêhũa pessoa nom ficou a vida salvo molheres e moços pequenos; e derribarom todo o</i>	A violência e o sofrimento: massacres.	CDF CXLIX 520-521

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
	<i>logar o mais que poderom e rroubarom-no de quanto em elle acharom e tornarom-sse pera Portugall ...</i>		
Início da crise de 1383-1385 – morte do bispo de Lisboa (dezembro de 1383).	<i>... na See nom quiserom rrepicar; e souberom que o Bispo era em çima, e que mamdara çarrar as portas sobre ssi. E por que era Castellaão, disserom logo que era da parte da Rainha e do Comde, e que ell fora sabedor da treição e morte que quiserom dar ao Meestre, e que por aquello nom rrepicarom, assacamdo comtra elle estas e outras muitas sospeitas, que nom minguava quem as afirmar. E ficou loguo alli gram parte do poboo, açeso com brava sanha, por aver a pressa emtrada a See, e filharem logo do Bispo viimgãça quamdo virom que nõ rrepicarom na See, e que o Bispo ... estava na torre, as portas da egreja fortemente fechadas, e as nõ podiam tam asinha quebrar, ouverõ escaadas e emtraram per huia freesta, e foram mui a pressa abertas. Emtraram estomçe quantos quiserom, porẽ muito poucos, em rrespeito dos que estavom fora; e a comuõ voz de todos era que fossem açima veer quem estava na torre, e porque nom rrepicara como nas outras egrejas, e sse fosse ho Bispo que o deitassem afumdo ... preguntamdolhe [ao bispo] por que nom mamdara dar aa campãa pois aquellas gemtes braadavom que rrepicassem; ell se escusou per suas mamssas e boas rrazoões, de geito que todos foram comtemtos. A çega sanha que em taaes feitos nehuia cousa esguarda, começou tanto darder nos emtemdimentos do poboo, que aa porta primçipall da egreja estava, que começaram de braadar altas vozes aos de çima, que estavom fazendo, que nom deitavom o Bispo afumdo? ... Os de çima que voomtade nõ tiinham de lhe fazer mall nem nojo, era lhe muito grave de fazer; a huia por seer bispo, de mais seu Prellado, desi por a seguramça que lhe aviam feita, e nom sabiam que fizessem..... começaram todos de jurar, que sse o nom deitavom, e hiam açima, que todos vehessem afumdo com elle. E por quamto todo temor he justo per que homem pode viinr a morte ou açerca della, ouverom disto tam grande rreçeo, que logo o Bispo foi morto com feridas e lamçado a pressa afumdo, homde lhe foram dadas outras muitas, como sse gaamçassem perdoamça, que sua carne ja pouco sentia. Alli o desnuaom de toda vestidura, damdolhe pedradas com muitos e feos doestos, ataa que sse emfadarom delle os homões e os cachopos, e foi rroubado de quamto aviia ...</i>	A violência e o sofrimento: execuções levadas a cabo espontaneamente.	CDJI-I XII 24-25

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Início da crise de 1383-1385 – morte do bispo de Lisboa (dezembro de 1383).	... Semelhavelmente foi lançado afundo aquell Prioll de Guimaraães seu convidado [do Bispo de Lisboa], porque huï Escudeiro que lhe mall queria, sobimdo açima com os do Comçelho, vio tempo aazado pera o matar, e buscandoo pella torre, achou ho escomdido e matou ho ... [Ao] coitado do Taballiam ... tamtas lhe derom de punhadas, ataa que lhe começaram de dar feridas e mataromno ...	A violência e o sofrimento: execuções levadas a cabo espontaneamente.	CDJI-I XII 25-26
	... em esse dia logo alguïas rrefeças pessoas lamçaram ao Bispo onde jazia nuu, hïu baraço nas pernas, e chamamdo muitos cachopos que o arrastassem, hia hïu rrustico braadamdo deante: 'Justiça que mamda fazer nosso Senhor ho Papa Urbano sexto, neeste treedor çismatico Castellaão , porque nom tiinha com a samta Igreja'. E assim o arrastarom pella çidade, com as vergonhosas partes descubertas e o levarom ao Ressio, omde o comçeçaram de comer os caães, que o nom ousava nehuï soterrar ... E posto que alguïas pessoas taaes cousas pareçessem mall e desonestamente feitas, nehuï era ousado dizer o contraïro ...	Desrespeito pelos cadáveres dos adversários, uma forma de humilhação do inimigo derrotado.	CDJI-I XII 26
Início da crise de 1383-1385 – Lisboa, depois da morte do conde Andeiro (dezembro de 1383).	... geerousse [entre as gentes de Lisboa] huïa huniõ de mortall hodio, comtra quaaes quer que sua emteemçom nom tiinham, em tamto que nehuï logar era seguro, aaquelles que nom seguiam sua opiniom ...	A violência psicológica: um clima de insegurança e medo pode provocar neuroses e psicoses.	CDJI-I XIV 29
Crise de 1383-1385 – o castelo de Lisboa é entregue ao Mestre de Avis (dezembro de 1383).	... E deziã os de fora aos do castello, que o dessẽ ao Meestre seu Senhor, senom que juravõ a Deos que poeriam em çima da gata Costamça Affõmsso, madre dAffõmssEanes Nogueira, e irmaã da molher de Marti Affõmsso, Alcaide do castello; e isso meesmo as molheres e filhos de quantos dentro eram, e que emtom lamçassem de çima fogo e pedras em quaaes delles quissem. Alguïis de dentro rreçeãdo esto, deziã ao Alcaide, que ante se sahiriam fora, e nom ajudariam a defemder ho castello, que teerem aazo de matar as molheres e os filhos de guisa que lho deziã ... Martim Affõmsso como deu o castello ao Meestre, veosse pera sua merçee com os que dentro eram ...	A violência psicológica: <i>mind games</i> .	CDJI-I XLI 70-72

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Crise de 1383-1385 – o castelo de Évora é tomado a favor do Mestre (finais de 1383/inícios de 1384).	... [como o castelo era muito forte e difícil de combater, os partidários do Mestre] <i>tomarom as molheres e os filhos dos que dentro eram pera o deffender, e poserom nos em çima de senhos carros, todos amarrados em elles, que era huũ jogo que os poboos meudos em semelhamte caso, muito costumavom emtom de fazer; e chegarom assi aa porta do castello braadando aos de çima que sahissem fora, e o desemparassem logo, se nom que as molheres e filhos lhe queimariam todos, em vista e presemça delles. E em dizendo esto, começaram de poer fogo aas portas com grande alvoroço e arroido de muita gente. O Alcaide quando isto vio, fallou com aquelles que eram dentro com elle; e rreçeamdosse de cahir na destemperada sanha daquell poboo, acordarom de lhe dar o castello ante que sse mais fizesse; e foi a preitesia, que os leixassem sahir fora do castello e da çidade em salvo e com sua homrra, e que lho leixariam desembargadamente; e depois que os segurarom com esta comdiçom, forom lamçados fora per a porta da treiçom, teemdo çarradas todallas portas da çidade, rreçeamdosse que os nom fossem rroubar o poboo meudo depois que sahissem ...</i>	A violência psicológica: <i>mind games</i> .	CDJI-I XLIV 77-78
Crise de 1383-1385 – no Porto (1384).	... [os apoiantes do ainda Mestre de Avis] <i>amdamdo assi pella çidade, foromsse aa See, omde grandes tempos avia, que era posto interdito, e nom soterravom nehuũ; e começaram de tamger os sinos, e fazer dizer missas, e desoterrar os mortos homde jaziam enterrados, e tragellos dentro aa egreja, e nehuũa pessoa ousava esto contradizer ...</i>	O desrespeito pelos cadáveres.	CDJI-I XLVI 82
Crise de 1383-1385.	... <i>tomarom <voz> os poboos meudos [em nome do Mestre de Avis] muitos castellos aos Alcaides delles ... E nom guardavom divido nẽ amizade a nehuũ que sua teemçom nõ tevesse; mas quamtos eram da parte da Rainha, todos amdavom aa espada ... e isto era espeçiallmente contra os melhores e mais homrrados que avia nos logares; dos quaaes muitos foram postos em grande cajom de morte, e rroubados de quamto aviam. E delles com medo fugiam pera as villas que tinhã voz por elRei de Castella; outros se hiã pera fora do rregno, leixamdo seus beës e todo quamto aviam, os quaaes o Meestre logo dava a quem lhos pedia; e os meudos corriam apos elles, e buscavom nos e premdiam nos tam de voomtade, que parecia que lidavom polla Fe.</i>	O medo do inimigo mais próximo: os próprios portugueses nas várias guerras civis.	CDJI-I XLVI 82
Crise de 1383-1385.	<i>Emtemdemdo ella [Rainha D. Leonor], que depois que elRei de Castella chegasse, que faria aas gentes com seu gram poder que lhe obedeeçessem, e que a vingaria de todos, espeçiallmente dos homões e molheres de Lixboa de que ella dizia, que numca avia de</i>	Desestabilização das relações pessoais em função dos alinhamentos por um ou outro	CDJI-I LXI 105

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
	<i>seer vimgada, ataa que tevesse huï tonell cheo das linguas dellas.</i>	partido.	
Crise de 1383-1385 – o Mestre de Avis dirige-se a Lisboa, saído de Alenquer (1384).	<i>... proveêdo o Meestre o que çedo sperava de seer, como elRei de Castella foi em Samtarẽ e se ell partio dAllamquer pera Lixboa, mamdou logo rrecolher pera a çidade todollos moradores do termo, com os mantiimentos que levar podessem; e elles trigosamente, com rreçeo dos Castellaãos, que lhe deziã que ja corriam a terra, partiamsse com as mulheres e filhos e com os gaados e bestas, e cousas que levar podiam, e viinhamsse pera Lixboa; outros se passavam aallem do rrio, a Ribatejo, por buscar seguramça a sua vida, segumdo cada huï melhor emtemdia. Oo! que doorida cousa era desguardar, veer de dia e de noite, tamtos homeês e mulheres viir em manadas pera a çidade com os filhos nos braços e pella mão, e os pais cõ outros aos pesçoços, e suas bestas carregadas dalfayas e cousas que trager podiam! E assi sse rrecolherom de todo o termo pera a çidade, todollos moradores darredor ante que elRei de Castela vehesse ...</i>	Estratégia obsidional.	CDJI-I LXX 121
Crise de 1383-1385 – disturbios em Santarém na sequência da chegada de D. Juan I, de Castela, (início de 1384).	<i>... lamçavam fora da casa, e ficavam elles com a molher, e dormiamlhe com ella; e a outros o faziam presemte seus olhos, mall que lhe pesasse, dizemdo que quamto tiinham todo era seu, e delles nẽhuïa cousa, doestamdoos de torpes e maas pallavras, dizemdolhe assaz de desomrras e escatimas; e sse alguï queria fallar ou rresponder, logo mostravam que o queriam matar. Outros legavam de pees e de mãos, e assi os tiinham toda a noite; e outros nom ousavam de sahir fora de suas casas pera nehuï logar sem alvara, doutra guisa logo eram presos e mall trazidos; emtamto que muitos desemparavõ quamto aviam, e fugiam pera Lixboa e pera outros logares ...</i>	A violência: os abusos sexuais.	CDJI-I LXXII 123

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Crise de 1383-1385 – distúrbios em Santarém na sequência da chegada de D. Juan I, de Castela, (início de 1384).	... <i>Fui [o marechal de Castela] aqui [a Santarém] enviado pelo rei [de Castela] e foi-me ordenado que vos perguntasse por que razão vos rebelaste e fechastes as vossas portas e matastes os homens do rei que vinham servi-lo ...responderam os homens, nós não queremos pôr sob nenhuma mão ou senhorio que não seja o do rei de castela, de quem os temos, mas que ele nos governe ou faça governar em paz e em justiça: e o que fazemos e fizemos, foi por culpa e agravo dos ladrões e saqueadores bretões e outros que havíamos recebido nesta cidade, pois se fôssemos Sarracenos ou gente pior, não nos poderiam fazer mal maior do que fizeram: forçar as nossas mulheres e as nossas filhas, arrombar cofres, despedaçar os nosso tonéis de vinho, bater-nos e ferir-nos quando nos queixamos. Assim, não deveis espantar-vos, quando nós vemos tais ultrajes feitos sobre os nossos, e por aqueles que nos deviam proteger, que nós nos revoltamos, pois qualquer um ficaria irado por muito menos ... nós acordámos que não abriremos a nossa cidade, para homem que vá ou venha, nem para acolher Franceses, nem para acolher Bretões, excepto se vier o rei em pessoa e aqueles que ele quiser, desde que não nos oprimam ou façam violência alguma ...</i>	A violência: os abusos sexuais.	CJF cap.18, §31 20-21
Crise de 1383-1385 – pouco antes do cerco castelhano a Lisboa (1384).	... [D. Juan I, de Castela] <i>foisse a Arruda; e alguñs do logar com medo, meteromsse em huña lapa, cuidamdosse a deffemder ou escapar alli; e souberomno os Castellaños, e poseromlhe o fogo, e queimaron em ella bem quarenta pessoas ...</i>	O medo do inimigo próximo: os Castelhanos; e os maus portugueses que com eles andavam.	CDJI-I LXXXVI 144
Crise de 1383-1385 – batalha dos Atoleiros (06/04/1384).	... [Nuno Álvares Pereira tenta convencer os seus homens a avançar e depois de vários incentivos diz-lhes] ' <i>... rogo vos que os que comigo quiserem hiir a esta obra que se passem da parte d aalem deste regato, e os que nom quiserem que fiquem desta parte'. E elles, quando esto viram, todos a hũa voz disseram que todavia quieriam hiir com elle. E, como quer que o asy dissessem, alguns se romordiam antre sy, mostrando que mais o disseram por vergonha que por averem vontade ... E jazendo [Nuno Álvares Pereira] de noyte dormiindo em sua pousada, aa mea noyte ou pouco mays chegou a elle Alvaro Coytado a grande pressa e disse lhe em como Gill Fernandez e Martim Rrodriguez d Elvas tinham ja seellado e estavam armados, que se quieriam tornar pera Elvas, que nom quieriam hiir aa batalha ... [Nuno Álvares falou-lhes] E estas pallavras e outras muytas e boñas lthes disse, em tal guisa que os mudou de suas nom boñas tençoões, e outorgarom de hyr todavia com elle aa batalha ...</i>	A vergonha de ser visto como cobarde como imperativo para lutar.	CC XXVIII 63-64

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Crise de 1383-1385 – batalha dos Atoleiros (06/04/1384).	... E rreçeamosse dos homeês de pee, que lhe nom fallecessem por os Castellaãos que eram muitos, pos alguiis homeês darmas com elles dizêdolhe, que sse elles vissem que tornavã atras, que os matassem. Esto assi comçertado, começou damdar pellas batalhas em çima dhũa mulla, esforçamdo as gemtes com boas pallavras, cõ geesto ledo, e vulto prazívell ...	O medo do campo de batalha.	CDJI-I XCV 158
	... [Nuno Álvares Pereira incentiva os seus homens a manter a fé em Deus e na Virgem Maria, pois confiando na justeza da sua causa dali sairiam vitoriosos, pediu-lhes] <i>que sse emcomendassem a Deos e aa Virgem Maria sua madre, que os quisesse ajudar contra seus emmiigos, pois que justa querella tiinham contra elles, e que tevessem firme fee que assi avia de seer ... [e] como eram alli por servir seu senhor, e alcançar gramde homrra que a Deos prazeria de lhe dar mui çedo ... Estas foram suas pallavras desforço amte que emtrasse aa batalha ... [então] fi[n]cou os joelhos em terra, e fez sua oraçom aa imagem do Cruçifixo, e da sua preçiosa Madre que tragia pintada em sua bamdeira; e isso meesmo todollos seus os goelhos em terra com as mãos alçadas fezerõ sua oraçom, e muitos delles choravom; e beyjou a terra e alçousse em pee; e pos seu baçinete sem cara, e tomou a lamça nas mãos que lhe tragia o Page ...</i>	A motivação e o apoio: a importância da religião e das práticas religiosas.	CDJI-I XCV 158-159
	... [percebendo a derrota, alguns dos maiores de Castela fogem do campo] <i>E himdo assi fugimdo, disserom alguiis ao Almirante dos que hiam com elle, que desse volta e tornasse aa pelleja ca assaz erã de gemtes pera elles; e ell rrespondeo aos que lho deziã e disse: 'Homem morto nom troba solldo. Amde a bamdeira e vaasse, ca depois que homem hũa vez he desbaratado, mall torna outra vez aa batalha' ...</i>	A derrota.	CDJI-I XCV 160
Crise de 1383-1385 – o Mestre de Avis pede a Gil Fernandes de Elvas, seu apoiante, que se dirija a Campo Maior e tente captar o apoio do alcaide desse lugar, Paio Rodrigues Marinho (meados de 1384).	... [em meados de 1384, numa escaramuça próximo de Elvas travada entre os homens de Gil Fernandes e os de Paio Rodrigues Marinho; este último] <i>aderemçou ... rrijamente contra ... [o outro]; e deu logo huia lamçada de sobre mão, a huü que diziam Affomsso ... que lhe passou a cota, em dereito da ilharga, e emtramdo pello corpo cortou duas costas, e chegou aos boffes e cahiu morto em terra ...</i>	A saúde: ferimentos causados por perfurações.	CDJI-I CVIII 183

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
<p>Crise de 1383-1385 – pouco antes de D. Juan I completar o cerco de Lisboa (em 1384) e já se percebendo na cidade o que iria acontecer (1384).</p>	<p>... [uma noite em que] <i>Christaãos e Mouros que vellavom o muro da parte de Sam Vicête de Fora, açerca domde he feita hũa capella que chamam dos Martires que forom na tomadas da çidade, quando foi cobrada de Mouros... aa mea noite, vellamdo alguiis, virom viinte homeês vestidos em vestiduras alvas assi como sacerdotes; e quatro delles tragiam nas mãos quatro cirios açesos, e hiam e viinham em proçissõ emtramdo demtro na egreja, e fallavõ muito baixo amtressi, como sse rrezassem alguiias horas. Os do muro quamdo virom a questo, ficarõ muito espantados, e começaram de chamar os outros que oolhassem tâ grande millagre, e supitamente desapareçerom. E logo nessa hora fallamdo huïis com outros em esto, virom nas pomtas das lamças que estavom nas torres, senhas camdeas açesas de claro lume que durou açerca dhuia hora; e desto derom testemunho sete Christaãos e tres Mouros que vellavom huia torre ...</i></p>	<p>A motivação e o apoio: visões.</p>	<p>CDJI-I CXI 187</p>
<p>Crise de 1383-1385 – D. Juan I de Castela aguarda, no Bombarral, a chegada da sua frota para colocar cerco a Lisboa (1384).</p>	<p>... [estando o rei Juan I de Castela no Bombarral, aguardando a chegada da sua frota para colocar cerco a Lisboa, os Castelhanos vinham escaramuçar com os da cidade. O episódio passa-se numa dessas escaramuças, assim:] <i>emquamto ellRei per alli esteve, nom viinham os seus escaramuçar cõtra a çidade [de Lisboa], senom mui poucas vezes e esto porque estavom arredados della e nom lhe viinha assi aa mão. Porem huï dia veherom ... e quamdo [os portugueses] virom os Castellaãos estar daquella guisa, sahirom alguiis fora pera escaramuçarem; e em sse rrevollvendo a escaramuça muito de vooomtade amtre huïis e os outros, foi preso da parte dos emmiigos huï boom fidallgo ... e como aquell foi preso, cobrarom os da çidade esforço, e fezeromlhe fazer vollta, e derom com elles per aquell gram sopee afumdo; e hiam arrastando as bamdeiras per çima de paães semeados na costa daquell monte, homde forom alguiis feridos e mortos ... o Meestre ... mandou guardar [o prisioneiro] no castello da menagem, aos que tiinham carrego destar em elle, e deulhe dos vestidos de seu corpo e lhe faziam toda homrra ...</i></p>	<p>Tratamento dado aos prisioneiros nobres.</p>	<p>CDJI-I CXII 189-190</p>
<p>Crise de 1383-1385 – pouco antes de D. Juan I completar o cerco de Lisboa (em 1384) e já se percebendo na cidade o que iria acontecer (1384).</p>	<p>... <i>chegou elRei de Castella com sua hoste todos acavallo, e muitos peoões e beesteiros que ouvera das gallees, por avis[t]ar a cidade. E chegou açerca della a huï alto monte a que hora chamom monte Olivete; e esteve alli gram parte do dia, e muitos dos seus amdavom emtamto cortamdo arvores e vinhas, e fazemdo todo dano que podiam ...</i></p>	<p>Destruição do território pelos inimigos.</p>	<p>CDJI-I CXIII 190</p>

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Crise de 1383-1385 – durante o cerco de D. Juan I a Lisboa (maio a setembro de 1384).	... E nom soomente os que eram asiinados em cada logar pera deffemssom, mas aimda as outras gentes da çidade, ouvindo rrepicar na See, e nas outras torres, avivavomsse os corações delles; e os mesteiraaes damdo follgamça a seus offiçios, logo todos com armas corriam rrijamente pera hu diziam que os Castellaãos mostravom de viinr. Alli viriees os muros cheos de gentes, com muitas trombetas e braados e apupos esgremimdo espadas e lamças e semelhantes armas, mostramdo fouteza contra seus emmiigos... [e] nõ sse guardava alli a degratall: «Clerici arma portamtes»; aos quaaes segumdo dereito nom convem de tomar armas, posto que seja pera deffemssom da terra; mas clerigos e frades, espeçiallmente da Trindade, logo eram nos muros, com as melhores que aver podiam. Cada huüs de noite vellavom suas torres; e os das quadrilhas rrolldavõ todo o muro e torres, dhũa quadrilha ataa outra; e outras sobrerroldas amdavom pellos muros, huüas himdo e outras viimdo ...	Atos de coragem com origem nos mais diversos quadrantes e com diferentes protagonistas.	CDJI-I CXV 196
Crise de 1383-1385 – durante o cerco de D. Juan I a Lisboa (maio a setembro de 1384): trabalhos de reconstrução da barbacã.	... Nom leixavom os da çidade por seerem assi çercados, de fazer a barvaçãa darredor do muro da parte do arreal, des a porta de Samta Catherina, ataa torre dAlvoro Paaez, que nom era aimda feita ... as moças sem nehuü medo, apanhamdo pedra pellas herdades ... os Portugueeses fazemdo tall obra, tiinham as armas jumto comssigo, com que sse deffemdiam dos emmiigos, quamdo sse trabalhavom de os embargar, que a nom fezessem...	A coragem: a participação das mulheres nas operações militares.	CDJI-I CXV 197-198
Crise de 1383-1385 – durante o cerco de D. Juan I a Lisboa (maio a setembro de 1384): a frota portuguesa, vinda do Porto, rompe o bloqueio castelhano no Tejo (julho de 1384).	... Em pellejamdo Rui Pereira ... alçou a cara do baçinete que nom podia bem sofrer, e ouve hũa virotada pella testa, de que em pouco espaço lamçou aquell fidallgo a spiritu ... [disto] fallava o comuü poboo, dizemdo que assi como Jhesu Christo morrera por salvar ho mundo todo, assi morrera Rui Pereira por aazar salvaçom dos outros; de cuja morte o Meestre e todollos da çidade teverom grande semtido ...	A saúde: ferimentos causados por penetrações.	CDJI-I CXXXIII 230

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Crise de 1383-1385 – cerco castelhano a Almada (1384).	... [em Almada] <i>tiinham mantiimentos de pam e vinho e carnes e doutras cousas pera seis meses e mais; mas nom avia outra agua, salvo dhuia pequena çisterna; e sobresta foi posta grande guarda, damdo a cada huia pessoa por dia huia canada e mais nom. E nom embargamdo esto, os da villa sahiam fora esperar os Castellaãos em çertos passos; os quaaes hiam aa forragem pello termo, e a Sezimbra, e matavom delles e feriam, em tanto que ja nom ousavom dhir senom muitos jultos ...</i>	O sofrimento provocado pela fome e pela sede.	CDJI-I CXXXV 234
	... [D. Juan I combateu violentamente a praça mas não a conseguiu tomar] <i>dentro na villa eram huüs quareemta cavallos, afora outras bestas de serventia; e quando lhe a agua foi mingumdo, ouverom comselho de nom darem de beber aas bestas; e foi tanta a sede em ellas, que alli homde mijavom os homeês, hiam as bestas chuchar, e comiam aquella terra molhada. Emtom hordenarom de os lamçar fora por os nom veerem morrer; e por os Castellaãos se nom prestarem delles, lamçaromnos todos pella barroca affumdo contra o mar; e cada huü lâçava o seu, e assi foram todas mortas ...</i>	O sofrimento provocado pela fome e pela sede.	CDJI-I CXXXVI 235
	... <i>E per mingua dagua que nom tiinham, amassavom o pam com vinho, e coziam a carne e o pescado; e comiã o pam em quamto era queemte, e como era frio, nom o podia nemguem comer, e assi outras viamdas ...</i>	O sofrimento provocado pela fome e pela sede.	CDJI-I CXXXVI 235-236
	... <i>Em esto falleção a agua da çisterna, e foilhe forçado tornar a beber outra muito davorreçer ... a que jazia na alarcova que chovera no inverno, na quall as molheres amte que fossem çercados, lavavom as rroupas emfomdiçadas, e os trapos dos meninos; a quall era verde e muito çuja, e jaziam em ella bestas mortas, e caães, e gatos que era nojosa cousa de veer; e de noite sahiam de dentro homeês per cordas a furtar aquella agua. E quando os Castellaãos souberom que a daquella guisa tomavom, trabalhavomsse de a guardar; e muitas vezes acomteçia de noite e de dia seerem sobrella mortos e feridos alguüs dhua parte e dooutra; e esta agua coziã, e cozida a beviam, e amassavom com ella. Depois que esta agua mingou, trabalharomsse daver da agua do mar, e de tinas que tiinham postas na rribeira pera apanharem agua doce; e deçiam per a barroca per huü caminho que fizeram, a tomar daquella agua; e o primeiro dia a trouverom aa sua voomtade, e os Castellaãos como o souberom, poserõ guarda neella ...</i>	O sofrimento provocado pela fome e pela sede.	CDJI-I CXXXVI 236

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Crise de 1383-1385 – cerco castelhano a Almada (1384).	<p><i>... morria ja a gemte com sede, assi homens e mulheres, come moços pequenos; e alguũs dos que se a ella colherom, se lamçavom fora da villa de noite e fugiam por buscar suas vidas. E faziam do logar toda a noite ao Meestre muitas almenaras de fogo, per que lhe davom a emtemder, o gramde afficamento em que eram postos, por que doutra guisa lho nom podiam fazer saber, seemdo assi çercados per mar e per terra. O Meestre e os da çidade bem emtemdiam seu gramde trabalho em que eram posto, mas nom lhe podiam proveer de nehuũ acorro ... [pediram conselho ao Mestre e] vistos seus padiçimentos a que sse rremedio poer nom podia, a cabo de tres dias tornou aquell homem outra vez com rrecado, em que ho Meestre mãdou dizer que lhe pesava muito do que haviam padeçido; e que pois assi era, que preitejassem com elRei de Castella o melhor que podessem, e lhe entregassem o logar ... [Assim,] hordenarom de mamdar dous homeês boõs com rrecado a elRei, como queriam seer seus, e lhe dar a villa ... ElRei [de Castela] sabia ... como nom tiinham agua nehuũa, e que morrerom muitas criamças, e morriam cada dia, e que era per força de sse darẽ ou morrerem todos; e tiinha voomtade de nom preitejar com elles ... mamdouhos chamar a Rainha, e com elles pedio a elRei por merçee, que lhes perdoasse e preitejasse com elles. E a elRei prougue dello ... e foilhe entregue a villa e as chaves della e rreçebudo por senhor ...</i></p>	<p>O sofrimento provocado pela fome e pela sede.</p> <p>A derrota: rendições.</p>	<p>CDJI-I CXXXVI 236-238</p>
Crise de 1383-1385 – durante o cerco de D. Juan I a Lisboa (maio a setembro de 1384).	<p><i>... [no ataque de D. Juan I à zona da ribeira] açemdiasse cada vez mais a pelleja, a qual dhuũa parte e dooutra era mui brava e de gramde arroido, assi de braados dhomeês e soõs de trombetas, e rrepicos de ssinos, come de chamar altas vozes: 'Portugall e sam Jorge!' outros, 'Castilha! Samtiago!' ... Braadava o Meestre que fezessem alguũas cousas que viia que compriam trigosamente; e o gramde arroido das gemtes, e soom das armas com que pellejavom, empachava tamto seu mamdado que parecia que mamdava em vaõ...</i></p>	<p>A motivação e o apoio: a importância da religião; o auxílio dos santos.</p>	<p>CDJI-I CXXXIX 245</p>

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Crise de 1383-1385 – durante o cerco de D. Juan I a Lisboa (maio a setembro de 1384).	<p>... vemçendo de todo a piedade, e veemdo a gram mingua dos mantiimentos, estabelleçerom deitar fora as gemtes minguadas e nom perteeçemtes pera deffemssom; e esto foi feito duas ou tres vezes, ataa lamçarem fora as mançebas mundairas e Judeus e outras semelhantes, dizemdo que pois taes pessoas nom eram pera pellejar, que nom gastassem os mantiimentos aos deffemssores ... Os Castellaños aa primeira prazialhe com elles, e davomlhe de comer e acolhimento; depois veemdo que esto era com fame, por gastar mais a çidade, fez elRei tall hordenamça, que nêhuũ de demtro fosse rreçebido em seu arreall, mas que todos fossem lamçados fora; e os que sse hir nom quisessem, que os açoutassem e fezessem tornar pera a çidade; e esto lhes era grave de fazer, tornarem per força pera tall logar, omde choramdo nom esperavom de seer rreçebidos [e ali ficaram, em terra de ninguém, sem proteção, sem comida e sem bebida] ...</p>	A violência psicológica: o desespero de quem se vê envolvido numa operação de cerco.	CDJI-I CXLVIII 268-269
	<p>... os pobres per mingua de dinheiro, nom comiam carne e padeçiam mall; e começaram de comer as carnes das bestas, e nom soomente os pobres e minguados, mas grãdes pessoas da çidade, lazeramdo nõ sabiam que fazer; e os geestos mudados com fame, bem mostravom seus emcubertos padeçimentos. Amdavom os moços de tres e de quatro anos, pedimdo pam pella çidade por amor de Deos, como lhes emssinavam suas madres; e muitos nom tiinham outra cousa que lhe dar senom lagrimas que com elles choravom que era triste cousa de veer; e se lhes davom tamanho pam come hũa noz, aviamno por grande bem. Desfalleçia o leite aaquellas que tiinham criamças a seus peitos per mingua de mantiimento; e veemdo lazerar seus filhos a que acorrer nom podiam, choravom ameude sobrelles a morte ante que os a morte privasse da vida; muitos esguardavom as prezes alheas com chorosos olhos, por comprir o que a piedade mamda, e nom teemdo de que lhes acorrer, cahiam em dobrada tristeza ...</p>	A violência psicológica: o desespero de quem se vê envolvido numa operação de cerco.	CDJI-I CXLVIII 269-270
	<p>... Os padres e madres viam estallar de fame os filhos que muito amavam, rrompiã as façes e peitos sobrelles, nom teemdo com que lhe acorrer, senom plamto e espargimento de lagrimas; e sobre todo isto, medo grande da cruel vingamça que emtemdiam que elRei de Castella delles avia de tomar; assi que elles padeçiam duas grandes guerras, hũa dos emmiigos que os çercados tiinham, e outra dos mantiimentos que lhes minguavom, de guisa que eram postos em cuidado de sse deffemder da morte per duas guisas ...</p>	O medo de represálias e vingança.	CDJI-I CXLVIII 271

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Crise de 1383-1385 – durante o cerco de D. Juan I a Lisboa (maio a setembro de 1384).	... [segundo o testemunho de João Fernandes Pacheco]... <i>acontecia por vezes que, se em uma escaramuça ou por outra razão, os Espanhóis [sic] prendiam algum Português, vazavam-lhe os olhos ou cortavam-lhe um pé ou um braço ou outro membro, e mandavam-no assim chagado para a cidade de Lisboa e diziam àquele que assim enviavam: «Vai e diz que o que nós te fizemos, o fizemos por despeito para com os Lisboetas e o seu Mestre de Avis, que eles querem alçar rei, e para que saibam que nos quedaremos até que os tomemos por força, ou pela fome ou de outra guisa, e que todos os faremos morrer de má e triste morte, e poremos fogo à cidade, e não teremos mercê nem piedade» ...</i>	Represálias sobre prisioneiros.	CJF cap.21, §85 72
Crise de 1383-1385 – durante o cerco de D. Juan I a Lisboa (maio a setembro de 1384): o arraial castelhano é dizimado pela peste.	... <i>começou a triste morte de mostrar sua sanha mais asperamente cõtra os do arreall; e isso meesmo contra os da frota, matamdo nom soamente escudeiros e fidallgos, e doutros de pequena comdiçom, tamtos que era estranha cousa de veer; mas ainda começou de emçetar nos senhores de gramde estado, de guisa que pos gramde espamto em todos. Os Castellãos veemdosse assi afficados de pestellemça que sse cada vez mais ateava em elles, bem emtemderom que sua estada nom podia alli seer muito, e que era per força de desçercar a çidade ...</i>	A morte pela peste.	CDJI-I CXL 249
Crise de 1383-1385 – durante o cerco de D. Juan I a Lisboa (maio a setembro de 1384): o arraial castelhano é dizimado pela peste.	... <i>depois que elRei [de Castela] entrou pello rreino e se veo chegamdo contra Lixboa, pousamdo per essas aldeas, a duas e tres legoas, começaram a morrer de pestellemça alguiis do arreal das gêtes de pequena comdiçom. E quando algui cavalleiro ou tall escudeiro que o mereçia, açertava de sse finir, levavomno os seus a Simtra ou a Allamquer ou a algui dos outros logares, que por Castella tiinham voz; e alli os abriam e salgavom e poinham em ataudes ao aar, ou os coziam e guardavom os ossos, pera os depois levarem pera donde eram; e por esta rrazom se mudava elRei dhũa aldea pera outra com suas gemtes, ataa que veo a sua frota, e sse lamçou sobre a çidade como ja he dito começou de sse atear a pestellemça tam bravamente em elles, assi per mar come per terra, que dia avia hi que morriam çemto, e çemto e çimqoemta, e duzemtos; e assi mais e menos como sse açertava, de guisa que o mais do dia, eram os do arreall ocupados em soterrar seus mortos, assi que era espamto de veer aos que padeçiam, e estranho douvir aos que eram çercados ... morrerom mais de dous mill homêes darmas dos melhores que elRei de Castella tiinha ...</i>	A morte: a preocupação com a sepultura. A saúde: a peste.	CDJI-I CXLIX 272-273

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Crise de 1383-1385 – durante o cerco de D. Juan I a Lisboa (maio a setembro de 1384): o arraial castelhano é dizimado pela peste	<i>... os Castellaños por vingança e menemcoria que lhe nom prestava, lamçavom os Portugueeses prisuneiros que tragiam, com os que eram doentes de tramas, por tall que morressem pestellemeçados; e morriam os Castellaños doentes, e dos Portugueeses nehuũ pereçia, nem dmtro na çidade que era tam preto do arreall, nẽ fora em no termo ...</i>	O temível cativoiro.	CDJI-I CXLIX 273
	<i>... [segundo o testemunho de João Fernandes Pacheco] Nós dizemos, senhor ... que Deus, para nos ajudar a nós e a nosso rei, enviou à hoste [castelhana] esta pestilência, já que dentro da cidade onde estávamos todos encerrados não morreu ninguém, homem ou mulher, nem jamais ninguém foi atingido, o que foi grande graça que Deus nos fez ...</i>	A motivação e o apoio: a importância da religião; o castigo divino.	CJF cap.21, §86 75
Crise de 1383-1385 – terminado o cerco de D. Juan I, o arraial castelhano é levantado à pressa e sem cuidado.	<i>... [segundo o testemunho de João Fernandes Pacheco, como os castelhanos] não levantaram o cerco em boa ordem ... perderam muitos dos seus homens e mantimentos. Mas aquele que agora é rei de Portugal [para evitar a proliferação da peste nos Portugueses, prudentemente] mandou apregoar que, sob pena de pagar com a cabeça, ninguém vestisse ou trouxesse nada que estivesse nos campos [ocupados pelo acampamento castelhano] para a cidade de Lisboa, mas queria que tudo fosse queimado para não contaminar a cidade ...</i>	A saúde: a peste.	CJF cap.21, §86 75
Crise de 1383-1385 – pregação em Lisboa, no Mosteiro da Trindade, depois de o cerco ter sido levantado (1384).	<i>... seendo esta çidade assi atribullada, e ardendo o fogo da sua grã tribullaçom, na força da sua moor quemtura, que era afixamento de grande cerco, e sofreemça de muita fame, ho apagou Deos per seu partimento. Nom prestavom humanaaes pemssamentos, nem cousa algũa que fazer podessees contra o poderio delRei de Castella. Nom valliã missas nem prestavom oraçoões, que devotas pessoas podessem fazer, braadando a Deos que sse amerçeasse de nos e quisesse livrar esta çidade das mãos de seus mortaaes emmiigos; de guisa que ja pareçia que o Senhor Deos çarrara suas orelhas de nos ouvir, e tornara a sua face de nos querer livrar. E nos assi postos na postumeira parte de tamanha lastima e amgostura, disse o mui alto Rei çellestriall, Padre de grandes misericordias e Deos de toda comssollaçom, no comssistorio da sua sabedoria: Tempo he que ajamos compaixom com a çidade atribullada e nom a leixemos mais padeçer ... Oo çidade de Lixboa! ouvida he a tua oraçom! e porque te amei querote livrar, avendo de ti grande doo e esto sera em mão forte, e a tua feuzo daqui em deamte, em mim será ... Mas por quamto aquell gram Rei de Castella era emdurado em seu coração, a nom deçercar esta çidade por cousa que aviinr podesse, ataa que per fame ou força darmas a podesse tomar ... assi o Senhor Deos começou de o tamger cõ pestellemça fo arraial</i>	A motivação e o apoio: a importância da religião	CDJI-I CLI 279

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
	<i>castelhano], ante que a esta çidade chegasse, que era sinall e amoestamento que lhe nom prazia de viinr a ella, e ell por isso nom leixou de viinr; e depois que a teve çercada, lhe começaram de morrer muitos dos seus, assi da gente de boom estado, come doutros de mais pequena comdiçom' ...</i>		
	<i>... Desi creçemdo a mortiidade, começaram de morrer dos fidallgos e senhores que eram seus primogenitos, tamta multidom trigosamente ... e ell por todo isso tiinha ssa voomtade firme de a nom deçercar, cõ quantos comsselhos lhe davom sobrello; ataa que o Deos percurdio no seu primogenito filho que mais amava, que foi a Rainha sua molher, aa quall naçerom duas pestellemçiaaes postemas; e emtom seu duro coração com espamto da triste morte se partio e deçercou esta çidade, na quall cousa Deos com nosco fez mui gramde misericordia' ...</i>	A morte pela peste.	CDJI-I CLI 280
Crise de 1383-1385 – D. Juan I de Castela exige refêns à população de Almada (1384).	<i>... [quando] elRei de Castela ... quis partir do çerco de Lixboa, ante que movesse seu arreal, mamdou chamar dos moradores dAlmadaã, alguïs dos homrrados que hi avia ... ell queria que lhe dessem em arrefeês, os filhos dos melhores que hi ouvesse, pera os mandar na frota a seu rreino; e aa tornada quamdo vehesse, achamdo que eram boôs e leaaes servidores, que ell teeria cuidado de lhe criar os filhos e de os casar e fazer muitas merçees ... e forom emtom dados em arrefeens, todollos filhos e parêtes dos melhores que na villa avia bem ataa viimte, assi baroões come femeas; e eram alguïs delles tam pequenos, que nom chegavom a quatro anos ...</i>	A violência psicológica: os refêns.	CDJI-I CLXV 312
Crise de 1383-1385 – cerco de Alenquer pelo Mestre de Avis (finais de 1384).	<i>... Affomssso Amrriquez [procurando provar que igualava em coragem e feitos a Aires Gonçalves] ... armousse ... E fuisse logo aa porta da barreira omde começavom de combater; e chegamdo alli, foi mais avante e deu com a lamça na porta da villa por mostrar ardileza; e as pedras muitas que viinham de çima de sobre as torres da porta, açertou de lhe dar hũa de que caeo em terra morto ... desta guisa morreo Affomssso Amrriquez, cometemdo ardileza que nom aproveitava ...</i>	Condenação de atos individuais de coragem em virtude dos riscos (muitas vezes desnecessários) em que incorriam os seus protagonistas.	CDJI-I CLXVII 316

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
<p>Crise de 1383-1385 – cerco do Mestre de Avis a Torres Vedras (meados de dezembro de 1384 a meados de fevereiro de 1385), no qual o futuro rei é sucessivamente traído.</p> <p>Descoberta a traição e preso um dos traidores (Garcia Gonçalves), torna-se possível o aclarar da conspiração.</p>	<p>... [estando em curso uma conjura para assassinar o Mestre, e percebendo este o que se passava] <i>o Meestre ficou espantado ... e folgou muito quando lhe disserom que Garcia Gomçallvez era preso, por saber per elle a verdade; e tragido perantelle, preguntoulhe que fugida era a sua de tall geito, e por que; e ell pemssamdo guardar sua vida, escusousse com rrazoões nom bem compostas, as quaaes lhe creer nom quiserom. Emtom o mandou meter a tormento daçoutes, e confessou pello mehudo todo o que avees ouvido, e quaaes pessoas eram em ello culpadas; e como jazemdo elRei de Castella sobre Lixboa, per seu mamdado se lamçara com o Meestre pera ho aver de matar em companha dos outros. O Meestre ... deu muitas graças a Deos, que por sua grande misericordia o quisera guardar de tamanho periigo, amdamdo tam dessegurado amtrellles; doutra parte foi mui irado comtra elle... e nom o quis mandar matar de simprez e honesta morte, mas cruell de fogo, e grave de sofrer, e mandou que o queimassem ... outro dia ... mamdou o Meestre que o trouvessem peramte a sua temda; e alli lhe mamdou que confessasse outra vez peramte todos, aquello que apartadamente dissera per tormêto ... [ele pediu para não ter que repetir mas o Mestre insistiu] Entom começou de comitar ... aquelle tam notavell erro, em que ell cõ os que fugirom, e outras pessoas eram culpados; e acabado seu confesso, levaromno ao fogo que ja era prestes; e ataromno a huï esteo, omde ardemdo, fez maa fim de sua vida ...</i></p>	<p>A violência sobre traidores, descobertas que foram as traições.</p>	<p>CDJI-I CLXXVII 333-334</p>
	<p>... [entretanto, descoberta a traição e os traidores foi preso um deles que confessou e a quem o Mestre mandou queimar] <i>veemdo Joham Duque [como o queimavam] com gram menemcoria que dello ouve, mamdou tomar huïs seis ou sete Portugueeses, homens de trabalho que tiinha presos, e mamdouhos todos deçepar das mãos e fanar dos narizes, e poer todallas mãos ao collo dhuï delles, e mamdouhos assi ao Meestre; o quall veemdo sua desmesurada crueldade, mamdava lamçar na fumda do emgenho demtro aa villa os prisuneiros que tiinha castellaãos; desi husãdo mais de piedade que de rrigor de vimgamça, ouve delles compaixom e mamdou que sse nom fezesse ...</i></p>	<p>Represálias sobre os prisioneiros.</p>	<p>CDJI-I CLXXIX 335</p>
<p>Ata da reunião da vereação de Loulé relativa à 2.^a sessão de 6 de fevereiro de 1385.</p>	<p>... <i>como seom muito aficados em muitos negociios pello aazo da guerra e porque nom colherom seus novos e se colherom alguuns nom os venderom como deviam...</i></p>	<p>O espectro da fome como resultado do abandono dos campos em consequência do recrutamento para a guerra.</p>	<p>AVL 06/02/1385 -2.^a 32-33</p>

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
<p>Crise de 1383-1385 – o Mestre de Avis levanta o cerco a Torres Vedras (fevereiro de 1385) e rumo a Coimbra.</p>	<p><i>... neesta sazom [após o cerco] era o termo de Lixboa mui danificado com gram mimgua de mantiimentos, por a viimda e estada delRei de Castella: e isso meesmo termo de Torres Vedras e doutros logares darredor. E veemdo muitos lavradores e outras gentes que moravom em elles, como ficavom assi tam minguados em poder de Castellaãos, costramgidos per tall neçessidade, nom sabemdo o que lhes depois avia de viinr, quando souberom que sse o Meestre queria partir, veheromsse pera elle com molheres e filhos e muitas criamças pequenas; assi que quamtos moravom no arravallde de Torres Vedras e no termo com alguïs doutros logares, todos alli foram jumptos.O Meestre quando vio tamta gente de tall comdiçom, e como braadavom huïs e os outros que sse amerçeeasse delles, e os levasse em sua companhia, pera averem alguï mantiimento e nom ficarem em poder de seus emmiigos, foi posto em cuidado que lhes faria; e mais lhe prouguera com outros tantos homeës darmas que o ajudassem, que levar comssigo homeës e molheres e parvoos, compridos de muita miseria; e eram tamtos e de tall guisa ... ataa huï çego que morava no arravallde, ouvimdo como o Meestre partia deste geito cõ aquellas gentes; começou de braadar grandes braados, rrogamdo por Deos que o levassem comssigo, nom ficasse em poder de tam maa gente ...Estomçe partio o Meestre com elles ... levamdo esta hordenamça: elles hiam todos deamte, e ell com suas gentes detras, que seriam ataa seis çemtas lamças, das quaaes hiam emcavallgadas hūas çemto e çimquoemta, e as outras todas de pee com cotas e loudees vestidos, e os baçinetes ao pescoço nas fachas; e assi amdavom suas trabalhosas jornadas; as quaaes o Meestre hordenava que nom fosse moores, que quanto aquella pobre gente podesse amdar passamente, que era duas e tres legoas, e aas vezes pouco mais ...</i></p>	<p>Movimentações da população em busca de melhores (e mais dignas) condições de vida.</p>	<p>CDJI-I CLXXX 339-340</p>

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Campanha no Minho, levada a cabo por D. João I e pelo Condestável (abril a maio de 1385).	... E esto determinado ... fez juntar os mais dos homens darmas que consigo leuaua dentro do moesteiro de Sam Dionis, e fallando a todos, propos desta guisa: 'Amigos meus, eu espero com a ajuda de Deus de uos levar a tal terra onde todos seiaaes auondados e achees todas as cousas que uos mester fazerem. E pera ferragem em começo de uossa partijda, uos pagarom logo soldo dhuum mes, ca por hora nam ha hi dinheiro de que sse mais pagar possa ... E nom uos anojees por seer pouco, ca prazendo a Deus, vos hirees a terra onde achares todo o que uos comprir. E rogo-uos muyto e emcomendo que em quanto andardes pello reyno, nom feiraaes nem matees nenhuuns lauradores, nem os pinguees nem façaes outro tormenteo por uos darem o que teem. Ca elles nom ssom senhores das villas e castellos, nem teem nenhuma fortellezas de que a el-Rey meu Senhor façam guerra, ante lhe despraz muyto della, mas nom podem majs fazer. Quanto he dos mantijmentos, tomaae aquelles que se escusar nom poderem, e das beestas per huu as achardes, tantas de que uos emcaualgues' ...	Os muitos problemas na relação dos exércitos com as populações.	CDJI-II V 13
Campanha no Minho, levada a cabo por D. João I e pelo Condestável (abril a maio de 1385) [Viana].	... Tomado assy o castello d Neiua, sem mais tardança no seguinte dia partio o Comde pella menhã com sua gemte, e chegou bem çedo a Viana, que era huuma legoa de Neiua, a quall tinha voz por Castella ... começou de combater afficadamente per todallas partes, vimdo muytos homeens da terra ajudal-lo a este combate. E poserom fogo as portas da uilla de guissa que arderom todas. E por o combate seer aficado e muy perfiosso, foy deribado Diogo Gill, arferenz do Comdeestabre, e morto dhuum quanto que deitarom de çima ...	A saúde: ferimentos causados por projéteis lançados do cimo das muralhas.	CDJI-II VII 15-16
	... [o alcaide de Viana entregou a cidade ao conde quando percebeu que era impossível manter a sua defesa] o alcayde em se defemdendo, deram-lhe com huum viratam pello rostro; e sentindo-se ferido e as portas da uilla que ardiam ... entendeo que nom auia em elle comselho se nom seer emtrado per força. E nom o podendo mais soffrer, pretextou que cesassem do combate, e que saysse elle e os outros em saluo com todo o seu, e que lhe daria o logar. E ao Comde aprougue dello, e ouue logo a posse delle ...	A derrota.	CDJI-II VII 16

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Campanha no Minho, levada a cabo por D. João I e pelo Condestável (abril a maio de 1385) [Guimarães].	... [tomada a vila de Guimarães, seguiu-se o combate pelo castelo] <i>elRey [ordenou] de combater a çerca velha ... poserom huuma escada de mão ao muro com rodas, feita de tres paaos, per que sobiam dous a par ... uemdo ... Aluaro dOuter de Fumos como naquell logar hu estaua a escada sobiam per ella quanto podiam, veo-sse ally armado dhuumas solhas e huum loudell e huum gorjall de malha e huum baçinete de camal em çima de huuma aduffa de madeira antelle e huum escudo no braço, e pos-se amtre amballas ameas homde a escada estaua posta, e dally deitaua [muitas] pedras que lhe dauom os do muro. E quamdo vio os portuguesses assy sobijr tam sem medo, e que Joham Rodriguez era ja tam açerca das ameas, deitou huum gram canto e deu na cabeça a Joham Rodriguez, e deu com elle e com todollos outros em terra, e quebrou a escada. E se nom fora que hia bem armado da cabeça, fora morto ...</i>	A saúde: ferimentos causados por projéteis lançados do cimo das muralhas.	CDJI-II XI 24
Campanha no Minho, levada a cabo por D. João I e pelo Condestável (abril a maio de 1385).	... o ryo [Minho] <i>hya muy cheo que o nom podiam passar ...</i>	Dificuldades no avanço da hoste: a travessia de rios podia representar grandes desafios.	CC XLVI 105
Campanha no Minho, levada a cabo por D. João I e pelo Condestável (abril a maio de 1385) [Ponte de Lima].	... <i>El-Rey assy em posse da uilla [de Ponte de Lima], hordenou logo de combater as tores, que eram muy fortes e forneçidas darmas e de gemtes ... [não chegando a acordo com o fronteiro, Lopo Gomes de Lira] mandou el-Rey combater todallas tores saluo a de Lopo Gomez de Lira ... e per força darmas e de fogo e per preitesya se derom todas e foram logo tomadas ... esta tore em que Lopo Gomez estaua he a mais alta e a mais defemssauel de todallas outras que ha na villa, e auya em ella dous sobrados, e he toda chea ataa ho muro ... Esta tore estaua açalmada de muitos touçinhos e lenha ataa o prymeiro sobrado ... E quando começaram de a combater, defemdian-se muy rijamente, partimdo as pedradas e as setadas sem doo. Em esto começaram de bradar que posessem fogo aas portas ... [o que, de facto, aconteceu] E como as portas arderom, ateou-se o fogo na lenha e touçinhos, e ardeo o primeiro sobrado; e com o gram fumo e labareda que hija a(o) outro sobrado nom o podemdo soffrer, poseram-sse antre as ameas da tore, que tem o amdaymo largo, e dally começaram de bradar e capear Lopo Gomez e os outros, pedimdo a el-Rey por merçee que lhes perdoasse, que se queriam dar. El-Rey estaua em logar domde ouolhaua muy bem todo, e folgaua de os veer daquella guissa por se nom quererem preitejar como el quisera ... E os seus lhe deziam e comselhauom que os leixasse afogar todos, ca bem mereçedores eram dello por se assy afoutarem contra elle.</i>	A saúde: ferimentos causados pelo fogo.	CDJI-II XVIII 35-37

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
	<i>El-Rey tall temçom tinha. E Vaasquo Martijnz de Mello dizem que disse a el-Rey que fosse sua merçee dauera doo de Tareija Gomez sua molher, que andaua prenhe, e de seus filhos, posto que a filha fosse de Vaasquo Gomez dAureu que estaua em seu desseruiço, e os nom leixasse morer de tam cruel morte. El-Rey per seus aficados rogos, e mouido com piedade, mandou que nom combatessem mais; e deçerom sua molher de Lopo Gomez per cordas em huum çesto, e assy el e os outros, cada huum como melhor e mais aginha podia, delles cheirando bem a fumo, e outros que se começauom ja de chamuscar ... em esta villa foram achadas muytas armas e caualllos e azemellas e outras muytas cousas, de que os del-Rey foram muy bem fornidos ...</i>		
Batalha de Trancoso (29/05/1385).	<i>... Os homeens de pee, lauradores e outros taaes que os portugueses tijnham na costaneira da batalha, quando os virom daquella guisa corregidos pera pelleiar, começaram de fugir pera a ujilla, e outros per hu melhor pudiam, nom os vendo nem sentijndo os homeens darmas. Os castellaãos, vendo-os desemparar o campo, cobrarom mais coraçom do que tijnham, auendo-o por boom synal e começo de vincimento ... [e] dando aas tronbetas, rijamente mouerom a tam trigosas passadas, que parecyia que cada huum deseiaua seer o primeiro que nelles ferisse; e chamando: 'Castilha! Sam Tyago!', com grandes apupos e allaridos ... Apellido dos portugueeses em alta voz era: 'Portugal e Sam Jorge!' ...</i>	O medo no campo de batalha.	CDJI-II XXI 43
	<i>... ao juntar das aazes, se começou antrelles huma muy forte e acesa batalha. E trabalhando huuns e os outros por leuar a melhorya de seus contrairos, feryndo-sse muy de uontade, os genetes castellaãos, veendo fogir os peoões portugueeses, matauom nelles aa sua vontade, de gujsa que morryam muytos. E elles, quando esto virom, tornauom-sse com medo a(a) bayalha, nom os vendo os homeens darmas: a qual foy começada ja muyto manhaã, e durou per grande espaço do dya, esforçando-sse amballas partes a contynuar sua pelleya ataa morrer ou vemçer; e eram os golpes tam grandes e assy espessos que os ouuuyam em Trancoso ...</i>	A violência no campo de batalha.	CDJI-II XXI 43-44
	<i>... foram os castellaãos vencidos e mortos todos, de guisa que dos homens darmas nom escaparam nenhuuns, saluo os genetes e muytos dos pages que estauom nos caualllos e alguuns homeens de pee que fugirom per esses montes ...</i>	A violência no campo de batalha. A derrota.	CDJI-II XXI 44

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
	... <i>E apanhado todo o esbulho do campo, com gram prazer e ledice tornarom-sse os capitaães portugueeses, cada huum com suas gentes, pera os logares dhu partirom ...</i>	A vitória.	CDJI-II XXI 44
O exército português, terminada a Campanha do Minho, desce em direção a Lisboa e chega a Santarém, onde encontra alguns Castelhanos dos muitos que por ali andavam (1385).	... [descendo o exército português em direção a Lisboa e chegado a Santarém encontram alguns Castelhanos dos muitos que por ali andavam; neste contexto, numa escaramuça que então se realiza, os Castelhanos] <i>deram huuma gram ferida com huuma lamça darmas per çima dhuuma booa cota a Vaasquo Louremço Meirinho pellos peitos, que lhe durou gram tempo ...</i>	A saúde: ferimentos causados por perfurações.	CDJI-II XXIII 47
Cercos a Elvas, uma tentativa fracassada de D. Juan I para tomar a praça (junho de 1385).	... <i>amte que [o rei de Castela, que cercava Elvas] dally partisse, mandou deçepar huum homeem dos da uilla que tinha preso; e mandou-ho deçepado a Gill Fernandez com huum scprito ao pescoço, em que dizia que el-Rey juraua que quamtos tomasse da uilla dEluas, que assy faria a todos. Gill Fernandez, quamdo esto vio, pesou-lhe muyto daquella crueza, e mandou logo deçepar dous boons escudeiros que tinha presos. E huum delles ... bradaua que era muy mau feito que por huum villaão auya (de) deçepar dous home(n)s fidalgos. E Gill Ffernandez respomdeo a esto que se nom podia estar detemdo em pessar os diuedos a fidalguya, nem podia dar tal por tall; mas como forom deçepados, mandou-os logo ao arreall com senhos scpritos ao pescoço, em que ... prometia e juraua a Deus que, se el-Rey de Castella lhe mais deçepasse, que el tinha oitemta homeens do arreall pressos, e que todos lhos mandaria deçepados. El-Rey nom quis ally mais fazer justiça, e partio-se outro dia pella menhaã ... E amte que chegasse a Aromches tomou hij dezasete homeens da uilla e todollos mandou deçepar; e husamdo de taaes crueldades, continuou seu caminho ataa que chegou a Çidade Rodrigo ...</i>	A violência: mutilações.	CDJI-II XXVI 53-54

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
D. Juan I invade Portugal pela Beira (julho de 1385).	... depois que el-Rey de Castella desta uez entrou em-no regno ataa que chegou a Llereca, nom çesou dhusar de toda crueldade, assy em homeens como molheres e moços pequenos, mandando-lhe deçepar as mãos e cortar as linguoas e outras semelhantes crueldades, e jssso mesmo poer fogo as jgrejas, espeçialmente a de Sam Marcos, homde foy a batalha de Tramquoso ... poemdo grandes ameaças de prissoões e esteramentos. E esto, como alguuns afirmam, era por duas razões: a primeira, por vyngamça do gram queixume que dos portugueses leuara quamdo partio de sobre Lixboa, por lhe todos nom obedecerem como el quisera; a segumda, porque desta vimda nenhuum tomava sua voz, nem se chegauom a elle pera o seruir. E por tanto husaua de sobeja crueldade, que pouco em sua homra acreçemtaua ...	A saúde: ferimentos provocados por sevícias corporais.	CDJI-II XXIX 59
D. João I reúne o seu Conselho antes da batalha de Aljubarrota (1385).	... [no Conselho reunido antes da batalha de Aljubarrota o Condestável diz, entre muitas outras coisas,] '... tomada Lixboa, metel-la-ha el-Rey [de Castela] a roubo, como [praça] dimfies [de infieís], matando e desomrando quantos boons em ella achar, e dos outros vssara como seruos catiuos, como aquell que he bem çerto que ella foy e he cabeça de quamtos no regno reuellam comtra elle ...	Possibilidade de os prisioneiros serem sujeitos à servidão.	CDJI-II XXX 62
	... [diz D. João I ao seu conselho] <i>Ca ja muytas vezes acomteçeo, e cada dia aqueçe, os poucos aas vezes vemçerem os muytos; de mais nos que temos justa querella em defemder nossa terra e nossos beens de quem nol-la quer tomar per força, comtra Deus e comtra dereito, britando os trautos e juramentos que sobresto fez; moormente que eu lhe emtendo de mandar dizer primeiro que lhe requeiro da parte de Deus e do Martir Sam Jorge que se torne pera sua terra com seu poderio, e nom queira danar este regno em que nom tem dereito; se nom, seja çerto que eu poerey este feito em juizo de Deus que o liure per batalha como sua merçee for. E Deus, que sabe todas estas cousas e todo o mal que el contra nos cuida, el sera nosso capitam em aquel dia e nos dara delle vemçimento, que de todos cobraremos grande homra e booa fama; e prazera a Deus que elles que me agora chamam por escarneçer Rey dAuis, que elles me chamaram çedo Rey de Portugall, com que lhe muyto pesara...</i>	A coragem: discursos dos comandantes valorizando os feitos coletivos e não as proezas individuais.	CDJI-II XXXI 64-65

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
O exército anglo-português chega a Ourém (1385).	... [chegados a Ourém] <i>como o areal foy posto e a temda del-Rey armada, leuantou-se huum corço em meo do real; e corendo todo a redonda, e muytos de cauallo em pos elle, nunca o poderam ferir nem matar saluo na temda del-Rey, hu se foy meter; o que todos ouuerom por boom sinall, como se custuma fallar em taaes feitos, dizendo todos com gram sabor que assy como aquell corço morera, que assy sperauom em Deus que seria el-Rey de Castella presso ou morto na temda del-Rey, e outras taaes razões ...</i>	A motivação e o apoio: presságios e fenómenos ‘estranhos’	CDJI-II XXXIII 70-71
D. Juan I de Castela reúne o seu Conselho antes da batalha de Aljubarrota (1385).	... [antes do confronto, o rei de Castela, que seguia doente, para espiar a hoste portuguesa, enviou Pero López de Ayalla, Diogo Fernandez (marechal de Castela) e Diogo Alvares (irmão de Nuno Álvares Pereira) para falar com o Condestável. No regresso ao arraial castelhano, reúne-se o Conselho de guerra para os ouvir e para decidir como proceder. Eles disseram-lhe, entre outras coisas,] <i>'quanto he ao que preguntaaes como vosas gentes deuem de fazer, a nos parece ... que uos deuees de fazer desta guisa: O dia he ja muy baixo, ca he ja çerca dhora de vespera; e as mais das vossas gemtes nom ham oje comido nem bebido e estam anojados da quentura e do caminho; dessy muytos homeens de pee e beesteiros nom som ajnda vindos, ca uem com as caretas e azemallas da hoste. Por em, segumdo a nos parece, a avanguardia da uossa batalha estaa em booa e nobre maneira; mas as duas allas, homde estam muytos e boons caualleiros, segumdo a hordenamça que vemos nom vos podem aproueitar, porque tem deante dous valles que passar nom podem pera empeçer aos emmigos e acorer aos da auamguarda ... segumdo estas cousas, nossa temçam he que vossas gentes estem quedas pera veer que faram os emmigos'</i> . [estas foram as vozes da prudência e da sensatez] ...	O risco (ao nível das chefias) decorrente da ânsia de mostrar e provar coragem, colocando os exércitos em situações de extrema dificuldade.	CDJI-II XXXV 75-77
	... <i>Outros ouue hij caualleiros que disserom a el-Rey o contrairo desto, dizemdo que 'el tinha muytas auamtageens dos portuguesses</i> [e seguiram enumerando-as] ...	O risco (ao nível das chefias) decorrente da ânsia de mostrar e provar coragem, colocando os exércitos em situações de extrema dificuldade.	CDJI-II XXXV 77
	... [depois de uma troca de opiniões] <i>Dom Joham Afomssso Tello</i> [mostrou-se] <i>'muyto contra este conselha e contra as razões que aquestes dizem, e paresçe-me que quem vos conselha que uos nom pellegees nem ponhaaes a batalha a estes homeens, que nom ama vossa honrra nem seruiço ... se uos jisto nom quiserdes, parece-m(e) que melhor fora estar em Castella que vijnrdes tam longe mostrar couardice'</i> ... <i>El-Rey</i> ... <i>mandou que a</i>	O risco (ao nível das chefias) decorrente da ânsia de mostrar e provar coragem, colocando os exércitos em situações de extrema dificuldade.	CDJI-II XXXV 79-81

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
	<i>pressa se fezessem todos prestes e acabassem dordenar a batalha ...</i>		
Batalha de Aljubarrota (14/08/1385).	<i>... a Deus ficaua outorgar vitorja aa quaall delles sua merçe fosse ...</i>	A motivação e o apoio: a importância da religião.	CDJI-II XLI 94
	<i>... O arcebispo de Braga ... ssendo bem armado, auya ante ssa a cruz de prata leuantada com que costumaua visitar as egrejas ... [andava] esforçando e assoluendo todos, confirmando-lhes as perdoanças que o papa Vrbano Sexto outorgaua contra os cismaticos, jncreeos, reuees aa Santa Egreja ...</i>	A motivação e o apoio: a importância da religião.	CDJI-II XLII 95-96
	<i>... E antes que as batalhas começassem dajuntar, alguuns homeens de pee portugueses ataa trinta, com medo e fraqueza de coração, ssayrom-sse dantre a carryagem, onde foram postos com outros em guarda della, pera fugir pera Porto de Moos. E os genetes de Castella, que andauom aredor da caryagem, vyram-nos sair e seguyro(n)-nos. E elles cuydando descapar, colherom-sse a huuns valles cubertos de siluas, e ally os matarom como porcos aa calcada, que nom escapou nenhum: a quall (cousa) contramgeo os outros daquella parte a cobrar esforço e nom fugir, dizendo que ante querjam morrer como homeens que os matarem como aquelles que fugirom ...</i>	O medo no campo de batalha.	CDJI-II XLII 96
	<i>... Os portugueeses, como os virom aballar, começaram auyuar os coraçãoens pera os receber, e com esforço damdo aas trombetas, mouerom passo e passo em sua boða hordenamça ... Seu apellido altas vozes era: 'Portugall e Sam Jorge! ', e dos emmjgos: 'Castilha! Samtiago! ' ...</i>	A motivação e o apoio: a importância da religião.	CDJI-II XLII 97
	<i>... [segundo o testemunho de João Fernandes Pacheco] Entre eles e nós havia um pequeno fosso, mas não tão grande que um cavalo não pudesse saltá-lo; isto deu-nos uma pequena vantagem, pois ao passarem pelos nossos, que estavam em duas fileiras e lançavam dardos afiados, com os quais feriam alguns, foi-lhes feito grande obstáculo. E ao transpor este pouco de água, houve muito aperto e muitos foram esmagados ...</i>	Causas de morte.	CJF cap.21, §93 88

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Batalha de Aljubarrota (14/08/1385).	... <i>Auamtejou-sse Gomçalleanes de Castell da Uide, que prometeo primeiro ferir de lamça, e foy deribado e acorido, e aleuantou-sse ...</i>	Condenação de atos individuais de coragem em virtude dos riscos (muitas vezes desnecessários) em que incorriam os seus protagonistas.	CDJI-II XLII 97
	... <i>prougue a Deus que a bandeira de Castella foy derybada e o peldom da diuysa com ella ... alguuns dos castellaãos começaram de uoltar atras. Os moços portugueses que tijnham as bestas, e muytos dos outros que eram com elles, começaram altas vozes braadar e dizer: 'Ja fogem! Ja fogem!' E os castellaãos, por no(m) fazer delles mentirosos, começaram de fugir cada uez mays ...</i>	A derrota.	CDJI-II XLII 99
	... <i>O boom de Vasco Martijnz de Mello, que deuodara prender el-Rey de Castella ou lhe poer as mãos, seguyo o encalco açerca de (huma) legoa por ssua promessa fazer verdadeira; e ssoo, sem outrem, em çima dhuum cauallo por chegar a elle, meteo-sse ant(r)e as gentes que o acompanhauom; e sendo conhecido pella cruz de Sam Jorge que era portugues, foy logo morto por sua sages ardileza ...</i>	Condenação de atos individuais de coragem em virtude dos riscos (muitas vezes desnecessários) em que incorriam os seus protagonistas.	CDJI-II XLIII 99-100
	... [no ataque castelhano à carriagem portuguesa] <i>os peoões daquela parte, ajnda que fugir quisessem, nom o podiam fazer, e assy forçadamente compria de se defemderem; a quall cousa os castellaãos depois emtenderom que lhe fora maao aujsamento, pois a seus emmigos nom leixauom portall aberto per hu fugir podessem ...</i>	Atos de coragem que resultam de situações de desespero.	CDJI-II XLV 105

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Batalha de Aljubarrota (14/08/1385).	<p><i>... Em esto, vemdo os castellaãos que seu senhor auja fogido e que a batalha de cada parte se vemçia, perduda toda esperamça, sem vomtade de majs ferir, começaram todos de voltar atras e deseparar o çampo ... Ally vyrees huuns caualgar nas bestas que percalçar podiam, sem preguntando cujas eram, por se trigosamente poer em saluo. Outros se descaregauom das armas que vestidas tinham por mais ligeiramente poder fugir, delles er fugimdo a pee hiamsse desarmando por corer mais leue pera poder escapar. Muitos outros voltauom os jaques, o de demtro por de fora, por nom serem conhecidos; mas depois o fallar da lingua mostramdo sua naçom era aazo de seu acabamento. Os que eram mal emcaualgados e outros com muyto camsanço nom podiam fugir aa sua vomtade, e com o gramde medo saiam-se das estradas e metiam-sse per esses matos; e porque nom sabiam o caminho amdauom dhuuma parte a outra. E a gemte da terra, que em outro dia acudio muyta, faziam em elles gramde matamça</i></p>	O pânico dos combatentes derrotados numa batalha.	CDJI-II XLV 106
	<p><i>... No desbarato dos Espanhóis em Aljubarrota, onde os Lisboetas e os Portugueses ganharam a posição, houve grande mortandade, e mais houvera, se houvessem feito caça, pois os Ingleses bem disseram, quando viram os Espanhóis virar costas: "Todos à caça; todos os que fogem, ou a maior parte, serão apanhados ou mortos, e assim o rei, se os perseguirmos". - "não o faremos, disse el-rei, deve bastar-nos o que feito havemos; os nossos homens estão lassos e cansados, e é já noite – não saberíamos por onde ir. E mesmo que fujam, ainda são muitos; fazem-no para nos levarem para fora do nosso campo e nos terem à sua mercê" ...</i></p>	A vitória e a derrota: a ténue linha que as separa, podendo alterar-se a situação de um momento para o outro.	CJF cap.21, §43 48
	<p><i>... E se alguém trabalhava de dar vida (a) algum que conhecesse, quer fosse castellaão ou portugues, dos que contra o regno vinham [na hoste de Juan I], nom o podia fazer; ca nas mãos lho matauom per força, ajmda que nom quisesse, nom soamente a homeens de pequena comdiçam, mas a pessoas de booa comta ...</i></p>	Violência sobre os inimigos vencidos.	CDJI-II XLV 106
	<p><i>... chegou Antom Vaasquez, caualleyro, [junto de D. João I, que descansava,] e vijnha emvorilhado na bandeira del-Rey de Castella ...</i></p>	A vitória: destruição dos símbolos do poder adversário.	CDJI-II XLV 107

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Batalha de Aljubarrota (14/08/1385).	<p><i>... chegou o page del-Rey com o cauallo, e trasya hum escudeiro castellaão preso em çima dhuma mulla, as esporas no braço e o lourell vestido aas ueessas por nom seer conhecido e lho matarem ... [o rei de Portugal] o fez caualgar na mulla, e o page tras elle por lhe mostrar andando os mortos, se conheciryra alguum delles. E quando os reuoluyam, e conheçya desses senhores e fidalgos de Castella quem eram, decya-sse e fazia pranto sobrelles; e assy andou el-Rey com el hum pedaço, mostrando-lhe aquelles de que auya conhecimento ...</i></p>	A violência psicológica: a visão dos mortos.	CDJI-II XLV 107
	<p><i>... prougue a Deus e aa sua preciosa Madre de a batalha seer veencida e os portugueeses liurees de sseus jmygos ...</i></p>	A motivação e o apoio: a importância da religião.	CDJI-II XLV 107-108
	<p><i>... muytos dos que jaziam moortos nom tijnham ferida nenhuuma. Ally foy achada grande riqueza de prata e ouro e joyas e guarnymentos de desuairadas guysas, como bem podes emtender que tragiryra tal rey e taaes senhores como com el vijnham ... cobrarom caualllos e mullas e azemellas e armas e outras muytas boas cousas ...</i></p>	Causas de morte.	CDJI-II XLV 108
Batalha de Aljubarrota (14-08-1385) – execução dos prisioneiros.	<p><i>... [Quando os portugueses souberam do avanço da hoste castelhana] reuniram um breve conselho ... e decidiram então um feito indigno, pois foi ordenado e dito que (sob pena de ser morto, ali, sem mercê) qualquer um que tivesse cativo o matasse, por muito valente, poderoso, nobre, gentil ou rico que fosse. Ali foram os barões, cavaleiros e escudeiros cativos em duro lance, e os rogos de nada lhe valiam; estavam dispersos por variados lugares, por aqui e por ali, e todos desarmados, e cuidavam ser salvos, mas não o foram, o que na verdade foi grande desgraça, pois cada um matava o seu, e quem o seu não quisesse matar, matavam-lho entre as suas mãos. E diziam os Portugueses e os Ingleses que disto haviam posto conselho: "Mais vale matar do que ser morto; se nós não matarmos, eles livrar-se-ão mentes nós estivermos ocupados a combater e a defender-nos, e depois matar-nos-ão, pois ninguém deve confiar no seu inimigo". Assim foram mortos ...</i></p>	As execuções de prisioneiros.	CJF cap.20, §41 43

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
No final da batalha de Aljubarrota (1385).	<p>... [esteua] <i>El-Rey tres dias no campo segundo custume de taaes batalhas; e por o fedor dos mortos, que era grande, e por nom comprir destar ally mais, hordenou de sse partir logo. E fez soterrar primeiro o conde dom Joham Affonso Tello, que fora aazador de seer a batalha, e mais nom. E os outros jazijam per esse campo, e muytos delles nuus sem nenhuum vestido, porque os vijllaãos e gentes da terra nom lhe leixauom nenhuma cousa; e era muyto que as aues nem lobos nem caães nom sse chegauom a elles pera os auer de comer ...</i></p>	<p>Tratamento dado aos inimigos mortos.</p> <p>A vitória: rituais a cumprir.</p>	<p>CDJI-II XLVI 110-111</p>
	<p>... <i>hordenarom que, assy como ao Senhor Deus e aa ssua preçiossa Madre prouguera de dar a el-Rey tam gramde e estremada vitoria em vespera da sua mais solemne festa aa hora em que se per todo o regno os seus louuores cantauom, que assy dessem tam pera todo sempre naquella somana da Assumpçam da Bemta Virgem fosse jumta toda a çidade pera fazerem tres preçissoões, huuma depos outra; e a primeira fosse ao moesteiro da Trimdade, saber, todos descalços, e depois da pregaçam dizerem tres missas cantadas a homra da Santa Trimdade; e que a segumda fosse ao altar do Saluador do moesteiro de Sam Françisquo jssso mesmo descalços, e acabado o sermom, çimquo missas em louuor das çimquo chagas de nosso Senhor Jhesu Christo; na terceira preçissom se juntassem todos e fossem calçados a Santa Maria da Graça do moesteiro de Santo Agostinho com aquella sollempnidade e festa que tinham costume de fazer por dia do Corpo de Deus, e depois do sermon, dizerem sete mjssas cantadas aa homra dos sete goyuos da Uirgem Maria. Hordenarom mais que por dia de Sam Viçemte, primçipall patrom da çidade ... fezessem proçissam na jgreja cathedral, e fosse homde jaz o sseu corpo, e de cada mester lhe fosse offereçido huum çirio; e jssso mesmo outra homrada proçissom em dia do martir Sam Jorge, seu gramde esforço e apellido nas pellejas, e fosse aa ssua egreja; as quaaes deuaçoões, que em seu tempo hordenarom de fazer, forom logo scpritas e postas em statutos que por sempre prometerom de guardar ...</i></p>	<p>A motivação e o apoio: a importância da religião.</p>	<p>CDJI-II XLIX 122</p>
D. João I toma Santarém (1385).	<p>... <i>Os portugueses matauom alguuns delles quantos podiam, mas em roubar o que lhe achauom [aos Castelhanos] era a mayor ocupaçom; e nom soamente os homeens, mas as molheres os ajudauom a roubar e premder. Assy dos que fugiam da batalha, come dos que estauom no lugar, ouuerom gram roubo de muytas cousas ...</i></p>	<p>A perspectiva do lucro como motivação.</p>	<p>CDJI-II L 125</p>

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
	... <i>El-Rey</i> [D. João I, quando chegou a Santarém] ... <i>soube que todallas egrejas e moesteiros jaziam cheos das gemtes de Castella, que nom ousauom sair por medo de os nom matarem; afora muytos que tomarom presos, os quaaes eram tantos que pasauom de mjll pessoas, e nom os podiam auer fartos daugua, porque o logar tem lomge e fragosa seruentia della; amte os leuauom ao Tejo a beber presos em cadeas e cordas como caães...</i>	O temível cativoiro.	CDJI-II LI 126
	... [um dos presos disse certa vez] ' <i>pedimos-uos que lhe digaaes [ao rei] que nos mande matar ou nos mande dar de comer, que pereçemos todos a fame'. El-Rey, como ouue disto notiçia, mandou chamar os offiçiaaes da villa, a que esto pertemçia, e disse que ao menos sequer do pam lhe prouuessem, (pois) que o doutra cousa nom podiam seer, de guissa que nom morresem de fame. E acharom (que nom) podia (sser nem) fazer por razom dos mantimentos, que eram poucos por aazo da guerra que auya tempos que duraua. 'Nem eu', disse el-Rey, 'nom poderia postar com minha vomtade de os uer todos pereçer a fame, que os ante nom mandasse pera sua terra'. Estomçe, posta adeparte toda vingamça que delles tomar podera, mandou que nenhuum nom lhes fezesse mall, mas que os soltasem e se fossem pera suas terras ...</i>	O temível cativoiro.	CDJI-II LI 126
Batalha de Valverde (início de outubro de 1385).	... [Nuno Álvares Pereira andando em castela e tendo uma hoste castelhana a rondá-lo, segue em direção a] <i>Ualverde, contra homde se os castellaãos foram, por passar Odiana ... per huum porto perigoso e maa; ca nom auya hij outro per hu passar podessem ... E quando o Comdestabre chegou, [os castelhanos] çercarom logo toda sua hoste com tanta espedidom de gemte, que pareciam os portugueses em meo dos emmjgos huuma pequena eira em espaçosso campo [ainda assim os portugueses conseguiram passar, escaramuçando bastante com os castelhanos] ...</i>	Dificuldades no avanço da hoste: a travessia de rios podia representar grandes desafios.	CDJI-II LVI 137
Expedição que culminou com a vitória na batalha de Valverde (1385).	... [foi muito o alvoroço no acampamento português em virtude do excessivo consumo de vinho] <i>foy o condestabre ao Almendral a dormir. E aquella noyte foy grande volta antre a gente do arayal pollos muytos vinhos qe hy acharom, polla quall cousa o condestabre foy em grande cuydado e lhe pesou muyto ...</i>	A bebida como motivação e apoio.	CC LIII 124
Cortes de 1385, em Coimbra	... <i>Concelhos-Rei: a guerra e a paz, a cunhagem da moeda e o casamento do monarca sejam aprovados pelos Concelhos ...</i>	Descontentamento com a guerra.	CMP-AS 7 225

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Campanha de João I e Nuno Álvares em Trás-os-Montes e na Beira Alta (15/01/1386 a 30/04/1386) – cerco de Chaves.	<p><i>... sabe que este cerco que el-Rey ordenou de poer sobre Chaues foy bem proueitoso a muytas gentes daquella comarca, porque os mais delles eram mynguados de mantimentos por aazo da guerra passada e vynda del-Rey de Castella ao regno; assy que muytos per suas vomtades se hiam pera el-Rey a aquell cerco, por auerem mantimento. E el-Rey mandaua muyt ameude aa foragem, e entrauom per Galliza a oito e dez legoas ... e boons capitaães em guarda das azemellas, que sempre hiam bem duas mjll, e as vezes mais; e uinham caregadas de pam e de carnes e de castanhas e nozes e doutros mantimentos, e dalguum pouco de uinho, ca nom he terra em que aja muyto ...</i></p>	Dificuldades de uma operação militar no inverno.	CDJI-II LXIII 155-156
	<p><i>... E huuma vez foram aa foragem a terra de Uiana de Bollo; e vimdo pera o areall cayo tamta neue na serra desspaço, em guissa que matou muytos homeens e moços com frio. E porque o cerco fora posto em tempo denuerno, as mais das casas em que se acolhia a gente eram palhaças. E semdo huma foragem a terra dOuremsse, alçou-sse fogo no areall hu pousaua frey Fernam dEstorga, confessor del Rey, e ardeo grande parte delle, em que se perderom muytas cousas de mantimentos e armas, segundo que cada huum tinha...</i></p>	Causas de morte.	CDJI-II LXIII 156
Campanha de João I e Nuno Álvares em Trás-os-Montes e na Beira Alta (15/01/1386 a 30/04/1386) – discussão entre D. João I e Nuno Álvares Pereira sobre cercos e batalhas [durante o cerco infrutífero à praça fronteiriça leonesa de Coria] (junho de 1386).	<p><i>... [na discussão entre D. João I e Nuno Álvares Pereira sobre cercos e batalhas (ocorrida durante o cerco de Coria de 1386), refere-se que muitas doenças atingem as hostes] 'E como nom adoeçeram elles', diserom outros, 'ca ja aquy ha muytos que nom comem senom trigo cozido com carne de porco e bebem augua em vez de uinho, e ajmda pois augua que tam çuja he do lixo das bestas que a nom pode nemguem beuer; e desta tal nom ha hay auomdo, e ja vão huuma legoa e mea por ella, e ajmda de noite como quem furta. E se alguem pode aquy auer trigo, e delle quer fazer farinha, alquya a moo aaquell que o leua, e deixa dous a seu dono da moo e leua elle nom mais dhuum; e veede se vay bem maquyado!' ...</i></p>	A bebida como motivação e apoio.	CDJI-II LXXVII 177
	<p><i>... as gentes começaram dadoeçer, huuns de maleitas e outros de maa maneira per myngua de mantimentos, speçialmente de pam e carnes, de que o areal era muy fallido, e comiam trigo cozido come aroz porque nom tinham dhu auer moeda; de guissa que mais eram já os doentes que os saãos. E taaes desejauom de o seer por teer aazo de se partir da hoste; outros fingiam que o eram, atamdo panos nas cabeças, porque el-Rey mandaua leuar os doentes a huum logar de seu regno que chamam Penamacor, que eram dally treze legoas, e homens darmas com elles em guarda; delles er fugiam sem liçemça, e tornauam-sse pera a terra. El-Rey, quamdo semtio esto, começou de os veer per pessoa, e</i></p>	A saúde: doenças várias.	CDJI-II LXXVII 180

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
	<i>bem conheço de muytos que nom eram doemtes ...</i>		
Campanha anglo-portuguesa em Leão e Castela (março a junho de 1387).	<i>... [alguns portugueses tentaram tomar a vila, designada de Ualdeiras, mas não foram bem sucedidos] E (foy) (a)quell juntamente assy pellejado que ouue hij feridos dhuuma parte e doutra e alguuns mortos. E tornaram-sse os castellaãos pera a villa e os portugueses pera o arreall. E huum caualleiro de sua companhia, quando vio tamta gente da uilla e os portugueses emuorilhados com elles tomou tam gram medo que fogio pera o arreall, damdo nouas que todos ficauom mortos. E porque tal cousa sayo mentirosa e lho desdeziã todos, tomou tam gram nojo que tresualiou o miollo; e se lhe deziã: 'Esforçar com Deus', assy dezia elle: 'Esforçar com Deus'; e assy de quaaesquer cousas que lhe fallauom. E durou com aquella maginaçom tres dias, e logo moreo ...</i>	A irracionalidade do medo, que pode levar a um bloqueio ou paralização.	CDJI-II CV 221
Cerco a Campo Maior por D. João I (15/09/1388 a 01/12/1388).	<i>... Em esto el-Rey combateo o logar, tendo jaa a caua atupida. E himdo çertos homeens na escalla, mandou-a poer em huma torre, começada de derubar dos enjenhos; e a escalla pera poussar, aconteço que quebrou, e foram muytos ferydos, e prouue a Deus de nam morrer nenhuum ...</i>	Perigos das operações de cerco.	CDJI-II CXXXV 282
Cortes de 1389, em Lisboa,	<i>... Lavradores: sejam isentos do serviço militar ...</i>	Problema do abandono dos campos em consequência do recrutamento para a guerra.	CMP-AS 22 231
Cortes de 1389, em Lisboa.	<i>... Armas: dê o rei aos concelhos cartas que obriguem os meirinhos, corregedores, fonteiros e outros a actualizarem os róis dos acontiadados em armas ...</i>	A participação na guerra podia ser bastante dispendiosa para o combatente.	CMP-AS 30 232
Cortes de 1390, em Coimbra.	<i>... Processos por dívidas: que os detentores de cartas régias de adiamento de processos por suas dívidas até ao fim da guerra possam ser demandados durante o período das tréguas ...</i>	O adiamento do prazo para pagamento de dívidas como forma de mitigar os constrangimentos do recrutamento e como motivação para participar nas operações militares.	CMP-AS 8 236

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Cortes de 1394, em Coimbra.	... <i>Irmãos terceiros de São Francisco: que os irmãos terceiros de São Francisco que têm mulher, filhos e bens, não usufruam dos privilégios militares e fiscais do clero a menos que vão residir e viver nos conventos ...</i>	Problemas no recrutamento: fugas.	CMP-AS 22 249
Entrada de D. João I na Galiza (maio a julho de 1398).	... <i>chegando per acerca de Monção ... [ao] vao das Estacas, que naquelle lugar era dancho como a costumada passajem do Doyro, sendo jaa sol posto, muy açerca do seraão, e a noute per antrepoymento de nuueens nam bem clara, como pera tal passajem compria. E el-Rey fez chamar huma guya ... que os ouuesem dencamyntar; e ella entrou em çima de seu cauallo, dando-lhe augua pellos peytos. O vao nam era dereyto, mas desuyado pera cima, qual natureza hordenara, de huum pedregulhosso seixal, e (a) altura daugua per huma jgoaldança não mais alta em huum lugar que em outro; mas era junto com elle huum perfumdo peego, bem mortal e vezinho aazado pera muytos perecerem, de que poucos sabyão parte. A guya passou alem, e tornou mais rijo do que foy, por o gram corrimento daugua que deçia. El-Rey mandou passar a bamdeira por lhe aviuar os corações de passarem mais toste; e Joham Gomez da Sylua, (que era alferes), como foy allem e alguuns com elle, (foy) afumdo por beira do rio ao dereyto domde el-Rey ficaua; que foy grande aazo da perda que se ally fez; porque ao soom das vozes donde elle estaua, tiraua a gente pera ally dereyto, e a vao hya mais açima (desuiado), e assy se perdyam muytos. E tornou a guya por encamyntar outra hida a noute mal aazada pera tal trabalho fazia topar huuns nos outros. E delles trauauam de seus parçeyros por se terem a elles, e leuauam-nos consygo; e desta guyssa e da outra morria muyta gente, atee que os qu(e) yam detras foram em conhecimento da perda que se fazia, e disseram-no a el-Rey, e mamdou que nam passassem mais. Huns se affogauam, que nam surdião mais, houtros nadauam as bestas com elles, e quando chegauam a beira daugua, por (a) aspera sayda da borda do rio nam podiam montar açima; e asy morrião, bradamdo grandes vozes que lhe acorressem, mas não prestauão a tal tempo; ca posto que se alguuns nomeassem quem eraão e lhe seus seruydores quysesem acorrer, nam podyam, tanta era a pressa ...</i>	Causas de morte.	CDJI-II CLXVIII 357-358
	<i>El-Rey esteue huum boom espaço aquem do rio, nam sabemdo quaees eram mortos ... e deteue-sse alguuns dias por os mortos que surdiam e sayam fora. Houtros tirauam fora com redes, e trabalhauão de soterrar todos</i>	A morte: a preocupação com a sepultura.	CDJI-II CLXVIII 358-359

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Sobre a geração que combateu em Aljubarrota.	<i>... elRey e todos aquellos que algo seguiram nas primeiras guerras sam ja cansados e enfadados polla grande sofrença dos trabalhos que ouueram. e porem deseiam rrepouso...</i>	Vontade de descansar depois de várias campanhas.	CTC VI 22
Preparativos para a expedição a Ceuta.	<i>... sobreueyo huñ muy grande empacho, porque começaram de morrer de pestenemça na çidade de Lixboa e tambem no Porto. e esto foi segumdo deziam por aazo dos nauios que uieram de mujtas partes, e em alguñs delles auia pestenemça. E porque esta emfirmidade ... he comtagiosa, fez muy grande dano no auiamento daquella frota, primçipallmente na morte da Rainha ...</i>	A morte pela peste.	CTC XXXV 109-110
	<i>... [no caso da expedição a Ceuta, a conjugação de três desgraças alarmou as gentes pois entenderam-nas como presságios de má sorte, depois da morte da Rainha] ... mujto duuidauam de sse fazer nehuñ mouimento açerqua do que era começado. ca deziam que tamanhos tres synaaes, como nosso Senhor Deos em aquelle feito mostrara, nom eram pera teer em joguo .s. a grande pestenemça que dias auia que amdaua amtrelles, polla quall ja falleçeram mujtas e boas pessoas. E o segumdo fora o cris do soll, que foi amte alguñs dias da morte da Rainha, em tamanho graao como amte na memoria daquelles que emtam eram, nem depois ataa este presentem numca foy uisto. ca duas oras continuadas esteue cuberto per tall guisa, que pareciam todallas estrellas, e assy todollos outros sinaaes do çeo, que geerallmente pareçem depois que o soll passa ho oçidimtall orizom, e o crespucollo nos traz a escuridade da noute. E o terçeyro foy a morte da Rainha, que sobre todo era mais sentida ...</i>	A motivação e o apoio: presságios e fenómenos ‘estranhos’.	CTC XLVII 144
Pouco antes da largada da armada portuguesa do Algarve, em direção a Ceuta, Frei João de Xira, membro da Ordem dos Frades Menores, fala aos combatentes que partiam (1415).	<i>... [diz o pregador] husamdo de meu offiçio, uos rrequero e rrogo a todos quamtos aqui presentes sooes, que comsirees bem em uossas comçiemçias quaaesquer peccados, malle, ou erros, que tenhaes cometidos, e que peçaaes ao Senhor Deos perdam delles com todo coração e uoomtade, e façaaes delles penitemçia, auemdo firme proposito de uos guardar de pecar daqui em diamte. Polla quall cousa serees assolltos de culpa e pena, per uirtude de huña letera que o samto Padre outorgou a elRey nosso senhor ueemdo seu samto desejo. A quall letera logo alli de presentem o meestre pruuicou, em fim da quall fez a assolluom de todos ...</i>	Discursos de incentivo à hoste. A motivação e o apoio: a importância da religião.	CTC LIII 161

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
	<p><i>... se nos teuermos em elle comprida esperança, he de creer que nos ajudara contra toda esta maa geeraçom, que por çerto nom sera a nos pequena gloria e homrra, amtre todollos pouoos que forom em esta Espanha, seermos os primeiros que passamos em Affrica, e começamos de poer o jugo da ffe sobre os pescoços dos jmfiees. E assy teeremos dous muy grandes proueytos, o primeiro he a saluaçom que sabemos çertamente que rreçeberemos pera nossas almas, e o segundo homrra muy gramde amtre todos nossos uizinhos, e memoria perdurauell que fiquara pera todo sempre, em quamto hi ouuer homeês que possam fallar...</i></p>	Discursos de incentivo à hoste.	CTC LIII 162
A frota portuguesa chega a Ceuta (1415).	<p><i>... elRey Dom Joham ... tanto na terra era forte, enfraqueçia no maar, ca soamente em passar de Lixboa pera Couna enjoaua per tal guisa, que nam sabia de si parte, e porque elle conheçia em si este faleçimento, se encomendou aa uirgem Maria da Escada que o liurasse daquelle trabalho, e foy cousa marauilhosa, que em todo hum mes que andou no mar, nunca fez nenhuã mostra denjoamento ...</i></p>	Dificuldades do transporte por mar.	CTC LX 177
Na véspera do ataque a Ceuta.	<p><i>... E assy como a naao quando traz pequena carrega, a aruor seca amda sobre as omdas dhuã parte pera a outra, sem teer çerto rrumo per que faça sua uiagem, bem assy amdauam os pemssamentos daquelles alloymdo sem certo curso. E huã uez se lhes apresentaua ante a jmagem da alma, como os mouros eram homeês, que rreçeauam pouco suas mortes, com tamto que elles podessem comprir suas uoomtades, matamdo seus jmmijos, outra uez pensauam que sse alli falleçessem, no que elles punham gramde duuida, quaaes sepullturas aueriam, e como nom seriam acompanhados de seus filhos e de seus parentes, quando lhe fezessem sua derradeira homrra, nem poderiam gemer sobre suas couas aquelles que gramde sentido de sua morte teuessem. Oo deziã elles amtre ssi, como forom bem auenturados todos aquelles a que Deos leixou acabar seus dias no apartamento de seus leitos, os quaaes em tall tempo ssom acompanhados de suas mulheres e filhos, e comsselhados de seus abades com gramde proueito de suas comçiemçias, e estã fazendo a rrepartiçã de seus beês segundo o mouimento das suas uoomtades. Mas nos outros que aqui morrermos, nom ueremos nehuã destas cousas, amte jaremos ssem sepullturas, desprezados de todollos uiuos, e assy sse gastaram nossas carnes, ssem de nos saber alguem parte, ssenam depois da derradeira rresurreyçom do juizo. E que proueito nos pode trazer o gaanho dos trabalhos que leuamos de nossas moçidades e mançebias, se nom auemos de teer poder em nossos dinheiros pera os darmos pera saude de nossas almas ...</i></p>	A morte: preocupação com a sepultura e com o testamento.	CTC LXVII 191-192

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
	<i>... Por çerto mais nobres pemssamentos tijnhem aquelles, a que a natureza guarneçera de uerdadeira fortelleza, os quaaes comsijramdo em este feito, deziã amtre ssy. Bem auenturados somos nos, a que Deos amtre todollos dEspanha outorgou primeiramente graça de cobrar terra nas parte dAffrica, e que auemos primeiramente de despregar nossas bamdeiras sobre a fremosura de tamanha çidade. Vaa com Deos deziã elles, por bem empregado nosso trabalho em semelhamte seruiço, pois que o nosso samgue ha de seer espargido por rremijmento de nossos peccados ...</i>	Dualidade do sentir: entre o medo e a coragem.	CTC LXVII 192
Conquista de Ceuta (21/08/1415).	<i>... [na fala que o capelão de D. Henrique fez aos homens, é-lhes pedido] ... que fimcassem todos os giolhos em terra, e que fizessem a comfissam, em fim da quall os asslueo de culpa e pena segumdo o poder da samta cruzada. Agora disse elle, jrmaãos e amigos, teemdes sobre uos as armas da fortelleza, ora daqui em diamte pelleiaae sem nehuũ temor, ca o nosso Senhor estara aqui em presemça de todos ataa fim de uosso trabalho, sem nehuũ temor dos jmmijgos pera uos dar o seu uerdadeiro esforço ...</i>	A motivação e o apoio: a importância da religião.	CTC LXXI 202
	<i>... E era este huũ caso muy perijgoso, por quamto as casas tijnhem as portas baixas e estreitas, e eram feitas segumdo hordenamça dos mouros, e os homeês com aquelle açemdimto da cobijça que traziam, emtrauam [nas casas] sem nehuũ rresguardo, e mujtos daquelles mouros jaziam em suas casas mostramdo huũa desauisada perfia, a quall era a morte que poderam escusar ... e era a magoa daquelles mouros tamanha, que sem arma nem ferro se lamçauam aos christaãos ...</i>	A perspectiva do lucro como motivação.	CTC LXXVII 213-214
	<i>... de quamtos primeiramente aballaram com o Iffãnte, quamdo partio da aduana, nom eram alli com elle mais que dez e sete, porque os outros poucos e poucos sse partiram cada huïs pera sua parte, ca huïs tiraua a cobijça do rroubo, a outros a grande sede que auiam, porque toda sua uiamda era sallgada, e a grande força do soll secaualhes as humidades dos corpos, e faziaos mujto a meude buscar os poços, homde sse nom podiam auer fartos dagua, outros auiam as compreissoões molles e dellicadas, e nom podiam sosteer lomgamente a força do trabalho, e tirauamsse a fora ...</i>	A vitória: comportamento dos vencedores no final de um enfrentamento.	CTC LXXIX 216-217

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Conquista de Ceuta (21/08/1415).	<p>... [durante a primeira noite da praça em mãos dos portugueses] <i>Toda ocupação dos mais daquelles era deleitosa, ca posto que todo aquelle dia fossem trabalhados, e o espaço da noute fosse tam pequeno, nom auia hi tam preguiçoso que sse comtentasse de a toda dormir, ca huüs se ocupauam de fazer trouxas [das] cousas que apanharam, outros estauam jguallamdo suas partilhas com aquelles que primeyramente traziam comserua, outros amdauam cauamdo as casas, omde achauam a terra mouediça, e faziam nellas muy grandes foyos, pemssamdo dacharem alguïas rriquezas soterradas, e por huï pouco que achauam, desfaziam grandes allições, pemssamdo dacharem mais, outros temtauam as alturas das aguas que jaziam nos poços, e metiamsse neellas, apallpamdo com os pees pera ueer se poderiam ajmda achar alguïas rriquezas sobre aquellas que ja tijnham, e por dizer uerdade, que em mujtos nom eram seus trabalhos em uaão, que sse achauam mujtas cousas em elles de grossa uallia. E os que mayor efficacia traziam em estes trabalhos, assy eram as gemtes do pouoo, speçiallymente os que eram casados ... Oo como a uentura muda suas cousas como lhe praz, e acreçemta ou mingua segumdo seu querer ... Os nobres homeës ... nom curauam doutra cousa, senam despender o tempo que lhes o sono nom ocupaua os sentidos, em rrecomtar a grandeza daquella uitoria, e huüs louuauam os gollpes que açertaram de ueer a seus amigos, ou os aquecimentos que ouueram, outros cullpauam alguï estoruo se lhe aqueçera, per que perderam alguï gollpe que poderam fazer, outros estimauam a multidad dos mortos quamtos seriam, sobre cujo numero eram desuayradas openioões ...</i></p>	Diferentes formas de viver a vitória.	CTC LXXXVIII 235-236
	<p>... [durante a primeira noite da praça em mãos dos portugueses, muitos dos Portugueses] <i>tijnham cuydado de rrecadarem os prisioneiros, sobre cuja guarda sse puyha grande delligemçia, huüs leuamdo aas gallees, outros metemdo em taaes prisões, per que teuessem delles seguramça. Muytos tijnham cuydado de quererem escolldrinhar per quall parte se aazara mais çertamente aquella uitoria, e huüs eram que a atribuhiam de todo a Deos ... dizemdo que todallas hordenamças prestaram pouco, sse os mouros teueram auisamento de fecharem suas portas e nom quiseram sayr fora ... Outros deziam que aquello nom prestaua, ca posto que elles fecharom as portas, nom teueram uiamda nem lhe podera uijr tam asinha de fora, segumdo seu grande desperçebimento ...</i></p>	A possibilidade de cobrar resgates aos prisioneiros como motivação para participar na guerra. Cuidados no tratamento dos prisioneiros.	CTC LXXXVIII 236-237

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Conquista de Ceuta (21/08/1415).	<p>... [durante a primeira noite da praça em mãos dos portugueses] <i>piadosa cousa era douuir os gemidos daquelles mouros, depois que forom afastados da sombra dos muros da sua çidade ... uijnham amedorentados da mortijmdade, que uirom fazer em seus uezinhos e parentes. Mais depois que a noute começou de sobreuijr, cobrarom elles ja quamto quer de mayor atreuimento, e começaram de sse sahir daquelles matos cada huïs per sua parte, e chamarsse huïs aos outros per seus proprios nomes, e as madres chamauam os filhos, e os maridos as molheres, e aquelles que sse açertauam de sse acharem, tijnham alguï rremedio pera seu conforto, ajmda que lhe mujto nom podesse durar, porque a nembramça de sua perda geerall nom podia esqueeçer por outra nehuïa cousa de melhora por gramde que fosse, e sobre todo nom auia hi alguï, que nom teuesse em sua parte que chorar, porque a huïs falleçiam filhos, a outros molheres e amigos, e taaes sse açertauam alli, a que falleçiam todos ...</i></p>	A derrota.	CTC LXXXIX 237
	<p>... foi feita em aquelle dia gramde mortijmdade, a quall jazia espargida per todallas ruas da çidade ... <i>Oo como nos outros arripiamos nossas carnes, quamdo per açidemte ueemos alguï homem morto ante nossos olhos, e estamos esmoreçemdo sobre elle, marauilhamdonos do desuayro de sua comtenemça, e uem a nos huï mordimento de piedade, posto que na sua uida lhe ouuessemos odio ... [os mouros mortos] jazemdo em terra nom podiam dereitamente seer conhecidos, e tamto eram atormentados das feridas, que nom dauam nehuï uagar aas almas pera sayr das carnes, e taaes sse lhe partiam os spiritos apressados, que lhe leixauam as caras tam feas, que uerdadeiramente arremedauam a semelhamça dos amjos jmfernaaes ... huïs jaziam com os corpos temdudos e as mãos apertadas e os demtes fechados, outros jaziam com os foçinhos sobre a terra, emburilhados no seu samgue meesmo, outros com os corpos embuizados, apertamdo com seus punhos a rroupa que traziam, outros jaziam assy espedaçados, que homem nom poderia dereitamente julgar quall fora primeiramente sua queeda, taaes hi auia que os gollpes primeiros nom eram tam feros, como o trilhamento dos uiuos, quamdo sse açertaua de sse rreuolluerem com os pees sobre elles ... [os portugueses] anoiauamsse fortemente com a uista daquelles mortos, espiçiallmente porque mujtos delles jaziam tam feos, que na meetade do dia traziam auorrimento, e sobre todo ajmda sse açertaua que alguïs delles nam eram de todo mortos, e tijnham seus membros cortados, e depois que os leixaua alguï pouco a door, prouauam de sse leuamtar com as caras cheas de sangue e de poo, com que acreçemtauam mujto mais sua fealldade ...</i></p>	<p>Perigos para quem participa numa operação de cerco.</p> <p>A violência psicológica: a visão dos mortos.</p> <p>A morte: a convivência com os cadáveres.</p>	CTC XCII 245-246

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Regresso da frota portuguesa que conquistou Ceuta ao Reino (1415).	<i>... assy começaram todos demcaminhar com muy grande prazer caminho do Algarue, fazendo desuayrados soõs em seus estromentos, como aquelles que a doçura da uitoria e a esperamça que traziam de ueer sua terra e seus amigos e parentes, fazia os corações mujto allegres ...</i>	A vitória.	CTC CI 266
	<i>... [os que ficavam diziam], «quanto as cousas tristes sam menores d'ouvir, que de sentir, bemaventurados vós outros, que tornais a visitar vossas cazas, mulheres, e filhos, e viver, e acabar antre as cousas que amais, de cuja dôr, e trabalho vossos vizinhos, e amigos haõ de sentir aquella parte, a que costringidos forem por divido, e amizade, e que depois de vossos dias, vossos corpos haõ de acompanhar seus Padres, e Avós, cujas sepulturas haõ de ser molhadas das lagrimas piadosas daquelles, que vos amarem; mas nós outros, que aqui ficamos somos feitos como desterrados, a que os merecimentos dos maleficios trouveraõ causa de morte corporal ... ou sômos dados como por sacrificio nas maõs destes infieis, aos quaes gravemente avemos de pagar assy a perda da Cidade, como das cazas, e fazendas, porque se nom abastar o poderio destes que parecem, toda Africa lhes dará socorro ... que sam muitos mais em nossa pequena comparaçãõ ... e virãõ tomar aquella crua vingança» ...</i>	A morte: a preocupação com a sepultura. O regresso e o desejo de regressar à vida antiga.	CDPM-I X 38
Sobre os muçulmanos.	<i>... os Mouros ... saõ gentes de pouca vianda, e ... os mais delles naõ uzaõ vinho, [e por isso] trazem os entendimentos mais puros, e mais dispostos, que os outros, que se regem pelo contrario, e por ello ham razaõ de melhor conhecer as cousas, do que fariam se d'outra guiza uzassem ...</i>	A bebida como motivação e apoio.	CDPM-I XXI 66
Durante o período inicial de defesa e manutenção de Ceuta.	<i>... Porque estas cousas querem a boa vontade dos homens, o Conde contentou muy bem aquelles que o serviraõ naquelle trabalho, porque alem do seu premio, segundo uzansa de suas armações, elle lhes fez outras vantagens com que alegrou suas vontades ...</i>	As mercês como motivação.	CDPM-I XXXII 107
Numa das várias escaramuças entre cristãos e muçulmanos em Ceuta, depois da conquista (1416-1417).	<i>... aos Mouros recreceo mais gente, e vierom outra vez aos nossos, os quaes se nom quizerom mais ter ao mandamento do Capitaõ, nem guardar ordenança ... [alguns portugueses] começaram a fugir, e os Mouros quando os assy virom, meterom-se com elles; e a terra era tam maa, que como hum topava no outro logo o derribava, de guisa que antre mortos, e presos perderom-se alli quarenta e dous homens: e quando Gonçalo Vazques vio, que se assy venciam [e os mouros levavam a melhor], mandou matar todolos presos, e decepar os cavallos, e azemalas, que nom ficou nenhum ...</i>	A violência e o sofrimento: execuções de prisioneiros, em cumprimento de ordens superiores.	CDPM-I LVI 190

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Discurso de D. Pedro de Meneses, depois de repelir um ataque mouro à praça de Ceuta (1416).	<i>... Porque se o Conde achára muito bem ajudado daquellas gentes, pareceolhe que seria erro nom lho agradecer, porque outra vez ouvessem vontade de o fazer muito melhor se se o cazo ofrecesse ... [entre outras coisas disse-lhes] 'eu vos agradeço muy muito vosso grande trabalho, e boas vontades; e porque eu per mim nom posso satisfazer ao grande galardão, que vós per esto mereceis, escrepvello-ey a aquelle que he poderoso de vollo dar' ...</i>	A vitória: discursos de agradecimento.	CDPM-I XXXVI 122
Portugueses em Ceuta.	<i>... Como diz Vegecio, que os cavallos, que continuam as guerras se fazem mais ferozes, e por tempo tornaõ a ser bravos, e mãos de reger: assy as gentes, que ficáraõ em aquella Cidade, depois que uzárom aquellas pelêjas, anojavam-se muito quando estavaõ alguns dias, em que naõ podiaõ obrar em seu exercicio ...</i>	Os combatentes, por vezes, adquirem uma insensibilidade que lhes permite avançar para a luta.	CDPM-I XXXVII 123
Cercos muçulmano a Ceuta (1418).	<i>... Alguns daquelles Mouros, que sabiam fallar ladino, nom bradavam outra cousa contra os nosso, senom que aguardassem, que tanto que as Fustas viessem logo todos aviam de ser juntos com os muros, onde per força os Christãos seriam entrados, e que entam saberiam, que diferença avia de Christo a Mafamede, e todos aviam de ser degolados ...</i>	Aviolência psicológica: ameaças proferidas de um e outro lado.	CDPM-I LXII 220
	<i>... como quer que o estado feminil seja daquella flaqueza, que a Deos prouve, que fosse, tanto merece mayor louvor, quanto se esforça com mayor vontade a seguir, o que lhe a natureza repunha: e porem sabe, que as mulheres daquella Cidade se ouverom em aquelles dias, em todo-los trabalhos muito virtuosamente; caa continuamente andarom alli acarretando pedras, e almazem, com toda-las outras cousas, que aos homens eram necessarias, de guisa que algum delles nom teve causa de se afastar do lugar, que lhe fora assinado, nem os muros nunca perderom companhia, que os defendesse: e quando se os Mouros chegarom, ellas mudaraõ suas roupas em abitos varõis, e com lanças, e escudos estavam pelos portaes do muro de companhia com os homens, o que aos contrarios nom era conhecido...</i>	A coragem: a participação das mulheres nas operações militares.	CDPM-I LXVII 233

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
	<i>... como a mayor parte dos Beesteiros fosse gente popular, quando virom os contrarios tam avivados pensárom sua destruição desemparrando o lugar, em que estavam assinados com tanto temor, que deixavam as beestas, e almazem que tinham, pero chegarom alli logo Escudeiros, os quaes posto que o nom tevessem por Officio, servirom alli melhor do que os outros covardos fezerom; caa avendo fortaleza em seus corações nom perdiam o posto com temor dos contrairos, o que os primeiros faziam muito pelo contrario; e assy se ouverom aquelles bons homens em seus tiros, que em breve derribárom parte daquelles Mouros, os quaes vendo como lhes o muro era tambem defezo, começárom de se alongar do combate, mostrando porém que o queriam continuar, e derom azo a outros, que se fossem ao cano ...</i>	A coragem em contraste com o medo.	CDPM-I LXIX 238
Depois do cerco muçulmano de 1418 a Ceuta.	<i>... ainda que os Mouros muitos daquelles mortos levassem, todavia ficarom alli tantos, que ao depois, que começárom aapodrecer faziam nojo aos nossos, antes creemos, que os mandáraõ queimar ...</i>	A morte: possibilidade dada aos inimigos para recolherem os seus mortos.	CDPM-I LXX 241
Cerco muçulmano a Ceuta (1419).	<i>... aquella maldita, e excomungada gente [os muçulmanos] trazia mortal peçonha em suas armas de ferir ...</i>	A saúde: os efeitos do veneno.	CDPM-I LXXIX 266
Cortes de 1433, em Leiria-Santarém.	<i>... Biscoitos das armadas: que o povo não seja constrangido a prover de biscoitos feitos com seu pão as armadas, mas que sejam feitos com as farinhas dos celeiros reais ...</i>	A participação na guerra podia ser bastante dispendiosa para o combatente.	CMP-AS 118 311
Cortes de 1433, em Leiria-Santarém.	<i>... Guerra (condições para o cometimento de guerras ofensivas): que o rei evite meter-se em guerras à custa do povo; se desejar fazê-lo e isso implicar a utilização dos haveres e corpos dos súbditos, convoque as cortes e obtenha delas o consentimento; se não for o rei, mas outros senhores a desejá-lo também às custas do povo, siga-se o mesmo método; se, porém alguns quiserem mesmo entrar em batalhas e armadas, vão eles procurá-las noutras «partes e reinos» ...</i>	Descontentamento com a guerra.	CMP-AS 141 316
Cortes de 1433, em Leiria-Santarém.	<i>... Ceuta (tempo de duração do serviço militar em ceuta): seja guardado e não ultrapassado o tempo estabelecido para o serviço militar de Ceuta ...</i>	Queixas sobre a prestação do serviço militar.	CMP-AS 152 318

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Partida da expedição com destino a Tânger (1437).	<p>... <i>Seendo os Ifantes prestes em Lixboa com sua frota, gente, armas, mantimentos e artelharias ... foy ElRey e os Ifantes e toda a outra nobre gente da Corte, ouvyr Missa muy solepne, aa See: e como foy acabada, o Bispo d' Evora ... e ElRey e os Ifantes sayrom da See, em muy devota procissam: e o Bispo levava a Bulla da Cruzada nas maaõs, e diante delle, huñ Cavalleiro armado, com a Bandeira de Christus; e foy assy todo levado atee a Nao Capitoa ... E, despois de muytas Oraçoens se dizerem e se fazer absoluçom plenaria, se volveo a procissom ... [chegados a Ceuta] Sayrom os Ifantes dos Navyos e se forom logo drectamente aa Igreja de Sancta Maria d' Africa, onde estiverom em vigilia e devaçoens, a parte daquelle dia e nocte: e a outro dia ouvyrom Missa e se forom aposentar aa Cidade, donde no outro dia, com toda a gente, sayrom em muy solepne procissom, e ho Bispo d' Evora em Pontifical, e forom aa Ribeira tirar da Nao a Bandeira de Christus e d' ElRey, e as trouxerom, com grande solenidade, a Sancta Maria a Mayor, onde ho Bispo, por guarda e devaçom, com toda a Clerezia da Oste e Cidade, ficou aquella nocte ...</i></p>	A motivação e o apoio: a importância da religião.	CDD XXI 537-539
Expedição com destino a Tânger – problemas na mobilização régia, que ficou muito aquém do esperado (1437).	<p>... [no alardo que fez em Ceuta, D. Henrique admitiu que] <i>falleciam oito mil: e a causa de tamanha quebra nom foi huuã, mas muytas; porque a gente do Regno, que foi percebida, ouve esta hida por tam pezada, que a mais quiz encorrer nas penas, de perderem as fazendas, que lhes foy posta, antes que se riscarem de perder com ellas as vidas: e principalmente ouve grande fallecimento de dinheiro; porque ha fazenda d'ElRey, nem os pedidos nom abastarom, nem o dinheiro dos Orfaaõs, que se mais pera isso tomou: e tambem deu grande torva a myngoia dos Navios que fallecerom nos fretes, que com os Feitores d'ElRey tynham contratados ...</i></p>	O medo de participar nas expedições para o Norte de África e, conseqüentemente, os problemas na mobilização régia para essas campanhas.	CDD XXII 539-540
Em Tânger – no primeiro ataque (1437).	<p>... [neste primeiro encontro] <i>morrérom muytos Cavallos e alguns Christaaõs, e sayrom muitos feridos: antre os quaes foy ho Conde d'Arraiolos, de huña séta por huña perna, e o Capitam Alvaro Vaaz, d'outra per huñ braço. E aconteceu neste dia huña cousa, que pareceo agoyro e nam boõ sinal, que foi que, em desfraldando as Bandeiras, soo a do Ifante Dom Anrrique se rompéo, e a levou o vento, atee a áste, em pedaços: sobre que logo ouve murmuraçom que nom dava pera o fecto boa esperança, espicialmente veendo a Cidade tam percebida, na qual estava por Senhor e Capitam Çala Bemçala, Mouro de boom esforço e assas avisado, e com elle sette mil Mouros de peleja; antre os quaaes, em espicial, avia muitos Beesteiros de Graada ...</i></p>	Os perigos de participar numa operação de cerco. A motivação e o apoio: fenómenos ‘estranhos’. A saúde: ferimentos causados por penetrações.	CDD XXIV 543

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Em Tânger - segunda tentativa de tomar a praça (1437).	<i>... das escallas soo a do Marichal chegou e pousou sobre o muro, que dos Mouros, com fogo d'alcatraõ e muyto linho que de cima lançárom, foi logo toda queimada com dâno d'alguiũs Christaaõs, que ja per ella sobiam: e as outras, nem ho engenho de madeira nom ouverom aviamento, nem desposiçam de chegar ao murom e ficárom delle afastados ...</i>	Os perigos de participar numa operação de cerco.	CDD XXVIII 548
Em Tânger – de sitiadores a sitiados (1437).	<i>... Nosso Senhor deu tanto esforço e acordo aos Christaaõs, que com mortes e feridas assi os escaramentárom, que lhes convêo afastar-se, maravilhados de tam grande resistencia e tamanha força em tam pouca gente; ca para na verdade ser ainda mais pouca, seguiosse ao tempo que ho Ifante, perseguido dos Mouros, se recolheo ao palanque, alguiũs Fidalgos e muytos Cavalleiros e Escudeiros, e delles seus Criados e outros, que fariam numero de mill, lhe fogirom e se recolhêrom aos Navios ... e ho que nestes ouve de vituperio e covardice, ouve de coração e louvor em Dom Pedro de Castro que a frota guardava, e d'outros boõs que ho acompanharárom: os quaaes, veendo a necessidade dos Christaaõs, se lançárom dos Navios, com elles dentro do pallanque, com grande perigo e mais louvor ...</i>	O medo de participar nas expedições para o Norte de África. A coragem.	CDD XXX 550-551
Cortes de 1439, em Lisboa – artigo especial: Elvas / cap. n.º 34.	<i>... Senhor sabera a uossa mercee que huũ dos lugares que de toda a frontaria he mais temudo E a que se socorrem os uossos llugares do estremo quando quer que sse em presa veem asy he esta uosa ujlla d eluas E por seer tal como dicto he El Rej de castella hordenou de dar en cada huũ anno peenssom a cento de cauallo que continuoadamente esteuessem na cidade de badalhouçe que esta em sseus Regnos em face desta ujlla E aInda quando quer que fronteiros ha d enujar aa dicta cidade ssenpre enuya huũ grande homem com mujta gente pella quall rrazom quantos mais de cauалlos em esta ujlla ouuesse tanto mais pera todo esto possante seria. Porem seia vossa mercee em spicial mandardes em cada huũ anno pagar cem Reaes por mes assy como em tem d el Rej uoso padre a duzentos vasallos que em esta ujlla ha por as quaes elles se trabalharom contjnuadamente estar corregidos e prestes d armas e cauалlos pera soportamento destes trabalhos en que cada dja andam E esperam andar. Quando a deus prazendo fezermos os asseentamentos Nos proueeremos nosa fazenda E fazer uos emos esto com boa voontade se o bem podermos fazer ...</i>	O risco de servir em pontos mais perigosos, como a fronteira alentejana de Elvas-Badajoz.	CP-AV cap. 34.º 251

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
Cortes de 1439, em Lisboa – artigo especial: Faro / cap. n.º 3.	<p><i>... Senhor por mandado do Ifamte dom Ioham uosso tio ffoy tomado em esta ujlla quando foy a armda de tanger muytos figos e ujnhos aos moradores della sem lhe seer pagado nehuia cousa posto que por El Rey uosso padre ... fosse mandado a Lourenço rrodriguez nosso contador e a fernam de seixas almoxarife que conpridamente sse pagase todo, os quaes o poserom pouco em obra mostrando que nom auja dinherio pera tal pagamento se fazer. Entanto que se passou atee ora nom podendo dos sobredictos auer nenhuã pagamento pero bem rrequerido lhe ssela e por esto nom fficar squeeçido Praza aa uossa Senhoria que uos nenbrees da alma de uosso padre de guisa que os pobres a que esto assy he tomado nom gemam E mandees ao dicto contador ou almoxarife que façom delo boo pagamento a cada huã como foy filhado pois hi ha dinherio per hu se pague E nom se ponha em soma e despesa com muytas e Inñjndas cousas que a este poboo foj filhado quando foy a passagem dos Iffantes d aragom que nunca se pagarom segundo som aseentadas pelo uosso scpriuam da alfandega em o liuro do dicto anño E em esto Senhor nos farees grande merçee ... ffaça sse carta pera lourenço rrodriguez contador que sayba certamente parte que cousas estas ssom E o que hi monta E enuje no llo djzer per sua carta E nos lhe mandaremos lloguo pagar ...</i></p>	A bebida como motivação e apoio.	CP-AV cap. 3.º 267
Cortes de 1439, em Lisboa – artigo especial: Santarém / cap. n.º 12.	<p><i>... sayba a uossa merçee que em esta ujlla ha alguãas veuvas honrradas asy molheres que forom de uossos uassalos como beesteiros de cauallo As quaaes estam em suas honrras E per bem de asy estarem gouuem dos priuillegios de seus maridos / E ora as costringem pera muytas cousas e nom lhes guardam os dictos priuillegios ... praza Senhor aa uosa mercee Mandardes que lhe guardem os dictos priuillegios asy e pella guisa que lhe ssempre forom guardados em tempo de seus maridos E em esto Senhor nos farees merçee ... Pedem bem E mandamos que assy sse faça ...</i></p>	O regresso: precariedade na situação de familiares dos combatentes, provocada pela guerra.	CP-AV cap. 12.º 393

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
O Infante D. Fernando morre no cativeiro de Fez (1443).	... neste ano ... de myl e quatrocentos e quarenta e tres, veo certydam da morte do Yfante Dom Fernando ... com a aspereza do trato e mão catyveiro, que padeceo ... [o] cru e máo tirano de Fez, que por ser vil e de nenhum sangue Real, com muyta sede e grande fome o fazia servir em ofycios baxos e vyz, e com tal estreiteza, que em huma mazmorra e prysam muy escura acabou neste mundo a vyda ... A morte deste Yfante por sua calydade e desemparo foy muyto sentyda e pranteada neste Reyno ... e seu corpo metydo em hum ataude, esteve muytos tempos pendurado per cadêas, sobre huma porta da Cidade de Fez, e despois por convençã que se fez, foram seus ossos trazidos a estes Reynos em tempo deste Rey Dom Affonso ...	A violência psicológica: reféns. O temível cativeiro.	CDAV LXXXIII 690-691
O Duque de Bragança tenta passar com as suas gentes por Coimbra (1449).	... [os homens do Duque de Bragança nas faldas da Serra da Estrela, em 1449, no âmbito da sua tentativa de passar pelo ducado de Coimbra a caminho de Lisboa] <i>pella grande aspereza dos camynhos, e as muitas neves e regellos que nelle jaziam, os homens soportaram frios e trabalhos incomportavees, e assy morreram e ateceram muitos cavallos, e azemalas ... E no cima da serra ... acharam mortas de frio algumas pessoas a que nam ouve remédio ...</i>	Causas de morte.	CDAV CV 723
A caminho de Alfarrobeira (1449).	... [a caminho de Lisboa, tendo o infante D. Pedro instalado o arraial em Alcoentre, tem lugar uma escaramuça entre as suas gentes, que andavam à lenha, e batedores que seguiam o seu avanço a mando do rei D. Afonso V. Os homens do infante levaram a melhor sobre os seus opositores e apresentam os prisioneiros ao seu senhor que, como castigo, ordenou a sua execução] <i>Com a morte destes homens nom foy menos atorçam e desmayo no arrayal do Ifante, do que foy alvoroço e indinaçam contra elle em toda a Corte d'ElRey ... porque a mais da jente do Yfante vendo tamanha crueza, julgaramna por craro rompymento contra ElRey, e temendo a pena da culpa em que por ysso encorryam, pungidos da lealdade que nom podyam encobrir, mostravam em suas caras huma pubryca tristeza, que de seus coraçõs dava muy certos synaes de fraqueza com que muyta jente, especialmente de pé, logo aquella noyte fogiram do arrayal, e per serras e veredas como melhor podiam se tornaram a suas casas, a que o Doutor Alvaro Afonso com huma pubryca fala que a todos sobr'ysso fez, quisera remedear mas nom aproveitava ...</i>	O medo do inimigo mais próximo: os próprios portugueses nas várias guerras civis.	CDAV CXVIII 743
Batalha de Alfarrobeira (20/05/1449).	... [no fatídico dia 20 de maio de 1449] <i>andando o Ifante [D. Pedro] assy revolto nesta peleja, foy nos peytos ferydo de huma seta que lhe atravessou o coraçam, de que a poucos passos e menos oras cahio logo morto, sem antes nem despois receber outra feryda ...</i>	A saúde: ferimentos causados por penetrações.	CDAV CXXI 747

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
	... [D. Afonso V] <i>comprio ally no campo os tres dias, que pera cirimonia do vencimento da batalha lhe fizeram crer que eram necessários ...</i>	A vitória: rituais a cumprir.	CDAV CXXXVIII 756
Regimento da Guerra (incluído nas Ordenações Afonsinas, promulgadas durante o reinado de D. Afonso V).	... [a guerra] <i>he cousa, de que se levanta morte, e cativoiro, e aos homens perda, e dampno, e destruiemento, e he movimento das cousas quedas, e destruiçom das compostas...</i>	A violência e sofrimento como consequências da guerra.	RG 1 285
	... <i>Quando ... começarmos algũa guerra ... primeiramente devemos d'encomendar-nos, e nossos feitos a DEOS, e des y poer esperança em el, porque sem sua graça, e ajuda nom se pode cousa boa fazer: e des y, ante que abalemos com nossa hoste pera algũa parte, devemos de fallar com nosso confessor, e com aquelles, que tiverem carrego das Almas de confessar, que fallem com todolos cavalleiros, e fidalgos, que façam meenfestar toda nossa gente; e se souberem alguiũs, que se nom fallam, e estam em odio, fazellos reconciliar, e prestar, e perdoar; e se alguiũs forem negrigentes, de poer aquella pena, de que cada huum for merecedor, ataa seer feito, e comprido todo nosso mandado ...</i>	A motivação e o apoio: a importância da religião.	RG 4 286-287
	... <i>Devemos no tempo da guerra mandar apregoar, que nom seja nenhuum tam ousado de qualquer estado, e condiçom que seja, que durante algũa peleja, roube, nem se aparte da hordenança, em que for posto no começo da peleja, mais sempre continuadamente peleje com a graça de DEOS, ataa que a peleja de todo faça fim; porque muitas vezes aconteceo, que durando a peleja, alguiũs por sentirem a vantagem da sua parte, se lançavam a roubar, e por aazo desto receberom grande dampno, porque de veencedores tornavam a seer veêcidos ...</i>	A perspectiva do lucro como motivação. A vitória e a derrota: a ténue linha que as separa, podendo alterar-se a situação de um momento para o outro.	RG 33 296
	... <i>Se alguiũ feito d'armas se fazer, no qual alguiũ inimigo seja derribado em terra, e aquel, que o derribar, for adiante no alcance, e outro vier de tras, e o tomar por prisioneiro, este, que o assi tomar, haverá a meetade delle, e aquel, que o houver derribado, a outra meetade: mas o que o tomou, haverá a guarda delle fazendo segurança a seu parceiro ...</i>	Os prisioneiros.	RG 48 301

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
	<i>... Se alguñ tomar prisionero, e outro vier sobre elle demandando parte, ameaçando-o que se lhe parte nom der, matará o prisionero, ainda que parte lhe seja prometida, elle nom a haverá; e se lha nom prometer, e elle matar o prisionero, haverá por pena seer preso ataa que contente a parte, e mais perderá seus cavallos, e armas pera o Condestabre ...</i>	Os prisioneiros	RG 49 301
Conselhos de Vegécio: como deve ser controlada a saúde do exército.	<i>... a saúde do exército ... deve ser acautelada ao máximo ...</i>	A saúde.	VEG- CAM/III II 259
	<i>... Quanto aos lugares[:] os soldados não devem acampar em região pestilenta próxima de pântanos insalubres, nem em campos ou montes áridos e sem sombra de árvores, nem sem tendas durante o Verão; eles devem evitar contrair uma doença, quer devido ao calor do sol quer ao cansaço da marcha, ao partir tarde de mais do acampamento; mas devem chegar ao seu destino no momento de maior calor, começando a marcha, de preferência, antes do nascer do sol; não devem fazer uma marcha nocturna no pino do Inverno através da neve e da geada ou incorrer em falta de lenha ou de vestuário; com efeito, não pode ser saudável nem capaz de uma campanha o soldado que é constrangido pelo frio ...</i>	A saúde.	VEG- CAM/III II 259
	<i>... o exército não deve consumir águas perniciosas ou pantanosas, pois o beber água de má qualidade, semelhante a um veneno, provoca a doença àqueles que a ingerem ...</i>	A saúde.	VEG- CAM/III II 259
	<i>... para que ... os camaradas doentes se recomponham com alimentos adequados e sejam tratados pela arte dos médicos, requer-se uma preocupação constante dos oficiais ... com efeito, tudo corre mal àqueles sobre os quais se abate a obrigação não só de fazer a guerra mas também a de enfrentar a doença ...</i>	A saúde.	VEG- CAM/III II 261

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
	<i>... Se, no Outono e no Verão, uma grande quantidade de soldados permanecer muito tempo nos mesmos lugares, então surge uma doença muito perniciosa por causa da ingestão de águas viciadas e do ar corrupto, devido quer à contaminação das águas, quer ao carácter repugnante do próprio cheiro; doença essa que não pode ser evitada de outra forma a não ser pela mudança frequente de acampamento ...</i>	A saúde.	VEG- CAM/III II 261
Conselhos de Vegécio: com que cuidado devem ser aprovisionados e conservados as forragens e os cereais.	<i>... muitas vezes a penúria de alimentos destrói mais o exército do que o combate: a fome é mais cruel do que o ferro ...</i>	O sofrimento pela fome e pela sede em exércitos em campanha.	VEG- CAM/III III 261
Conselhos de Vegécio: o que se deve avaliar para decidir se se deve combater por meio de ataques imprevistos e de emboscadas, ou por meio de uma batalha campal.	<i>... para aqueles que estão desesperados, a coragem cresce por exortação do general e, se parecer que ele mesmo não tem medo de nada, também aumenta o ânimo, o mesmo sucedendo se, por meio de uma emboscada ou num momento fortuito, ele fizer algo digno de registo, se começarem a acontecer adversidades aos inimigos, ou se o general puder vencer os adversários mais incapazes ou menos bem armados ... deve-se ter cuidado para nunca levar para uma batalha campal um exército hesitante e aterrorizado ...</i>	O perigo dos exércitos tomados pelo medo, tornando-se imprevisíveis e incontroláveis. A importância dos discursos de incentivo à hoste.	VEG- CAM/III IX 287
Conselhos de Vegécio: deve averiguar-se aquilo que sentem os soldados que vão combater.	<i>... Averigua cuidadosamente o que sentem os soldados no próprio dia em que vão combater. Com efeito, a confiança ou o medo distinguem-se a partir da expressão do rosto, das palavras, da forma de andar e dos gestos ...</i>	A importância da percepção do estado de espírito dos combatentes.	VEG- CAM/III XII 295
	<i>... A coragem e o ânimo aumentam no seio do exército graças aos conselhos e ao encorajamento do general, especialmente se os soldados receberem uma explicação acerca do combate que se avizinha ... deve mostrar-se a cobardia e os erros dos inimigos e, caso eles tenham sido anteriormente derrotados por nós, deve recordar-se isso. Refira-se também aquilo que possa acender nas mentes dos soldados o ódio, a ira e a indignação para com os adversários ...</i>	A importância dos discursos de incentivo à hoste.	VEG- CAM/III XII 295

Contexto histórico	Transcrição	Contexto da dissertação	Obra Capítulo Página
	<i>... Acontece naturalmente no espírito de quase todos os homens perturbarem-se quando chegam ao combate com o inimigo ... no entanto, pode reduzir-se o medo por meio deste remédio: se antes de se combater, tu dispuseres frequentemente o teu exército em lugares mais seguros, de onde os soldados se possam habituar a ver e a conhecer o inimigo. De vez em quando, que se atrevam a algo, de acordo com as oportunidades: que afugentem ou que matem os inimigos; que reconheçam os hábitos dos adversários, as suas armas, os seus cavalos ... aquilo que nos é familiar pela prática não é temido ...</i>	Mentalização dos homens – recursos utilizados	VEG-CAM/III XII 295-297
Conselhos de Vegécio: regras gerais da guerra.	<i>... A coragem ajuda mais do que o número ...</i>	A coragem	VEG-CAM/III XXVI 327
	<i>... aquele que persegue imprudentemente com os seus homens dispersos deseja oferecer ao adversário a vitória que ele próprio alcançara ...</i>	A vitória e a derrota: a tênue linha que as separa, podendo alterar-se a situação de um momento para o outro.	VEG-CAM/III XXVI 327
	<i>... Um ótimo plano consiste em vergar o inimigo pela fome mais do que pelo ferro ...</i>	O sofrimento provocado pela fome e pela sede.	VEG-CAM/III XXVI 329